

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O capital social de um território: um debate em Serviço Social

Sara Armanda Mora Teiga

Doutoramento em Serviço Social

Orientadoras:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O capital social de um território: um debate em Serviço Social

Sara Armanda Mora Teiga

Doutoramento em Serviço Social

Júri:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado com
Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Enrique Pastor Seller, Professor Catedrático, Universidade de
Murcia

Doutora Maria Júlia Faria Cardoso, Investigadora Integrada, Instituto
de Serviço Social de Lisboa na Universidade Lusíada

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha,
Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023

“Aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas o que vence esse medo
(...) Tudo parece impossível até que seja feito!”

Nelson Mandela.

Agradecimentos

Professoras doutoras Helena Carvalho e Maria João Pena. É certo que as vossas orientações e exigência científica contribuíram para o meu desenvolvimento académico. Grata por apostarem e acreditarem em mim, sendo eu licenciada e mestre em Educação Social;

Carlos Mendes, companheiro de viagem de vinte e cinco anos. Foste aquele pilar paciente, tranquilo e sereno que me completa e equilibra. Desculpa se nem sempre fui a melhor companheira, mas tentei;

Filho *Gabriel* (meu anjo). Foste a minha força motriz e aquele ser pré-adolescente (e adolescente...) que de forma assertiva me lê a alma e revoluciona positivamente a minha autoestima. Desculpa se nem sempre estive à altura, mas tentei;

Filha *Leonor* (minha doce poderosa). Foste concebida e nasceste com muito amor durante o percurso de construção desta tese e vieste com uma missão. Desculpa se nem sempre estive à altura, mas tentei;

Meus *pais Albertina e Duarte*. A minha forte rede de suporte. Grata por tudo. Desculpem nem sempre ter sido a melhor filha, mas tentei;

Minhas colegas do curso doutoramento *Cátia Afonso, Lorena Anile e Fátima Almeida*. Grata por tudo e por não me terem deixado desistir;

Ricardo Ribeiro da JFM. Grata pela mobilização dos moradores de Marvila e por fazeres de tudo para que fosse possível ter dados quantitativos;

Minha amiga *Karina Gonçalves* (e Nina). Grata pelo tempo de conversas construtivas e amparo nas vicissitudes deste percurso. Estivemos e continuamos juntas;

Colega José Reis (PRODAC). Grata pelo interesse sobre o tema, pela escuta e conversas e, sobretudo, por teres acreditado que era possível;

João Félix. Grata por teres traduzido para inglês o email enviado aos autores do QIMCS, do Banco Mundial;

Aos melhores profissionais do Serviço Social que me inspiraram a conhecer cientificamente esta área. Vocês sabem quem são;

À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), na pessoa da Dra. Elsa Pinheiro, minha diretora. Grata pelo parecer positivo para beneficiar do incentivo financeiro destinado aos colaboradores, sem ele o sonho era mais difícil de ser realizado;

Às minhas colegas da SCML Rosa Lourenço e Maria João Sobral pela colaboração em mobilizar os pais das crianças para conseguir ter dados quantitativos e Filomena Gomes;

Aos profissionais e dirigentes da ação social territorializada e aos moradores participantes da freguesia de Marvila. Grata pela disponibilidade sem o vosso contributo esta tese não seria possível;

Aos meus anjos da guarda mortais: *Lúmen G.* Grata pela vossa permanente corrente de energia positiva. Somos Luz manas;

Aos meus anjos da guarda imortais: *Avô Moras*, a tua menina conseguiu! *Avó Ana* partiste há 2 anos e meio, um dia antes do meu aniversário e nem conhecestes a Leonor, isso tem um significado que nós as duas sabemos. *Avó Celeste* partiste recentemente sem poderes ler nos meus lábios e brilho nos olhos que: CONCLUI!

Bem-Hajam!

Resumo

O capital social é um recurso social individual, grupal e comunitário que influencia o desenvolvimento integrado dos territórios. No mesmo espaço coexistem multiterritórios produtores de capital social relacional, cognitivo e estrutural. O capital social é produzido pela ação social territorializada, onde opera o Serviço Social. Contudo, o capital social não tem assumido protagonismo científico-profissional no âmbito do Serviço Social, nem tem sido analisado nas suas múltiplas dimensões. Neste estudo pretendeu-se investigar como se produz o capital social em Marvila e se os profissionais da ação social territorializada se reconhecem como agentes de produção de capital social. Para o efeito usaram-se métodos de investigação mistos, tendo sido aplicado um questionário aos moradores e uma entrevista semiestruturada aos profissionais. Responderam ao questionário 234 moradores de Marvila e foram entrevistados 30 profissionais da ação social territorializada. Os resultados revelaram que a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro se associaram significativamente ao capital social cognitivo, relacional e estrutural de Marvila, ainda que com configurações distintas. Verificou-se ainda que os profissionais defendem que é por via do desenvolvimento comunitário que se produz capital social estrutural reconhecendo-se como agentes ativos de produção do capital social dos sujeitos da sua intervenção. Esta tese alega que o assistente social, enquanto interventor e investigador, deveria estabelecer uma parceria formal e ativa na construção de indicadores de capital social nos programas de desenvolvimento económico, assumindo-se em defesa da humanização do capitalismo.

Palavras-chave: capital social, economia substantiva, território, ação social territorializada

Abstract

Social capital is an individual, group and community social resource that influences the integrated development of territories. Multi-territories that produce relational, cognitive and structural social capital coexist in the same space. Social capital is produced by territorialised social action, where Social Work operates. However, social capital has not taken centre stage in the scientific-professional field of Social Work, nor has its multiple dimensions been analysed. The aim of this study was to investigate how social capital is produced in Marvila and whether territorialised social action professionals recognise themselves as agents of social capital production. To this end, mixed research methods were used, with a questionnaire being administered to residents and a semi-structured interview to professionals. 234 Marvila residents answered the questionnaire and 30 territorialised social action professionals were interviewed. The results revealed that age, socio-economic status and length of time living in the neighbourhood were significantly associated with Marvila's cognitive, relational and structural social capital, albeit in different configurations. It was also found that the professionals argue that it is through community development that structural social capital is produced, recognising themselves as active agents in producing the social capital of the subjects of their intervention. This thesis argues that the social worker, as an intervener and researcher, should establish a formal and active partnership in the construction of social capital indicators in economic development programmes, defending the humanisation of capitalism.

Keywords: social capital, substantive economy, territory, territorialised social action

Índice geral

Resumo	i
Abstract	ii
Índice de Figuras	vi
Índice de Quadros	vii
Glossário de Siglas	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - O Capital social – da concetualização aos riscos e benefícios	5
1. Concetualização contemporânea do capital social	5
2. Níveis e formas de capital social	8
3. Capital social estrutural	11
4. Externalidades negativas e positivas do capital social (Riscos e Benefícios).....	14
5. Capital social: gestão da sua multidimensionalidade	16
6. Fatores que influenciam a produção de capital social.....	24
7. Relação entre idade e capital social	25
8. Relação entre estatuto socioeconómico e capital social	26
9. Tempo de permanência no território e capital social.....	27
CAPÍTULO 2 - As dinâmicas económicas plurais da economia real – Da economia social à economia doméstica	28
1. Economia Substantiva e os seus princípios.....	28
2. Princípio económico da reciprocidade: economia social e economia solidária.....	31
3. Princípio económico da Redistribuição	36
4. Princípio económico da domesticidade	37
5. Ação económica e relações económicas.....	40

CAPÍTULO 3 - Território, Desenvolvimento, Ação Social e Serviço Social	48
1. Território.....	48
2. Desenvolvimento Integrado.....	52
3. Ação Social Territorializada.....	57
4. Abordagem do empowerment	64
CAPÍTULO 4 - Método de Investigação	67
1. Estratégia metodológica na pesquisa qualitativa	67
1.1. Quadro de análise.....	67
1.2. Universo e amostra	68
1.3. Entrevista semiestruturada.....	68
1.4. Entrevistados	72
1.5. Análise de Conteúdo.....	72
2. Estratégia metodológica na pesquisa quantitativa	74
2.1. Universo.....	74
2.2. Elaboração do questionário.....	74
2.3. Pré-teste	78
2.4. Procedimentos	79
2.5. Participantes	80
2.6. Medidas	81
2.7. Análise de Dados.....	87
CAPÍTULO 5 - Resultados: Exploração dos conteúdos qualitativos	89
1. Produção de capital social estrutural – relações hierárquicas.....	89
2. Perceção dos/as profissionais sobre os conceitos de território e ação social territorializada.....	89
3. Perfil dos/as profissionais da ação social territorializada	92
3.1. Área de Intervenção dos profissionais da ação social territorializada	92
3.2. Modelos de intervenção adotados.....	92
3.3. Identificação com os modelos de intervenção	93
3.4. Liberdade para adotar novos modelos	93
3.5. Papel na construção de programas/projetos de intervenção	94
3.6. Promoção de processos de empowerment.....	95

3.7.	Promoção de espaços de participação em projetos individuais e/ou coletivos.....	96
3.8.	Apoio na organização de movimentos sociais ou associativos	97
4.	Perceção dos/as profissionais sobre o conceito de capital social	98
5.	Consciência da influência do capital social no desenvolvimento	100
6.	Identificação de ações afirmativas de produção de capital social	101
7.	Perfil dos sujeitos de intervenção percecionado pelos/as profissionais da ação social territorializada.....	102
7.1.	Produção de capital social cognitivo.....	102
7.2.	Nível socioeconómico dos sujeitos de intervenção territorializada.....	102
7.3.	Nível de adesão as regras.....	103
7.4.	Confiança nos vizinhos	104
7.5.	Informação útil sobre os seus direitos e deveres	105
8.	Produção de capital social relacional.....	106
8.1.	Relações de vizinhança	107
8.2.	Participação em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias.....	108
9.	Produção de capital social estrutural - relações de mercado não mercantil e não monetária	109
9.1.	Negócios informais de produtos/bens/serviços.....	110
9.2.	Trocam tempo/bens/serviços entre si.....	111
10.	Consciencialização do papel ativo na produção de capital social	111
11.	Futuros desafios na produção de capital social.....	112
CAPÍTULO 6 - Resultados da componente quantitativa		113
1.	Resultados preliminares.....	113
2.	Teste das hipóteses	117
3.	Discussão	130
CAPÍTULO 7 - Conclusão		136
Fontes		145
Referências Bibliográficas.....		146

Bibliografia Consultada	164
ANEXOS	166
Anexo A - Consentimento informado.	166
Anexo B – Termo de consentimento e livre esclarecido.....	167
Anexo C – Pedido de autorização para recolha de dados quantitativos	168
Anexo D - Guião de Entrevista.	169
Anexo E – Authorization to apply QI MCS Phd Social Work: The Social Capital of a territory ISCTE-IUL Portugal	171
Anexo F – Guião do Questionário Integrado de Medição do Capital Social de Marvila (QI-MCS Marvila).....	173
Anexo G – Tradução do IQMCS para língua portuguesa	185

Índice de figuras

Figura 4.1 Modelo conceptual (Elaboração própria)	26
Figura 5.1 – Consciencialização do Conceito de Território.....	89
Figura 5.2 – Consciencialização do Conceito de Ação Social Territorializeda... ..	91
Figura 5.3 - Área de Intervenção dos profissionais da ação social territorializada.....	92
Figura 5.4 - Modelos de intervenção adotados.....	93
Figura 5.5 – Consciencialização do Conceito de <i>Capital Social</i>	98
Figura 6.1 Distribuição da idade.....	113
Figura 6.2 Configuração do estatuto socioeconómico.....	114
Figura 6.3 Distribuição segundo o estatuto socioeconómico.....	114
Figura 6.4 Configuração do espaço dos negócios informais... ..	116
Figura 6.5 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social cognitivo... ..	117
Figura 6.6 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social relacional.....	120
Figura 6.7 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social estrutural	124

Índice de quadros

Quadro 1.1 Síntese do referencial teórico capital social.....	8
Quadro 3.1 - Caraterísticas associadas ao desenvolvimento local	56
Quadro 4.1 Quadro de Análise: Ação social territorializada produtora de capital social	67
Quadro 4.2 – Questões: Percepção dos profissionais sobre os conceitos	69
Quadro 4.3 – Questões sobre o perfil dos profissionais da ação social territorializada.....	70
Quadro 4.4 – Questões sobre o perfil dos sujeitos de intervenção da ação social.....	71
Quadro 4.5 Quadro de análise capital social cognitivo... ..	75
Quadro 4.6 Quadro de análise capital social relacional	76
Quadro 4.7 Quadro de análise dimensão capital social estrutural	77
Quadro 4.8 Caraterização sociodemográfica.....	80
Quadro 4.9 Variáveis independentes e dependentes... ..	83
Quadro 4.10 – Negócios informais de Marvila segundo a Classificação Portuguesa das Profissões... ..	85
Quadro 4.11 – Categorização do Perfil 1... ..	86
Quadro 4.12 – Categorização do Perfil 2... ..	86
Quadro 4.13 – Categorização do Perfil 4... ..	87
Quadro 6.1 Distribuição do tempo de permanência no bairro.....	115
Quadro 6.2 Medidas descritivas da confiança nos profissionais e nos moradores e tipologia de acesso à informação	115

Quadro 6.3 Associações com grau de adesão às normas e códigos de convivência.....	118
Quadro 6.4 Associações com confiança nos profissionais e nos moradores.....	119
Quadro 6.5 Associações com sociabilidades (I)	120
Quadro 6.6 Associações com sociabilidades (II)	121
Quadro 6.7 Associações com sociabilidades (III)	122
Quadro 6.8 Associações com relações sociais... ..	123
Quadro 6.9 Associações com grau de participação cívica.....	124
Quadro 6.10 Associações com tipologia de acesso à informação.....	125
Quadro 6.11 Associações com relações hierárquicas... ..	126
Quadro 6.12 Associações com tipologia de redistribuição justa de produtos	128
Quadro 6.13 Caracterização dos perfis de negócios informais... ..	129

Glossário de abreviaturas e siglas

IPSS - Instituições particulares de solidariedade social

CAQDAS - Computer Assisted Qualitative Data Analysis

CLAS - Conselhos Locais de Ação Social

CSF - Comissões Sociais de Freguesia

CSIF - Comissões Sociais de Interfreguesias

EU - União Europeia

FEAD - Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais carenciadas

FEG - Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

FSE - Fundo Social Europeu

FVCS - Ferramenta para Verificar o Capital Social

GSS - General social survey

HIV-SIDA Vírus da Imunodeficiência Humana - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

IDH - Indicador de desenvolvimento humano

IDS - Instituto de Desenvolvimento Social

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto
Universitário de Lisboa

JFM - Junta de Freguesia de Marvila

MAC - método aberto de coordenação

MaxQDA - Qualitative Data Analysis

NSE - Nova Sociologia Económica

ONG's - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PDS -Plano de Desenvolvimento Social

PPV's - Pesquisas do Padrão de Vida

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

PRS - Programa Rede Social

QI MCS – Marvila - Questionário Integrado de Medição do Capital Social de Marvila

RIPeSS - Rede Intercontinental de promoção da economia social solidária

SCAT- Simple Capacity Assessment Tool

SC-IQ - Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital

SCML-UDIPM - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa da Unidade de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade de Marvila

SCMT - Toolkit de *Medição* de. Cultura de Segurança

SOCAT - Social Capital Assessment Tool

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

INTRODUÇÃO

O fenómeno económico e social da globalização espelha-se a nível mundial e reflete-se ao nível local. O capitalismo transformou-se num modo de civilização (Santos, 2001) e o novo paradigma dominante moderno do individualismo e do racionalismo económico emerge em defesa do *homo economicus* (Claridge, 2019). Neste processo de metamorfose social configuram-se transformações sociais irreversíveis, que dão nota de uma sociedade civil global, uma cidadania planetária (comunitarismo cosmopolita e cosmopolitismo comunitário), uma ética global e um efetivo diálogo inter-religioso (Rocha, 2019). Estas transformações têm implicações diretas nas relações sociais e nas relações económicas formais e/ou informais que se estabelecem no território. No território coexistem diversos tipos de capitais que, concertadamente, quando se produzem em sentido positivo, influenciam o desenvolvimento integral e sustentável. O capital social é determinante neste processo de desenvolvimento. Os níveis de capital social baixo em territórios financeiramente ricos apresentam lacunas ao nível do desenvolvimento (Banco Mundial, 2017). Na revisão da literatura constata-se que se trata de um recurso social considerado como uma propriedade das sociedades e comunidades que se produz, desenvolve, mantém e reproduz no território ampliando a perspectiva dos aspetos não mercantis e não monetários da vida social. Ao traduzir-se num estoque de confiança, confiabilidade e capacidade coletiva de viver e agir juntos de forma eficaz, invoca para indicadores não económicos financeiros (Martelo, 2004, pp. 41-49) cruciais para a intervenção dos profissionais da ação social territorializada, em particular para o Serviço Social.

A presente tese doutoral “O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social” sustenta-se em dois eixos, por um lado importa saber como se concretiza a produção de capital social de um território e, por outro, saber se os profissionais da ação social territorializada se reconhecem como agentes de produção de capital social. Desta forma, tem como objetivos gerais: 1) descrever e analisar as formas de produção de capital social de um território; 2) analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território. E como objetivos específicos:

- 1) Sistematizar a perceção dos profissionais sobre a sua prática como produtora de capital social estrutural;
- 2) Identificar os fundamentos teóricos e/ou conceptuais que sustentam as práticas de ação social territorializada;

- 3) Analisar a percepção dos profissionais sobre os perfis dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada e a sua participação nas dinâmicas de produção de capital social;
- 4) Analisar as relações entre idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência dos moradores no bairro e o capital social cognitivo, relacional e estrutural;
- 5) Identificar o perfil dos moradores que assumem que no território existem negócios informais.

Neste âmbito, colocaram-se as seguintes questões de investigação relacionados com os objetivos:

- 1) Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre território?
- 2) Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre território?
- 3) Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre ação social territorializada?
- 4) Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre capital social?
- 5) Os moradores que beneficiam da ação social territorializada são parceiros na definição dos projetos de vida individuais e/ou coletivos?
- 6) Os fundamentos teóricos, paradigmas e abordagens do Serviço Social sustentam a prática da ação social territorializada produtora de capital social?
- 7) A intervenção social territorializada potencia a produção de capital social ao nível individual e coletivo?
- 8) Os Assistentes Sociais são parceiros ativos no desenho, implementação e avaliação de programas de desenvolvimento de um território?
- 9) A freguesia de Marvila apresenta dinâmicas económicas plurais da economia real (economia da redistribuição, economia social e economia doméstica)?

A posição epistemológica adotada foi a hipotético-dedutiva recorrendo aos métodos de investigação mistos – quantitativos e qualitativos (Creswell, 2003). A posição hipotético-dedutivo ou falsificalismo de Popper (1978) observa a realidade social, levanta hipóteses, procura as respostas através da teoria, testa as respostas, valida ou não valida as conclusões e produz uma teoria, que permanece como válida até surgirem teorias que as contrariem ou que as completem. Os métodos de investigação mista vão permitir obter dados quantitativos que permitam descrever e analisar o nível as formas de produção de capital social da freguesia de Marvila e dados qualitativos que possibilitem analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento

de um território. A investigação tem como objeto de estudo as práticas da ação social territorializada entendidas como práticas de intervenção social provenientes de projetos e/ou programas de intervenção social e comunitária, respostas sociais e apoios económicos que, para além de serem complementares às prestações sociais providenciadas pelo estado, promovem a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades. Assenta em dois universos diferentes, o dos profissionais e o dos moradores de Marvila.

Como técnica de recolha de dados qualitativo realizou-se um inquérito por entrevista semiestruturada aos profissionais da ação social territorializada construído com base nos indicadores do QI-MCS (Grootaert & Woolcock et al. 2003). Para o tratamento de dados recorreu-se ao software CAQDAS – MaxQDA 2020.

Como técnica de recolha de dados quantitativos aplicou-se um inquérito por questionário aos moradores de Marvila. Ajustou-se o Questionário Integrado de Medição de Capital Social (QI-MCS) (Grootaert & Woolcock et al. 2003). ao contexto do território em questão. Para o tratamento recorreu-se ao programa de software SPSS.

A tese está organizada em sete capítulos. Os capítulos 1, 2 e 3 correspondem a uma revisão da literatura. O capítulo I assume que o capital social vem recentrar as dimensões sociais marginalizadas pelo capitalismo. Neste sentido, é feita uma abordagem conceptual contemporânea do capital social ao nível micro (individual), meso (grupalo) e macro (comunitário), evidenciando a forma de capital social estrutural, os seus riscos e benefícios, os fatores que determinam a sua produção, manutenção e ativação e as hipóteses apontadas para esta investigação. O capítulo 2 procura compreender as dinâmicas económicas plurais da sociedade capitalista sob a perspetiva sociológica, ampliando as dimensões das relações de mercado não mercantis e não monetárias do capital social que correspondem também a uma das dimensões da economia. Trata-se de uma análise do mercado que vai incidir sobre a desconstrução do conceito de economia substantiva de Karl Polanyi (1944) e de Mark Granovetter (1985), que evidenciam que a economia não se traduz unicamente em relações mercantis. O capítulo 3 realça que o território se constitui como um laboratório social onde se produzem, desenvolvem e mantêm dinâmicas económicas plurais da economia real produtoras de capital social cognitivo, relacional e estrutural. Desta forma, considera-se necessário definir os conceitos de território, visto ser recorrente confundi-lo com espaço; de desenvolvimento integral, que por força do capitalismo permanece estar associado a fatores económicos que delegam para segundo plano o índice de desenvolvimento humano (IDH) entre outras dimensões; de ação social, que na grande maioria das vezes está associada ao assistencialismo.

O capítulo 4 refere-se ao método de investigação adotado e descreve a estratégia metodológica na pesquisa qualitativa (quadro de análise, universo e amostra, entrevista semiestruturada, procedimentos, entrevistados, análise de conteúdo) e a estratégia metodológica na pesquisa quantitativa (universo e amostra, elaboração do questionário, pré-teste, procedimentos, participantes, medidas análise de dados).

O capítulo 5 aponta a exploração conteúdos e identifica a consciencialização dos profissionais da ação social acerca dos conceitos território, ação social territorializada e capital social. Por um lado, descreve o perfil desses profissionais, os modelos de intervenção adotados, a liberdade para adotar novos modelos, o papel na construção de programas/projetos de intervenção, a promoção de processos de empowerment, a promoção de espaços de participação em projetos individuais e/ou coletivos, apoio na organização de movimentos sociais ou associativos, as ações afirmativas de produção de capital social, a consciencialização do papel ativo na produção de capital social e os futuros desafios na produção de capital social. Por outro, relata o perfil dos sujeitos de intervenção percebido pelos/as profissionais da ação social territorializada, especialmente o nível socioeconómico, o nível de adesão as regras, a confiança nos vizinhos, a informação útil sobre os seus direitos e deveres, a venda informal de produtos/bens/serviços, a troca de tempo/bens/serviços entre si, a participação em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias, as redes de suporte e as relações de vizinhança.

O capítulo 6 tem como foco principal a apresentação dos resultados da análise quantitativa dos dados recolhidos com a aplicação do questionário, a fim de testar as hipóteses de investigação. Estão sistematizados os resultados das relações testadas entre as variáveis independentes (idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência no bairro) e as três dimensões do capital social: cognitivo, relacional e estrutural. E por último este capítulo sistematiza a discussão dos principais resultados.

No capítulo 7 é realizada uma reflexão integrada dos principais resultados das componentes qualitativa e quantitativa realçando os fundamentos teóricos do Serviço Social que potenciem a produção de capital social dos territórios. Pretende-se que o debate dê contributos para uma humanização da economia capitalista, através da construção de alternativas sociais promotoras do diálogo construtivo e iminente com as ciências sociais económicas.

CAPÍTULO 1 - O Capital social – da concetualização aos riscos e benefícios

1. Concetualização contemporânea do capital social

No passado, a família, a comunidade, as cooperativas e os voluntários ligados à Igreja Católica garantiam a seguridade e a proteção social das pessoas em situação de pobreza. A esta relação de troca e entreajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, sem qualquer base mercantil, numa lógica de reciprocidade, chamou Boaventura Sousa Santos (1992, p.3-69), sociedade-providência e Bourdieu (1986), capital social.

As ideias subjacentes ao conceito de capital social remontam da análise da democracia americana da primeira metade do século XIX efetuada pelo viajante e aristocrata escritor e político francês Alexis Tocqueville. O autor, apesar de jamais ter utilizado a expressão, identificou que estava implícito na gênese da democracia bem-sucedida da América a capacidade dos americanos em se auto-organizarem e formarem associações para fins cívicos e políticos, com objetivo de transmitir às diferentes gerações o valor da cooperação (Fukuyama, 2000, como citado em Tocqueville et al., 1835).

A expressão de capital social surge em 1916, por via da educadora progressista e reformista social Lyda Hanifan que comprovou, através seus estudos descritivos sobre os Centros Comunitários, que o processo de cooperação de índole social e económica, desenvolvido entre as pessoas, produz benefícios para a comunidade (Hanifan, 1920). Todavia, o conceito de capital social cresceu na década de 80, através do sociólogo Pierre Bourdieu (1980) e de 90, por via do economista Glen Loury (1992), tornando-se popular através dos estudos empíricos do sociólogo James Coleman e do politólogo economista Robert Putnam (1995).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980) destacou-se pelas pesquisas sobre a sociologia da cultura, a teoria da estratificação social e do *status* e do poder e a relação entre os diferentes tipos de capital económico, social, cultural e simbólico. O autor tem sido criticado por defender que o capital económico está na raiz dos restantes capitais caracterizando o capital social como uma rede de conexões sociais, onde os indivíduos através de contato formais e informais estão motivados a acumular trocas, obrigações e identidades, que fornecem suporte ou acesso real a recursos valorizados. De realçar que desenvolveu intensamente trabalhos teóricos e empíricos sobre o capital simbólico, a que mais tarde denominou capital social, explicando que as pessoas utilizam os recursos dentro de uma hierarquia social como estratégia de mobilidade social. Nessa interação entre o indivíduo e a estrutura revelam-se relações de poder. Essas relações promovem uma

distribuição desigual de *quantum social*. O *quantum social* determina a posição que cada ator social ocupa na estrutura. Este *quantum*, a que Bourdieu designa por capital social, está na origem da reprodução de desigualdades (Bourdieu, 1980 et al, como citado em Morrow, 1999, pp.744-765).

O economista Glen Loury (1992), embora não tenha desenvolvido aprofundadamente o conceito de capital social, abriu caminhos para posteriores pesquisas. Este economista fez uma análise sobre a mobilidade intergeracional e herança racial na perspectiva sociológica e comprovou que a condição necessária para a emergência de capital social passava pela existência de redes densas.

Para além de Bourdieu (1980), destacam-se entre os diferentes teóricos ligados à definição contemporânea do capital social James Coleman (1990), Robert Putnam (1995), Michael Woolcock (1998) e Nan Lin (2001). O sociólogo americano James Coleman (1990), um dos responsáveis pela disseminação do conceito, dedicou-se sobretudo a pesquisas sobre sociologia da educação e políticas públicas importando o racionalismo económico para análise dos sistemas sociais sem descorar a importância da organização social no processo. Procurou unir a visão funcionalista da ação social, condicionada pela estrutura, com a teoria racional do indivíduo, que age autonomamente por interesse próprio. Influenciado pelas áreas da sociologia, economia e gestão concetualizou o capital social segundo uma abordagem híbrida sociológica e económica argumentando que ele é também produtivo, tal como outras formas de capital. Este teórico afirma que o capital social é visto como um bem público e privado e como produto da estrutura social (Coleman, 1988, pp.95-120). No contexto coletivo, contribui para a manutenção e da coesão social elevando fatores relevantes na sociedade e na comunidade, nomeadamente obediência a normas e leis, negociação em caso de conflito e cooperação em caso de catástrofes. No contexto educacional, colabora para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças e jovens sendo intrínseco às estruturas familiares e de organização social. Neste sentido, afirma e lamenta que gradualmente estas estruturas, produtoras de capital social, tem vindo a ser substituídas por estruturas formais.

O politólogo e economista americano Robert Putnam (1995), outro dos responsáveis pelo desenvolvimento do conceito, destaca-se dos demais quando refere que o capital social inclui as relações de parceria entre os cidadãos, as associações, as empresas e as instituições privadas e públicas. Para ele os parceiros durante o processo definição estratégica de objetivos comuns, procuram concertadamente liderar e cooperar sob os princípios de reciprocidade, confiança e participação cívica. O capital social é visto por Putnam (1995) como traços da vida social onde emergem as redes, as normas e a confiança que facilitam a cooperação e a ação coletiva. O autor introduz a dimensão de pluralidade de entidades com dinâmicas e estruturas diferenciadas e a ideia que só assim, neste diálogo,

é que ocorre o desenvolvimento local. Explica também que o crescimento económico é essencial, mas não o suficiente para dar sustentabilidade ao desenvolvimento.

O sociólogo Michael Woolcock (1998) é um dos únicos críticos da popularização da expressão capital social alegando que se reveste de ideias antigas e que tem sido a estratégia de marketing dos imperialistas económicos de atribuir às relações sociais a designação de capital social. Este teórico concentrou as suas pesquisas na área do desenvolvimento social analisando o papel das instituições sociais e políticas na definição de estratégias de sobrevivência e mobilidade das pessoas financeiramente desfavoráveis. Este teórico tem vindo afirmar que o capital social tem implicações diretas e indiretas sobre o desenvolvimento e apontando as três dimensões importantes, nomeadamente *Bonding* (fusão de pessoas interligadas por laços fortes solidariedade entre os membros da família, amigos ou grupo étnico ou religioso); *Bridging* (ponte onde se estabelecem relações sociais horizontais entre grupos sociais ou associações favorecendo maior mobilidade); *Linking* (conexão entre pessoas que se unem para obter recursos de outras instituições, como acesso a empréstimos bancários ou à política, por exemplo). Atualmente integra a equipa do Banco Mundial e foi um dos coconstrutores do *Questionário Integrado de Medição de capital social (QI-MCS)* aplicado em diferentes países com intuito de analisar: participação dos membros do mesmo agregado familiar em grupos e associações; perceções acerca da confiança; autoridade, capacitação e empowerment; participação em ações coletivas; habilidade para enfrentar calamidades coletivas e abordar questões de interesse comum.

A socióloga Nan Lin (2001) afirma que o capital social, tal como outras formas de capital, traz lucros para os indivíduos através das trocas sociais e traduz-se nos recursos sociais "(...) embutidos numa estrutura social acessível ou acionada por ações intencionais (...)" (Lin, 2001, p.29). Para esta socióloga, o capital social é medido em termos de recursos sociais que incluem bens materiais, simbólicos e educacionais evidenciando a força dos laços fracos que se constituem como a ponte valiosa para a mobilidade social.

Na literatura política, sociológica e antropológica é frequente a noção de que o capital social emerge de uma ação coletiva (Bourdieu, 1986, Baker, 1990, Boxman, 1991, Loury, 1992, Shiff, 1992, Sensenbrenner, 1993, Belliveau, O'Reilly & Wade, 1996, Burt, 1997, Brehm, 1997, Pennar, 1997, Fukuyama, 1997, Inglehart, 1997, Portes, 1998, Nahapiet & Ghoshal, 1998, Woolcock, 1998 e Knoke, 1999) e compõe as seguintes categorias: relações pessoais; apoio das redes sociais; compromisso cívico; confiança e normas de cooperação. As relações pessoais ocorrem nas conexões entre vizinhos, família e amigos. Os apoios das redes sociais são provenientes dos grupos religiosos, étnicos, classe social, associativistas. O compromisso cívico é explicado através do nível de participação e proatividade de cada

pessoa e dos grupos. A confiança é medida pelo sentimento de confiança e segurança. E as normas de cooperação compreendem a tolerância à diversidade (Ostrom et al., 2003, pp.155-233).

2. Níveis e formas de capital social

O capital social pode desenvolver-se a nível individual, grupal e comunitário assumindo formas diferentes (Nahapiet & Ghoshal,1997): capital social cognitivo; capital social relacional, capital social estrutural. Tal como se pode verificar no quadro 1.1, o capital social cognitivo está intimamente ligado aos códigos e valores sociais compartilhados nas redes sociais, na sociedade e no território (Claridge, 2004). O capital social relacional está associado à confiança entre os membros do grupo e resulta da qualidade das relações sociais. E o capital social estrutural provém das redes e das relações sociais.

Quadro 1.1 Síntese do referencial teórico capital social

Autores/ano	Níveis de capital social	Formas de capital social
Loury,1998		
Schiff,1992		
Portes & Sensenrenner, 1993		
Thomas, 1996	Individual	Cognitivo (ideais compartilhados)
Portes, 1997	Grupal	Relacional (qualidade das relações)
Penner, 1997	Comunitário	Estrutural (relações sociais)
Woolcock, 1998		
Nahapiet & Ghoshal, 1998		
Knoke, 1999		
Bourdieu, 1986		
Baker, 1990	Grupal	Relacional (qualidade das relações)
Bourdieu & Wacquant, 1992	Comunitário	Estrutural (relações sociais)
Burt, 1997		
Coleman, 1990		
Fukuyama, 1995	Individual	Cognitivo (ideais compartilhados)
Belliveau, O'Reilly & Wade, 1996	Grupal	Estrutural (relações sociais)
Brenhm Rahn, 1997		

(Elaboração própria, adaptado Claridge, 2004)

Para Loury (1992), o capital social configura-se nas “relações sociais que ocorrem naturalmente entre as pessoas que promovem ou adquirem habilidades e características

valorizadas no mercado” (Loury 1992, p.100). Este teórico explica que se trata de “um ativo que pode ser tão significativo como os indicadores financeiros na contabilização da manutenção da desigualdade na nossa sociedade”. Esta ideia é compartilhada por Pennar (1997) ao afirmar que estamos perante “a teia de relações sociais que influenciam o comportamento individual e afetam assim o crescimento económico” (Pennar,1997, p.154).

Nas pesquisas efetuadas por Portes (1998), Thomas (1996) e Putnam (1995) está bem patente a noção de que o capital social é um recurso social individual e coletivo que está intimamente ligado às relações sociais estabelecidas entre as pessoas numa rede formal ou informal que depende do nível de confiança, da qualidade dos laços e motivações individuais e/ou coletivas. O recurso social é entendido por Woolcock (1998), Knoke (1999), Nahapiet & Ghoshal (1998) como um ativo que depende do nível de confiança, de solidariedade e das conexões estabelecidas entre os indivíduos nas redes formais ou informais. Sendo que, Knoke (1999) afirma que se trata de um “processo pelo qual os atores sociais criam e mobilizam as suas conexões de rede, dentro e entre as organizações, para obter acesso a outros recursos dos atores sociais” (Knoke, 1999, p.18). O que leva Nahapiet & Ghoshal (1998) a concluir que “(...) compreende assim a rede e os ativos que podem ser mobilizados através dessa rede” não sendo mais que “a soma dos recursos reais e potenciais integrados, derivados e disponíveis dentro da rede de relações sociais formais ou informais” (Nahapiet & Ghoshal, 1998, p.243).

Desta forma, o capital social traduz-se na “capacidade dos atores de garantir benefícios em virtude da filiação em redes sociais ou outras estruturas sociais” (Portes, 1998, p.6) através de “meios e processos voluntários desenvolvidos no seio da sociedade civil que promovem o desenvolvimento do conjunto coletivo” (Thomas,1996, p.11). Ou seja, são “características da organização social, tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo” (Putnam,1995, p.67).

Porém, Baker (1990), Burt (1997) e Bourdieu (1986) consideram que o capital social se desenvolve apenas ao nível grupal e comunitário assumindo as formas de capital social estrutural e relacional. Se por um lado, Baker (1990) considera-o como “recursos dos atores que derivam de estruturas sociais específicas, de seguida usados para perseguir os seus interesses e criado por mudanças na relação entre os atores” (Baker, 1990, p.619), por outro, Burt (1997) considera-o como uma “rede de amigos e colegas fortemente conectados através dos quais se tem oportunidade de trocar o seu capital financeiro e humano” (Burt, 1997, p. 355). E Bourdieu (1986) acrescenta a ideia de que o “capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais integrados numa rede formal ou informal duradoura de conhecimento e reconhecimento mútuo constituído por obrigações sociais (ligações), que é convertível, em

determinadas condições, no capital económico e pode ser institucionalizada a forma de um título de nobreza” (Bourdieu, 1986, p. 210).

O economista Ronald Burt (1997) propõe um índice de restrição de rede aplicado às relações intergrupos e às relações interpessoais, apesar de ter uma visão minimalista acerca da conceitualização do capital social, reduzindo-se a uma análise das redes sociais. Com efeito, o autor realça que se trata de “relações que se têm com um amigo, um colega e contatos gerais mediante os quais se maximiza o capital financeiro e humano que cada um possui” (Burt, 1992, p.9). Este economista desenvolve abordagem do carácter meramente instrumental do capital social ao apontar que a ausência de laços fortes ou permanência de laços fracos, a que chama buracos estruturais, pode ser fonte de novos conhecimentos e de recursos facilitando a mobilidade individual e social, ideia compartilhada igualmente pela socióloga Nan Lin (2001).

No entanto, Coleman (1990), Fukuyama (1995), Belliveau, O’Reilly & Wade (1996), Brehm & Rahn (1997) comprovaram que o capital social se desenvolve a nível individual e grupal assumindo as formas de capital social estrutural e cognitivo. Segundo Coleman (1990), o capital social é “(...) definido pela sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades com duas características em comum: todos consistem em algum aspeto da estrutura social, e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro da estrutura” (Coleman, 1990, p.302). Esta ideia de que é na estrutura de um grupo que o indivíduo partilha códigos e valores leva Fukuyama (1995) a defini-lo “ (...) simplesmente como a existência de um determinado conjunto de valores ou normas informais compartilhadas entre os membros de um grupo que permitam a cooperação entre eles” (Fukuyama, 1995, p. 10) e Brehm & Rahn (1997) a defini-lo como uma “teia de relações de cooperação entre os cidadãos que facilitam a resolução de problemas de ação coletiva” (Brehm & Rahn, 1997, p. 999). Porém, Belliveau et al. (1996) faz o alerta de que se trata de uma “rede pessoal de um indivíduo e conexões formais elitistas” (Belliveau et al., 1996, p.1572).

O capital social pode, assim, ser analisado ao nível micro (individual) com foco na medição do número de laços que uma pessoa tem no índice da qualidade desses laços e os recursos disponíveis nas redes (Zhao, 2000). Ao nível meso (grupo ou organização) centra-se nos laços e recursos internos e/ou externos de um grupo e/ou organização que se constituem como ativos que trazem benefícios pessoais e/ou coletivos. Ao nível macro (sociedade ou comunidade) incide na análise da relação social e económica entre as pessoas e/ou os grupos e as Instituições coordenadoras, a Lei e aplicação, os padrões generalizados de colaboração institucional e estruturas e sistemas que perpetuam a estratificação social. A capacidade de ativação e troca de recursos diz respeito às dimensões cognitiva

(entendimentos compartilhados) e relacional (natureza e qualidade das relações) do capital social. A rede de acesso a pessoas e recursos através das relações sociais, hierárquicas e de mercado não mercantil e não monetária de tipo *Bonding* (ligação); *Bridging* (ponte); *Linking* (conexão) corresponde à dimensão estrutural do capital social.

3. Capital social estrutural

A partir do modelo conceptual do capital social construído segundo os pressupostos teóricos dos autores Bailey (1993), Blumberg, Pringle (1982), MacInnis, Moornan & Jaworski (1991), Zeisel (1974) identifica-se que nas estruturas sociais se desenvolvem diferentes tipos de relações, nomeadamente relações sociais, relações hierárquicas e relações de mercado (Adler,2002, pp. 17- 40).

As relações sociais ocorrem em redes de laços sociais internas, nomeadamente interações informais ou informais, onde numa relação presencial ou virtual, a participação em associações cívicas ou clubes sociais, por exemplo, criam oportunidades ao individuo para agir de forma coletiva (Putman, 1993, Ostrm, 1994, Evans,1996, Brahm & Rahn, 1997). Nas relações hierárquicas ocorre um sistema de troca de segurança social, espiritualidade, autoridade e obediência e têm influência indireta na produção de capital social, visto que compromete as oportunidades, influi nas motivações e promove ou não o desenvolvimento de capacidades (Podolny & Baron,1997, como citado em Adler,2002, pp.17-40). Nas relações de mercado constata-se uma economia de carácter não mercantil e não monetária designada por Karl Polanyi (2000) economia substantiva ou economia plural, um conceito que será aprofundado capítulo 2.

Segundo a perspectiva dos teóricos das redes, o capital social requer uma análise da qualidade dos laços diretos e indiretos (frequência, intensidade, multiplicidade e configuração). Uma estrutura de rede fechada fortalece o capital social, uma vez que permite que os atores estejam fortemente conectados aumentando o nível de confiança (Coleman, 1988, como citado em Adler,2002, pp.17- 40). Em contrapartida, uma estrutura de rede dispersa, com poucos vínculos, fornece recursos eficazes no custo da ação competitiva (Burt, 1992 como citado em Adler, 2002, pp.17- 40).

A concetualização das redes sociais teve contributos do sociólogo Georg Simmel (1922) e do médico e psicólogo Jacob Moreno (1934). Simmel (1922), influenciado pelas filosofias Kantianas, debruçou-se na análise da vida social e na relação estabelecida entre as pessoas e os grupos. Moreno (1934) dedicou-se a desenvolver as teorias das relações interpessoais através da criação e aplicação do psicodrama e sociodrama, que se tornaram ferramentas bastante úteis para ciências sociais.

Outros teóricos como Silva, Fialho & Saragoça (2013) no artigo sobre análise de redes sociais definem de uma forma clara que as “redes sociais são estruturas de laços específicos entre atores sociais, redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder, tendo surgido nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, ideias políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a resolver alguns problemas atuais. São a manifestação cultural, a tradução em padrão organizacional, duma nova forma de conhecer, pensar e agir.” (Silva, Fialho & Saragoça, 2013, p. 95)

Para além da sociologia e da psicologia, a antropologia deu contributos para o construto do conceito de redes sociais. Desta forma, Elisabeth Bott (1971) na análise das relações entre as pessoas e elos pessoais em múltiplos contextos conseguiu compreender o tipo de contatos e vínculos estabelecidos entre as pessoas, a importância dos papéis assumidos pelas pessoas, a intensidade, durabilidade e frequência das interações sociais. A partir do pensamento sistémico, comprovou-se que as redes sociais produzem novos valores, novas formas de pensar e novas atitudes. Posto isto, sendo a tipologia das relações sociais uma variável que influencia a produção de capital social, não se deve descorar os princípios fundamentais na teorização das redes sociais que defendem os autores Wasserman & Faust (1999). Ou seja, a necessidade de identificar a correlação entre as pessoas e a ação coletiva e de reconhecer que a relação entre pessoas são canais de circulação de recursos materiais e imateriais. De igual modo, apontam que o modelo de redes centrado no individual traz oportunidade e oferece ação individual. Este modelo também permite concetualizar a estrutura social, económica e política como padrão constante de relações entre as pessoas. É nesta perspetiva que Robinson (2002) afirma que o capital social se reflete no conjunto de recursos individuais ou coletivos partilhados numa rede de intercâmbio ou de relações reciprocamente proveitosas e no valor acumulado de relações e de normas e valores coletivos. O valor acumulado aumenta mediante o aprofundamento e intensidade dessas relações, a multiplicação, reatualização e criação de redes de relação. E diminui quando se manifestam atitudes e comportamentos xenófobos, racistas, discriminatórios, intolerantes e falta de liberdade de expressão, organização e diminuição de espaços públicos democráticos (Milan,2004). Em linguagem económica, traz benefícios, tem *stock* e uma série de valores acumulados que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro, a partir do investimento em relações de confiança e cooperação (Milan, 2004, pp. 100- 111).

Segundo Putman (1993), a motivação é uma fonte direta de capital social que ocorre não só nas redes, mas também nas normas e na confiança, pelo que Portes (1998) explica que existem dois tipos de motivação: motivação adquirida que é interiorizada e desenvolvida

através da socialização desde a infância e a motivação instrumental que resulta das obrigações criadas no processo de troca social, a que o autor nomeia por confiança forçada que advém da interação e sobrevivência na comunidade. A confiança tem entendimentos diferentes para cada autor, por um lado é vista como fonte (Putman, 1993), por outro como forma de capital social (Coleman, 1988) ou como um ativo coletivo resultante do capital social construído a partir do ativo relacional. Ketzner (2016) refere que o conceito de confiança tem origem na filosofia moral apontando que a confiança se desenvolve no nível básico e no nível mais profundo. O nível básico de confiança, designado por fiabilidade, ocorre nas relações sociais, considerando como premissa intrínseca à necessidade de acreditar no outro para que a vida consiga ter um significado. Contudo, o nível de confiança mais profundo pronuncia-se no campo das relações morais, requer um compromisso de boa vontade entre pessoas. Desta forma, os autores distinguem dois níveis. A confiança é uma atitude que nós temos em relação a algo ou a alguém. Segundo McMyler (2011), “o ato de confiar é colocar-se em uma posição de depender de algo acontecer ou de alguém fazer alguma coisa” (McMyler, 2011, p. 23). Já a fidedignidade é uma propriedade. Para McLeod (2011), alguém que possui essa propriedade [trustworthiness] deve ser competente e comprometido com o que lhe é confiado. Neste âmbito, o capital social motivado por normas de reciprocidade resolve problemas de ação coletiva e fortalece o sentimento de pertença da comunidade.

As concepções clássicas de comunidade têm contributos dos sociólogos Ferdinand Tönnies (1995), Max Weber (1998) e Georg Simmel (2006). Os autores identificaram a comunidade como sendo o que une, aproxima e o que há em comum na forma como os sujeitos se relacionam. Max Weber (1998) define comunidade como sendo “uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (Max Weber, 1998, p. 77). E segundo Tönnies (1974), trata-se de uma relação social que se desenvolve, no seio familiar (domicílio), na vizinhança (partilha de território) e nos grupos de amigos (partilha de códigos e valores comuns) através de fenómenos de amizade, lealdade, dependência, gratidão e confidencialidade, aos quais Simmel (2006) defende que se trata de obrigações recíprocas revestidas de uma moralidade comum. A esta ideia, o historiador Edward Thompson (1987) acrescentou que a comunidade preserva as tradições antigas e incorpora novas práticas sociais. E, para além de se configurar num lugar de afetos e partilha de interesses e de território, também dá espaço a conflitos naturais. No entanto, Bauman (2003) parte de uma concepção contemporânea e ressalta o paradoxo de viver em comunidade. Se por um lado transmite segurança, por outro limita a liberdade individual alertando que algumas pessoas só conseguem ter controlo sob as adversidades

da vida se estiverem inseridas numa comunidade em que ação coletiva tenha “responsabilidade em relação aos direitos iguais dos seres humanos e igual capacidade de agir em defesa desses direitos” (Bauman, 2003, p.134). O nível de capital social aumenta, quanto mais os adultos estiverem integrados na comunidade (Campbell,1997, como citado em Morraw,1999, pp. 750 - 765).

4. Externalidades negativas e positivas do capital social (Riscos e Benefícios)

Bourdieu (1986) defende que o capital social reproduz as desigualdades e Coleman (1990) comprova que ele é produto universal da estrutura social que traz benefícios ao nível comunitário. Este teórico afirma que as externalidades negativas do capital social reproduzem as desigualdades sociais, na medida em que estão bem patentes o risco de exclusão de não membros da estrutura social, de imposição a exigências excessivas, de restrição à liberdade individual comprometendo a criatividade e de promoção de normas de nivelação descendentes. Em contrapartida, Coleman (1990) defende que é produto universal da estrutura social com prevalência de externalidades positivas, visto que se configura como fonte de controlo social, de apoio familiar e de solidariedade comunitária.

A literatura apresenta evidências científicas dos riscos e benefícios do capital social que corroboram com estes dois autores. Por conseguinte, o capital social tem como externalidades negativas (riscos):

- Exclusão dos não membros: 200 000 grupos comunitários nas aldeias do Quênia não conseguiram melhorar a qualidade de vida dos pobres por não estarem conectados a recursos externos (Narayan & Nyamwaya,1996); grupos indígenas dos países latino americanos com altos níveis de solidariedade social permanecem economicamente excluídos, por não terem acesso ao poder estrutural e a recursos externos (Narayan,1999).
- Exigências excessivas a membros do grupo: rede de laços e contatos diretos geram dependência (Ahuja,1998); forte solidariedade e fusão entre os membros de um grupo reduz o fluxo de novas ideias, resulta em paroquialismo ou inércia (Garguilo & Bernassi,1999); laços que unem podem transformar-se em laços cegos (Powell & Smith,1994. p.393); empresas que estabelecem confiança exagerada com outras empresas tornam-se leais demais aos fornecedores e demoram a adotar ideias inovadoras (Powell & Smith,1994, p.393); relações super condicionadas por sentimentos de obrigação e amizade apresentam um risco real de externalidade negativa (Uzzi, 1997, p. 59); equipas com fortes laços demoram a completar as tarefas, logo são mais dispendiosas (Hansen,1998).

- Restrições à liberdade individual: capital Social diminui quando se manifestam atitudes e comportamentos xenófobos, racistas, discriminatórios, intolerantes e falta de liberdade de expressão, organização e diminuição de espaços públicos democráticos (Milan, 2004); comunidades extremamente unidas podem ser uma ameaça à liberdade individual e dificultar o empreendedorismo (Portes, 1998).
- Normas de nivelação descendentes: reunião de atores insatisfeitos que resulta na atividade associativa na sociedade civil pode aprofundar as clivagens sociais (Portes, 1998, pp.189-201); 3000 cooperativas e 30000 grupos informais de Ruanda não conseguiram evitar as guerras civis (Banco Mundial, 1989); capital social rico a nível local, no Haiti, não controla os efeitos da corrupção, da exclusão geográfica e política e galvanização social (White & Smucker, 1998).

Pese embora se reconheçam os riscos da produção e manutenção do capital social, a evidência científica diz-nos que ele pode trazer muito mais externalidades positivas (benefícios) por contribuir para o desenvolvimento e paz social (Grootaert & Woolcock et al., 2003). Neste sentido, pode constituir-se como:

- Fonte de controlo social: sentimento de poder e de controlo quando se age coletivamente (Coleman, 1988 & Burt, 1997); tempo gasto pelas pessoas na comunidade produz efeitos sociais positivos após 6 anos (Allebeck, 2003); evita, antecipa e/ou dissemina o conflito (Varshney, 2000); ajuda a manter a coesão social, a negociação em situação de conflito, a prevalência da cooperação – sociedade mais aberta e democrática (Coleman, 1990); permite o desenvolvimento de habilidades, confiança e comportamento social (Stolle, 2001); valoriza consoante as normas e crenças estabelecidas num território (Edward, 1999); traduz o comportamento cívico de uma comunidade - pagamento de impostos, gestão dos espaços comuns (Putnam, 1984); reflete-se no grau de confiança entre a comunidade (Putnam, 1984).
- Fonte de apoio familiar: contribui para o bem-estar da família (Narayan, 1997, Narayan & Pritchett, 1999); prepara as gerações jovens para desafios sociais futuros (Hanifan, 1920); constitui-se como rede de suporte familiar, de amigos e de vizinhança (Adler, 2002); fornece uma ajuda instrumental (empréstimo de bens materiais ou de tempo para assegurar alimentação ou manutenção da casa) (Saegert & Winkel, 1998); melhora da qualidade de vida (Coleman, 1988); permite uma maior rentabilização da economia doméstica (Grootaert & Woolcock et al, 2003); reduz a probabilidade de ser pobre (Grootaert & Woolcock et al, 2003); tem efeito positivo na qualidade da educação quando a comunidade e os familiares se envolvem com a escola (Grootaert & Woolcock et al, 2003); reduz o abandono escolar (Grootaert & Woolcock et al, 2003).

- Fonte de solidariedade comunitária: permite o acesso à informação (Coleman,1988); abre oportunidades (Coleman,1988); sentimento de solidariedade (Coleman,1988 e Burt,1997); melhora a saúde individual, grupal e comunitária (Ostrom, 2003, pp.155 - 233 e Mohen, 2012, pp. 33 - 39); prevê o empoderamento que leva à participação e ao voto (Saegert & Winkel,1998); contribui para uma atividade económica bem-sucedida quando existe uma forte presença de organizações cívicas ativistas (DeFilippis, 2001, pp. 781 - 806); tem proporcionalmente componentes sociais e de capital com um retorno que superou o capital humano (Narayan,1997, Narayan & Pritchett, 1999); aumenta mediante o aprofundamento e intensidade dessas relações, a multiplicação, reatualização e criação de redes de relação (Milan, 2004); espelha-se no grau de associativismo (Putnam, 1984).

Gabbay, Leenders & Gargiulo, et al. (1999) compartilham que existem benefícios e riscos patentes na produção do capital social e investimentos desequilibrados ou excessivos podem transformar um ativo potencialmente produtivo, num passivo. Desta forma, pode trazer benefícios para o ator focal e consequências negativas para agregados mais amplos no qual o ator faz parte. Ele tem proporcionalmente componentes sociais e componentes de capital com um retorno que superou o capital humano (Narayan,1997, Narayan & Pritchett, 1999, como citados em Woolcok & Narayan, 2000, pp.230 - 249).

5. Capital social: gestão da sua multidimensionalidade

Na revisão da literatura constatou-se que a ambígua conceptualização do capital social compromete a sua medição sem qualquer margem de erro, uma vez que carece de uma abordagem multidisciplinar capaz de reunir todos os indicadores e formas de capital social cognitivo, relacional e estrutural. Neste sentido, Woolcok & Narayan (2000), para encontrar o equilíbrio na mensuração quantitativa e qualitativa do capital social, recomendam definir o conceito, desmembrar as suas dimensões e gerar novos conjuntos de dados comparáveis entre muitos países. A sociologia baseia-se nas redes sociais, solidariedade e valores. Os economistas centram-se na confiança e tratam-no de forma quantitativa, por acreditarem que os benefícios advindos das relações sociais são calculáveis. Contudo, os sociólogos, psicólogos e cientistas políticos defendem a abordagem qualitativa por considerarem que o capital social é apreendido através da socialização (Robison, Allan & Siles, 2002, como citados em Akcomak, 2009, pp.20 - 33).

Os investigadores Paxton (1999), Narayan e Cassidy (2001), Grootaert, Narayan, Jones & Woolcock (2003) têm debatido a medição do capital social através utilização de indicadores não complementares, que se reduzem a medir algumas das suas dimensões. O expectável seria explorar os três indicadores básicos da medição de capital social, tais como

a participação em associações e redes locais; a confiança e a adesão às normas; a ação coletiva. Na participação em associações e redes locais devem ser analisadas a densidade de associações, a incidência de participação, adversidade interna e a nível de decisão democrática. Para a confiança e a adesão às normas recomenda-se verificar as expectativas e experiências que impliquem confiança, a quantidade de assistência receberam ou pensam em receber em caso de emergência, a confiança nas redes e nas relações hierárquicas, sociais e de mercado. Na ação coletiva convém compreender a cooperação imposta ou voluntária, o grau de ação coletiva, o tipo de atividades comunitárias desenvolvida, o grau de iniciativa para cooperar e participar coletivamente. Knack & Keefer (1997), realçam que se forem apenas identificados os indicadores relativos à confiança, não se está a medir efetivamente o capital social. A dimensão da confiança mede o grau de comportamento oportunista das pessoas quando estabelecem relações sociais. Estes autores afirmam que a confiança reflete a percentagem de pessoas de uma comunidade que esperam que a maioria coopere perante um problema que afeta a todos (Knack & Keefe, 1997, como citados em Akcomak, 2009, pp. 1 - 33).

Porém, Putnam, Leonardi & Nanetti (1993), Putnam (1995), Rosenfeld, Messner & Baumer (2001) preocuparam-se em medir o capital social de uma comunidade utilizando indicadores relacionados com à dimensão da participação cívica (Akcomak, 2009). Estudos recentes preconizados por Akcomak & Weel (2008), Sabatini (2008) & Owen e Videras (2009) procuraram combinar todas as dimensões aglomerando os respetivos indicadores, com vista a criar uma medida de capital social. No entanto, manifestaram uma margem de erro de medição, visto terem prevalecido os indicadores individuais (Akcomak & Weel, 2008; Sabatini, 2008, Owen & Videras, 2009, como citados em Akcomak, 2009, pp.1- 33).

Onyx e Bullen (2000) mediram o capital social no estado de New South Wales - Austrália a partir de oito fatores: participação na comunidade local; proatividade no contexto social; sentimentos de confiança de segurança; conexões de vizinhança; conexões de amigos e famílias; tolerância à diversidade; valor da vida e conexões de trabalho.

Woolcok & Narayan (2000) criaram um instrumento que permite ser utilizado como ferramenta de diagnóstico do capital social ao nível da comunidade e em diferentes países. Este instrumento foi aplicado a 1440 agregados familiares residentes em meio urbano e rural no Gana e a 950 agregados familiares de comunidades de favelas em Kampala. Para além de ser utilizado pela iniciativa de capital social do Banco Mundial do Panamá e Índia (Krishna e Shrader, 1999) e no Uganda (Narayan, 1998). As análises de dados provenientes desses estudos revelam que as dimensões implícitas ao capital social foram semelhantes, mesmo em contextos bastantes diferentes (Woolcok e Narayan, 2000, pp. 225 - 249). Este instrumento colocou questões que permitiam avaliar o nível: de participação na comunidade

local; da proatividade num contexto social; da confiança e segurança; das conexões entre a vizinhança conexões entre família e amigos; da tolerância à diversidade; e das conexões de trabalho. Para avaliar o nível de participação na comunidade local foram colocadas as seguintes questões: “Ajuda um grupo local como voluntário? Assistiu a uma manifestação comunitária local nos últimos 6 meses (por exemplo, uma apresentação da igreja, um concerto na escola, exposição de artesanato)? É membro ativo de uma organização local ou clube (por exemplo, desporto, artesanato, clube social)? Está inserido na gestão ou organização de uma comitê de um grupo formal ou informal? Nos últimos 3 anos, envolveu-se numa ação comunitária local para lidar com uma emergência? Já fez parte de um projeto para organizar um novo serviço na sua área (por exemplo, clube de jovens, sala de escoteiros, creche, recreação para deficientes físicos)?”. Para compreender o nível de proatividade num contexto social surgem as seguintes questões: “Já pegou lixo de outras pessoas num lugar público? Sai da sua comunidade local para visitar sua família? Precisa de informações para tomar uma decisão na sua vida, sabe onde encontrar essas informações? Considera que é ignorado quando afirma se concorda com o que quer que seja? Se tiver uma disputa com seus vizinhos (por exemplo, cercas ou cães), você está disposto a procurar mediação?” Para conhecer os sentimentos de confiança e segurança foram colocadas as seguintes questões: “Sente-se seguro quando anda pela sua rua depois de escurecer? Concorda que a maioria das pessoas pode ser confiável? Se um carro de alguém se avariar na sua rua, convida essa pessoa para entrar em casa para usar o telefone? A sua área tem a reputação de ser um lugar seguro? A sua comunidade local sente-se em casa?”. Para avaliar as conexões entre a vizinhança foram colocadas as seguintes questões: “Pode obter ajuda de amigos quando precisar? Se estivesse a cuidar de uma criança e precisasse sair um pouco, pediria ajuda a um vizinho? Já visitou um vizinho na semana passada? Quando vai às compras na sua região, é provável que encontre amigos e conhecidos? Nos últimos 6 meses, fez um favor a um vizinho doente?”. Para avaliar as conexões entre família e amigos colocaram-se as seguintes questões: “Na semana passada, quantas conversas telefônicas teve com amigos? Com quantas pessoas conversou ontem? No fim-de-semana almoça / janta com outras pessoas fora de sua casa?”. Para conhecer se existe tolerância à diversidade foram colocadas as seguintes questões: “Acha que o multiculturalismo melhora a vida na sua região? Gosta de viver entre pessoas de diferentes estilos de vida?” Para compreender o valor da vida colocaram-se as seguintes questões: “Sente-se valorizado pela sociedade? Está satisfeito com a vida que tem?” E para perceber as conexões de trabalho foram colocadas as seguintes questões a pessoas empregadas: “Sente-se parte da comunidade geográfica local onde trabalha? Os seus colegas de trabalho também são seus amigos? Sente que faz parte de uma equipa no trabalho?” (Woolcok e Narayan, 2000, pp. 225 - 249). A Universidade de Tecnologia de Sydney testou este

questionário tendo por base estas componentes em 1211 cidadãos residentes nos meios urbanos e rurais de Nova Gales do Sul, um estado da Austrália, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos (Onyx e Bullen, 2000, pp.23 - 42). Através da análise das respostas conclui-se que a conexão de vizinhança está relacionada com a tolerância à diversidade e que a participação na comunidade local está claramente relacionada com todas as restantes componentes, exceto com a tolerância da diversidade. De igual forma, foi possível comparar o nível de capital social dos meios urbanos e dos meios rurais. Nos meios rurais verifica-se um nível mais elevado de sentimentos de confiança e segurança, de participação na comunidade local e nas conexões de vizinhança. Nos meios urbanos evidencia-se níveis elevados de participação na vida comunitária e tolerância da diversidade. E por último, verificou-se que o capital social não está correlacionado com as variáveis sexo, género, trabalho, qualificações escolares e condições financeiras. Estes resultados apontam para a distinção de capital social adquirido e instrumental (Onyx e Bullen, 2000, pp.23 - 42).

Um estudo comparativo de Stolle (2001) sobre os efeitos de pertencer a associações na Suécia, Alemanha e Estados Unidos revelam que os associados desenvolvem habilidades, confiança e comportamento social no contexto do grupo, o que levou a caracterizá-las como capital social privado (Ostrom, 2003, pp.155 - 233).

As pesquisas sociais conduzidas pela National Opinion Research Center adaptaram o trabalho realizado por Putnam e criaram um indicador de participação per capita em grupos voluntários, um indicador de confiança interpessoal, um indicador de normas percebidas através da reciprocidade. Após a análise de dados, conseguiram demonstrar que vários indicadores de capital social estão fortemente correlacionados entre si, nomeadamente a desconfiança cívica com a filiação a grupos, a desconfiança com a perceção de falta de reciprocidade e a associação do grupo com a falta de reciprocidade. Todos os indicadores do capital social estão fortemente correlacionados inversamente com as taxas de crimes violentos (homicídios, assalto agravado e roubo) (Wilkinson et al., 1998, como citado em Lochner, 1999, pp.259- 270).

Os estudos dos criminologistas Sampson (1988), Sampson & Groves (1989) e Sampson, (1996), que procuram ligar o capital social ao bem-estar comunitário (baixas taxas de criminalidade e mortalidade) assumem os construtos de eficácia coletiva, entendimento psicológico da comunidade, coesão de vizinhança e competência comunitária (Lochner, 1999, pp.259 - 270).

Em 1995, foi aplicada uma escala de medição da eficiência coletiva do capital social a 8783 residentes em 343 bairros de Chicago. A escala da eficiência coletiva requer a integração de duas subescalas de Likert de 5 pontos separadas: coesão social e controlo

social informal. As respostas das duas subescalas mostram-se fortemente correlacionadas entre bairros, pelo que se consideram válidas para formar a escala única de eficiência coletiva (Lochner,1999, pp.259 - 270). Buckner (1988) para medir o capital social na dimensão de apoio social de vizinhança criou o índice de coesão de bairro a partir de respostas individuais agregadas ao nível da comunidade com a finalidade de obter uma pontuação geral de coesão de vizinhança. Lochner (1999) afirma que os trabalhos teóricos e empíricos acerca da mensuração do capital social ainda são insuficientes para oferecer um guia definitivo (Lochner,1999, pp.259 - 270) sendo necessárias mais pesquisas sobre a “coevolução” do capital social e da estrutura social que se debrucem não apenas nos efeitos positivos das relações individuais e coletivas, mas também nos efeitos nas estruturas sociais (Leenders e Gabbay,1999).

A New South Wales Study, o Banco Mundial, a World Values Survey e o Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas têm desenvolvido os seus próprios estudos de medição do capital social e defendem a criação de um único instrumento de mensuração, ajustado ao contexto social de cada país. Estas instituições reconhecidas mundialmente consideram que o capital social tem um papel preponderante e na compreensão do desenvolvimento económico, social e ambiental de cada território e na elaboração de políticas públicas.

O grupo temático do Banco Mundial criou um questionário integrado de medição do capital social (QI-MCS) assumindo a perspectiva de entendimento entre a economia e as ciências sociais e o questionamento do paradigma do desenvolvimento que se traduz exclusivamente em crescimento económico (Grootaert, Deepa, & Woolcock et al, 2003). O QI-MCS procura concetualizar o capital social ao nível micro através de Pesquisas do Padrão de Vida (PPV's) e ao nível macro através da Ferramenta para Verificar o Capital Social (FVCS).O PPV's apenas permite medir os padrões de vida dos indivíduos e domicílio, não fornece dados relativos à densidade da vida associativa ou frequência coletiva da comunidade. O FVCS, por ser um instrumento mais amplo, coleta dados ao nível dos recursos comunitários, governabilidade, ação coletiva, densidade das organizações, relação entre as organizações e a comunidade. O QI-MCS identifica as seguintes categorias para medir o capital social: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade (ou capacitação), empowerment e ação política (Grootaert, Deepa, & Woolcock et al, 2003, pp.3 - 66). E aponta os três indicadores básicos do capital social, tais como, a participação em associações e/ou redes locais (capital social estrutural – indicador de entrada acumulado); a confiança; a solidariedade e adesão às normas (capital social cognitivo – indicador de entrada de produção); a ação coletiva (produção de resultados). De igual forma, inclui uma análise ecométrica recorrendo a um

modelo multivariado de bem-estar doméstico. Ou seja, assinala também a contribuição nos aspetos monetários e não monetários do bem-estar do domicílio (consumo de bens, saúde, educação) (Grootaert, Deepa, & Woolcock et al, 2003, pp.55 - 66).

Woolcock (1999) e o Banco Mundial (2000) são os primeiros a falar de um capital social de conexão que abre oportunidades e dá voz às comunidades através da relação forte que têm com os decisores políticos das autarquias e/ou instituições. Com efeito, defendem que o que torna o capital social relevante para as políticas públicas é a medição da densidade das associações e incidência das participações locais, o intuito e a diversidade interna das redes, as expectativas das pessoas entrevistadas em relação a comportamentos que implicam confiança (número de vezes que receberam da comunidade e das redes a assistência que necessitavam) e a perceção se a cooperação é espontânea ou imposta por forças externas.

Saegert e Winkel (1998) foram os primeiros psicólogos a medir o capital social em termos de comportamento individual com foco nos comportamentos informais de vizinhança (participação formal e organizada e atividades de liderança). Os estudos concluíram que o capital social promove revitalização e a manutenção das habitações das comunidades em situação vulnerável residentes numa cidade; prevê o empoderamento que leva à participação e ao voto; traduz-se na troca de comportamentos entre vizinhos quando fornecem uma ajuda instrumental (empréstimo de bens materiais ou de tempo para assegurar alimentação ou manutenção da casa) (Perkins et al, 2003, pp.155 - 233). Perkins et al (1996) descobriram que as redes de vizinhança desempenhavam um papel preponderante sobretudo para pessoas desprivilegiadas e Prezza et al (2001) que as pessoas que mais dependiam da rede dos vizinhos eram as mulheres e as pessoas com mais filhos e menos escolarizadas (Perkins et al, 2003, pp.155 - 233).

A análise longitudinal do capital social em Portugal, entre o período de 1990 e 2008, partiu do inquérito por questionário designado pela Fundação Europeia (1978) European Values Survey. Para medir o capital social destacaram as dimensões da confiança social, as normas de reciprocidade e a participação nas redes sociais. Os resultados demonstraram que, quanto maior é o nível de escolaridade, maior será o nível de capital social e quanto maior for o nível de capital social, maior será o nível de desenvolvimento. À data, a sociedade portuguesa, que ainda apresentava baixos níveis de escolaridade, não revelou ter tomado consciência das mais-valias do investimento pessoal e por sua vez, do impacto que tem na sociedade e no desenvolvimento sustentável para as gerações futuras (Duque, 2013).

O capital social quando tratado na perspetiva comunitária e de redes como variável independente origina resultados positivos e negativos. Em contrapartida, a perspetiva institucional coloca o capital social como variável dependente e consegue produzir

resultados complementares (Woolcok e Narayan, 2000, pp.225 - 249). Narayan (1997), Narayan & Pritchett (1999) a partir dos dados de uma pesquisa efetuada a 1400 agregados familiares de 87 aldeias da Tanzânia, construíram um índice de capital social domiciliário e comunitário incluindo a densidade e características dos grupos e das redes formais e informais. Os estudos demonstram que o capital social tem proporcionalmente componentes sociais e componentes de capital com um retorno que superou o capital humano (Woolcok & Narayan, 2000, pp.225 - 249).

Nos Estados Unidos foram realizadas várias pesquisas sobre o compromisso cívico, nomeadamente a Comissão Nacional de Filantropia e Renovação Cívica (1998) que desenvolveu um índice nacional de compromisso cívico, que inclui as dimensões do contexto onde ocorre a oferta cívica, o envolvimento da comunidade, envolvimento das instituições formais de caridade, o espírito de voluntarismo e a cidadania ativa.

Varshney (2000) concentrou as suas pesquisas no papel das redes intercomunitárias demonstrando que a diversidade pode constituir-se como uma força na qual os laços sociais ultrapassam as diferentes fronteiras da comunidade. Quando explorou as raízes e determinantes dos tumultos hindus e muçulmanos na Índia concluiu que o conflito é antecipado ou disseminado nas cidades onde os membros da associação têm habitualmente uma influência na vida quotidiana (Woolcok e Narayan, 2000, pp.225 - 249).

Para Robinson (2002), o capital social reflete-se no conjunto de recursos individuais ou coletivos compartilhados numa rede de intercâmbio ou de relações reciprocamente proveitosas (Robinson et al, 2002, pp.1 - 21). Neste âmbito, significa o estoque de relações e valores coletivos. O estoque aumenta mediante o aprofundamento e intensidade dessas relações, a multiplicação, reatualização e criação de redes de relação. E diminui quando se manifestam atitudes e comportamentos xenófobos, racistas, discriminatórios, intolerantes e falta de liberdade de expressão, organização e diminuição de espaços públicos democráticos. Em linguagem económica, traz benefícios, tem estoques e uma série de valores acumulados que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro, a partir do investimento em relações de confiança e cooperação (Milan, 2004, pp.95 - 111).

Posto isto, o capital social é um recurso social (Bourdieu, 1986, Coleman, 1990, Putnam, 1995 & Woolcock, 1998) individual, grupal e comunitário (bens materiais, simbólicos e educacionais) adquirido ou instrumental acessível por via das relações sociais e das redes de conexão social através de contatos formais e informais que depende do nível de confiança, da reciprocidade, da participação cívica, da qualidade dos laços fortes (bonding), fracos (bridging) e de conexão (linking) (Woolcock, 1998), das motivações individuais e/ou coletivas, das relações de parceria (Putnam, 1995) entre os cidadãos, as associações, as empresas e

as instituições privadas e públicas. Concretiza-se no território assumindo formas diferentes como capital social cognitivo (ideias e ideais compartilhados); capital social relacional (características e qualidades dos laços fortes e fracos estabelecidos as relações sociais); capital social estrutural. O capital social estrutural ocorre através das relações sociais estabelecidas nas redes horizontais (associações, redes sociais virtuais e presenciais) e verticais (grupos religiosos, étnicos, classe social); das relações hierárquicas, das relações de mercado não mercantil e não monetária (economia substantiva - economia pública, economia social e solidária, economia doméstica). É influenciado pelo ambiente político e social de cada país, cidade, freguesia, bairro e tem implicações diretas e indiretas sobre o desenvolvimento (Woolcock, 1998). Traz benefícios para os indivíduos, uma vez que sendo produto da estrutural social (Coleman, 1990) contribui para a manutenção da coesão social e mobilidade social e constitui-se como fonte de controlo social, de apoio familiar e de solidariedade comunitária. E traz riscos ao reproduzir desigualdades (Bourdieu, 1986) derivados das obrigações tácitas uma vez que pode levar à exclusão dos não membros, a exigências excessivas a membros do grupo, a restrições à liberdade individual e a normas de nivelção descendentes.

O propósito da investigação define qual o nível de análise que se pretende medir o capital social. Como exemplos de índices de nível macro surgem: pesquisa mundial de valores (WVS) (inclui a pesquisa Europeia de Valores) Tinglehart (1997); instrumento de índice de capital social de Putnam (Putnam, 2000); general social survey (GSS); centro nacional de pesquisa de opinião, universidade de Chicago (Pesquisa Bienal); pesquisa global de capital social (Narayan e Cassidy, 2001); estudo de Nova Gales do Sul (Onyx e Bullen, 2000); o barómetro do capital social (Sudarsky, 1999); índice de saúde cívica nacional na Comissão Nacional de Renovação Cívica dos EUA (1996); ferramenta de Avaliação de capital social do Banco Mundial (SOCAT) (Grootaert e Van Bastelaer, 2002); ferramenta adaptada de avaliação de capital social (A-SCAT) (Harpham, Grant e Thomas, 2002); ferramenta de medição de capital social (SCMT) (Kitchen, Williams e Simone, 2012); índice de Relacionamento Social (Wilson, 2006); estrutura de medição de capital social do Reino Unido (Harper e Kelly, 2003); questionário integrado medição do capital social (QI-MCS) (Grootaert, Deepa & Woolcock et al, 2003). O capital social é difícil de medir visto que abrange aspetos intangíveis, depende fortemente de perceções e interpretações subjetivas, requer quadros de medição multidimensionais difíceis de operacionalizar, não há consenso sua concetualização, o seu significado pode variar em diferentes ambientes, culturas e contextos sociais, é frequentemente substituído indicadores das redes sociais, inquéritos de confiança ou taxas de participação (Claridge, 2014). A ambiguidade na definição e mensuração do capital social, segundo Akcomak (2009), só pode ser ultrapassada a partir

da realização de pesquisas e projetos multidisciplinares de coautoria. O progresso no futuro do construto do capital social passa por explorar simultaneamente a relação recíproca entre as variáveis cognitivas, comportamentais, organizacionais, de ação comunitária e de desenvolvimento comunitário (Perkins et al., 2003).

6. Fatores que influenciam a produção de capital social

As investigações comprovam que são inúmeros os fatores que influenciam a produção de capital social, nomeadamente: história e cultura; desigualdades económicas e de classe social; heterogeneidade étnica e social; estruturas sociais e hierarquia; sistemas jurídicos e de aplicação da lei; sistemas económicos e políticos, incluindo relações e estruturas institucionais formalizadas; tendências do mercado de trabalho; tamanho e natureza do estado de bem-estar social; a força e as características da sociedade civil; escala das organizações sociais; ambiente construído, incluindo transporte e design urbano; mobilidade residencial; televisão e tecnologias digitais; família; valores e confiança individual; religião e organização religiosa; idade; educação/nível de escolaridade; rendimentos; tempo de permanência no território. Estes fatores, segundo Alpern (2005), constituem-se como fontes de capital social e podem ser explicadas em diferentes níveis. No nível micro a personalidade, a idade, a família, a classe social, a educação, o trabalho, a religião e os hábitos de consumo influenciam a produção de capital social. Ao nível meso a sociedade civil, a escola, a comunidade, a heterogeneidade étnica e social, a mobilidade, os hábitos/infraestruturas de transporte e o desenho urbano afetam o capital social. E ao nível macro a história e a cultura, a estrutura social, as tendências do mercado de trabalho e a dimensão e natureza do Estado-Providência causam efeitos na produção capital social.

Tal como pode ser observado na figura 4.1, o capital social é um conceito multidimensional composto por três dimensões: cognitiva, relacional, estrutural (Nahapiet & Ghoshal, 1997). A dimensão cognitiva é definida através dos seguintes indicadores: normas e códigos de convivência e confiabilidade nos profissionais e moradores (Coleman, 1990, Putman, 1993 e Fukuyama, 1995). A dimensão relacional pelo grau de sociabilidade, grau de união entre as pessoas, diversidade cultural e nível de segurança (Bourdieu, 1986, Baker, 1990 e Burt, 1997). E a dimensão estrutural pelas relações nas redes (Putman, 1993, Ostrm, 1994, Evans, 1996, Brahm & Rahn, 1997), relações hierárquicas (Adler, 2002, pp. 17- 40) e relações de mercado não mercantil e não monetária (Polanyi, 1944 e Granovetter, 1985).

7. Relação entre idade e capital social

É frequente encontrar uma relação positiva entre a idade e o capital social. Ou seja, à medida que se avança na idade, maior é o nível de capital social (Glaeser et al. 2002; La Due Lake e Huckfeldt, 1998; Lancee, 2010; Seippel, 2006; Leyden, 2003). Estes estudos indicam que há maior probabilidade de uma pessoa mais velha confiar nas outras pessoas, conviver mais frequentemente com amigos e colegas e participar mais em eleições. Outros estudos concluem que, entre os 18 e 40 anos, há uma associação positiva entre a idade e o capital social cognitivo ao nível da confiança nas instituições e moradores e que esta perceção de confiança tende a manter-se ou a diminuir assim que a idade aumenta (Lopes e Duarte, 2010; Robinson e Jackson, 2001). Contudo, constata-se que os resultados variam consoante o indicador de análise, pois quando se relaciona a idade com o grau de envolvimento social, os mais velhos tendem a não se filiar em associações (Seippel, 2006), mas as pessoas com idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos tendem a envolver-se mais em atividades comunitárias e cívicas e os mais jovens participam ativamente em atividades públicas e eventos desportivos (Hodgkin, 2012). Outros estudos confirmam que existe uma relação positiva entre a idade e o capital social cognitivo, sendo as pessoas com mais de 65 anos que dão mais valor a sentimentos de propósito e pertença (Wenger et al., 1996). Todavia, há também evidência científica que refere que existe uma relação negativa entre a idade e o capital social relacional. Estes estudos explicam que o capital social vai aumentando com a idade, apresenta o pico entre os 18 e os 30 anos e um declínio à medida que se envelhece (Glaeser et al. 2000, 2002 e Östh et al., 2018). Apesar de não existir um aprofundado conhecimento sobre as mudanças de capital social ao longo da vida, há alguma evidência científica que ao longo da vida se comprova que há uma diminuição de redes pela perda de amigos e familiares, porém, existem pessoas que mantêm ou aumentam o capital social à medida que avançam com a idade. Visto que os estudos indicam existir uma relação entre idade e o capital social, mas que é dissemelhante nas suas diferentes formas (cognitivo, relacional e estrutural), Volker (2020) recomenda que as futuras investigações as comparem ao longo da vida. Neste sentido, formulou-se a seguinte hipótese (Figura 4.1)

Hipótese 1: A idade está relacionada com o capital social (nas suas múltiplas dimensões cognitiva, relacional e estrutural).

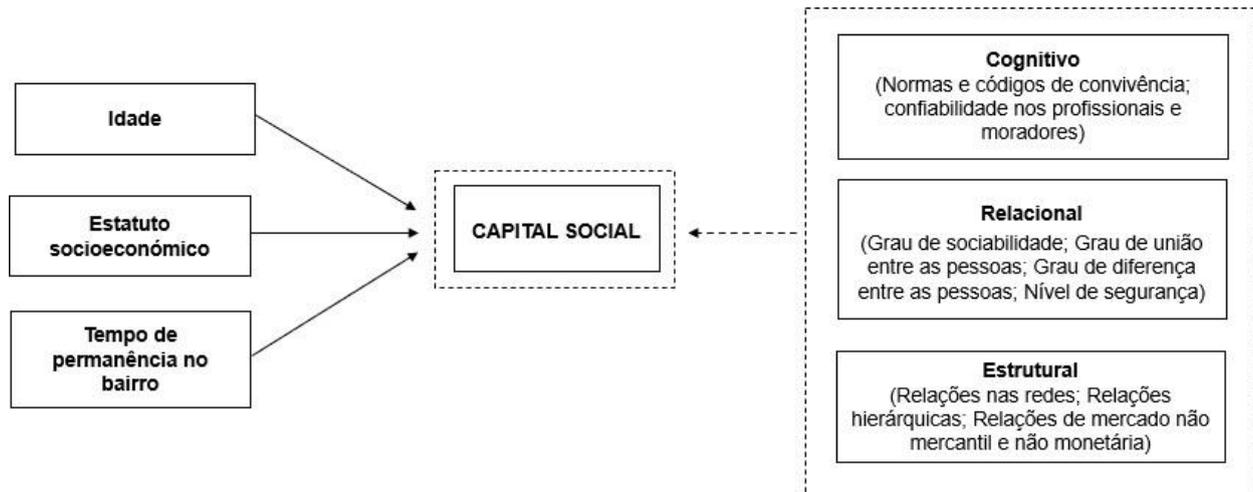


Figura 4.1 Modelo conceitual (Elaboração própria)

8. Relação entre estatuto socioeconómico e capital social

Diversos estudos indicam que quem tem mais estatuto socioeconómico tem mais capacidade para criar e mobilizar recursos sociais, por via dos laços fracos que estabelecem dentro ou fora das organizações, para obter benefícios pessoais ou coletivos (Knoke, 1999; Portes, 1998; Coleman, 1988; Claro, Gonzales, & Neto, 2008). Isto significa que conseguem ativar os recursos reais ou potenciais das redes formais ou informais duradouras, através de obrigações sociais (ligações) que podem ser convertidos num “capital económico” passível de ser considerado como “um título de nobreza” (Bourdieu, 1986, p. 210). Os níveis socioeconómicos mais elevados demonstram níveis mais altos de controlo social informal e de coesão social e de confiança nos moradores de todas as idades (Drukker et al. 2003). Os estudos de Brooks et al. (2014), Lin (2001), Erickson (2001), Granovetter (2000) evidenciam que existe uma relação positiva entre o estatuto socioeconómico e a dimensão e a diversidade das redes, não estando relacionado com a tipologia de grupos onde a pessoa está inserida. Isto significa que quem tem mais estatuto socioeconómico tem uma maior probabilidade em capitalizar o capital social através de uma rede maior e mais diversificada e não através do grupo social específico. Burt (1992) e Granovetter (1983) advogam que quem tem mais estatuto socioeconómico acede a novas ideias, informações e ofertas de trabalho através de pessoas com quem estabelecem laços fracos. As pessoas com menos estatuto socioeconómico apoiam-se em laços fortes para conseguir ultrapassar adversidades da vida. Morris (1998), Warren et al. (2001), Knack (2002), Grootaert et al. (2002) e Cleaver (2005) comprovam que as pessoas com menos estatuto socioeconómico contam apenas com a família para resolver um problema económico, escolar, de saúde ou de outro tipo. O que significa que têm um nível de capital social baixo pelo fato deste ativo se concentrar apenas no núcleo fechado. O retorno do nível de capital social mais elevado nestas pessoas é maior

quando estabelecessem pontes com diferentes tipos redes sociais, que se podem constituir como fonte de conhecimento e podem substituir a educação não formal. Outros resultados expressam que quem tem mais estatuto socioeconómico manifesta maiores níveis de interajuda, associativismo, confiança nas instituições (Lopes e Duarte, 2010) e maior nível de participação política (Östh et al., 2018). Integrando a literatura referida propôs-se que (Figura 4.1):

Hipótese 2: O estatuto socioeconómico está positivamente relacionado com o capital social (nas suas múltiplas dimensões cognitiva, relacional e estrutural).

9. Tempo de permanência no território e capital social

O território nasce num determinado espaço físico através das relações sociais formais e informais, como produto de uma apropriação social, económica, política e cultural do espaço. O espaço físico territorializa-se por via de relações de poder (Raffestin, 1993; Saquet, 2003), de relações entre grupos e espaços de convivência através da troca de bens imateriais, de relações económicas mercantis e não mercantis e das relações primitivas inatas ao ser humano pela necessidade de sentir segurança (Haesbaert, 2005). A construção do território é produto de uma ação humana que conjuntamente partilha dos mesmos códigos, normas, interesses, lutas e valores e resulta de um processo de territorialização onde as pessoas experimentam e/ou dão significado ao espaço físico que escolhem para viver (Fernandes, 2005; Schneider, 2009; Abrão, 2010).

O tempo é um indicador de construção de identidade, de estabelecimento de normas e códigos, de redes fortes de solidariedade, de valores e sentimentos de pertença que promovem a coesão social e capacidade de reagir de forma positiva a fatores externos de diversas naturezas (Sayago et al., 2006). Segundo Allebeck (2003), os territórios nos quais as pessoas vivem há mais de seis anos tendem a produzir efeitos sociais positivos. Significa que acumulam mais capital social à medida que permanecem mais anos no território. Milan (2004) refere que o tempo de permanência no bairro influencia positivamente a confiança que se tem entre os membros do grupo. Essa confiança aumenta mediante o aprofundamento e intensidade das relações e da multiplicação, reatualização e criação de redes. Polanyi (1944), Granovetter (1985) e Abramovay (2003) advogam que as atividades económicas na vida social quotidiana dos territórios permanecem e têm subsistindo ao longo do tempo tratando-se de um processo de enraizamento social que depende do tempo de permanência das pessoas no bairro. Assim, e similarmente, propôs-se que (Figura 4.1):

Hipótese 3: O tempo de permanência no bairro está positivamente relacionado com o capital social (nas suas múltiplas dimensões cognitiva, relacional e estrutural).

CAPÍTULO 2 - As dinâmicas económicas plurais da economia real – Da economia social à economia doméstica

A vida económica é composta por diferentes atividades e é nessa relação mercantil e não mercantil e não monetária que pessoas compram, vendem, negociam, investem, regateiam, trocam bens e serviços, de modo a economizar os recursos que são escassos, para garantir a subsistência e produzir o maior número de produtos para distribuir e obter lucro. É nesta lógica que se inscreve a economia considerada como “o estudo da forma como as sociedades utilizam recursos escassos para produzir bens e serviços com valor e para os distribuir entre diferentes indivíduos” (Samuelson & Nordhaus, 2012, p.4). Segundo França Filho & Laville (2004), na economia mercantil, a produção e distribuição são realizadas no mercado; na economia não mercantil, a distribuição de bens e serviços é efetivada pelo estado; e na economia não monetária, a produção e a distribuição desenvolvem-se através da reciprocidade.

A sociedade capitalista neoliberal transformou-se numa sociedade de mercado onde o trabalho, a terra e o dinheiro são considerados mercadorias. O *homo economicus* vende a sua força de trabalho para sobreviver e os investidores buscam o lucro. Estes investidores, baseados numa lógica de livre de mercado, aproveitam-se de o fato do homem estar demasiado ocupado com o trabalho e já não ter tempo para se dedicar a produzir os seus bens essenciais (Iturra, 2008). Neste sentido, o capitalismo trouxe transformações sociais irreversíveis e o cosmopolitismo comunitário (Rocha, 2019) declarou uma concorrência extrema entre as pessoas e depressa os investidores perceberam que poderiam obter lucro com o *need* e o *want* da sociedade explicado pelo economista Adam Smith (1983). Ou seja, trata-se de obter lucro com os bens necessários essenciais à sua sobrevivência humana que o homem não consegue produzir e com os bens que ele deseja para além das suas necessidades.

O paradigma dominante moderno do individualismo e do racionalismo económico (*homo economicus*) (Claridge, 2018) apropriou-se do significado formal da economia transformando o capitalismo num modo de civilização (Santos, 1992) e o significado substantivo foi perdendo a sua identidade no pensamento de alguns economistas.

1. Economia Substantiva e os seus princípios

A perspetiva substantiva da economia obriga-nos a observar para a relação entre o ser humano e o meio físico invertendo a lógica da maximização do ganho para a subsistência. Segundo Polanyi (2000), trata-se de uma perspetiva que analisa o homem como um ser que depende do meio físico para encontrar formas de satisfazer as suas necessidades materiais

de subsistência (homem armazenador, caçador, criador, artesão, consumidor). Desta forma, apesar da convivência imprescindível das diferentes variáveis da economia para a própria existência organizacional da sociedade, Polanyi (1968) afirma que existem diferenças substanciais entre as sociedades primitivas antes da industrialização e as sociedades de mercado pós-industriais. Este autor revela que antes da industrialização era “vedada a ideia de lucro; as disputas e os regateios eram (...) desacreditados; o dar graciosamente era (...) considerado uma virtude; não aparece a suposta propensão à disputa, à permuta e à troca. O sistema económico era mera função da organização social” (Polanyi, 2000, p.69). Para o autor, a sociedade primitiva era motivada pela subsistência, a economia estava embutida nas relações sociais e o mercado submerso na sociedade. Em contrapartida, na industrialização as relações sociais são motivadas pelo lucro, estão imersas na economia e são reguladas pelo mercado.

Polanyi (1977) foi um das cientistas sociais que levantou o debate sobre a perspectiva sociológica da economia, quando desenvolveu uma análise minuciosa sobre a formação da economia capitalista do mercado de Inglaterra, na obra “A Grande transformação”. Nesta obra advoga que “o homem não é puramente económico e a sociedade não é uma sociedade de mercado” (Polanyi, 1977, p.13). O autor corroborava com a ideia de Aristóteles que defendia que o homem não é um ser económico, mas sim um ser social, com efeito Polanyi (1997) afirma que a “economia do homem (...) está submersa nas relações sociais (...)” e que “age para salvaguardar a sua situação social, a sua exigência e património social” (Polanyi, 1977, p. 65). Ele defende que os sistemas económicos foram institucionalizados e organizados socialmente sob os princípios da reciprocidade (padrões de simetria), da redistribuição (padrões de centralidade) e troca mercantil ou domesticidade (padrão fechado). Assim, segundo o autor a “sociedade humana poderia ter sido aniquilada de facto, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercaram a ação desse mecanismo autodestrutivo” (Polanyi, 2000, p.98).

O princípio da reciprocidade traduz-se num “complexo sistema de dádivas entre membros de uma comunidade, não motivados pelo ganho ou pelo lucro, é possível em virtude do padrão de simetria e garante a conservação das relações sociais” (Polanyi, 2000, p.69). O autor considera que princípio da reciprocidade opera num sistema simétrico de trocas que garantem a manutenção e sustentabilidade das relações sociais. Desta forma, os recursos endógenos da comunidade são ativados segundo interesses não mercantis e não monetárias numa lógica de solidariedade.

O conceito de reciprocidade tem sido analisado sob o ponto de visto do princípio ou da norma. Para além de Polanyi, Mauss (2001), Malinovski (1976) e Vernon Robbins

identificam-na como um princípio, no entanto Durkheim e *Gemeinschaft* identificam-na como uma norma (Robbis, Durkheim & *Gemeinschaft* (s.d.), como citado em Iturra, 2008).

Mauss (2001) na obra *Ensaio Sobre a Dádiva* explica-nos que o princípio da reciprocidade implica três movimentos, nomeadamente o dar, receber e devolver bens materiais ou imateriais e que sem esses movimentos era impossível que a sociedade existisse. Todavia, Bourdieu remete-nos para a ambiguidade do conceito do dom, da dádiva:

“(...) de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca, nem mesmo a confissão de pulsões recalçadas ou, por *éclairs*, a denúncia de uma outra verdade, denegada, da troca generosa, seu carácter impositivo e custoso (o presente é uma infelicidade). Disso advém a questão, central da dupla verdade do dom e das condições sociais que tornam possível o que pode ser descrito (de modo bastante inadequado) como uma *self deception* individual e colectiva (...)” (Bourdieu, 1996^a, p.7).

Para este autor, as pessoas disputam em vários *campus* na vida social desenvolvendo *habitus* de internalização da estrutura social e da organização do mundo. O *habitus* constrói-se a partir da quantidade e volume de capital social de cada pessoa e o intercâmbio de dons só nasce naturalmente sobre o interesse do desinteresse se for internalizado através do processo de socialização primária. Malinowski (1976), um dos fundadores da antropologia social, acrescenta que a “(...) procura individual de alimentos, ou abastecendo apenas os seus próprios familiares, isolado de qualquer troca de bens, pressupõe um egoísmo calculado e frio, a possibilidade do desfrute dos bens por si próprios. Esta hipótese (...) ignora a tendência profunda para criar laços sociais através da troca de presentes. Deixando de lado qualquer consideração sobre a necessidade, ou até mesmo a utilidade do presente, (...) a julgar por sua natureza tão geral e tão básica, defendo o ponto de vista de que essa é uma característica universal de todas as sociedades primitivas” (Malinowski, 1976, p.141). Ou seja, partindo da observação dos nativos da ilha do sul do Pacífico, o autor considera que princípio da reciprocidade produz coesão mecânica, na medida em que as pessoas ou nascem ou adquirem direitos e obrigações, através das relações sociais.

Numa visão mais clássica e com origem religiosa, Vernon Robbis realça que o dar, aceitar, receber e devolver sob um contrato verbal obriga a uma continuidade nas relações sociais (Iturra, 2008). Muitos são os críticos que afirmam que numa sociedade de intercâmbio nada é gratuito, pelo que Durkheim explica que dentro da norma da reciprocidade existe uma

sociedade mecânica ou comunitária, que se rege por simbolismo e rituais religiosos sendo a colaboração sempre paga de qualquer forma, e uma solidariedade orgânica que se rege por leis nos contratos que estabelece. Porém, *Gemeinschaft* refere que a norma da reciprocidade pode ser orgânica, associativa ou de trocas separada de intercâmbio (*Gemeinschaft*, s.d., como citado em Iturra, 2008). Ainda que reconheça a existência de diferentes perspectivas, esta tese posiciona-se sob o ponto de vista de que a reciprocidade significa ajudar, assistir e ensinar o outro através de diferentes formas de amizade e gratidão. Uma comunidade opera sob os princípios de reciprocidade quando organiza e executa trabalhos coletivos com vista o benefício do bem comum e quando gere e compartilha os recursos coletivos de forma participada, participativa e responsável. Trata-se de um princípio que está associado à economia social e a economia solidária. Ambas partilham dos mesmos valores da solidariedade, respeito, ajuda mútua, autonomia, cooperação, doação e alienação (Namorado, 2014)

2. Princípio económico da reciprocidade: economia social e economia solidária

A economia social como conceito surge para dar repostas aos problemas sociais e económicos advindos da Revolução Industrial do século XIX e ao “promover a igualdade de direitos entre os membros das sociedades e a solidariedade entre os trabalhadores em geral, em particular para com os mais desfavorecidos, rompe, à partida, com princípio do individualismo económico (Singer, 2002, como citado em Namorado, 2014, p.142). À época os trabalhadores sentiram necessidade de unir e encontrar resposta aos seus problemas relacionados com as condições laborais, acesso a bens de consumo para satisfazer as suas necessidades, dar resposta à educação dos filhos, apoio aos mais desfavorecidos e marginalizados pela sociedade, uma vez que ainda não havia um Estado Social que lhes garantisse essa proteção social.

Namorado (2014) afirma que a economia social não está juridicamente constitucionalizada em Portugal, porém está subjacente a todo o sector cooperativo e social (cooperativas, mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações, Fundações, Sociedades comerciais de economia social, empresas de inserção social, comunidades gestoras de baldios e empresas em autogestão, empresas sociais). Estas organizações do terceiro setor procuram defender os interesses da sociedade civil e contribuem para o desenvolvimento do país, a partir do momento que procuram “resolver os problemas económicos e sociais que resultam da ineficácia e do mau funcionamento dos sectores do Estado e do mercado (Laville, 2010, p. 225).

Segundo Ávila (2008), a economia social diz respeito a toda a economia privada promovida pelas organizações formais sem fins lucrativos que seguem os sete princípios expressos na Carta de Princípios de La Economia Social (Namorado, 2014, p.139): primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital; Adesão voluntária e aberta; controlo democráticos pelos seus membros (excepto no caso das fundações que não têm sócios nem associados); conjugação dos interesses dos membros usuários com o interesse geral; defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade; autonomia da gestão e independência dos poderes públicos; destino da maioria dos excedentes a consecução de objetivos a favor do desenvolvimento sustentado, do interesse dos membros e do interesse em geral.

A economia social não se esgota na solidariedade social aos mais vulneráveis, pois existem também cooperativas, associações e fundações que adotam as regras do mercado e que entram em concorrência com o sector privado, mas sem fim lucrativo. Na medida em que são vistas por muitos como potenciais substitutas das empresas capitalistas, Namorado (2014) sugere que na Constituição Portuguesa “o atual terceiro sector, cooperativo e social, passe a designar-se sector da economia social, constituído por dois novos subsectores: o subsector da economia social e solidária e o subsector da solidariedade social” para evitar quaisquer equívocos na abordagem conceptual. Por conseguinte, o sector da economia social incorporava assim as instituições de solidariedade social ligadas ao sector do não mercantil e as cooperativas mais ligadas ao sector do mercado da economia social (Namorado, 2014, p.140). Por oposição, Amaro (2016) considera que encaixar a economia social sob uma forma jurídica é uma forma simplista de a caracterizar, uma vez que não englobam os princípios da sua origem, nomeadamente, o primado do interesse comum sobre o primado interesse individual, o sem fins lucrativos, primado da pessoa sobre o dinheiro e capital, gestão autónoma democrática, autonomia face ao Estado e o princípio da ação voluntária. Este debate dicotómico levou a que a economia social acabasse por seguir dois caminhos. Na primeira metade do século XIX estava ligado ao associativismo operário, do interesse comum sob a forma de mutualidades que se orientava por um projeto comum social, económico e democrático. Na segunda metade do século XIX, dirigiu-se para um caminho mais filantrópico virado para o outro e não tanto para o interesse comum que valoriza o projeto social em detrimento do democrático.

No século XX, nomeadamente nos anos 80, emerge o conceito de economia solidária resultante da crise ideológica e financeira do Estado Social e da tomada de consciência de novas problemáticas sociais e outros problemas que colocavam à prova a sobrevivência humana, como os problemas ambientais, da intolerância cultural, do risco da desertificação

humana e física de alguns territórios e da crise da democracia. Consequentemente, a economia solidária, bebendo da economia social mais ligada ao associativismo e ao pilar democrático da primeira metade do século XIX, tem vindo afirmar-se dentro da imposição neoliberalista, que nos incute de forma errónea que o mercado resolve tudo. Ela constitui-se como uma proposta economia alternativa que vai buscar formas económicas dos antepassados, vai renová-las, vai criar novas ideias, por vezes irreverentes que acreditam que é possível sobreviver sem dinheiro, sem lógica mercantil, traduzindo-se num: “(...) novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos” (Mance, 2005, p.5).

Posto isto, o princípio económico da reciprocidade é o denominador comum entre a economia social e a economia solidária que se recusam a reduzir a economia pela economia dando-lhe um carácter mais substantivo. Este princípio defende que é possível fazer-se economia a partir de um sistema de troca não mercantil e não monetária através do dar sem esperar nada em troca e do receber sem se sentir obrigado a dar algo posteriormente. A economia social cruza o interesse económico, social e político e a economia solidária, para além desse cruzamento, acrescenta o ambiental, o cultural, o territorial, o cognitivo, o modelo de gestão e o ético. Se por um lado a economia social nasce numa afirmação no mercado antes do Estado Social evoluindo e dependendo posteriormente do Estado Social, por outro, a economia solidária nasce dentro da crise do Estado Social e da consciência dos custos que o mercado neoliberalista está a provocar à sociedade e à humanidade.

A economia solidária pretende propor um modelo económico alternativo, substantivo e plural no século XXI, que assenta no eixo do princípio da reciprocidade que reúne elementos do mercado, elementos do estado e elementos da economia doméstica. Com efeito, Lisboa (2005) refere que “(...) o aspeto central da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidencia pela prática do preço justo pelos empreendimentos (...)” pelo que “(...) abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica (...)” (Lisboa, 2005, como citado em Ortigoza, 2014, p.109). Perpetua uma dimensão de solidariedade social que se caracteriza por ser emancipatória e não assistencialista, democrática e participativa, sistémica (cruzamento diferentes dimensões, de quadros teóricos e epistemológicos diferentes), ecocêntrica (solidariedade que assume que todos os seres vivos e elementos não vivos são parte do sistema da vida).

Para Singer (2000) a economia solidária promove a emancipação das pessoas em situação de pobreza permitindo a mobilidade social a partir do desígnio da justiça social e combate às desigualdades. Já França Filho (2006), na análise da economia solidária dentro dos movimentos sociais concluiu que para além da emancipação social, promove a emancipação produtiva (França Filho, 2006, como citado em Origoza, 2014). Porém, Coraggio (2011), apesar de valorizar o princípio do bem viver comum subjacente, realça que a mudança de paradigma será lenta, na medida em que envolve dimensões ideológicas, teóricas e pedagógicas. E Singer (2002) acrescenta que “solidariedade na economia só pode realizar-se, se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p.1).

A economia solidária emerge de diferentes pontos do mundo e é conceptualizada sob três perspetivas: francófona (que tem mais construtos teóricos); ibero americana ou sul-americana (que tem mais experiências pragmáticas e populares); macorronesa (que tem experiências práticas nos Açores e Cabo Verde); africana (que está por sistematizar) (Amaro, 2016). Segundo Origoza (2014) a implementação de programas de economia solidária implica um diálogo construtivo entre a economia e a política e o debate seria mais rico se acrescentasse os contributos das ciências sociais. Desta forma, vinte e seis parceiros desenvolveram investigações e mapearam cerca de 1787 iniciativas pela América latina e Caribe, América do Norte, Europa, África, Ásia e Oceania construindo uma plataforma de comunicação que visa a partilha de iniciativas da economia solidária reunidas na Rede Intercontinental de promoção da economia social solidária (RIPESS). As 1787 iniciativas de economia solidária foram organizadas pelas seguintes categorias: agricultura e alimentação; cidadania ativa; comércio justo; finanças; formação e educação; habitação e habitat; reparação; recurso e infraestruturas; reduzir, reutilizar, reparar, reciclar. Na agricultura e alimentação surgem iniciativas como: comprar local (agricultura comunitária, cabazes de legumes, compra coletiva de alimentos, compras diretas virtuais, compras diretas nas quintas, cooperativa de alimentos, mercados de agricultores locais); cultivar por si ou em comunidade (auto-colheita, compra coletiva de alimentos, iniciativa de preservação de sementes, jardins comunitários); resgate de alimentos (cozinha de alimentos resgatados, grupos de partilha de alimentos, reutilização de desperdício alimentar). Na cidadania ativa surgem: compromisso político (consciencialização para o consumo, iniciativa de democracia direta); comunidades / redes (grupos comunitários e iniciativas de parceiros); participação (conselhos de cidadania e fundo publico participativo). No comércio justo identificam-se: cidades de comércio justo; comércio direto; cooperação para o desenvolvimento; escolas de comércio justo; grossitas de comércio justo; lojas de comércio justo. Nas finanças surgem: banco do tempo; empréstimos

solidários; microfinanças; moeda comunitária; promoção de financiamento ético. Na formação e educação encontram-se: centros empresariais e incubadoras; coworking; educação solidária e sustentável; educação para o empreendedorismo; incubadora de negócios sociais; investigação solidária e sustentável. Na habitação e habitat identificam-se: cohousing; comunidade; ecovila; okupas. Na reparação surgem iniciativas como: repair café; reparação e manutenção; revender ou reparar bens. No recurso e infraestruturas evidenciam-se: cicloficina; local coletivo de produção de energia; espaço comunitário; floresta comunitária; iniciativa de mobilidade sustentável; movimento de produção de uso de bicicleta; recursos locais coletivos. No reduzir, reutilizar, reparar, reciclar distinguem-se: partilha e reutilização e aluguer de vestuários; financiamento central; loja de bens doados; mercado de produtos usados; mercado de trocas, venda de bens usados; reciclar e upcycling (reciclagem, reaproveitamento objetos antigos); reduzir (consciencialização para o desperdício e iniciativas e lojas sem embalagens). Os seus membros com este projeto designado Projeto SUSY – sustentabilidade e solidariedade económica defendem que esta proposta de alternativa económica coloca as pessoas e o planeta no centro da sua atividade e ao promover indicadores de desenvolvimento e bem-estar, não de crescimento, combate a pobreza a partir de uma mudança sistémica transformadora e sustentável que procura dar resposta ao nível local.

Silva (2010) distingue um investimento económico solidário, de um projeto alternativo comunitário e de uma empresa capitalista segundo as categorias: lógica, relações internas, protagonismo, educação, projeto de desenvolvimento, políticas e cadeia produtiva. Um investimento económico solidário assenta na lógica da ampliação da qualidade de vida, na autogestão e cooperativismo dentro das relações internas, no protagonismo direcionado para as organizações do movimento, na educação para a solidariedade em rede, no projeto de desenvolvimento sustentável, na política de fortalecimento de redes e das suas representações e na cadeia produtiva de uma rede de complementaridade solidária. Um projeto alternativo comunitário assenta na lógica de autossustentação comunitária, na distribuição comunitária de tarefas dentro das relações internas, no protagonismo direcionado para as representações comunitárias, na educação para a solidariedade comunitária, no projeto de desenvolvimento com vista a promoção humana local, na política de relações comunitárias e na cadeia produtiva de subsistência sem articulação. Em contrapartida, uma empresa capitalista assenta numa lógica de acumulação/ lucro, nas relações internas entre patrão versus empregado, no protagonista dirigido para as representações empresariais, na educação para a competitividade e individualismo, no projeto de desenvolvimento Monopolista Predatório do meio ambiente e das pessoas, na política não inclusiva e compensatória e na cadeia produtiva tecida numa rede de competição e exploração monopolista.

De fato, quer as empresas capitalistas, os projetos alternativos comunitários quer os investimentos em economia solidária podem ser observados à escala territorial contribuindo para o seu desenvolvimento. No entanto, esta tese pretende delegar para segundo plano as empresas capitalistas sublinhando que o princípio de reciprocidade subjacente à economia social e à economia solidária visa a igualdade entre os membros da comunidade através da troca simétrica dos seus excedentes, a autonomia em relação ao poder central, a responsabilidade na gestão dos recursos comunitários e o voluntarismo e a participação democrática (Polanyi, 2000).

3. Princípio económico da Redistribuição

Por outro lado, a sociedade também se organiza economicamente sob o princípio da redistribuição que se apoia no padrão de centralidade. Trata-se de um “(...) movimento para um centro e depois para fora dele (...)” (Polanyi, 2000, p.84) assegurado por um “(...) intermediário na pessoa do chefe ou outro membro proeminente do grupo (...)” (Polanyi, 2000, p.71) ou por uma organização central a quem o Estado delegou essa competência. O objetivo é armazenar a produção do grupo para posteriormente ser repartida igualmente por todos. Segundo Polanyi (2000), as organizações controladas pelo estado ou a sociedade civil que se organizam sob o princípio da redistribuição concentram a produção num só local e, através de mecanismo e regras de controlo democraticamente definidas, redistribuem-na igualmente por todos.

Os sistemas de redistribuição eficiente, segundo as políticas sociais do *Welfare State Social Democrático* dos países nórdicos, produziram efeitos económicos ao obterem maior financiamento e menos gastos sociais, através da tributação advinda do aumento da oferta de emprego e do aumento da produtividade da sociedade. O princípio do universalismo e a desmercantilização está subjacente a estas políticas que seguem o princípio da redistribuição. Todos os segmentos sociais são incorporados a um sistema universal de seguros onde todos são beneficiários, dependentes e pagadores e cujo fim último é a emancipação de todos (Esping-Anderson, 1990). Desta forma, o princípio de redistribuição de que aponta Polanyi (2000) está implícito aos Programas Alimentares providenciados pelo Estado, às Cooperativas Agrícolas, às Cooperativas Olivicultores e aos movimentos sociais de angariação de fundos com missão de redistribuir pela comunidade, aquando uma catástrofe, calamidade, emergência ou necessidade. Facto que atualmente está presente na crise social e económica mundial derivada da pandemia coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) designado mundialmente por Covid 19.

4. Princípio económico da domesticidade

Os sistemas económicos para além de se organizarem sob os princípios da reciprocidade e de redistribuição também se organizam sob o princípio da domesticidade que segue um padrão fechado tratando-se de um “princípio de autossuficiência voltada para o uso e não para o lucro (Ambrosini e Filippi, 2008, p.134) em que nas sociedades primitivas “a prática de prover as necessidades domésticas próprias nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com instituições de mercados” (Polanyi, 2000, p.73). É evidente encontramos nos territórios grupos familiares que encontram estratégias de se autossustentarem produzindo e armazenando produtos e bens. Esta forma de subsistência ou sobrevivência materializada, por exemplo, nas hortas comunitárias, nos pequenos arranjos de costura, de construção civil, de mecânica e informática, venda de pastéis ou bolos, complementa os rendimentos baixos provenientes de empregos precários ou de prestações sociais providenciadas pelos estados.

Polanyi (2000) advoga o sentido substantivo da economia ao analisar as atividades económicas tradicionais que subsistem nas sociedades modernas defendendo que embora a economia mercantil tenha prevalecido no capitalismo, não aniquilou de todo outras relações de mercado. Assim, a economia social (princípio da reciprocidade), a economia pública (princípio da redistribuição) e a economia doméstica (princípio da domesticidade) conviveram simultaneamente e colaboraram para o desenvolvimento dos territórios, mesmo que de forma invisível. O autor partilha da ideia de que a economia está enraizada na vida social e que as relações de mercado mercantil, não mercantil e não monetária são concomitantes no processo de organização das sociedades. Posto isto, defende o *enraizamento* da economia na vida social e dá o mote para a fundação da nova sociologia económica demarcada pelo Granovetter (1985), que tendo por base a teoria das redes, advoga que tanto nas sociedades pré-industriais como nas industriais, a economia estava enraizada na vida social. Ao conceito de enraizamento de Polanyi (2000), Granovetter (2007) apenas acrescenta à ideia o facto de a economia estar enraizada nas redes ao afirmar que “os factos económicos não ocorrerem num vazio, mas dentro de um marco social, composto por relações sociais variadas que envolvem a confiança, instituições, organizações e redes interpessoais concretas (Granovetter, 2007, p. 8).

Na análise das relações socioprodutivas na Resex Baixo Juruá no Brasil realizada por Ferreira, Junior & Freitas (2017) o princípio da redistribuição é operacionalizado através da Associação de Trabalhadores Rurais do Juruá que é responsável pela manutenção do espaço, pela gestão do tempo oferecido por cada pescador para a produção coletiva, pelo recolhimento, centralização, comercialização e redistribuição dos lucros. Constatou-se que os nordestinos e os indígenas estabeleceram cruzamentos familiares e desenvolveram

contramovimentos impermeáveis à monocultura de exploração e expansão da agricultura e pecuária. Este processo corrobora com os pressupostos de Polany (2000) e Granovetter (2007) ao comprovar que, mesmo na sociedade moderna, a economia está enraizada na vida social e de que os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade podem promover condições sociais para a mobilização da sociedade civil em prol da preservação da natureza ou modos de vida. O princípio da reciprocidade e domesticidade verificam-se na Casa de Farinha, onde as pessoas com laços de vizinhança, de parentesco, de amizade ou de crenças religiosas se unem para produzir farinha de mandioca para consumo próprio e comercialização do excedente. A comunidade do Juruá através das relações sociais e/ou de redes sociais promovem atividades económicas e sociais respeitando e preservando as potencialidades e limitações naturais do ambiente onde estão geograficamente instalados.

De igual forma, na análise das relações económicas e sociais da comunidade de fruticultores do Povoado Cruz (Currais Novos, RN) do Brasil (Fabiola, Clério & Dirceu et al ,2019) é visível que, mesmo num contexto de mercado, a economia está enraizada no social e os sistemas económicos podem basear-se em princípios já aqui explicados. A reciprocidade observa-se na organização e realização de trabalhos coletivos e o uso compartilhado de recursos coletivos geridos pela comunidade como irrigadores, ensiladeiras, despoldadeira, envasadora de polpa de fruta. Esta relação de amizade, confiança e solidariedade com vista o bem-estar comum influencia a cooperação e a permanência dos membros na Associação Clube de Mães e Jovens Teresa Celestina que se rege pelo princípio de redistribuição. A Associação Clube de Mães e Jovens Teresa Celestina, em 1955, fabricava peças artesanais (redes de bordados, panos, etc) vendia a outras comunidades com o objetivo de sustentar as suas famílias e decidiu enveredar para a fabricação de polpas de fruta quando se aperceberam que devido à falta de consumo havia desperdícios elevados de fruta. Desde então, em 2005, candidataram-se ao subsídio no Programa Desenvolvimento Solidário para a construção da mini agroindústria familiar de polpa de frutas, adquiriram máquinas e equipamentos necessário à fabricação, requalificaram a sede e promoveram cursos de capacitação e treinamento de serviços e de gestão. O princípio da domesticidade nesta comunidade de fruticultores do Povoado Cruz encontra-se para além do contexto familiar e está implícito quando os produtores utilizam os recursos financeiros provenientes da venda dos produtos para aquisição de bens de primeira necessidade. O mesmo estudo aponta para alguns constrangimentos, nomeadamente a presença de sentimentos de injustiças entre os produtores e a dificuldade de passar para as gerações mais novas o sentimento de comunidade, visto que as mesmas manifestam que colaboram em função do lucro individual. No entanto, Alexandre Chayanov (1991) defendia que as unidades rurais ganhavam escala e um potencial maior, que propriedades rurais privadas, ao unir-se às cooperativas, pois

permitiria a sua sobrevivência, a adaptação a inovações técnicas e controlo no desenvolvimento da industrialização, uma vez que afirma que:

“(...) esta concentração vertical, segundo a situação económica geral, assumia a forma de cooperativa ou mista e não capitalista. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou totalmente, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas a pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com o seu próprio capital a estes empreendimentos ou foram capazes de criar capital social” (Chayanov, 1986, como citado em Abramovay, 2012, p.79).

As reflexões de Polanyi (2000) e Chayanov (1986) acerca da coexistência da economia do mercado e as relações de mercado de base não mercantil e não monetária são atemporais. Com efeito, Besen & Plein et al (2019) referem-nos que Polanyi (2000) desenvolveu a teoria da economia plural partindo dos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade, deu uma introdução ao conceito de economia solidária e acredita na força dos contramovimentos que iam ocorrendo em determinados territórios. Já Chayanov desenvolveu a teoria da unidade económica camponesa, a teoria das cooperativas camponesas, o aumento de unidades familiares para manutenção da unidade económica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas, na medida em que acreditava que a solução passa pelo cooperativismo. Em contrapartida, Granovetter (1973) desenvolveu uma ferramenta sociológica de análise de fenómenos económicos e comprovou, no seu estudo empírico sobre procura de trabalho, que as redes sociais (laços de amizade, conexões familiares, coautoria de relatórios e viagens partilhadas) influenciam a dinâmica da procura de emprego. Os dados conclusivos desta pesquisa contrariam as teorias da economia convencional e provocaram reações positivas na análise de redes da sociologia por todo o mundo nos finais do século XX. Por conseguinte, Granovetter (2007) critica a teoria das escolhas racionalizadas (ideia subsocializada subjacente ao individualismo sociológico) e a teoria culturista (ideia sobrevalorizada de que as ações do homem são sempre influenciadas pelas normas, crenças e valores) por considerar que estas atomizam as pessoas. Estes pressupostos fundamentaram as teorias de autores que defenderam que as redes sociais se transformam num recurso de interesse económico ou uma estrutura de trocas com finalidades empresariais.

Ao conceito de enraizamento, definido por Polanyi e aprofundado por Granovetter, os autores Zukin & DiMaggio (1990) acrescentam as dimensões culturais e políticas. Neste sentido, consideram que existem quatro tipos de enraizamento: cognitivo (capacidade para

agir em contextos económicos incertos); cultural (influência dos valores, normas e crenças coletivas sobre as dinâmicas económicas); social (a influência das relações sociais de Polany e das redes sociais de Granovetter nas dinâmicas económicas); político (influência das lutas de poder entre as relações de mercado mercantil e não mercantil nas dinâmicas e decisões estratégicas económicas).

Entre os críticos de Granovetter (2007) surge Bourdieu (2000) que considera que o autor confunde as interações sociais das redes com relações entre posições sociais que são moldadas e modificadas culturalmente. Bourdieu (1963) através do estudo etnográfico comparativo entre o mundo tradicionalista dos camponeses argelinos e o mundo capitalista moderno dá conta que os camponeses argelinos tinham uma relação emocional e mística com a terra, o trabalho não estava relacionado com produtividade, o dinheiro e o crédito era inferior à troca e os investimentos eram comerciais. Assim, considera que a sociedade moderna é dominada pelo trabalho, assalariado e capitalismo. Este autor desenvolveu a ideia alternativa ao enraizamento, visto que procurou conceptualizar a economia como um campo, ou seja, como uma estrutura real e potencial de relações. Nesta estrutura, para além do capital financeiro, desenvolvem-se outras formas de capital preponderante, como capital social, cultural e simbólico. O ator económico para Bourdieu (2000) não age de forma racional e conseguiu comprová-lo através da análise dos conceitos de campo, habitus, capital e interesse. Todavia, Granovetter (2007) introduz a dimensão omitida pela economia e torna-se pioneiro da Nova Sociologia Económica (NSE) ao analisar a influência das relações sociais na economia e como as ações económicas se inserem na vida social. A NSE propõe "(...) análises sociológicas de temas económicos fundamentais, tais como os mercados, os contratos, o dinheiro, o comércio e o banco" enquanto que a Sociologia Económica resumidamente se centrava "(...) nos pré-requisitos da vida económica" (Granovetter, 2000, p.203). Ou seja, a NSE de Granovetter, também caracterizada pela sociologia da "vida económica" ou da "atividade económica", identifica três fenómenos económicos distintos: ação económica, instituições económicas e os resultados económicos.

5. Ação económica e relações económicas

Granovetter (1992) define a ação económica como uma forma de ação social desenvolvida através das redes e relações sociais, onde operam simultaneamente interesses económicos, sociabilidade, reconhecimento, estatuto e poder. As instituições económicas são sistemas de organização económica construídas pelas sociedades e os resultados económicos traduzem-se no preço e nos salários, por exemplo. Granovetter (1985) afirma que as ações económicas se inserem ao nível relacional (relações pessoais entre família, amigos, colegas de trabalho, etc) e ao nível estrutural (relações mais afastadas que dependem de laços fortes e/ou laços

fracos). Para o autor, as ações económicas estão enraizadas nas redes pessoais que por sua vez formam redes de empresas identificando a existência de grupos económicos (business groups) em todas as economias capitalistas, como por exemplo os *zaibatsu* no Japão e os *chaebol* na Coreia.

A teoria de Granovetter, apesar das críticas profundas que lhe eram apontadas, nomeadamente o ter descorado o papel fundamental regulador do Estado na vida económica, contribui para a mudança do paradigma da antiga sociologia económica a partir dos pressupostos dos clássicos como Durkheim (1995), Weber (1991) e Pearson (1976). Durkheim (1995) considera que as relações de mercado estão desenraizadas nas relações sociais. Para o autor o mercado é visto como uma instituição, um fato social e uma construção social que pode ser analisado segundo métodos das leis naturais. Ou seja, defende que o investigador social pode olhar para o objeto social da mesma forma como o investigador das ciências exatas despidendo-se dos seus preconceitos e pré-conceitos e utilizando métodos de investigação hipotético-dedutivos. O constructo de base naturalista positivista de Durkheim tem como pressuposto que no mercado, visto como uma construção social, está instalada a noção de contrato, pelo que para o autor a sociedade moderna é uma sociedade de mercado e contratual. Assim, qualquer troca mercantil resultante do trabalho ou das relações sociais tem um papel socializador, uma vez que para o autor a:

“(...) coesão social no âmbito da solidariedade orgânica nasce das interdependências decorrentes da especialização e da divisão social do trabalho. A sociedade moderna prescinde da forte consciência coletiva, que assegura a coesão social nas sociedades tradicionais, onde não há divisão do trabalho [sic]. Portanto, a relação mercantil, que obriga pessoas a entrar no mercado para trocar bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência, encerra uma dimensão socializadora (...)” (Durkheim, 1995, p.200)

Em contrapartida, Weber (1864-1920), um clássico da sociologia económica, apenas convergia com o pensamento positivista de Durkheim no que concerne a observação do objeto social desprovida de juízos de valor. O autor incidiu sobre a explicação e a influência recíproca dos fenómenos económicos e não económicos. Ao fenómeno económico, que influencia os fenómenos não económicos, designou fenómeno economicamente relevante. Ao fenómeno não económico, que influencia os fenómenos económicos, chamou fenómeno economicamente condicionado (religião, grupos de interesse, etc). Contribuiu para o surgimento da propriedade privada (terras, propriedade e firmas) através dos estudos sobre empresas comerciais medievais e venda de terras no início de Roma explicando que as ações económicas que se estabelecem entre duas pessoas promovem relações de conflito, concorrência e poder. Porém, se as pessoas mantêm sentimentos de pertença entre elas a

relação passa a comunitária e na eventualidade de estarem juntos por um interesse comum a um associativismo. Para o autor as relações económicas e as relações sociais são abertas ou fechadas (Weber, 1968). Defende que se deve analisar a ação económica individual a partir da estrutura social onde convive a ação económica, a ação social e ação socioeconómica.

A ação económica é motivada por interesse, orientada para o utilitarismo e para as expectativas socialmente aceites e divide-se em duas tipologias, nomeadamente ação económica tradicional e ação económica racional. A ação económica tradicional diz respeito às relações económicas estabelecidas sob o princípio de domesticidade, desde a manufatura tradicional e outras formas de ganhar dinheiro para a subsistência e colmatar as necessidades. A ação económica racional refere-se às relações económicas mercantis, desde atividade bancária a empresas modernas. A ação social é considerada pelo autor como uma ação orientada para o outro, divide-se em quatro tipologias: ação social tradicional (hábitos ou tradições); ação social afetiva (emoções); ação social racional de valores (os ideais alimentam, a relação); ação social instrumental relacional (interesses materiais). A ação socioeconómica trata-se de uma ação orientada para o outro impulsionada por interesses económicos, tradições e emoções (Weber, 1991). Todavia, para Pearson (1976), uma ação significa um sistema, pelo que a ação social ou sistema social significa uma "(...) interação direta ou indireta dos seres humanos entre si" (Pearson, 1976, p.49) que depende do meio que os motiva a atuar, da satisfação adquirida e do aperfeiçoamento do sistema. O autor defende uma conceção holística e sistémica do fenómeno social da economia. A nova sociologia observa a economia como uma totalidade social contrariando a ideia da separação entre a economia e o social. Desta forma, recorre a teorias económicas alternativas para explicar a racionalidade e utilitarismo do indivíduo e a constituição e reprodução de instituições. Outros autores contemporâneos que deram contributos para o constructo da sociologia económica, para além de Bourdieu (1930-2002), são Schumpeter (1883-1950), Georg Simmel (1858-1918), Talcott Parsons (1902-1979), James Coleman (1926-1995) (Iturra, 2008). Schumpeter (1883-1950) inspirou-se nas teorias de Weber e procurou aproximar a sociologia económica às teorias económicas descrevendo que a sociologia económica estuda o comportamento económico das instituições de um território. Este autor, associado à teoria do empreendedorismo, distingue-se por defender que os comportamentos individuais, estruturais e familiares afetam o capitalismo (Schumpeter, 2003). Simmel (2006) afirma que sem confiança a sociedade simplesmente não podia existir e na sua análise de interesses descreve duas proposições gerais, nomeadamente que os interesses promovem as relações sociais e os interesses económicos podem assumir várias expressões sociais introduzindo a dimensão da concorrência que significa fazer o que o outro faz, mas melhor. O autor refere que a concorrência advém da competição que nada está relacionada com o conflito que leva

o confronto entre dois atores. Talcott Parsons (1937) atacou as redes sociais utilitárias dando conta que as normas incorporam valores não utilitaristas e são necessárias para a organização e integração social. O autor afirma que a economia é um subsistema que interseja com os subsistemas político, integrador, cultural (Iturra,2008). James Coleman (1985), através do artigo *atores, recursos, interesses e controlo* advoga que os economistas descoraram a dimensão das relações sociais na sua análise. Desta forma, alega que o interesse leva a dois atores a interagirem e por sua vez a criarem um subsistema social. Outros conceitos de grande relevo para a sociologia economia analisados por este autor foram o da confiança, corporação e capital social.

Mingione (1997) no seu livro *Sociologia da vida económica* desenhou um esquema analítico das atividades de trabalho que se constituem como ações económicas e socioeconómicas de carácter formal, legal e monetário; de carácter informal, ilegal e monetário; atividades criminosas; e de carácter informal, não regulamentado e não monetário. As ações económicas e socioeconómicas de carácter formal, legal e monetário correspondem a atividades produtivas contratualizadas. As de carácter informal, ilegal e monetário fogem a legislação fiscal sem qualquer tipo de contratação inscrevendo-se aqui as atividades criminosas como o furto, o tráfico de drogas e falsificação, atividades remuneradas de tráfico humanos e exploração do trabalho infantil. As ações económicas e socioeconómicas de carácter informal, não regulamentado e não monetário associam-se as atividades sociais e/ou voluntárias resultantes de relações de reciprocidade e de ajuda entre vizinhos; atividades de auto produção que ocorrem no interior do núcleo familiar como hortas; atividades domésticas como limpeza, cuidado dos filhos/netos, preparação de refeições.

Um número significativo de sociólogos advoga que o interesse próprio é uma força exógena inata à natureza humana e que o comportamento económico se move através de relações sociais primárias, relações de poder, relações institucionais e convencionais, redes e papéis sociais. Numa sociedade desenvolvem-se simultaneamente ações da vida económica e socioeconómica que dependem das motivações e interesses materiais e imateriais estabelecidos entre cada pessoa ou grupo de pessoas. As ações da vida económicas e socioeconómicas constituem-se como dinâmicas económicas plurais da economia real que coexistem nos territórios de intervenção da ação social. Estas dinâmicas económicas plurais que estão incrementadas invisivelmente, através dos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade, ao nível das instituições do setor público, do terceiro sector, da sociedade civil e das empresas, contribuem para o desenvolvimento dos territórios. Posto isto, a reciprocidade assume um padrão de simetria e ocorre nas redes de tipo horizontal (associações e redes sociais) e de tipo vertical (religião, classe, grupo etário).

A comunidade é responsável pela troca de tempo, dinheiro, bens e serviços. Estas relações sociais dependem da motivação e capacidade de altruísmo, confiança, participação social, empatia, ação coletiva, obediência, associativismo e autogestão entre os seus membros. A redistribuição assume o padrão de centralidade sendo identificada uma autoridade para ser responsável pela redistribuição justa de bens e produtos. Esta relação social ocorre nas redes horizontais e verticais de um território e depende da motivação dos seus membros e dão oportunidade de acesso à informação, apoio social, acesso ao poder, segurança social, segurança espiritual e mobilidade social. A domesticidade assume um padrão fechado e ocorre na rede vertical (religião, classe, grupo étnico) sendo um grupo familiar responsável pela produção, armazenamento e autossustento de todos. Esta depende da motivação e da capacidade de altruísmo, confiança, obediência, participação social, empatia, altruísmo, motivação, associativismo e autogestão dos seus membros.

As dimensões de relações de mercado não mercantis e não monetárias do capital social e da economia convergem nos pressupostos que as sustentam, os autores que procuraram ampliá-las remetem-nos para a necessidade de explicar os conceitos de confiança, obediência, participação social, empatia, motivação, altruísmo, associativismo.

A confiança é necessária para a sobrevivência humana, na medida em que o homem só assim consegue relacionar-se com os seus pares. Configura-se como um “mecanismo de controlo da vida social e económica” (Lima & Gomes de Castro, 2002, pp.93 -115). Existem dois tipos de confiança ao nível mais básico também designada fiabilidade (ocorre espontaneamente através das relações sociais) e ao nível mais profundo (ocorre segundo uma vontade e promessa através de relações morais). A atribuição da confiança pode assumir uma forma cognitiva (expectativas de fidedignidade) e interpessoal (atitudes de afeto, emoções e motivações) (Ketzner, 2016).

A obediência traduz-se numa ação de escutar e receber de forma passiva o que uma figura de autoridade, um líder ou uma pessoa procura transmitir. Existem diversos tipos de obediência, convém aqui destacar a obediência solidária, sociológica, voluntária, religiosa e antecipada. A obediência solidária está relacionada com a convicção em ideais vinculados num grupo. A obediência sociológica é vista por Weber como um domínio ou controlo em oposição ao poder. A obediência voluntária diz respeito às normas interiorizadas ou consciência dessas normas. A obediência religiosa está ligada à crença nas palavras proferidas por um líder religioso. E a obediência antecipada está associada à ideia preconizada antes da ordem dada (Milgram, 1974).

A participação social é construída a partir das mudanças sociais que ocorrem nas sociedades (Ammann,1981) e significa o exercício de poder de cada pessoa, na comunidade ou grupo que está inserido (Guerra, 2006). Pode ser coletiva (Mass & Lampert, 2002) e ou orientada para a união (Haak et al 2008) quando cada elemento se envolve ativamente com vista alcançar objetivos comuns. Trata-se de práticas de sociabilidade e convivialidade (Duarte, 2001) que ocorrem no seio de um grupo com um interesse comum, em que cada elemento intervém nas tomadas de decisão (Palacios,1994), na execução, na organização, na avaliação. Pode ser produtiva ou orientada para a performance quando as pessoas se envolvem socialmente oferecendo prestação de bens e serviços com vista o bem comum (Ammann,1981, Guerra,2006, Mass e Lampert,2002, Haak et al 2008, Duarte, 2001, Palacios,1994, como citados em Teiga, 2012:39).

Stein (2005) dedicou-se à investigação da essência da empatia defendendo que significa uma coparticipação na vivência dos sentimentos do outro. Para o autor, traduz-se num fenómeno que ocorre em três fases, primeiro existe uma apreensão do que o outro está a vivenciar, de seguida essa vivência é transferida internamente e por último é absorvida e percecionada da mesma forma que o outro, numa espécie de simbiose de sentimentos vivenciados.

Comte (1850) advoga o conceito de altruísmo em oposição ao egoísmo protelado nas sociedades industriais. Alega que se trata de uma capacidade de viver para e no outro como uma espécie de religião da humanidade. O autor fez uma topografia do cérebro humano e descreve as funções intelectuais e afetivas que separam o coração (lado afetivo), do espírito (lado reflexivo) e do carácter (lado da ação). Refere que o conflito entre o egoísmo e o altruísmo ocorre no lado da ação. O altruísmo requer a existência de relações sociais e forma-se por três instintos: apego, veneração e bondade. Em contrapartida, Spencer (1968) diverge da opinião de Comte quando considera que o altruísmo e o egoísmo são indicadores úteis para a criação de riqueza e coexistem desligados de qualquer tipo de ideologias religiosas. Por conseguinte, alega que existe uma concorrência altruísta que permite a passagem do egoísmo ao altruísmo, a partir de processos de cooperação entre os interessados.

A motivação, segundo Lieury & Fenouillet (2000), traduz-se num: "(...) conjunto de mecanismos biológicos e psicológicos que possibilitam o desencadear da ação, da orientação (para uma meta ou, ao contrário, para se afastar dela) e, enfim, da intensidade e da persistência: quanto mais motivada a pessoa está, mais persistente e maior é a atividade" (Lieury & Fenouillet, 2000, p.9). Desta forma, existem fatores intrínsecos a cada pessoa que as leva a estar motivada para agir. Esta motivação pode estar intrinsecamente ligada ao sistema hierárquico das necessidades básicas proposto por Maslow (1954) organizado por

necessidades biológicas, sociais e complexas. Contudo, Bzuneck (2004) realça que: “A motivação tem sido entendida ora como um fator psicológico, ou conjunto de fatores, ora como um processo. Existe um consenso generalizado entre os autores quanto à dinâmica desses fatores psicológicos ou do processo, em qualquer atividade humana. Eles levam a uma escolha, instigam, fazem iniciar um comportamento direcionado a um objetivo (...)” (Bzuneck, 2004, p.9).

O associativismo é visto por Cohen (1999) como a capacidade de se inserir em movimentos sociais em defesa dos grupos mais vulneráveis e excluídos e por Fung (2003) como um instrumento de promoção de espaço de cogestão de políticas públicas com efeito democrático. Existem três tipos de associativismo, nomeadamente aquele que está ligado a organizações voluntárias e autónomas sem fins lucrativos, o que está ligado aos movimentos sociais e aquele que está desligado da política e da economia. O que está ligado a organizações voluntárias e autónomas sem fins lucrativos enfatiza a cooperação em benefício mútuo. O que está ligado aos movimentos sociais parte de uma identidade coletiva que reivindica a ordem social exigindo mudanças nas relações de poder. E o que desligado da política e da economia assenta na defesa de direitos e movimentos sociais numa lógica de mediação com a esfera pública, com o objetivo de influenciar as decisões políticas (Lüchmann, 2014).

Estes conceitos de motivação e capacidade de altruísmo, confiança, participação social, empatia, ação coletiva, obediência, associativismo e autogestão entre os seus membros influenciam as dinâmicas económicas plurais da economia real promovidas pelos sujeitos de intervenção da ação social territorializada. Estas dinâmicas económicas plurais vão ser analisadas sob a perspetiva da economia substantiva, segundo os pressupostos da Nova Sociologia Económica.

A economia substantiva remete-nos para as relações de mercado não mercantis e não monetárias tradicionais que subsistem na sociedade moderna assumindo-se como formas de organização dos territórios. Traduz-se nas relações económicas que ocorrem num contexto social e integram valores sociais, laços comunitários e identidade cultural segundo os princípios da economia real que se constituem como elementos tangíveis e mais valorizados na vida quotidiana das pessoas e produzem valor económico: princípio da reciprocidade (economia social e economia solidária); princípio da redistribuição (economia pública); princípio da domesticidade (economia doméstica) (Polanyi, 2000). É composta por dinâmicas económicas plurais (ações da vida económica e socioeconómica) enraizadas na vida social (Polanyi, 1944) e nas redes (Granovetter, 1985) que simultaneamente se desenvolvem nos territórios e dependem das motivações e interesses materiais e imateriais estabelecidos entre

cada pessoa ou grupo de pessoas. É caracterizada por dinâmicas económicas plurais da economia real que invisivelmente coexistem e colaboram para o desenvolvimento integral dos territórios de intervenção da ação social territorializada, onde opera o Serviço Social.

CAPÍTULO 3 - Território, Desenvolvimento, Ação Social e Serviço Social

1. Território

O conceito de território assume uma omnipresença e amplitude em várias áreas científicas. Os geógrafos congratulam-se por terem fundado o conceito que vai para além do entendimento do espaço. Os biólogos e ecólogos reconhecem-no como um bioma ou ecossistema de análise do habitat dos seres vivos. Os antropólogos e etnólogos descrevem-no para definir o espaço onde se promovem relações sociais e conexões tendo por base símbolos e representações. Para os economistas, sociólogos e planeadores, o território não é apenas espaço físico, é relacional. Com efeito, Haesbaert (2005) identifica quatro macrodimensões do território: política, economia, cultural e a naturalista.

A dimensão política explica-o como um espaço bem definido onde hegemonicamente ocorrem relações de poder. A dimensão cultural refere que o território provém dos bens imateriais (simbólicos/subjetivos) produzidos através da relação entre os grupos e o espaço de convivência. A dimensão económica identifica-o como um recurso e um local onde ocorrem relações económicas mercantis e não mercantis imbuídas na dialética entre a classe social e o capital-trabalho. E por fim, a dimensão naturalista do território evidencia a conceção primitiva e inata do ser humano da necessidade de demarcação do espaço físico, para sentir segurança (condições de abrigo e conforto).

Pese embora se considere que estas quatro dimensões não deveriam conviver de forma desfragmentada, ainda está incrementada a ideia da supremacia económica mercantil em relação às demais. Tal fato, leva a Haesbaert (2005) advogar a perspetiva integradora do território que incorpore as questões ambientais no seu processo de reordenamento e que reconheça que os processos participativos são o instrumento eficaz para o Estado gerir, controlar e mediar as vontades das comunidades. Posto isto, o autor afirma que existem várias formas das pessoas experimentarem ou darem significado ao espaço físico que escolhem para viver. Estas formas a que designa por territorialização, têm quatro objetivos, cuja combinação depende do contexto onde se desenvolvem. No processo de territorialização as pessoas procuram por um lado, abrigo físico (recursos materiais) e controlo sobre o espaço físico individual e por outro, procuram grupos de interesse, controlar as conexões e as redes definindo fronteiras geográficas, mesmo que virtuais. Haesbaert (2005) menciona ainda que existem territorializações fechadas, político-funcionais, político-flexíveis e múltiplas.

A territorialidade fechada (uniterritorial) não é permeável à pluralidade e diversidade cultural, prevalecendo a presença de determinados grupos culturais em detrimento de outros.

A territorialidade político-funcional, apesar de respeitar a pluralidade cultural, não admite pluralidade de poderes, ao contrário da territorialidade político-flexível que aceita a ideia de espaços multifuncionais com a presença de pluralidades de poderes. A territorialidade múltipla (multiterritorial) caracteriza-se pela presença de territórios pluriculturais, político-flexíveis e multifuncionais.

No que concerne à multiterritorialidade o mesmo autor explica que é um processo de conexão entre territórios individual e coletivos provenientes de deslocamento de espaços físicos (exemplo do realojamento social ou mobilidade social) ou virtuais (exemplo das relações do ciberespaço). Assim, Haesbaert (2005), numa análise culturista e política, diz que o “território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço” e por se construir por via das relações sociais através da luta de poderes (animação e coesão territorial versus desagregação e conflitos) é: “(...) também movimento, fluidez, interconexão – em síntese é num sentido mais amplo, temporalidade” (Haesbaert, 2005, p.101). Todavia, Raffestin (1993) através de uma análise económica e política diz que o “território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (...)” (Raffestin, 1993, pp.7- 8). Com efeito, para o autor a territorialidade é materializada pelas pessoas sob diferentes formas e a dinâmica relacional de poder depende dos códigos simbólicos (normas, valores, símbolos, representações, aspirações intra e intercomunitários) e dos códigos de identidade do território (conflito versus complementaridade entre o património cultural do passado com os códigos culturais do presente). Neste sentido, segundo Sposio (2005) é através da territorialidade que existe uma interação de sentimentos de pertença, identidades, espaços de representação, enraizamento, entre outros, que levam à produção e apropriação social do espaço.

O espaço é um conceito diferente de território sendo composto por natureza viva e edificada que pode ou não ser vivenciada. Ou seja, o espaço é o local onde nasce o território como produto de uma apropriação social, económica, política e cultural do espaço, que se territorializa por via de relações de poder (Saque, 2003). No mesmo espaço podem conviver vários territórios, na medida em que a construção do território é produto de uma ação humana que coletivamente partilha dos mesmos códigos, normas, interesses, lutas e valores. Nestas relações de poder, segundo uma perspetiva contemporânea, emergem movimentos socioterritoriais, a que Fernandes (2005) define como uma ação coletiva organizada em torno de um território afirmando que:

“Alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no confronto entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios movimentam-se também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade” (Fernandes, 2005, p. 30).

Os movimentos socioterritoriais dão conta de território e territorialidades à escala micro e são resultado da dicotomia entre a união e a conflitualidade. Segundo Fortuna (2012) trata-se de microterritorialidades urbanas, que resultam de modos de socialização imbuídos de valores, afetos e subjetividade alternativos, que se reorganizam de forma radical a partir de estilos de vida não padronizados e alinhados do *mainstream* instituído pelo capitalismo.

Fernandes (2005) explica que o movimento socioterritorial organizado por um coletivo de pessoas e que ocorre dentro de uma área geográfica – espaço – promove a territorialização e a desterritorialização e a reterritorialização. Por outras palavras, um grupo coletivo de pessoas ocupa um determinado espaço e luta pelo seu território económico, político, cultural, identitário, social através de relações de poder (territorialização). A partir do momento que têm de se mobilizar geograficamente devido a diversas índoles, desocupa esse espaço geográfico despindo-o de identidade (desterritorialização) e vai ocupar outro espaço geográfico procurando reproduzir novamente o território que abandonaram (reterritorialização).

É nesta trilogia des-re-territorialização apontada por Haesbaert (2004) e também por Raffestin (1984) que o ser humano se torna protagonista na construção do seu próprio território, visto que se trata de uma necessidade inata, inconsciente e inevitável à sua sobrevivência. No entanto, Santos (2003) acrescenta que: “(...) o território não é apenas resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi” (Santos, 2003, p.96). Neste sentido, para existir território é necessário existir espaço, atores e poderes. Ele resulta de um campo de forças que é construído e destruído de forma permanente, temporária e cíclica que não se reduz a uma escala geográfica nacional ou local podendo ser caracterizado por “relações sociais projetadas no espaço” (Souza, 2008, p.81), que

correspondem “(...) um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 2008, p.86).

Sayago et all (2006) remete-nos para o paradigma das ciências sociais que defende que a relação entre as pessoas e o espaço extrapola a ideia da ocupação e uso do espaço físico, assentando na tónica que o território constrói identidade, cria códigos e normas, cria elos sociais, comunga valores e sentimentos de pertença. Nesta lógica, a evidência científica diz-nos que grupos sociais com forte sentimento de pertença são coesos e capazes de reagir de forma proactiva a fatores externos. O que significa que a sua identidade territorial permite-lhe criar resistência à massificação e pulverização cultural advindos da globalização. Esta identidade territorial cimentada por laços de sociabilidade é responsável pela organização coletiva de pessoas que partilham sentimentos de comunidade e pertença a um grupo. Para Putman (1983) esta organização coletiva de pessoas formam capital social, que vai funcionar como um recurso para garantir a coesão social e um estímulo para a criação de formas de organização política e institucional, que visam o bem-estar das pessoas que pertencem ao território.

Putman (1983) denominou virtude cívica à predisposição das pessoas em agir de forma coletiva e associativa e dispositivos coletivos à organização coletiva de pessoas. De igual forma, no seu estudo comparativo de diferentes regiões italianas, que apesar de não incluir a dimensão territorial, conseguiu comprovar que os indicadores de desenvolvimento económico e social eram mais expressivos em territórios onde as pessoas tinham mais propensão para cooperar e agir de forma associativa e coletiva. As suas conclusões inspiraram novos estudos que conseguiram demonstrar que o capital social possui uma dimensão territorial, o que levou os decisores políticos a perceber que a identidade territorial e o capital social eram variáveis imprescindíveis para o desenvolvimento do território (Schejtman & Berdegué, 2003, Ray, 2000 & Sarraceno, 2007).

Os estudos do desenvolvimento territorial debatem o processo de enraizamento (*embeddedness*) das atividades económicas na vida social quotidiana dos territórios. Este processo, advogado pela sociologia económica de Karl Polanyi (2000) e Granovetter (2007), autores que tiveram destaque no capítulo anterior, está também patente nos trabalhos do sociólogo brasileiro Ricardo Abramovay (2003) que afirma que os “Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e tações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles constituem-se por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do

tempo, são uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais” (Abramovay, 2003, p.34). O autor explica que no território desenvolvem-se concomitantemente relações de mercado mercantis, não mercantis e não monetárias onde os laços informais operam e criam identidade individual e coletiva. Este processo de enraizamento das atividades económicas na vida social, debatido nos estudos de desenvolvimento territorial, convoca a discussão do conceito de desenvolvimento.

2. Desenvolvimento Integrado

O conceito de desenvolvimento teve origem na biologia e era utilizado para descrever o processo de evolução dos seres vivos tendo sido transferido para a vida em sociedade, nos finais do século XVII, por via de Darwin que o descreve como um processo de transformação. Com efeito, surge a corrente teórica darwinismo social que defende que existem características biológicas e sociais próprias de cada pessoa que as considera aptas para a procura da sua própria evolução. Todavia, a literatura informa que o conceito de desenvolvimento nasce após a Segunda Guerra Mundial ligado à reestruturação dos países europeus afetados (Plano Marshall); ao confronto ideológico Leste-Oeste (Guerra Fria); ao Keynesianismo (o progresso e aumento do bem-estar das sociedades dependente da intervenção do Estado na economia); aos novos ideais a favor do progresso e da paz (compromissos da ONU, a Carta Atlântica dos Presidentes Churchill e Roosevelt, o “Ponto Quatro” do Presidente Truman) (Amaro, 2003).

Destaca-se aqui o “Ponto Quatro” do discurso do Presidente dos Estados Unidos Truman em 1949, que se tornou um pioneiro na utilização do termo de desenvolvimento na esfera política e que influenciou a incrementação do termo nos discursos futuros sublinhando que é “(...) preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (Truman, 1949 apud Esteva, 2000:59). Outro marco que incentivou a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento foi o da Revolução Industrial que criou metástases revolucionárias irreversíveis de ordem cultural, tecnológica, religiosa, científica, política que levou à assunção de um desenvolvimento associado ao economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologicismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo, uniformismo (Amaro, 2003).

O primeiro economista a abordar o conceito de desenvolvimento foi o Adam Smith (1776) na sua obra *A Riqueza das Nações*, contudo outros economistas como Thomas

Malthus (1978), David Ricardo (1817), Karl Marx (1867), Joseph Schumpeter (1911) e cientistas sociais Max Weber (1922), Werner Sombart (1913) ou Talcott Parsons (1961) preocuparam-se em concetualizá-lo.

A ligação do conceito de desenvolvimento ao crescimento económico deve-se a Arthur Lewis (1969), na medida em que após a publicação do seu livro *The Theory of Economic Growth* se passou a afirmar que o nível de desenvolvimento dos países dependia de indicadores de crescimento económico. Assim, passou-se a designar países desenvolvidos aos países industrializados com nível de *per capita* mais elevado. Neste sentido, o desenvolvimento continua associado à modernidade e é por muitos considerado como um instrumento para os países ditos desenvolvidos dominarem os países subdesenvolvidos.

Entre o período de 1930 e 1970, o mundo capitalista verificava aspetos positivos e negativos que não podem ser descorados. Por um lado, um aumento do nível de produção e melhoria do bem-estar material; a melhoria dos níveis de escolarização; a melhoria de condições de saúde (redução da taxa de mortalidade infantil e aumento da esperança média de vida à nascença); o avanço nas ciências e tecnologia. Por outro, o aumento na clivagem do progresso; a não redução do analfabetismo e condições de saúde dos países menos desenvolvidos (Terceiro Mundo); o mal-estar social associado à solidão; a insegurança; a quebra de laços comunitários; o individualismo, a degradação cega da natureza (capital natural); o surgimento de novas doenças mortíferas HIV-SIDA e Hepatite; a desumanização do trabalho e as intolerâncias religiosas e culturais extremistas (Amaro, 2003). Nestes primeiros anos constatava-se que o desenvolvimento era confundido com progresso e assumia uma visão economicista, delegando para segundo plano a dimensão ecológica, social e humana. As Nações Unidas inclusive procuraram implementar programas de desenvolvimento comunitário nos ditos países do Terceiro Mundo seguindo estes pressupostos e impondo a ideia de desenvolvimento ocidental como uma espécie de “ocidentalização do mundo” (Latouche, 1994).

O momento de viragem ocorre após os anos 70, com o reconhecimento da crise do sistema do capitalismo, assumindo que não soube redistribuir a riqueza obtida na produção industrial pelos trabalhadores e consumidores (Brum, 1999 & Hobsbawm, 2007). De fato, o progresso/crescimento económico acentuou o mal-estar social (Primavera de Praga de 1968, revoltas Laborais na Polónia, Renascer de Senhas e Filas de Racionamento, Queda do Muro de Berlim) e promoveu o surgimento de novas formas de pobreza dentro dos países ditos desenvolvidos.

A literatura assinala que a partir dos anos 60 atribuíram-se adjetivos ao conceito de desenvolvimento originando o aparecimento de seis novos conceitos: desenvolvimento sustentável (1960 e 1970); desenvolvimento humano (1970); desenvolvimento social (1970); desenvolvimento local (1980); desenvolvimento participativo (1990); desenvolvimento integrado. Estes novos conceitos de desenvolvimento são agrupados por Amaro (2003:17) em três “fileiras ou famílias conceptuais”, nomeadamente a “fileira” ambiental (verde), a “fileira” dos direitos humanos e da dignidade humana (azul); a “fileira” das pessoas e da comunidade (vermelha). Na “fileira” ambiental (verde) insere-se o desenvolvimento sustentável, na “fileira” dos direitos humanos e da dignidade humana (azul) o desenvolvimento humano e social e na “fileira” das pessoas e da comunidade (vermelha) o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo. O desenvolvimento integrado é intencionalmente colocado de parte por ser considerado por Amaro (2003) como o agregador de todos os conceitos de desenvolvimento criados.

O desenvolvimento sustentável é considerado um conceito sistémico que teve várias evoluções desde 1965 até aos dias de hoje, pelo que se considera pertinente, nomear cronologicamente os momentos onde o conceito foi abordado: Clube de Roma em 1968; Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humanos das Nações Unidas em 1972; Princípio da Responsabilidade de Hans Jonas em 1979; Estratégia Global para a Conservação da Natureza em 1980; Relatório de Brundthand em 1987; Segunda Cimeira da Terra e Nascimento da Agenda 21 em 1992; V Programa Ação Ambiente da União Europeia em 1993; Primeira Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis em 1994; Segunda Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis em 1996; Terceira Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e Protocolo de Quioto em 1998; Declaração do Milénio e Terceira Conferência sobre Cidades Sustentáveis em 2000; Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) em 2002; Conferência sobre Diversidade Biológica e Declaração Kuala Lumpur em 2004; Conferência Aalborg +10 em 2005; Sexto Programa de Ação Ambiental para o Ambiente da União Europeia em 2006; Carta de Leipzig em 2007; Cimeira de Bali em 2008; Declaração de Gaia em 2009; Agenda 2030 das Nações Unidas em 2015. Porém, é no Relatório Brundtland (1987) que se refere que o conceito de sustentabilidade implica a sustentabilidade económica, ecológica, espacial e cultural e requer uma solidariedade intergeracional nos processos de produção e consumo e gestão dos recursos naturais preservando as espécies e os habitats. Passado alguns anos, as Nações Unidas, em 2015, definiram 17 objetivos de desenvolvimento sustentável na Agenda 2030, englobando as dimensões sociais, económicas e ambientais promotoras da paz, justiça e instituições eficazes, num compromisso entre os governos e cidadãos.

O desenvolvimento humano resulta do indicador de desenvolvimento humano (IDH) criado por Sen (1990) que visa aumentar a liberdade de escolha das pessoas e dos grupos de satisfazerem as suas necessidades básicas. Segundo Sen “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2000, p.18). O autor defende que o desenvolvimento humano só ocorre quando as pessoas têm iguais oportunidades e liberdade de escolha que lhes permitam assumir um papel ativo na garantia de serem asseguradas as suas necessidades básicas. Refere também que a ausência de liberdade está intimamente ligada com a pobreza económica, visto que o não ter dinheiro suficiente priva as pessoas de terem acesso a uma habitação condigna, a tratamentos de saúde de qualidade, a alimentação equilibrada e saudável e ao ensino superior. Em última instância, mesmo que de forma inconsciente, priva-as da participação cívica.

O desenvolvimento social surge por via da Organização das Nações Unidas (ONU) na conferência de Copenhaga realizada em 1995 e visa garantir as condições mínimas e bem-estar sociais. Em Portugal, o conceito é projetado pelo Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) acompanhando a definição de vários programas/planos estratégicos de desenvolvimento social ao nível nacional e local, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Este desenvolvimento assenta nos pilares da erradicação da pobreza e da integração social e nos pressupostos da noção de desenvolvimento sustentável e na transparência na administração em todos os sectores (PDS, 2002).

O desenvolvimento local resulta do paradigma territorialista da academia e da prática de terreno (Martín, 1999). Nos anos 80, em contestação ao nascimento incontrolavelmente de bolsas de pobreza nos países desenvolvidos por se ter dado extremo ênfase aos aspetos económicos, emerge num novo desenvolvimento que incorpora a importância da base territorial unilateral através do local. Apesar das críticas ao desenvolvimento local por não ter conseguido fazer frente ao capitalismo, ele visa sempre a maximização das potencialidades e redução das fraquezas dos territórios. As características principais associadas ao conceito de desenvolvimento local são nos reportados por diversos autores, tal como se pode verificar no seguinte quadro:

Quadro 3.1 - Características associadas ao desenvolvimento local

Autor	Ano	Características associadas ao desenvolvimento local
Valcarcel Resalt	1992	Enfoque integrado e sustentável nos processos de mobilização do potencial endógeno
Barquero	1993	Perspectiva territorial, inovadora e mobilizadora do capital endógeno
Furió Blasco	1994	Perspectiva de “De baixo para cima” de promoção da coesão social dos territórios e das solidariedades locais
Gutiérrez	1996	Enfoque na dimensão geográfica, na participação, na cooperação, na parceria, nas dimensões económica, cultural, ambiental e política
Campanhola e Silva	1999	Utilização e conservação dos recursos naturais locais
Brose	2000	Enfoque na melhoria da qualidade de vida, na sustentabilidade e na Iniciativa local

(elaboração própria, 2023)

É frequente associar o desenvolvimento local ao desenvolvimento participativo, contudo convém esclarecer que são desenvolvimentos diferentes com finalidades diferentes que se complementam, quando agregados (Fragoso,2005). O desenvolvimento participativo foi fundado pelas Organizações Não Governamentais (ONG’s) e foi rapidamente absorvido pelo Banco Mundial. Este desenvolvimento adota metodologias participativas associando-se ao conceito de empowerment (Ávila, 1993). Ao colocar no centro das preocupações a participação, acredita que o desenvolvimento se efetiva quando se envolve as pessoas ou os grupos em todas as fases do processo, nas tomadas de decisão, organização, execução, avaliação de programas/projetos/ações que visem a resolução dos seus problemas e/ou ativação das suas potencialidades (Tandon, 1988). Ocorre numa escala micro (territorial) e implica compromisso, proatividade, endogeneização, envolvimento, transformação, consciencialização e empoderamento das pessoas e/ou grupos (Paulo Freire, 1987). Para Rahnema (1999) a participação já não é uma ameaça, transformou-se num slogan numa moda atrativa política e económica e eficaz na execução de agendas. Ou seja, não é considerada uma ameaça ao neoliberalismo ao delegar para a sociedade civil responsabilidades outrora do Estado. Transformou-se num slogan politicamente atraente

reduzindo-o a uma moda que transmite uma falsa aparência de que os problemas concretos são compreendidos pelas pessoas. Converteu-se num atrativo do ponto de vista económico, uma vez que se conseguiu comprovar que os pobres são clientes mais fiáveis que os ricos. E é concebida como instrumento de eficácia que evita fracassos do passado (pp.117-120).

O desenvolvimento Integrado é multidimensional, transdisciplinar, multiterritorial promove a capacitação, o empowerment, a coesão social, a diversidade, a sustentabilidade e multiprotagonismos. Segundo Amaro (2003) ele “ Conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o lazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc” (Amaro, 2003, p.20). Desta forma, comporta assim indissociavelmente quatro dimensões: política, económica, social e ambiental e incorpora de igual forma elementos como direito, oportunidade e equidade individual e coletiva (Santos & Braga et al, 2012). Para que se materialize este novo desenvolvimento é necessária, segundo Keyes (2001), uma tripla condição: social (acesso à educação, habitação, saúde, alimentação, uso racional recursos, respeito pela cultura e tradições); económico (oportunidade de emprego, satisfação mínima das necessidades básicas); político (respeito, legitimação e promoção de benefícios sociais).

Neste âmbito, os economistas, os politólogos e os sociólogos viram potencialidades nos territórios no processo de desenvolvimento integrado (económico, social e ambiental) e verificaram que ele não depende de fatores locais per si, na medida em que depende cada vez mais dos efeitos da globalização. Os efeitos irreversíveis da globalização contaminam os territórios e influenciam o processo de desenvolvimento integral individual e coletivo, pelo que convocam o diálogo transdisciplinar, colaborativo e integrado na abordagem dos problemas complexos e das questões sociais, objeto de estudo e intervenção dos diferentes parceiros que operam na ação social territorializada.

3. Ação Social Territorializada

A ação social territorializada enquadra-se no sistema de proteção social, pelo que se considera pertinente olhar sobre as Políticas Sociais da União Europeia (UE) e de seguida olhar sobre as Políticas Sociais do Estado Membro Português, antes de passar para a sua conceptualização.

Atualmente, os 28 estados UE têm legitimidade para desenhar e implementar as suas políticas sociais que visem a proteção dos cidadãos em situações de vulnerabilidade e a promoção da qualidade de vida dos mesmos. Exige-se uma proteção social adequada, acessível e financeiramente sustentável, com vista à coesão e solidariedade no espaço europeu. O tratado de Amesterdão, que entrou em vigor em 1999, constitui-se como o volt-face político na construção da UE, uma vez que deu relevância à implementação de políticas dirigidas para as questões sociais. O Parlamento Europeu e o Conselho adotam medidas que estimulam e complementam a ação dos países no que diz respeito a alguns domínios e estabelecem diretrizes, em forma de legislação, para que os países da UE sejam mais rigorosos. Os princípios fundamentais da segurança social são definidos por cada país da UE e a Comissão Europeia apoia-os e complementa-os através do pacote de investimento social. A UE pretende desenvolver um conjunto de iniciativas que permitam o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A estratégia Europa 2020 desafia os países a colaborar na ajuda a 20 milhões de europeus a saírem da situação de pobreza e exclusão social e aumentar para 75% a taxa de emprego dos europeus entre os 20 e os 64 anos.

Para corroborar com este desafio foram criadas a Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social e a Agenda para Novas Competências e Empregos. Trata-se de políticas de fortalecimento das habilidades e capacidades das pessoas permitindo-lhes a participação plena no emprego e na vida social. A Comissão fornece orientações para a modernização dos sistemas de segurança social através do Pacote de Investimento Social que prioriza o emprego (Pacote de Emprego e Pacote de Emprego dos Jovens) e a reforma (Livro Branco sobre as Pensões). O sistema de proteção social procura proteger os cidadãos quando confrontados com o desemprego, responsabilidades parentais, doença e cuidados de saúde, invalidez, perda de um cônjuge ou dos progenitores, velhice, habitação e exclusão social.

A Comissão nomeou um Comité da Proteção Social para monitorizar os progressos das medidas de inclusão social, cuidados de saúde, cuidados continuados e das pensões de cada país, através do método aberto de coordenação (MAC). Este processo é voluntário e requer uma estreita cooperação com os parceiros sociais e a sociedade civil. Sucintamente, a Comissão pretende aumentar a coesão social e a solidariedade na União Europeia (EU) através de programas de financiamento direto a cada país, tais como: Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG); Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais carenciadas (FEAD); Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social (PROGRESS, EURES, Microfinanciamento e empreendedorismo social). Importa aqui destacar que em julho de 2020 a União Europeia cria um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para apoiar os estados membros a recuperarem os danos económicos e

sociais derivados da pandemia do coronavírus. Numa nota breve este plano engloba vários instrumentos e mecanismos mais flexíveis capazes de ser eficazes e rápidos em futuras emergências, nomeadamente aumento da reserva para a solidariedade e ajudas de emergência, aumento e alargamento do fundo de solidariedade que contempla agora crise sanitárias, aumento do fundo europeu de ajustamento à globalização que procura a reintegração no mercado de trabalho de pessoas afetadas pelas crises. Este financiamento do plano de recuperação da Europa entra no quadro plurianual 2021-2027 com efeito a janeiro de 2021 sendo canalizado para os estados membros através dos programas europeus: O Pacto Ecológico Europeu, a Nossa Estratégia de Crescimento; Um mercado único aprofundado e mais digital; Uma recuperação justa e inclusiva; Construir uma União Europeia mais resiliente.

O XXII Governo da República Portuguesa, estado membro da UE, tem como áreas de intervenção política, entre outras, o Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A sua missão é construir, coordenar, implementar e avaliar as políticas de emprego (formação profissional, relações laborais, condições de trabalho), de solidariedade e segurança social, de apoio à família (crianças e jovens em risco, pessoas idosas, natalidade), de inclusão das pessoas com deficiência, de combate à pobreza e de promoção da inclusão social. O sistema de Segurança Social português tem como princípios a universalidade, a igualdade, a solidariedade, equidade social, diferenciação positiva, subsidiariedade, inserção social, coesão intergeracional, responsabilidade pública, complementaridade, unidade, descentralização, participação, eficácia, tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, garantia judiciária e da informação. E pretende assegurar os direitos básicos dos cidadãos portugueses e estrangeiros que exerçam atividade profissional ou que residam em Portugal. A Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro, que vigora atualmente, subdivide o sistema de Segurança Social em três sistemas, o da Proteção Social de Cidadania, o Previdencial e o Complementar. Como algumas medidas do subsistema previdencial aos trabalhadores destacam-se o subsídio social de maternidade/paternidade/adoção, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte. Para promover a inclusão social dos mais carenciados surge o rendimento social de inserção e outras medidas temporárias para minimizar os efeitos do desemprego, como o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego. Foram também criadas medidas de incentivo e apoio às famílias com maior número de filhos para fazer face ao envelhecimento populacional (abono pré-natal, majoração de abono de família duplicada para famílias com mais de 2 filhos e durante os primeiros 3 anos de vida, majoração do abono de família para crianças e jovens de famílias monoparentais). A pensão de invalidez é atribuída a pessoas com problemas de saúde grave que as impeça de desenvolver atividades profissionais incluindo, entre outras, as doenças seropositivas, do foro oncológico e esclerose múltipla.

Entre as demais medidas enquadradas nos subsistemas da Segurança Social encontram-se a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; Rede Pública de Casas de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência; Programa Rede Social; Programa de Apoio à Primeira Infância; Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; Complemento Extraordinário de Solidariedade; Subsídio por assistência de terceira pessoa; Apoio ocupacional aos deficientes graves; Regime do Licenciamento, Funcionamento e Fiscalização dos Estabelecimentos com Fins Lucrativos; Complemento Solidário para Idosos; Normas Reguladoras dos Centros de Atividades de Tempos livres e das Creches; Subsídio eventual de Emergência; Acolhimento familiar segundo a lei de proteção de crianças e jovens em perigo; Centros de atividades ocupacionais. O Sistema de Segurança social conta com o investimento social da União Europeia, da transferência orçamental do Governo e da taxa social única que os trabalhadores são obrigados a pagar às entidades patronais.

O Governo português procura assim minimizar a situação de pobreza e exclusão dos cidadãos através da implementação de políticas públicas de proteção social enquadradas no sistema da segurança social. A nova geração de políticas sociais ativas procura responsabilizar, mobilizar e envolver a administração pública, as empresas, as instituições, as cooperativas e a sociedade em geral, na resolução do problema complexo da pobreza.

O Programa Rede Social (PRS), que convém ser aqui destacado, emerge deste novo paradigma, tendo sido criado através da Resolução do Conselho de Ministros em 1997 apesar de só ter entrado em vigor na sequência da publicação do Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro e do Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho. O PRS está sob a tutela do Instituto da Segurança Social e tem como missão incentivar os organismos públicos e privados, que trabalham na área da ação social, a desenvolver um trabalho integrado, colaborativo, em parceria, no combate à erradicação da pobreza e no desenvolvimento social local. Este programa assenta na lógica de trabalho em parceria efetiva e dinâmica promovendo de forma concertada um planeamento estratégico, participativo, eficiente e eficaz ao nível da intervenção social local, através das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e/ou Comissões Sociais de Interfreguesia (CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS). Atualmente recorre a instrumentos Diagnóstico Participado, Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e abrange a totalidade do território português com 278 Conselhos Locais de Ação Social. O PDS é um documento construído, implementado e avaliado ao nível local para um período de três anos. Desta forma, atual Governo da República Portuguesa concebeu o Programa de Rede Social para produzir mudança social ao nível local, regional e, por conseguinte, nacional regendo-se pelos princípios da ação social; rede social; subsidiariedade; integração; articulação; participação; inovação; igualdade de género.

Em 2020, confrontado com o impacto económico e social da pandemia coronavírus que implicou adoção de medidas extraordinárias de apoio financeiro às empresas, aos trabalhadores e saúde apresentou a visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030 que vai contar com o financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) financiado pela EU. Em 2021, esta visão estratégica esteve sob consulta pública e recetiva à participação da sociedade civil, através de um endereço eletrónico criado para efeito. Em 2023, o PRR, instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise assente em três dimensões estruturante: resiliência; transição climática e transição digital, vai ser executado e monitorizado pelas Câmaras Municipais que têm autonomia para envolver o tecido associativo, os grupos comunitários e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) na materialização de projetos de desenvolvimento integral e integrado individual e coletivos dos territórios que sejam convergentes com os com os objetivos da EU.

Neste âmbito, enquadrada no sistema de proteção social que depende dos mecanismos e instrumentos de financiamento ao nível europeu e nacional, evidencia-se a ação social que enfrenta também os danos económicos e sociais resultantes da pandemia coronavírus que vieram acentuar o aumento da pobreza e da exclusão social e digital.

A ação social assenta numa plataforma transversal do sistema de proteção social e congrega uma rede de parceiros locais constituída por instituições públicas, autarquias locais, misericórdias, instituições de solidariedade social, associações socioculturais e desportivas que se regem sob os princípios da satisfação das necessidades básicas das pessoas e das famílias mais carenciadas, da prevenção de fenómenos económicos e sociais frágeis, da intervenção concertada e promotora do desenvolvimento integral territorial (Cardoso, 2013). Desta forma, a mesma autora afirma que perante uma:

“Conjuntura de agravamento das expressões da questão social (ou das novas expressões da questão social), a Ação Social tem de se realizar numa maior proximidade aos sujeitos, focalizando as ações nos seus espaços, assegurando a resposta imediata às necessidades, mas, também, a na prevenção das situações de fragilidade social e na intervenção de continuidade com objetivos de mudança, o que requer poderes, saberes e opções adequadas aos contextos territoriais. Esta ideia contrapõe-se à ação social local imediatista e assistencialista do período que antecedeu a democracia e remete-nos para a emergência de uma ação social territorializada que coloca o sujeito e a sociedade em articulação envolvendo-o nos processos de capacitação e empowerment na resolução dos seus problemas e necessidades e concretização do seu projeto de vida individual e coletivo” (Cardoso, 2013, p.139).

Foi na passagem para o século XXI que se evidenciou a progressiva redefinição das políticas sociais e da ação social associado ao paradigma de Estado Social Ativo orientada pela “lógica da atenção para com o Outro como pessoa e a exigência de um tratamento personalizado (...)” O Estado Social Ativo é o novo paradigma que assenta nas lógicas do processo de construção identitária do utente e da sua trajetória social – biografia” (Astier, 2006, p.25); do processo biográfico de exclusão/inclusão (Dubar, 1996) que se traduz no desenho de um mapa de recursos e capitais que possam ser ativados no processo de desenvolvimento (Branco, 2008) e de contratualização (Giuliani, 2006). Assenta também nos princípios da proximidade social (Astier, 2003), através do envolvimento e contratação de pares para trabalhar com as questões sociais, e de proximidade física pela inserção local no meio social de vida (Guiliani, 2006).

Braga, Simões & Abreu et al (1996) alertaram para a resistência em desenvolver uma ação social promotoras de iniciativas sociais e geradora de mudança que apela à participação, à multidisciplinidade e ao partenariado definindo ação social como:

“(...) um conjunto de ações cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida das populações, tendo como preocupação central a dimensão humana e social” defendendo que “(...) algumas pessoas têm menos meios naturais que possibilitam aquela adaptação, requerendo ajudas específicas para poderem agir como membros participativos de um ou vários grupos ou de uma comunidade mais alargada. Ajudas que devem ser entendidas como suportes que mediatizam as opções das pessoas e grupos, facilitam o seu prazer de adaptação e associam-nas ao processo de desenvolvimento (Braga, Simões & Abreu et al, 1996, p.8).

Esta perspetiva implica a elaboração de um bom diagnóstico social participativo e participado que configure os sujeitos como protagonistas da sua própria integração/inserção social abandonando a postura passiva de consumidores de serviços.

Madeira (1996) afirma que ação social promove a coesão social e deve agir ao nível local pensando de forma global, visto que tem como desafios “criar condições para que pessoas, grupos e famílias usufruam dos seus direitos, tenham acesso aos recursos, participem socialmente, sejam protagonistas das suas próprias vidas e da sociedade onde se inserem, sejam no fundo cidadãos, autónomos e responsáveis” (Madeira, 1996, p.5). Por conseguinte, esta assunção da ação social, promovida através de movimentos de solidariedade de carácter generosos e voluntários ao favor do outro, está intimamente ligada à promoção do desenvolvimento integral individual e coletivo dos territórios, que requer uma postura de profissionais ativos com capacidade de ação objetiva e empreendedora, de

mediação, concertação e regulação social e de integração da transdisciplinaridade na abordagem das questões sociais. A autora aponta três instrumentos e métodos de intervenção na ação social no combate à exclusão social, nomeadamente: “atendimento individual personalizado (corresponsabilização técnico/cidadão no seu projeto de vida que facilite a sua integração social); equipamentos e serviços sociais (geradores de autonomia e promotores da economia social local, animadores do voluntariado e da ação generosa das pessoas e entidades); ação contextualizada através da engenharia de projetos locais (projetos de ação comunitária que visam a mudança de comportamento das pessoas e das entidades, a qualificação dos espaços e do território e a integração social, cultural e económica) (Madeira, 1996, p.11). Defende que a ação social deve assumir uma intervenção territorializada, primordialmente humanizada, que promove a pessoa a cidadão através de processos de mediação estimulando a sociabilidade e a solidariedade. E que sobretudo promova a melhoria da qualidade de vida através do diálogo transdisciplinar e integrado no processo de promoção da construção e reconstrução de espaços e territórios (Madeira, 1996).

A ação social territorializada é entendida nesta tese de doutoramento como práticas de intervenção social provenientes de projetos e/ou programas de intervenção social e comunitária, respostas sociais e apoios económicos (monetários ou em espécie) que, para além de serem complementares às prestações sociais providenciadas pelo estado, promovem a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento integral e integrado individual e coletivos dos territórios.

Posto isto, ao longo deste capítulo constata-se uma natural interligação entre os conceitos território, desenvolvimento e ação social, que por sua vez se espelham no conceito de capital social e constituem-se como terreno de atuação do Serviço Social. O território é produto da relação social de poderes sendo composto de forma copulativa pelo espaço geográfico, pelas pessoas e pelas instituições que nele operam e que têm como missão o desenvolvimento integral. No mesmo espaço geográfico coexistem multiterritórios e multiterritorialidades produtores de capital social relacional, cognitivo e estrutural. O capital social estrutural enquadra a ação social territorializada por via das relações hierárquicas. As relações hierárquicas promovem o desenvolvimento integral e integrado das pessoas e dos grupos, ou seja, promovem simultaneamente o desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano, social e integrado com vista a melhoria da sua qualidade de vida, à inclusão social e justiça social.

Desta forma, o estado, as autarquias, as freguesias e os bairros necessitam de capital humano e social para que, em conjunto com os indicadores económicos, consigam, de forma concertada, dar resposta aos problemas sociais complexos, que resultam da combinação de

desafios de natureza cultural, ambiental, económica, territorial, cognitiva e política. As respostas nacionais convencionais provenientes do Estado Social baseadas em lógicas providencialistas e/ou assistencialistas tecnocratas, setoriais e multidisciplinares deixam de ser pertinentes e eficazes na luta contra a erradicação da pobreza (Amaro, 2017). Consequentemente e inevitavelmente o Serviço Social entra em diálogo dentro da ação social territorializada transdisciplinar, que toma como objeto de estudo as questões sociais complexas contemporâneas.

O Serviço Social, enquanto ciência e profissão enquadrada na ação social territorializada transdisciplinar age ao nível local pensando de forma global, estimula sociabilidade, a solidariedade, promove a coesão social (Madeira, 1996) e incrementa processos de capacitação e empowerment reconhecendo e colocando o sujeito de intervenção como protagonista na articulação com a sociedade. Ativa os recursos endógenos e exógenos para resolução dos seus problemas e concretização do seu projeto de vida individual e coletivo (Madeira, 1996 & Júlia Cardoso, 2013) tendo por base “seus fundamentos científicos no quadro das ciências sociais e humanas e os seus fundamentos éticos nas questões dos direitos humanos, da dignidade humana, da justiça social e da autodeterminação do sujeito como pessoa/cidadão” (Ferreira, 2014, p.332).

4. Abordagem do empowerment

O empowerment tem como princípios orientadores para a prática do Serviço Social, nomeadamente: estabelecer uma relação de parceria paritária; olhar para o sujeito situando-o e contextualizando-o no meio envolvente; centrar a intervenção no desenvolvimento das capacidades e ativar os seus recursos endógenos e exógenos; respeitar o ritmo dos sujeitos e dos grupos e dar continuidade ao processo de desenvolvimento; intervir sempre de acordo com as necessidades e decisões expressas pelos sujeitos; incentivar sempre a participação quer dos sujeitos quer dos grupos em todos os processos de decisão e ações Carla Pinto (2001). Ele pode desenvolver-se em três níveis: psicológico ou individual; organizacional; comunitário (Rappaport, 1987 & Zimmeran, 1995). Trata-se de um processo que permite levar a comunidade a reconhecer os seus direitos; a participar nas tomadas de decisão e resolução dos seus problemas de discriminação e exclusão; lutar contra a opressão; controlar e influenciar os poderes estatais e os grandes interesses económicos. Assim, ele ocorre primeiro através de uma tomada de consciência do seu problema, seguida da identificação de mais pessoas com o mesmo problema, para que em conjunto consigam efetuar um levantamento de competências e recursos até à decisão de agir de forma autónoma e independente. E implica fortalecer redes e laços inclusivos, colaborar de forma interinstitucional e interdisciplinar com o compromisso coletivo em torno da necessidade sentida pela comunidade (Pastor, 1996). Segundo Faleiros (1999): “As Dimensões do

empowerment o fortalecimento do eu, da crítica e uso de recursos, o combate aos estigmas, à alienação, à não consecução de objetivos pessoais, além de permitir o sujeito a situar-se diante das iniquidades da sociedade capitalista. A noção engloba a defesa do cliente, a coletivização, a materialização dos problemas sociais e o fortalecimento do cliente” (Faleiros, 1999, p.51).

Os profissionais da ação social territorializada que recorrem abordagem do empowerment procuram desenvolver a capacidade das pessoas e/ou das comunidades de influenciar o pensamento dos outros, de ter acesso a recursos e bens, de tomar decisões e fazer escolhas e de resistir ao poder dos outros quando necessário (Pinto, 2001); permitindo que as pessoas ganhem influência e controlo sobre as suas vidas, sejam capazes de aumentar as suas habilidades e recursos, acumulem recursos que lhe permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão (Meirelles, 2007).

Em suma, Freire (1979) acrescenta que abordagem do empowerment envolve um processo de conscientização que ocorre numa relação dialética homem-mundo e gera na práxis um pensamento crítico sobre a realidade, favorece a construção da capacidade individual e coletiva e permite a transformação das relações sociais e de poder.

A visão do mundo egocêntrica do atual modelo social europeu que reflete as transformações irreversíveis da globalização económica, financeira, social e cultural influencia a praxis e o conhecimento em Serviço Social e, por sua vez, pode vir a comprometer a produção e manutenção do *capital social* de um território (Beck, 1992, como citado em Carvalho & Pinto, 2014, p.136). Assim, o Serviço Social, através de uma prática alicerçada na psicologia social – *group-work* e a antropologia – *community-work*” (Carvalho & Pinto, 2014, p.30) assume que o seu *modus operandi* (gestão recursos humanos – coordenação/direção, execução políticas sociais ou institucionais, terreno (exterior da instituição, VD, trabalho presencial bairros problemáticos – intervenção de rua), polivalente (mista) (Carvalho & Pinto, 2014, p.38) tem como finalidade a produção de riqueza social com efeitos positivos na emancipação das sociedades.

Para Carvalho & Pinto (2014) “a abordagem política da prática profissional propositiva encetam processos de empowerment que envolvem os sujeitos de intervenção na tomada de consciência das necessidades individuais e coletivas, na ativação dos recursos endógenos e exógenos dos multiterritórios, na resolução dos seus problemas e promoção do bem-estar individual e comunitário. Uma abordagem que acredita na mudança social e tem como fim último e sustentável a emancipação dos sujeitos de intervenção (Carvalho & Pinto, 2014, p.42). Desta forma, consideram que se trata de uma prática que:

“(…) Distingue-se das restantes práticas - preparação para a tomada de decisão do sujeito; criação de alternativas viáveis preventivas; garantia de respeito e compreensão; valorização da capacidade crítica do sujeito; criação de alternativas viáveis preventivas; garantia de respeito e compreensão; sustentação numa dimensão projetiva. Ação que se focaliza em reforçar autoconfiança e motivação e educação para a autonomia e responsabilização. Prática que acredita nas pessoas, que procura respostas para os seus problemas para que encontre a força necessária para realizar a mudança. Visa a mudança social. (...) Procura respostas criativas para transformar a realidade vivenciada. Servindo-se para a responsabilidade individual e social como meio para desenvolver a cidadania ativa. Projetos de intervenção comunitária e/ou projetos empreendedorismo social. Pretende formar a pessoa no seu próprio agente de mudança” (Carvalho & Pinto, 2014, p.52).

O investimento dos profissionais da ação social territorializada na produção de capital social tem de evitar a reprodução desigualdades (Bourdieu, 1986) derivadas das obrigações tácitas que levam à exclusão dos não membros, a exigências excessivas a membros do grupo, a restrições à liberdade individual e a normas de nivelação descendentes. Sendo considerado o capital social produto da estrutural social (Coleman, 1990) todo o investimento social deve contribuir para a manutenção da coesão social e mobilidade social e constituir-se como fonte de controlo social, de apoio familiar e de solidariedade comunitária. Com efeito, a ação social territorializada deve defender que as dinâmicas económicas plurais (ações da vida económica e socioeconómica) estão enraizadas na vida social (Polanyi, 1944) e nas redes (Granovetter, 1985) e as relações de mercado não mercantis e não monetárias tradicionais se constituem como indicadores de riqueza social que subsistem na sociedade moderna assumindo-se como formas de organização dos territórios.

CAPÍTULO 4 - Método de Investigação

1. Estratégia metodológica na pesquisa qualitativa

1.1. Quadro de análise

O conceito ação social territorializada foi analisado na dimensão das práticas de intervenção tendo como subdimensões: 1) consciencialização dos conceitos (território, ação social territorializada e capital social); 2) produção de capital Social estrutural – relações hierárquicas; 3) produção de capital social estrutural – relações de mercado não mercantil e não monetária; 4) produção de capital social cognitivo; 5) produção de capital social relacional. Foi com base no quadro 4.1 quadro de análise: ação social territorializada produtora de capital social seguinte que se orientou a análise de conteúdo da entrevista.

Quadro 4.1 Quadro de Análise: Ação social territorializada produtora de capital social

Conceito (Variável)	Dimensão (categoria)	Subdimensão (subcategoria)	Indicadores (Unidade de análise)
		Conceito território	
		Conceito ação social Territorializada	Perceção dos profissionais sobre os conceitos
		Conceito capital social	
Ação social territorializada	Práticas de intervenção	Produção de capital social estrutural – relações hierárquicas	Perfil dos profissionais
		Produção de capital social cognitivo	
		Produção de capital social estrutural – relações de mercado não mercantil e não monetária	Perfil dos sujeitos de intervenção da ação social
		Produção de capital social relacional	

(Elaboração própria, 2023)

1.2. Universo e amostra

A freguesia de Marvila é constituída por dez bairros (Alfinetes e Salgadas; Condado; Lóios; Amendoeiras; Flamenga; Bairro do Armador; Bairro Marquês de Abrantes; PRODAC Norte e PRODAC Sul ou Vale Fundão; Vale Formoso; Marvila Antiga – Poço do Bispo, Matinha, Braço de Prata e Cabo Ruivo) e apresenta características (JFM, toponímia 2021), que correspondem ao objeto de estudo desta tese, nomeadamente:

- Presença de 6 grupos comunitários compostos por residentes/representantes de todos os Bairros, instituições e associações de moradores;
- Presença de um número elevado de associações de moradores;
- Grande concentração de instituições particulares de solidariedade social;
- Promoção de movimentos sociais;
- Zona urbana de fisionomia bairrista e fabril;
- Grande presença de Hortas Urbanas
- Grande presença de diferentes origens étnicas e culturais

Partindo do universo dos técnicos e dirigentes das associações e instituições da ação social territorializada sedeadas na freguesia de Marvila que constam no plano bienal de desenvolvimento de Marvila da Comissão Social de Freguesia de Marvila (CSFM, 2018-2020) foram identificadas e analisadas as 31 entidades segundo três critérios que correspondem aos três tipos de práticas de ação social territorializada: Projetos de intervenção social e /ou comunitária; Respostas Sociais; Atendimento Social Generalista. Por conseguinte, foram selecionados: 16 projetos de intervenção social e /ou comunitária (4 presidentes de Associações de Moradores; 3 coordenadoras do projeto de intervenção social e/ou comunitária; 5 técnicos/as superiores afetos/as a projetos de intervenção social e/ou comunitária); 10 respostas sociais (2 técnicos/as superiores afetos/as a 2 Cantinas Sociais diferentes; 3 coordenadoras de 3 Centros de Desenvolvimento Comunitário da SCML; 2 técnicos/as superiores afetos/as a 2 Bancos Alimentares diferentes; 1 técnico/a superior afeto/a ao Espaço Lx Jovem da CML; 1 técnico/a superior afeto/a ao projeto da Biblioteca CML; 1 diretor/a da Casa dos Direitos Sociais); 2 atendimentos e acompanhamentos sociais generalistas (4 técnicos superiores da SCML; diretora da Unidade de Desenvolvimento e Proximidade da SCML; 2 técnicos superiores da JFM; presidente da JFM).

1.3. Entrevista semiestruturada

Foi realizada uma entrevista semiestruturada online a 30 entrevistados dirigentes e técnicos superiores integrados em projetos, programas e/ou respostas sociais da ação social

territorializada. Estes foram designados por profissionais da ação social territorializada no decorrer da análise de conteúdo das mesmas.

A entrevista configurou-se numa “(...) conversa com um objetivo” (Bingham e Moore in Ghiglone e Matalon, 1997, P.65) de analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território.

O Quadro 4.2 sistematiza as questões colocadas com objetivo de perceber qual a perceção dos profissionais sobre dos conceitos de território, ação social territorializada e capital social.

Quadro 4.2 – Questões: Perceção dos profissionais sobre os conceitos

Subdimensão (subcategoria)	Indicadores (Unidade de análise)	Questões
Conceito território		Como define território?
Conceito ação social Territorializada	Perceção dos profissionais sobre os conceitos	Como define ação social territorializada?
Conceito capital social		Como define capital social?
		Considera que o capital social tem influência no processo de desenvolvimento da freguesia de Marvila?

(Elaboração própria, 2023)

No Quadro 4.3 podem ser observadas as questões colocadas com intuito conhecer o capital social estrutural, ao nível das relações hierárquicas estabelecidas entre os profissionais e os sujeitos de intervenção da ação social territorializada.

Quadro 4.3 – Questões sobre o perfil dos profissionais da ação social territorializada

Subdimensão (subcategoria)	Indicadores (Unidade de análise)	Questões
Produção de capital social estrutural – relações hierárquicas	Perfil dos profissionais	<p>Quais as funções que desempenha das Respostas/Sociais/Associação/Cooperativa?</p> <p>Em que área da ação social territorializada intervém?</p> <p>Quais são os modelos e metodologias de intervenção aplicados na sua instituição?</p> <p>Identifica-se com esses modelos e metodologias?</p> <p>Tem liberdade para adotar outros modelos e metodologias que acredita?</p> <p>Qual o seu papel na construção de programas/projetos de intervenção onde está inserido?</p> <p>Promove processos de empowerment junto dos sujeitos de intervenção? Como?</p> <p>Promove espaços de participação onde o sujeito de intervenção tem uma voz ativa no desenho de projetos individuais e/ou coletivos?</p> <p>Já apoiou a organização de movimentos sociais e/ou associativos?</p> <p>Identifique ações afirmativas de produção de capital social na freguesia de Marvila.</p> <p>Tem consciência do seu papel enquanto agente ativo de produção de capital social?</p> <p>Quais são os futuros desafios profissionais na produção de capital social?</p>

(Elaboração própria, 2023)

No Quadro 4.4 verificam-se as questões colocadas com objetivo de conhecer o capital social cognitivo, relacional e estrutural – relações de mercado não mercantil e não monetária dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada.

Quadro 4.4 – Questões sobre o perfil dos sujeitos de intervenção da ação social

Subdimensão (subcategoria)	Indicadores (Unidade de análise)	Questões
Produção de capital social cognitivo		Qual o nível socioeconómico dos sujeitos de intervenção da ação social?
		Qual o nível de adesão dos sujeitos de intervenção da ação social às normas instituídas?
		Os sujeitos de intervenção da ação social confiam uns nos outros?
Produção de capital social relacional	Perfil dos sujeitos de intervenção da ação social	Considera que sujeitos de intervenção da ação social têm informação útil sobre os seus direitos e deveres na sociedade?
		Os sujeitos de intervenção da ação social com quem trabalha envolvem-se em movimentos sociais e iniciativas comunitárias?
		Quem são as redes de suporte dos sujeitos de intervenção da ação social com quem trabalha?
Produção de capital social estrutural – relações de mercado não mercantil e não monetária		Considera que na freguesia prevalecem ações de violência em detrimento de ações de solidariedade?
		Os sujeitos de intervenção da ação social com quem trabalha produzem e vendem informalmente bens/produtos/serviços?
		Os sujeitos de intervenção trocam tempo/dinheiros/bens/serviços entre si?

(Elaboração própria, 2023)

1.4. Procedimentos

Dado ao contexto da pandemia SARS-CoV-2 (COVID-19) que o país enfrentava em 2020, após aprovação do guião de entrevista, carta de apresentação e consentimento informado, optou-se por enviar um *email* para as 31 instituições/associações selecionadas a solicitar uma entrevista em formato *online* através da plataforma teams. A recolha de dados decorreu entre o ano 2020 e 2021 tendo sido um processo de rápida resposta, na medida em que os técnicos e dirigentes da ação social se encontravam em teletrabalho e estavam familiarizados com as reuniões *online*. De realçar que o consentimento de cada entrevistado foi gravado no início da entrevista.

1.5. Entrevistados

A grande maioria dos profissionais da ação social territorializada entrevistados eram mulheres (N = 21) e tinham licenciatura (N = 23). Apenas 3 profissionais tinham o 3º ciclo e pertenciam à Direção de Associações de Moradores. Destacou-se a formação académica em Serviço Social (N = 11) e de seguida, sucessivamente, a psicologia social e psicologia clínica (N = 3; N = 3); Recursos Humanos, História e Direito (N = 2; N = 2; N = 2). Surgiram outras áreas, nomeadamente implementação de projetos em parceria; Mediação familiar e gestão de conflitos; Animação Sociocultural; Estudos de Desenvolvimento; Ciências da Educação; Engenharia e Segurança no Trabalho; Ciências Documentais; Educação Social; Gerontologia; Mediação Familiar; Sociologia; Gestão Cultural; Mediação de Conflitos; Gestão de Projetos em Parceria; Ciências Sociais com variante psicologia.

Mais de metade dos profissionais trabalhava na instituição e na freguesia entre 6 a 23 anos (N = 17; N = 19), perto de um terço trabalhava na instituição e na freguesia há mais de 1 ano (N = 9; N = 9). Apenas 4 trabalhavam na instituição há mais de 24 anos e 2 na freguesia. Desempenhavam funções de Técnico de terreno (N = 13), de Presidência (N = 5), de Coordenação técnica (N = 5) e Direção geral (N = 4). E acumulavam as funções de Presidência, Coordenação e Técnico de terreno das Associações (N = 2) e de Diretor adjunto e técnico de terreno (N = 1). Ao nível da antiguidade no desempenho de funções verificou-se que 13 desempenhavam as mesmas funções há mais de 1 ano, 13 entre 6 a 23 anos e apenas 2 há mais de 24 anos.

1.6. Análise de Conteúdo

O *software* para a análise de dados qualitativos assistida por computador (CAQDAS) utilizado foi o MaxQDA versão 2020. A análise de conteúdo procurou "(...) conhecer aquilo que está por detrás das palavras (...)" (Bardin 2008 [1977], p. 36 in Nico, 2021) proferidas pelos técnicos superiores e dirigentes da ação social territorializada ao longo das entrevistas.

Recorreu-se uma análise de conteúdo de tipo horizontal cuja função é a "de administração da prova das seguintes (...) questões provisórias, que servindo de diretrizes, apelaram para o método de análise sistemática para serem verificadas, no sentido de uma afirmação ou infirmação" aquando da apresentação dos resultados (Bardin 2009, p. 31):

1. Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre território?
2. Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre território?

3. Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre ação social territorializada?
4. Qual o entendimento que os profissionais da ação social territorializada têm sobre capital social?
5. Os moradores que são sujeitos da ação social territorializada são parceiros na definição dos projetos de vida individuais e/ou coletivos?
6. Os fundamentos teóricos, paradigmas e abordagens do Serviço Social sustentam a prática da ação social territorializada produtora de capital social?
7. A intervenção social territorializada potencia a produção de capital social ao nível individual e coletivo?
8. Os Assistentes Sociais são parceiros ativos no desenho, implementação e avaliação de programas de desenvolvimento de um território?
9. A freguesia de Marvila apresenta dinâmicas económicas plurais da economia real (economia da redistribuição, economia social e economia doméstica)?

Após transcrição integral do conteúdo proferido pelos 30 entrevistados, ou seja, após uma transcrição que não sofreu qualquer tipo de redução ou alteração de texto ou alterada a ordem da conversa, preparou-se o material e procedeu-se à importação das mesmas para o *software* de análise de dados qualitativos assistida por computador (CAQDAS) – MaxQDA 2020. Posteriormente constituíram-se como documentos de análise o conteúdo da entrevista, tendo sido criados 5 grupos de documentos: 1) Diretor/a de Unidade; Diretor/a de Equipamento; 2) Presidente da Junta; 3) Direção de Associação de Moradores; 4) Técnico/a Superior.

A presente análise de dados qualitativos resulta dos *outputs* estatísticas de códigos (gráficos de frequência das categorias) e nuvem de palavras das categorias de definição de território, de ação social territorializada e capital social. Os *outputs* são apresentados com gráficos e nuvens de palavras de elaboração própria.

Os *outputs* estatísticas de códigos (gráficos de frequência das categorias) resultam da análise das práticas da ação social territorializada nas suas subdimensões da produção de capital social estrutural – relações hierárquicas (perfil dos profissionais da ação social territorializada) e produção de capital social estrutural - relações de mercado não mercantil e não monetária (perfil dos sujeitos de intervenção percecionado pelos/as profissionais da ação social territorializada); da produção de capital social cognitivo e da produção de capital social relacional (perfil dos sujeitos de intervenção percecionado pelos/as profissionais da ação social territorializada).

O *output* nuvem de palavras resulta da seleção de 6 palavras em cada definição proferida pelos/as profissionais acerca dos conceitos (território, ação social territorializada e capital social), com uma frequência mínima de 10, o que significa um terço das respostas dos/as profissionais entrevistados/as.

2. Estratégia metodológica na pesquisa quantitativa

2.1. Universo

Segundo os Censos 2021, a população residente na freguesia de Marvila, no conjunto do concelho de Lisboa correspondia a 6,5% (N = 35 479), sendo a idade média 45,2 anos e cerca de 79% (N = 28 091) tinham entre os 20 e os 69 anos. Aproximadamente 30% (N = 83 77) tinha como fonte de rendimento o trabalho e 17,3% (N = 4862) o rendimento social de inserção. Relativamente às habilitações, e comparativamente a 2011, verificou-se um aumento na ordem dos 30%, no ensino secundário (+32,6%) e no ensino superior (+29,9%).

2.2. Elaboração do questionário

O *Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital* (SC-IQ) (Grootaert & Woolcock et al 2003) foi o ponto de partida para a elaboração do QI-MCS de Marvila (anexo F). Cristiaan Grootaert, Michel Woolcock, Deep Narayan & Veronica Jones (2003) são os autores e coautores do SC-IQ e assumem que a perspetiva do desenvolvimento não se traduz exclusivamente em crescimento económico. Visto que esta tese partilha do mesmo pressuposto foi-lhes solicitada autorização para o utilizar, tendo os mesmos informado que está validado e disponível online para incentivar a sua aplicação. Por conseguinte, considerou-se importante para construir a versão adaptada à freguesia de Marvila traduzir a versão original em inglês (anexo H) e subê-la posteriormente a um pré-teste a fim de avaliar a sua adequabilidade.

O QI-MCS de Marvila foi segmentado em seis blocos, com correspondência a cada uma das dimensões do capital social: 1) capital social cognitivo; 2) capital social relacional; 3) capital social estrutural – redes; 4) capital social estrutural – relações hierárquicas; 5) capital social estrutural – relações de mercado não mercantil não monetárias; 6) caracterização sociodemográfica dos inquiridos.

No bloco capital social cognitivo (Quadro 4.5) foram contemplados indicadores do grau de adesão às normas e códigos de convivência e grau de concordância com a confiança nos profissionais e nos moradores.

Quadro 4.5 Quadro de análise capital social cognitivo

Dimensão	Indicadores	Variáveis (perguntas do questionário)
	Grau de adesão às normas e códigos de convivência	<p>Conhece as regras de convivência da sua freguesia? (A1)</p> <p>Os seus vizinhos seguem as regras de convivência da sua freguesia? Responda, por favor, <i>numa escala de 0 a 10 qual o grau de probabilidade de isso acontecer, em que 0 significa nada provável e 10 muito provável</i> (A.2.)</p> <p>Quantas pessoas da sua rede social aderem às regras de convivência do grupo a que pertencem? (A3)</p>
Cognitivo	Grau de concordância com a confiança nos profissionais e nos moradores	<p><i>Numa escala de 5 pontos (1 discorda totalmente a 5 concorda totalmente) diga se concorda com as seguintes afirmações (A.4):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram na sua freguesia (A4.1); – A maioria das pessoas da sua freguesia está disposta a ajudar os outros casos precise (A4.2); – Na sua freguesia, as pessoas geralmente não confiam em emprestar ou a pedir dinheiro emprestado (A4.3); – Pode-se confiar na maioria dos profissionais de saúde (A4.4); – Pode-se confiar na maioria dos profissionais das forças de segurança (A4.5); – Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Educação (A4.6); – Pode-se confiar na maioria dos profissionais do Estado (A4.7); – Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Junta de Freguesia (A4.8); – Pode-se confiar na maioria dos assistentes sociais (A4.9); – Pode-se confiar na maioria dos comerciantes (A4.10)

Elaboração própria, 2023.

Conforme pode ver-se no Quadro 4.6, no bloco capital social relacional foram colocadas questões para medir grau de sociabilidade, grau de união entre as pessoas, grau de nível de segurança sentido quando anda sozinho(a) na freguesia depois de escurecer.

Quadro 4.6 Quadro de análise capital social relacional

Dimensão	Indicadores	Variáveis (perguntas do questionário)
Relacional	Grau de sociabilidade	Com que frequência convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho? (B1)
		As pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de (B2): situação económica diferente (B2.1); um grupo religioso diferente (B2.2); um grupo étnico diferente (B2.3)
		Com que frequência sai do seu bairro para (B3): Trabalhar (B3.1); Estudar (B3.2); Passear (B3.3)
	Grau de união entre as pessoas	Como descreve o grau de união do seu grupo de amigos numa escala de 1 a 10, em que 1 significa extremamente distante e 10 extremamente próximas (B4)
		Como descreve o grau de união das pessoas que vivem na sua Freguesia? Responda, por favor, numa escala de 1 a 10, em que 1 significa extremamente distante e 10 extremamente próximas (B5)
	Grau de diversidade cultural	Considera que na sua freguesia existe: Grande diversidade cultural, Alguma diversidade cultural, Pouca diversidade cultural, Nenhuma diversidade cultural (B6)
Considera que a diversidade cultural que existe na sua freguesia causa problemas de convivência? (B7) Estes problemas de convivência estão relacionados com diferenças (B8): de escolaridade (B8.1); de económicas (B8.2); de Bens Materiais (B8.3); entre homens e mulheres (B8.4); entre gerações mais jovens e gerações mais velhas (B8.5); entre antigos e novos moradores (B8.6); de filiação política (B8.7); de crenças religiosas (B8.8); de origem étnica, cultural (B8.9)		
Nível de segurança	Qual o nível de segurança que sente quando anda sozinho(a) na sua freguesia depois de escurecer? Sente-se... (B.9)	

(Elaboração própria, 2023)

O Quadro 4.7 sistematiza as diversas subdimensões da dimensão capital social estrutural. Na subdimensão *relações nas redes* foram identificadas questões que permitem conhecer, o grau de participação cívica e a tipologia de acesso à informação.

No bloco capital social estrutural – subdimensão *relações hierárquicas* – foram considerados os seguintes indicadores nível de confiança nos profissionais, grau de envolvimento nas atividades de associações, cooperativas e instituições e tipologia dos benefícios da participação nas atividades.

Para a subdimensão *relações de mercado não mercantil não monetárias* foram consideradas três indicadores: tipologia de redistribuição justa de produtos, tipologia da produção, armazenamento e autosustento e tipologia de trocas.

Quadro 4.7 Quadro de análise dimensão capital social estrutural

Dimensão		
Capital Social Estrutural	Indicadores	Variáveis (perguntas do questionário)
Subdimensão Relações nas redes		Sente que tem capacidade para tomar decisões importantes, que podem mudar o rumo da sua vida?Faça uma avaliação de si próprio através de uma <i>escala de 5 pontos, em que 1 significa totalmente incapaz e 5 totalmente capaz</i> : (C3)
	Grau de participação cívica	Tem manifestado preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais? (C4) A Junta de Freguesia e os líderes locais tomam em consideração as preocupações manifestadas por sie por outras pessoas quando tomam decisões que afetam a todos. Responda, por favor, numa <i>escala de 5 pontos, onde 1 significa nunca e 5 a maioria das vezes</i> (C5)
	Tipologia de acesso à informação	Com que frequência tem acesso a informação útil sobre os seus direitos e deveres na sociedade e ofertas de emprego através do/dos (C6): Parentes, amigos e vizinhos (C6.1); Mercado local (C6.2); Jornal da Junta de freguesia (C6.3); Jornais nacionais (C6.4); Rádio (C6.5); TV (C6.6); Grupos informais (C6.7); Associações (C6.8); Colegas de trabalho (C6.9); Grupos políticos (C6.10); Líderes comunitários (C6.11); Um membro do Governo (C6.12); Instituições locais (C6.13); Internet (C6.14). <i>Escala a variar de 1 (nunca) a 5 (muito frequentemente)</i>
Subdimensão Relações hierárquicas	Nível de confiança nos profissionais	De uma forma geral, tem confiança nas pessoas que trabalham nas instituições públicas e/ou privadas, associações, cooperativas? Responda, por favor, utilizando uma <i>escala de 1 a 10, em que 1 significa que desconfiança total e 10 significa que confiança total</i> . (D1)

Subdimensão Relações de mercado não mercantil não monetária	Grau de envolvimento nas atividades de associações, cooperativas e instituições	Diga-nos numa <i>escala de 10 pontos qual a probabilidade</i> de as pessoas da sua Freguesia participarem nas atividades das associações, cooperativas e instituições para obter benefícios, em que <i>1 significa nada provável e 10 extremamente provável</i> (D3) Envolve-se na organização das atividades das associações, cooperativas e instituições? (D4)
	Tipologia dos benefícios da participação em atividades	O que é que procura obter como benefício quando se envolve na organização das atividades das seguintes instituições? (D5): Segurança social (D5.1); Segurança espiritual (D5.2); Segurança financeira (D5.3); Controlo social (D5.4); Acesso informação e emprego (D5.5); Acesso ao poder (D5.6); Mobilidade social (D5.7)
	Tipologia de redistribuição justa de produtos	Quantas pessoas da sua Freguesia têm acesso gratuito a (E1): Consultas e medicação (E1.1); Produtos de higiene (E1.2); Vestuário (E1.3); Mobiliário de casa (E1.4); Produtos alimentares (E1.5); Produtos das hortas das hortas comunitárias (E1.6)
	Tipologia de produção, armazenamento e autosustento	Tipo de negócios informais as pessoas da sua Freguesia fazem para sobreviver? (E3): Arranjos de carros e motos; Arranjos de eletrodomésticos; Arranjos de costura; Manicure no domicílio; Confeção de doces e salgados; Arranjos informáticos; Limpezas domésticas; Venda ambulante; Produção de produtos da horta; Reciclagem de produtos
	Tipologia de trocas	Quantas pessoas na sua Freguesia trocam bens/ou produtos? (E4)

(Elaboração própria, 2023)

No bloco Caracterização sociodemográfica identificou-se idade, sexo, grau de escolaridade, situação profissional, tipo de rendimentos do agregado familiar, valor total de rendimentos do agregado familiar e tempo de residência no bairro.

2.3. Pré-teste

Na medida em que se pretendia a validação deste questionário, quer para a pesquisa em curso, quer para viabilizar a sua posterior utilização, foi realizado um pré-teste com 15 profissionais. Destes apenas 12 devolveram o questionário preenchido. Conclui-se que, em média, demorou 40 minutos a responder, e que algumas questões tinham de ser

clarificadas e outras passíveis de ser excluídas. Desta forma, o processo de exclusão de perguntas foi um exercício minucioso, uma vez que havia o cuidado de garantir que permaneceriam os indicadores necessários para medir as diversas subdimensões do capital social propostas no modelo de análise.

2.4. Procedimentos

A preceder à aplicação do questionário foi efetuado um pedido de autorização para a realização dessa recolha, via email a 15 instituições com intervenção no território de Marvila. O pedido tinha como propósito envolvê-las na cadeia humana de profissionais formados para divulgar o questionário e/ou para na distribuição e reunião dos mesmos para serem levantados posteriormente. Todavia, após dois meses, apenas três responderam que não tinham disponibilidade para colaborar no estudo. Acabariam por se identificar alguns fatores que influenciaram negativamente o processo de aplicação do questionário: a indisponibilidade das instituições de afetação de recursos humanos (RH); as normas diretivas em relação ao teletrabalho obrigatório no período da pandemia covid 19; as eleições autárquicas realizadas a 26 de setembro de 2021 que originaram que a Junta de Freguesia ficasse em autogestão até dia 20 de outubro de 2021 e, ainda, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados de 2018.

Para contornar estes constrangimentos criou-se uma versão online do Questionário Integrado de Medição do Capital Social de Marvila (QI MCS – Marvila), cuja disseminação se obteve o apoio da Junta de Freguesia de Marvila (JFM). Com as devidas autorizações superiores, enviou-se link por email para: colaboradores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa da Unidade de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade de Marvila (SCML-UDIPM); parceiros da Comissão Social de Freguesia; grupos comunitários da freguesia. Colocou-se nas redes sociais: Facebook (páginas da JFM, de grupo de moradores dos diferentes bairros, de associações de moradores, de instituições sedeadas em Marvila); grupos de WhatsApp (desportivos, associativos, amigos, vizinhos). No dia 31 janeiro, eleições legislativas 2022, foram distribuídos 94 questionários pelas sete mesas de voto e reunidos 47 emails para posterior envio do link de acesso ao questionário, apenas moradores em Marvila.

Entre os dias 25 de novembro 2021 a 23 de janeiro de 2022 o número respostas ao questionário online era de 67 e apresentava um número maior de pessoas mais escolarizadas e um défice dos níveis de sem nível de escolaridade e com o ensino básico. Estes níveis de escolaridade em falta correspondiam ao nível de escolaridade da grande maioria das pessoas que recorrem ao atendimento social generalista da SCML - UDIPM. Assim, foi reforçado o pedido de colaboração desta instituição, tendo sido autorizada a distribuição de 80 questionários em formato papel pelos pais e familiares das crianças integradas em duas

creches. O processo de recolha terminou em março de 2022 com 234 respostas completas (165 na versão online e 69 na versão em papel).

2.5. Participantes

Os 234 participantes que integram a amostra final tinham idades compreendidas entre 18 e 78 anos e cerca de 75% tinha até 49 anos, com uma média 38.1 anos (DP = 13.1 anos). Como pode observar-se no Quadro 4.8, a maioria era do sexo feminino (77.3%) e escolarizada, com maior destaque do nível do secundário (42.9%). Um pouco mais de metade vivia no bairro há mais de 24 anos (51,7%). A maioria eram trabalhadores por conta de outrem (65.3%) e a generalidade vivia do rendimento dos salários e vencimentos do trabalho de todos os elementos do agregado familiar (82,5%). Relativamente ao rendimento, 45.9% auferia mensalmente entre 635 e 1270€ e 36.0% mais de 1271€.

Quadro 4.8 Caracterização sociodemográfica

		N	% ⁽¹⁾	Não-respostas
Sexo	Feminino	177	77.3	
	Masculino	52	22.7	
	Total	229		5.0%
Escolaridade	Básico	50	21.6	
	Secundário	99	42.9	
	Pós Sec.	19	8.2	
	Licenciatura	41	17.7	
	Mestrado e Doutoramento	22	9.5	
	Total	231		3.0%
Condição perante o trabalho	Trabalhador por conta de outrem	145	65.3	
	Trabalhador por conta própria	29	13.1	
	Desempregado	35	15.8	
	Reformado ou Pensionista	13	5.9	
	Total	222		12.0%
Salários e vencimentos do trabalho	Salário	170	82.5	
	Não	36	17.5	
	Total	206		28.0%
Rendimento agregado	Menos de 635€	36	18.4	
	635 a 1270€	90	45.9	
	1271€ a 1905€	40	20.4	
	Mais de 1905€	30	15.3	
	Total	196		38.0%
Tempo permanência no bairro	mais de 1 ano	27	11.8	
	mais de 6 anos	22	9.6	
	mais de 12 anos	25	11.0	

mais de 18 anos	36	15.8	
mais de 24 anos	118	51.8	
Total	228		6.0%

Nota. A percentagem de não-respostas foi calculada um N = 234

(1) Percentagens calculadas sobre o N válido (exclui as não-respostas).

2.6. Medidas

Com a finalidade de operacionalizar alguns dos conceitos que sustentam as associações em análise (recorde-se os quadros do 4.5 ao 4.7), e porque são medidos por diversos indicadores, optou-se, sempre que tal foi possível, por construir medidas compósitas. Esta estratégia permitiu definir medidas que se aproximavam mais da multidimensionalidade de alguns dos conceitos e, ao mesmo tempo, permitiu uma gestão mais parcimoniosa das múltiplas variáveis envolvidas nesta pesquisa. No Quadro 4.9 estão sistematizadas as variáveis independentes e dependentes usadas para análise das hipóteses de investigação. No caso das medidas que foram operacionalizadas através de variáveis compósitas apresentar-se-á em seguida os procedimentos realizados.

Variáveis independentes

Idade

Como foi sistematizado, a revisão da literatura permitiu aferir que a idade pode apresentar uma relação linear com o capital social (La Due Lake e Huckfeldt, 1998; Glaeser et al. 2002; Lancee, 2010), mas existem também estudos que sugerem uma relação curvilínea entre a idade e o capital social (Lopes e Duarte, 2010; Robinson & Jackson, 2001). Nesse sentido, foi decidido no teste à hipótese de investigação integrar quer a variável *idade* (medida através dos anos de idade dos participantes), quer a idade quadrática ($Idade^2$) a fim de ser possível captar a eventual relação quadrática entre a idade e o capital social.

Estatuto socioeconómico

Para medir o estatuto socioeconómico foi construída um variável *proxy*, tendo sido consideradas as seguintes variáveis: escolaridade, rendimento do agregado e condição perante o trabalho (Bourdieu, 1986; Coleman, 1988; Portes, 1998; Knoke, 1999; Claro, Gonzales e Neto, 2008). Atendendo aos requisitos disponíveis: i) três variáveis de input para associar e ii) variáveis categorizadas, foi aplicada a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). Os resultados obtidos evidenciaram uma consistência adequada ($\alpha = .69$, Kline 2011), pelo que se definiu uma nova variável de composição multidimensional.

Tempo de permanência no bairro

O tempo de permanência no bairro foi medido em anos e a variável foi disponibilizada em intervalos de anos, no sentido de ser facilitador da resposta. Foram definidos os seguintes intervalos: até 1 ano; 1 – 6 anos; 7 – 12 anos; 12 – 18 anos; 19 – 24 anos; mais de 24 anos (Allebeck, 2003).

Variáveis dependentes

Confiança nos profissionais e nos moradores

Uma das dimensões do capital social cognitivo consistiu na medição do grau de concordância com múltiplos itens, relativos à confiança nos profissionais e nos moradores:

- Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram na sua freguesia
- A maioria das pessoas da sua freguesia está disposta a ajudar os outros casos precise
- Na sua freguesia, as pessoas geralmente não confiam em emprestar ou a pedir dinheiro emprestado
- Pode-se confiar na maioria dos profissionais de saúde
- Pode-se confiar na maioria dos profissionais das forças de segurança
- Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Educação
- Pode-se confiar na maioria dos profissionais do Estado
- Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Junta de Freguesia
- Pode-se confiar na maioria dos assistentes sociais
- Pode-se confiar na maioria dos comerciantes

Validada a adequabilidade da matriz de imput à realização de uma análise em componentes principais ($KMO = .85$, $\chi^2(36) = 623.28$, $p < .001$), foi identificada uma estrutura 3-factorial que explicava 68.66% da variância total. A componente 1 (variância $Cp1 = 27.57\%$) correspondeu à confiança nos profissionais (saúde, forças de segurança e educação); a componente 2 (variância $Cp2 = 23.60\%$) era relativa à confiança nos profissionais (Estado, Assistentes Sociais e Comerciantes) e a componente 3 (variância $Cp3 = 17.50\%$) centrava-se na confiança nos moradores e disponibilidade para ajudar. Os pesos fatoriais foram significativos (Hair et al., 2019) e situavam-se entre .56 e .86. Tendo sido comprovada a consistências das três componentes ($\alpha_{Cp1} = .81$, $\alpha_{Cp2} = .77$ e $\alpha_{Cp3} = .65$, Kline, 2016), procedeu-se à construção de três novas variáveis cuja escala ia no sentido de valores mais elevados corresponderem a níveis mais elevados de concordância.

Quadro 4.9 Variáveis independentes e dependentes

Variáveis de input		
Variáveis independentes	Idade	Idade (anos) Idade ²
	Estatuto socioeconómico	Escolaridade; Rendimento do agregado e Situação na profissão <i>Output: variável compósita via análise de correspondências múltiplas (ACM)</i>
	Tempo de permanência no bairro	Anos de permanência
Variáveis dependentes		Grau de adesão às normas e códigos de convivência (A2/A3);
	Capital social cognitivo	Grau de concordância sobre confiança nos profissionais e nos moradores (A4.1/ A4.2/ A4.4/ A4.5/ A4.6/ A4.7/ A4.8/ A4.9/ A4.10) <i>Output: três variáveis compósitas via análise de componentes principais (ACP)</i>
	Capital social relacional	<i>Relações sociais:</i> Grau de sociabilidade (B1/B2/B3) Grau de união entre as pessoas (B4/ B5) Grau de diferença entre as pessoas (B6/ B7) Nível de segurança (B9)
	Capital social estrutural	<i>Relações nas redes:</i> Grau de participação cívica (C3/C4/C5) Tipologia de acesso à informação (C6.1/ C6.2/ C6.3/ C6.4/ C6.5/ C6.6/ C6.7/ C6.8/ C6.9/ C6.10/C6.11/ C6.12/ C6.13/ C6.14) <i>Output: três variáveis compósitas via análise de componentes principais (ACP)</i>
	<i>Relações Hierárquicas:</i> Nível de confiança nos profissionais (D1) Grau de envolvimento nas atividades das associações, cooperativas e instituições (D3)	

Relações de mercado não mercantil não monetária:

Tipologia de redistribuição justa de produtos (E1.1/E1.2/E1.3/E1.4/E1.5/E1.6)

Tipologia de produção, armazenamento e autosustento (E3)

Frequência de pessoas que trocam bens e/ou produtos (E4)

(Elaboração própria, 2023)

Tipologia de acesso à informação

Para medir a tipologia de acesso à informação (subdimensão *relações nas redes*) foram considerados um conjunto de 14 entidades: parentes, amigos e vizinhos, mercado local, jornal da junta de freguesia, jornais nacionais, rádio, TV, grupos informais, associações, colegas de trabalho, grupos políticos, líderes comunitários, um membro do governo, instituições locais, internet.

Com o objetivo de identificar fatores latentes foi aplicada uma análise em componentes principais, após validade a fatorabilidade da matriz de input ($KMO = .83$, $\chi^2 (78) = 911.33$, $p < .001$). O critério de Kaiser (Hair et al., 2019) identificou três componentes principais, as quais explicavam 60.42% da variância total. A componente 1 (25.29%) estava associada ao poder político, associativo e institucional local, a componentes 2 (18.90%) representava a rede social digital, informal e laboral e a componente 3 (17.05) correspondia aos meios de comunicação tradicionais. Os pesos fatoriais variavam entre .51 e .84, estando assim em conformidade com os critérios indicados em Hair et al. (2019). Atendendo a que as três componentes evidenciaram ser consistentes ($\alpha_{cp1} = .84$, $\alpha_{cp2} = .77$ e $\alpha_{cp3} = .73$, Kline, 2016), foram construídas três novas variáveis compósitas, sendo que os scores mais elevados indicavam níveis mais elevados de frequência no acesso aos diferentes tipos de informação.

Tipologia da produção, armazenamento e autosustento

Para averiguar a que tipo de negócios informais recorriam as pessoas da freguesia foram disponibilizadas um conjunto de opções: arranjos de carros e motos, arranjos de eletrodomésticos, arranjos de costura, manicura no domicílio, confeção de doces de salgados, arranjos informáticos, limpezas domésticas, venda ambulante, produção de produtos da horta e reciclagem de produtos. Tal como se pode verificar no Quadro 4.10, fez-se o exercício de identificar qual a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP,2010) que é atribuída

a cada negócio informal assinalado pelos inquiridos, para inspirar a categorização dos perfis de resposta que surgiram (INE, 2011).

Quadro 4.10 – Negócios informais de Marvila segundo a Classificação Portuguesa das Profissões

Opções de Resposta de Negócios informais (QI-MCSM)	Classificação Portuguesa das Profissões (2010)
Arranjos de carros e motas	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
Arranjos de eletrodomésticos	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
Arranjos de costura	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
Manicura no domicílio	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
Confeção de doces de salgados	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
Arranjos informáticos	Técnicos e profissões de nível intermédio
Limpezas domésticas	Trabalhadores não qualificados
Venda ambulante	Trabalhadores não qualificados
Produção de produtos da horta	Trabalhadores não qualificados
Reciclagem de produtos	Trabalhadores não qualificados

(Elaboração própria, 2023)

Com a aplicação de uma análise de correspondências múltiplas foi possível identificar quatro perfis que exibiam configurações distintas entre as modalidades de negócios informais. Em seguida foi aplicada uma análise de clusters permitindo dividir os indivíduos consoante o seu perfil.

- Perfil 1 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores. É o perfil maioritário (integra cerca de 50% dos indivíduos) e, como se pode confirmar no Quadro 4.11, é caracterizado pela coexistência entre implementar uns tipos de negócios informais (arranjos de carros e motas, confeção de doces de salgados, arranjos de costura e limpezas domésticas), mas não outros (arranjos informáticos, venda ambulante, reciclagem de produtos e produção de produtos da horta).

Quadro 4.11 – Categorização do Perfil 1

Perfil de repostas 1	Classificação Portuguesa das Profissões (2010)	Categorização do Perfil 1
Arranjos de carros e motas	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	<i>Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores</i>
Confeção de doces de salgados	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	
Arranjos de costura	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Limpezas domésticas	Trabalhadores não qualificados	

(Elaboração própria, 2023)

- Perfil 2 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional e moderno; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores (17.1%). Como o Quadro 4.12 indica. Este perfil destaca-se por serem praticados estes negócios informais: arranjos de carros e motas, confeção de doces de salgados, arranjos de costura, limpezas domésticas, arranjos de eletrodomésticos e manicura no domicílio.

Quadro 4.12 – Categorização do Perfil 2

Perfil de respostas 2	Classificação Portuguesa das Profissões (2010)	Categorização do Perfil 2
Arranjos de carros e motas	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	<i>Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional e moderno; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores</i>
Confeção de doces de salgados	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Arranjos de costura	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Limpezas domésticas	Trabalhadores não qualificados	
Arranjos de eletrodomésticos	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Manicura no domicílio	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	

(Elaboração própria, 2023)

- Perfil 3 – Negacionistas dos trabalhos informais. Verificou-se que 19.2% é maioritariamente caracterizado por não serem praticadas as atividades informais
- Perfil 4 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional, moderno e contemporâneo; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores; técnico de nível intermédio. Este é o perfil que registou menor adesão (13.7%). É tendencialmente marcado pela presença de todos os tipos de negócios informais, tal como se pode constatar no Quadro 4.13. Mas, e comparativamente ao perfil 2, acresce a reciclagem de produtos, arranjos informáticos, produção de produtos da horta e venda ambulante.

Quadro 4.13 – Categorização do Perfil 4

Perfil de respostas 4	Classificação Portuguesa das Profissões (2010)	Categorização do Perfil 4
Arranjos de carros e motas	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Arranjos de eletrodomésticos	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Arranjos de costura	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	
Manicura no domicílio	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	<i>Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional, moderno e contemporâneo; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores; técnico de nível intermédio</i>
Confeção de doces de salgados	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	
Arranjos informáticos	Técnicos e profissões de nível intermédio	
Limpezas domésticas	Trabalhadores não qualificados	
Venda ambulante	Trabalhadores não qualificados	
Produção de produtos da horta	Trabalhadores não qualificados	
Reciclagem de produtos	Trabalhadores não qualificados	

(Elaboração própria, 2023)

2.7. Análise de Dados

Para a análise descritiva univariada foram usadas as medidas de síntese mais adequadas à natureza das variáveis (percentagens, média, desvio-padrão). Para a validação das três hipóteses de investigação foi necessário testar relações entre pares de variáveis. Foram

utilizados dois coeficientes de correlação – Rho de Spearman – quando pelo menos uma das variáveis era ordinal e – R de Pearson – quando ambas as variáveis eram quantitativas. Foi realizado o teste t e a análise de variância paramétrica (Oneway ANOVA) a fim de comparar dois ou mais grupos (respetivamente) relativamente a uma variável quantitativa. Estes dois testes foram completados com estimação *bootstrap* nos casos em que foi diagnosticada uma certa assimetria das variáveis dependentes. Realizaram-se também dois testes não-paramétricos – teste de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis – nos casos nos quais a variável a analisar era ordinal. Para implementar a análise estatística recorreu-se ao *software* de estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, versão 28).

CAPÍTULO 5 - Resultados: Exploração dos conteúdos qualitativos

1. Produção de capital social estrutural – relações hierárquicas

As práticas da ação social territorializada correspondem ao capital social estrutural que é desenvolvido num território por via das relações hierárquicas que se estabelecem entre profissionais e sujeitos de intervenção. Por conseguinte, o capital social é produto das relações de confiança que se estabelecem nas relações hierárquicas de uma estrutura social e as práticas profissionais dependem da capacidade de participação cívica coletiva dos sujeitos de intervenção, tal como advogam Putnam (1993) e Coleman (1998). Neste sentido, considerou-se importante saber qual a perceção dos profissionais sobre os conceitos de território e ação social para perceber se têm o mesmo entendimento dos mesmos, antes de conhecer o seu perfil quanto às áreas de intervenção, aos modelos que adotam, a identificação com esses modelos, a liberdade para adotar outros modelos, ao papel na construção de programa/projetos de intervenção, à promoção de processos de empowerment e espaços de participação em projetos individuais e/ou coletivos e apoio na organização de movimentos sociais ou associativos.

2. Perceção dos/as profissionais sobre os conceitos de território e ação social territorializada

Os/as profissionais da ação social territorializada destacam a palavra “bairro” (N = 36) quando definem território (figura 5.1) reconhecendo-o como (...) *um espaço físico aonde existem ligações ou de habitação ou de construção e de relações de pessoas* (Entrevistado/a 13, 2021) corroborando com Saquet (2003) que refere que o território nasce num determinado espaço físico através das relações sociais formais e informais, como produto de uma apropriação social, económica, política e cultural do espaço, que se territorializa num determinado local por via de relações de poder (dimensão política).



Figura 5.1 – Consciencialização do Conceito de Território

O “bairro” reconfigura-se como o território “(...) onde se estabelecem relações entre esses mesmos atores e podem ser de várias naturezas também: relações comerciais, de cooperação, onde existem várias ligações e várias redes entre estes mesmos atores (...) e também às vezes redes mais formais outras vezes redes menos formais, mas tudo são interações e fazem parte desse espaço geográfico” (Entrevistado/a 27, 2021). Trata-se de relações entre grupos e espaços de convivência através da troca de bens imateriais (dimensão cultural), de relações económicas mercantis e não mercantis imbuídas na dialética entre a classe social e o capital-trabalho (dimensão económica), relações primitivas inatas ao ser humano pela necessidade de demarcar o seu espaço físico para sentir segurança (dimensão naturalista) defendidas por Haesbaert (2005).

A unidade de território parte da perspectiva geográfica, no entanto é conceptualizada segundo a posição social e interesse de cada um, pois “(...) para os moradores é muito, muito minúscula, enquanto se estivermos a falar do ponto de vista do autarca, vamos supor que estamos a falar de um técnico superior da Câmara Municipal ou de algo parecido, a unidade território Marvila pode fazer sentido enquanto freguesia até...ele tem sempre uma base geográfica e depois está sempre dependente também de uma série de outros laços, sejam sociais, familiares, sejam institucionais que o vão definindo, mas essa definição de território é sempre um instrumento que é criado para quem está a olhar, portanto é difícil dizer em concreto o que é território” (Entrevistado/a 14, 2021).

O território resulta de um processo de territorialização onde as pessoas experimentam e/ou dão significado ao espaço físico que escolhem para viver (Haesbaert, 2005). Por conseguinte, no mesmo espaços geográficos podem coexistir diferentes territorializações fechadas (não são permeáveis à pluralidade cultural e ideológica); político-funcionais (aceita a pluralidade, mas não admite pluralidade de poderes); político-flexíveis (aceita a pluralidade de espaços multifuncionais e pluralidade de poderes); multiterritoriais (admitem a presenças de territórios pluriculturais, político-flexíveis e multifuncionais). Com efeito, o território “(...) será um conjunto de bairros, (...), se pensarmos que Marvila é a segunda freguesia maior de Lisboa, portanto é uma série de conjunto de bairros, de edifícios de prédios, de locais onde toda população utiliza e se movimenta e vive (Entrevistado/a 5, 2021); (...) sendo que essas multiterritorialidades são concretamente as especificidades de cada bairro da freguesia, que decorrente da sua cultura, da sua própria organização em termos de espaço físico, impacta nesta definição e nesta noção de território” (Entrevistado/a 15, 2021) “(...) que estão incluídas as relações sociais e políticas dentro desse espaço territorial, (...) onde a denominação, a cooperação, a reciprocidade, o conflito, a participação, a exclusão se conciliam com determinadas práticas e comportamentos” (Entrevistado/a 14, 2021).

Com se pode validar na figura 5.2, a palavra “social” (N=74) mais mencionada pelos profissionais quando definem ação social territorializada remete-nos para a ideia da

humanização da intervenção apontada por Madeira (1996) definindo a ação social territorializada como “(...) uma ação dirigida a um determinado território (...), adaptada ao contexto em que está a desenvolver-se (...) que se desenvolve em proximidade com as pessoas às quais ela diz respeito (...) não é uma ação que funcione no abstrato, ou com base em normativos, (...) mas é uma ação com alguma cumplicidade e envolvimento e participação desses agentes que são residentes num determinado território” (Entrevistado/a 27, 2021).



Figura 5.2 – Consciencialização do Conceito de Ação Social Territorializada

A ação social territorializada requer “uma participação efetiva dos (...) dos agentes sociais de uma freguesia, trabalhando em rede para procurarem perspetivas de desenvolvimento local a favor das populações” (Entrevistado/a 29, 2021). Ou seja, traduz-se em práticas de intervenção social territorializada e humanizada que agem ao nível local pensando de forma global, estimulam sociabilidade e a solidariedade, promovem a coesão social (Madeira, 1996). É “(...) uma intervenção assente nas características específicas de um determinado território e que tem na sua base os princípios de intervenção social que agrega múltiplas áreas de saber, portanto entre as quais o Serviço Social é uma delas e que visa o desenvolvimento social desse mesmo território” (Entrevistado/a 15, 2021). Desta forma, a ação social territorializada também significa um conjunto de práticas que assentam numa plataforma transversal do sistema de proteção social, que congrega uma rede de parceiros locais que concertadamente promovem o desenvolvimento integral dos territórios (Júlia Cardoso, 2013). Tal como Madeira (1996) e Júlia Cardoso (2013), também alguns profissionais a definem como uma “(...) intervenção social desenvolvida numa ótica colaborativa e integrada num contexto territorial com diferentes agentes sociais locais em estreita ligação também com a comunidade e em articulação com respostas quer do sector público, quer do sector privado, um exemplo, disso acho que é (...) a rede social e os grupos comunitários” (Entrevistado/a 22, 2021) “(...) envolve conhecer a comunidade as suas problemáticas (...) conhecer os vários agentes interventivos (...) na comunidade as várias instituições (...) os seus projetos (...) sistematizar a informação das necessidades do território e fazê-las chegar ao poder político, sinalizar situações de pobreza e exclusão social e fazer um acompanhamento dessas situações um papel de intervenção favorecendo (...) ou

promovendo a cidadania mais ativa da comunidade (...) tentando consciencializar os indivíduos e as famílias dos seus problemas (...) trabalhar a capacitação deles, dos indivíduos e das famílias para que sejam capazes por resolver por si só as suas problemáticas ou necessidades” (Entrevistado/a 14, 2021). Este testemunho corrobora com as autoras que defendem um novo paradigma da ação social que provém de projetos e/ou programas de intervenção social e comunitária, respostas sociais e apoios económicos (monetários ou em espécie) que incrementam processos de capacitação e empowerment reconhecendo e colocando o sujeito de intervenção como protagonista na articulação com a sociedade, ativando os recursos endógenos e exógenos para resolução dos seus problemas e concretização do seu projeto de vida individual e coletivo.

3. Perfil dos/as profissionais da ação social territorializada

3.1. Área de Intervenção dos profissionais da ação social territorializada

Como se pode constatar na figura 5.3, 22 profissionais da ação social territorializada intervêm na área do desenvolvimento comunitário, embora 12 acumulem com outras funções, nomeadamente atendimento social generalista e/ou respostas sociais e/ou banco alimentar. E 8 estão exclusivamente a intervir em respostas ou em projetos de intervenção social (4 no atendimento social generalista, 2 nas respostas sociais apenas, 1 na promoção da empregabilidade e empreendedorismo; 1 em projetos de intervenção).



Figura 5.3 - Área de Intervenção dos profissionais da ação social territorializada

3.2. Modelos de intervenção adotados

Tal como se pode verificar na figura 5.4, 16 profissionais da ação social territorializada adotam um conjunto diversificado de modelos de intervenção, nomeadamente: colaborativo; sistémico; participativo; educação não formal; ecológico; abordagem holística-avaliação 360º; biopsicossocial; centrado na tarefa; intervenção na crise; frenchip methodology e personal brain.



Figura 5.4 - Modelos de intervenção adotados

Apesar de 22 profissionais intervirem no desenvolvimento comunitário, 18 referem adotar o modelo de desenvolvimento comunitário, mas apenas 5 assumem que recorrem exclusivamente a este modelo.

O desenvolvimento comunitário, segundo Roque Amaro (2018, p.22) é um processo de mudança centrado na comunidade que visa dar resposta às necessidades a partir dos seus recursos endógenos e exógenos recorrendo a metodologias participativas e de autonomização, segundo uma perspetiva integrada, de trabalho em parceria, de valorização da diversidade que causem impacto positivo na comunidade. Os profissionais da ação social territorializada que mencionam adotar a modelo de desenvolvimento comunitário asseguram que na sua ação comunitária estão garantidas as seguintes implicações metodológicas: territorialização; a participação da comunidade; a visão integrada; o trabalho em parceria; a flexibilidade das ações; o planeamento com improviso; a avaliação permanente; a investigação-ação; as competências éticas, relacionais e técnicas (Amaro, 2018, p.23).

3.3. Identificação com os modelos de intervenção

A grande maioria dos profissionais (N=28) afirma que se identifica com o modelo de intervenção adotado pela instituição acreditando que o modelo de intervenção comunitário é aquele que (...) *do ponto de vista da intervenção torna-a muito mais rica, torna-a participativa e inclui-se as pessoas nos processos e deixamos de ser do ponto de vista da ação social, deixamos de ser uma prestação de serviços e somos ao contrário disso (...) é a utilização dos recursos da comunidade e das próprias pessoas em prol da sua qualidade depois do exercício da utilização do equipamento* (Entrevistado/a 9, 2021).

3.4. Liberdade para adotar novos modelos

Constata-se que 23 profissionais assumem ter liberdade para adotar novos modelos "(...) desde que não se fuja do esqueleto principal, aliás eu costumo dizer que os técnicos (...) têm toda a liberdade de introduzir metodologias de avaliação (...) há toda a liberdade para fazer,

e eu penso que por isso é um privilégio trabalhar nesta organização, (...) Porque há organizações que são muito limitativas em relação às metodologias e até à forma de organização do trabalho, (...) o técnico é livre de utilizar as metodologias, os testes de avaliação, as grelhas de avaliação, que entender que fazem sentido para o seu trabalho” (Entrevistado/a 27, 2021).

Todavia, 5 Profissionais, quando questionados acerca de terem liberdade para adotar novos modelos respondem que depende tendo muito que “(...) ver com as políticas dos decisores se também se reconhecem dessa forma (...) Porque nós seguimos orientações, nós obedecemos a opções do plano definidas para um mandato, podemos sempre propor, há essa liberdade, mas às vezes são ajustadas, tendo em conta o que pretendem quem está, a quem foi eleito (...) No fundo quem fica com o pelouro, porque varia. Mas sim, normalmente temos a liberdade para trabalhar com as entidades, pedir contributos, não tem havia qualquer interferência” (Entrevistado/a 26, 2021).

3.5. Papel na construção de programas/projetos de intervenção

Os/as 16 profissionais da ação social territorializada que afirmam que se envolvem no desenho, na execução, na avaliação de programas sociais e/ou de desenvolvimento comunitário produzem capital social estrutural uma vez que “(...) é muito pelo ADN deste serviço, independentemente do que cada um de nós faz, ou seja, se é um diretor ou se é um colega, um técnico, nós estamos todos muito envolvidos em tudo, (...) todos os projetos que existem, ações atividades que sejam desenvolvidas independentemente da resposta social (...) não há uma divisão clara, (...) há obviamente também uma construção conjunta e uma atuação conjunta porque só assim faz sentido” (Entrevistado/a 9, 2021); “a nossa metodologia é de que, a partir do momento que a ferramenta se encontra em funcionamento e bem, então outras pessoas que tenham capacidades para, continuam a dar seguimento às coisas, (...) potencializamos-mos outras pessoas para que possam seguir com a ferramenta e nós ficamos com background a fazer um acompanhamento das coisas” (Entrevistado/a 5, 2021). De fato, estes testemunhos revelam que se deve defender que estes projetos e ou programas de produção de capital social terão de ser operacionalizados durante períodos superiores a 6 anos, uma vez que a evidência científica nos diz que o tempo gasto pelas pessoas e profissionais na comunidade produz efeitos sociais positivos após esses anos (Allebeck, 2003).

Os que assumiram ser apenas facilitadores da concretização de projetos e/programas (N=9) alegam que “(...) enquanto representante de determinada organização, (...) E como coordenadora da equipa o meu objetivo, o mais possível, quem tem a mão na massa, que são os técnicos locais, possam fazer uma intervenção integrada entre uma relação mais

individualizada com o utente, mas que não fique só encerrada nessa dimensão possa também transpor e trabalhar numa relação de influência mútua entre dimensão individual e uma dimensão mais coletiva, mais comunitária (...) o meu papel é sobretudo, influenciar os profissionais e estarmos presentes, ou eu e eles nos diferentes momentos chave e nos diferentes fóruns que existem no território” (Entrevistado/a 27, 2021).

Os profissionais reconhecem que estão envolvidos apenas na execução (N=4) justificam que a “(...) função que desempenhamos é baseada num carácter político e não nos podemos distanciar dele. Por mais que queiramos estar distanciados desse carácter é difícil e às vezes por mais que nós queiramos pensar numa coisa diferente e tentar aqui juntamente pensar com o executivo, pensar noutras alternativas, que até podem ser viáveis ou não para o território, nem sempre é possível, por isso deixamos de ser aqui um agente pensante a um agente executor” (Entrevistado/a 16, 2021) e “(...) com muita pena, não é um papel muito ativo, acho que a construção de programas e projetos neste território especificamente (...) implica um investimento de tempo, que eu acho que daquilo que são as exigências e funções do nosso trabalho, (...) não é compatível (...)” (Entrevistado/a 24, 2021).

3.6. Promoção de processos de empowerment

A grande maioria dos/as profissionais da ação social territorializada (N=28) refere promover processos de empowerment. Contudo, 1 profissional manifesta que *a ação social territorializada*, “(...) não estar, (...), consolidada e sedimentada em termos da sua pertinência, (...) muitos técnicos que estão na intervenção territorializada, (...) acabam por desenvolver a mesma com um cariz assistencialista sem ter a vertente do empowerment presente. (...) esse empoderamento só é possível através do trabalho em rede entre múltiplas organizações” (Entrevistado/a 15, 2021).

Os testemunhos indicam que os processos de empowerment passam pela aposta na relação entre o profissional e o sujeito de intervenção, embora se constate em alguns que este conceito é confundido com capacitação e participação ativa quando:

“(...) trazendo (...) o sujeito de intervenção, para o palco da intervenção e dando-lhe voz e colocando-o num alinha de igualdade, digamos assim, com o técnico, (...) encontramos várias experiências, experiências em que o técnico realmente tem esta visão e procura introduzi-la no âmbito da intervenção e também temos técnicos que lidam menos bem com estas questões e aí há uma relação de poder desigual, e aí penso que temos de fazer um esforço e na medida da minha intervenção (...) é tentar trazer juntos dos técnicos esta necessidade de realmente trabalhar num linha de igualdade e equidade com a pessoa que temos, porque ela é que é dona da sua vida, não somos nós. Depois há outra dimensão mais coletiva, que ela acontece mais no

âmbito nos fóruns locais que já existem, dos grupos que já existem, onde o técnico pode ser o veículo, por um lado das necessidades que identifica numa dimensão mais individualizada (...) e (...) dar voz aqueles sujeitos que conhece até numa dimensão mais individualizada” (Entrevistado 27, 2021).

O empowerment procura desenvolver a capacidade das pessoas e/ou das comunidades de influenciar o pensamento dos outros, de ter acesso a recursos e bens, de tomar decisões e fazer escolhas e de resistir ao poder dos outros quando necessário (Pinto, 2001); permite que as pessoas ganhem influência e controlo sobre as suas vidas, sejam capazes de aumentar as suas habilidades e recursos, acumulem recursos que lhe permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão (Meirelles, 2007). E envolve um processo de conscientização que ocorre numa relação dialética homem-mundo e gera na práxis um pensamento crítico sobre a realidade, favorece a construção da capacidade individual e coletiva e permite a transformação das relações sociais e de poder (Freire, 1979). Com efeito, os “(...) processos de empoderamento da comunidade passam por garantir que as pessoas têm as condições para exercer os seus direitos e os seus deveres. E poderem construir elas próprias os seus caminhos em função dos seus interesses, das suas necessidades, dos seus sonhos, dos seus anseios, o que nós estamos a fazer, no fundo e garantir essas condições e facilitar esse caminho” (Entrevistado/a 19, 2021), pelo que se pretende “(...)cada vez mais empoderar pessoas para que estejam à frente de projetos, estejam à frente das atividades e que sejam elas no futuro a fazer a continuação delas, na comunidade” (Entrevistado/a 5, 2021).

3.7. Promoção de espaços de participação em projetos individuais e/ou coletivos

Todos os profissionais entrevistados mencionam que promovem espaços de participação dando voz ativa aos sujeitos de intervenção. Os seguintes testemunhos manifestam que estes espaços de participação se materializam através da:

“(...) participação nos fóruns que existem, os técnicos enquanto conhecedor de algumas realidades, de algumas situações do território, pode motivar e mobilizar essas pessoas para a sua participação, para a sua constituição como grupo, para a sua participação em organizações mais formalizadas, como associações de moradores, de residentes, de lote, (...) E aqui as pessoas terem um papel mais participativo e mais ativo e lá está estarem numa rede e numa teia de poderes numa linha de maior igualdade e participação” (Entrevistado/a 27, 2021);

“(...) dos projetos ação ou atividades tem (...) um (...) representante fala em nome do grupo que participa em determinado projeto e traz-nos aquilo que são os

constrangimentos ou aquilo que são as mais-valias dos projetos e discutimos sobre isso” (Entrevistado/a 9, 2021);

(...) a partir dos grupos comunitários que estão no território ou pode ser da participação muito individual de cada instituição a fazê-lo, colocar o projeto à freguesia (Entrevistado/a 29, 2021);

“(...) que para além do trabalho (...) alguém que queira fazer o projeto envolvido na instituição e que o mesmo acabe por ter, recaia sobre ele uma ação positiva para desenvolver o projeto, (...) nós damos aqui uma grande liberdade para que as pessoas se constituam por si, e que tenham estas ideias invés de sermos fundamentalmente nós os promotores” (Entrevistado/a 29, 2021);

“(...) Os ensaios são espaços de conversa e um espaço de fórum os ensaios são isto mesmo. A única coisa que até hoje tenho alguma pena de não ter nos Jeitosos dos Lóios é um coringa como eu (...) Porque era alguém que dinamizasse autonomamente o grupo sem eu estar” (Entrevistado/a 4, 2021);

“(...) é muito difícil aderirem a um plano de intervenção (...) Que visem aqui alguma mudança (...) precisamos de trabalhar com eles esta questão da participação e que só pode haver mudanças que são positivas para eles e para a própria comunidade se houver um papel participativo deles, individual” (Entrevistado/a 2, 2021).

Neste sentido, tal como a Assistente Social Jane Addams que através Hull House em Chicago (Matthias, 2009) promoveu com sucesso espaços participativos de discussão política e social encarando a comunidade como agentes participativos na promoção da sua inclusão e mudança social, os/as profissionais da ação social territorializada entrevistados/as garantem que promovem espaços de participação social, nomeadamente fóruns comunitários; atividades diárias; grupos comunitários; associação de moradores; trabalho em rede; teatro fórum; atendimento mais individualizado que permitem que cada pessoa exercite o poder que tem na comunidade ou grupo onde está inserido (Guerra, 2006). Tratando-se de práticas de sociabilidade e convivialidade (Duarte, 2001) que ocorrem no seio de um grupo com um interesse comum, em cada elemento intervém nas tomadas de decisão (Palacios, 1994), na execução, na organização e na avaliação.

3.8. Apoio na organização de movimentos sociais ou associativos

Muito mais de metade dos/as profissionais da ação social territorializada (N=21) manifestaram ter apoiado a constituição e/ou organização de associações de base local ativistas que contribuíram para uma atividade económica bem-sucedida (DeFilippis, 2001); a promoção da coesão social; a negociação em situação de conflito, a revitalização e a manutenção das habitações das comunidades em situação vulnerável; o empoderamento

que leva à participação e ao voto (Varshney, 2000, como citado em Woolcok & Narayan, 2000, pp.230-249).

4. Percepção dos/as profissionais sobre o conceito de capital social

A literatura indica que profissionais são agentes de produção de capital social estrutural e para saber se têm consciência do seu papel ativa nessa produção e se identificam futuros desafios é importante primeiro conhecer a percepção que têm sobre o conceito de capital social, se consideram que tem influência no desenvolvimento do território e se identificam ações afirmativas de capital social no território. E posteriormente saber se reconhecem os sujeitos de intervenção como produtores de capital social cognitivo, relacional e estrutural – relações de mercado não mercantil e não monetária, através do perfil dos sujeitos de intervenção percebido pelos/as profissionais da ação social territorializada.

Os/as profissionais da ação social territorializada destacam a palavra “social” (N=109) quando definem capital social, demonstrando que se posicionam em defesa da humanização do capital (figura 5.5).



Figura 5.5 – Consciencialização do Conceito de *Capital Social*

O capital social é um recurso social individual, grupal e comunitário (bens materiais, simbólicos e educacionais) (Bourdieu, 1986, Coleman, 1990, Putnam, 1995 & Woolcock, 1998), o que significa que é “(...) um conjunto de fatores, uns endógenos outros exógenos, de um determinado território, e que esses fatores conferem aquele território uma determinada característica, é como se fosse o ADN de um determinado território, de uma determinada freguesia, de uma determinada cidade (...). E esses fatores traduzem no fundo o nível de desenvolvimento desse território, o nível de riqueza (entre aspas) e pobreza, a capacitação das suas populações, no fundo trabalha com aspetos de natureza económica, social. E aqui social envolve todas as relações que se estabelecem naquele território (...) Relações de cooperação, relações de entreaajuda, relações, se calhar, de maior tensão entre grupos, mas tudo isso faz parte do Capital Social, quase como o código genético daquela comunidade ou daquele território (...)” (Entrevistado/a 27, 2021). Para os mesmos autores ele concretiza-se no território assumindo formas diferentes como capital social cognitivo (ideias e ideais

compartilhados), visto que “(...) depende dos valores, dos princípios, das políticas, por isso são tão difíceis contabilizá-lo porque (...) o capital social vai desde a própria criança à instituição, ao território, (...) ele encontra-se em qualquer lado, (...) desde que seja promovido, porque também é necessário promovê-lo (...)” (Entrevistado/a 26, 2021). Contudo é “(...) influenciado (...) pela confiança (...) nas instituições, pela relação (...) com os meus vizinhos, com as pessoas que (...) são próximas, com a existência ou não de uma unidade familiar sólida, mas na verdade ele só pode ser acionado se o indivíduo estiver disposto a acioná-lo (...) Ele pode existir dentro de uma rede ou pode estar à disposição dentro de uma rede, (...) mas é difícil que esse capital social exista enquanto objeto se não for acionado pelo indivíduo” (Entrevistado/a 6, 2021).

O capital social para além de ser estrutural e ocorrer através das relações hierárquicas, ele ocorre também através das relações de mercado não mercantil e não monetária (economia substantiva - economia pública, economia social e solidária, economia doméstica) pois:

“(...) fazendo aqui um paralelismo da economia (...) é um investimento que nós fazemos, (...) um investimento inicial, neste caso um investimento não monetário, mas um investimento social, que é acrescentar valor, oferecer atividades, disponibilizar meios, ou ferramentas, (...) um investimento que nós produzimos inicialmente e colocamos à disponibilidade da população ou da comunidade para que mais tarde consigamos receber algo em troca, ou através do crescimento que as pessoas fazem ou através da participação que as pessoas têm neste investimento nestas ferramentas que colocamos ao seu dispor (...) para que mais tarde as pessoas possam fazer um desenvolvimento melhor das suas vidas, aprender a solucionar problemas que tenham etc.” (Entrevistado/a 5, 2021).

Para além de ocorrer através das relações de mercado não mercantil e não monetária ocorre também através das relações sociais estabelecidas nas redes horizontais (associações, redes sociais virtuais e presenciais) e verticais (grupos religiosos, étnicos, classe social) como subproduto do potencial humano “(...) como o valor não monetário (...) o valor que cada território tem em função do seu potencial, como é que põe em prática o seu potencial, que redes é que consegue criar (...) E como e que dessa relação podem surgir dinâmicas que valorizem o potencial humano (...) Como é que o potencial humano é utilizado em função desta melhor qualidade de vida” (Entrevistado/a 23, 2021). Este testemunho tem implícita a noção de que ele está acessível por via das relações sociais e das redes de conexão social através de contatos formais e informais que depende do nível de confiança, da reciprocidade, da participação cívica, das motivações individuais e/ou coletivas, das relações de parceria entre os cidadãos, as associações, as empresas e as instituições

privadas e públicas (Putnam, 1995). Alguns dos profissionais acrescentam que o “capital levamos para a ideia de valor (...) E social levamos para ideia de relações entre as pessoas (...) capital social é para mim o valor que essas relações têm” (Entrevistado/a 19, 2021). Com efeito, trata-se de uma das formas de capital social que nos remete para a ideia de que a sua produção depende das características e da qualidade dos laços fortes (Bonding), fracos (Bridging) e de conexão (linking) (Woolcock, 1998), também defendida por Mark Granovetter (1973).

Um profissional, pese embora reconheça que o capital social é relacional, afirma através desta metáfora que “(...) o capital social de um local é a sua alma, é aquilo que garante a sustentabilidade (...) de uma comunidade enquanto comunidade, se isso não existirá quase como ter um terreno para semear (...) Se esse terreno, não estiver arado, cavado, se a terra não estiver preparada, por muita semente que lá se deite dificilmente temos aqui bons frutos, e o capital social é mesmo essa terra (...) E (...) se nós conseguirmos que essa terra seja de fato uma boa terra, e se nós conseguirmos com o nosso trabalho (...) promover e alimentar esse capital social, garantimos que as sementes que caem nessa terra vão conseguir dar frutos e (...) isso interessa a todos e interessa principalmente a quem governa, a quem tem responsabilidades digamos na governação daquele local” (Entrevistado/a 19, 2021). Este testemunho, sublinha que o capital social é estrutural e ocorre através das relações hierárquicas que são estabelecidas entre os técnicos e a comunidade “(...) sem as pessoas, sem esta coesão, sem elas sentirem que tem ligação umas às outras e esta ligação ao local, (...), as coisas não resultam (...)” (Entrevistado/a 19, 2021).

5. Consciência da influência do capital social no desenvolvimento

Todos os profissionais da ação social territorializada referem que o capital social tem influência no desenvolvimento do território, uma vez que:

“(...) tem um retorno para aquilo que é o seu público-alvo que é de excelência, além de promover a coesão social, além de potenciar instrumentos, ferramentas para a promoção de cada um do indivíduo, para o mercado de trabalho, para outro conhecimento de si próprio, para se desenvolver enquanto pessoa e tornar-se pessoa, e ter outra resposta às adversidades, (...) só se consegue com uma comunidade e com uma freguesia que tenha confiança, que acredite que pode criar e que também deseja ser feliz (...) falo exatamente nas dinâmicas que se criam e que existem num determinado território e que podem aumentar, por exemplo, a rede social dos seus habitantes, que pode fazer com que (...) as pessoas consigam utilizar todos os recursos que estejam disponíveis nesse mesmo território” (Entrevistado/a 29, 2021).

Um profissional associa-o ao capital humano necessário para investir na produção de capital social defendendo que o desenvolvimento depende desse interesse em investir em determinado território pois reconhece que “(...) nestes (...), 8 anos (...) consegue-se se ver também (...) que freguesias, ou que lugares, que territórios tem tido menos investimento de capital social ou tem tido menos técnicos de Serviço Social predispostos a investir” (Entrevistado/a 4, 2021).

Apenas um profissional assumiu que influencia o desenvolvimento, contudo não tem a certeza se todos o consideram relevante o suficiente, visto que considera que “(...) quanto maior for o capital social, mais fácil é uma afirmação positiva de uma população. (...) se é relevante o suficiente, não sei” (Entrevistado/a 6, 2021).

Tal como banco mundial, que chegou à conclusão de que o capital social é uma das variáveis que influencia o desenvolvimento do território a par dos outros capitais, um profissional sublinha que: “(...) o capital social também não se desenvolve sozinho (...) Paralelamente (...) podemos acreditar que existir maior capital social também vai existir maior capital económico maior capital cultural, isto também é um bocadinho como a questão das relações sistémicas (...) há uma série de sistemas à volta que também são influenciados por essas mudanças” (Entrevistado/a 23, 2021).

6. Identificação de ações afirmativas de produção de capital social

Verifica-se que os profissionais da ação social territorializada identificam como ações afirmativas de produção de capital social os projetos de desenvolvimento comunitário (N=18); grupos comunitários (N=11); projetos geradores de emprego e empreendedorismo (N=10); projetos de intervenção social (N=10); projetos culturais (N=4); o apoio alimentar (N=3); hortas comunitárias (N=2); programa BIP ZIP (N=2); projeto RADAR (N=1); orçamento participativo (N=1). Na literatura existe evidência científica que comprova que as ações afirmativas se materializam através de dinâmicas, práticas, meios e instrumentos que têm como meta o reconhecimento sociocultural, a promoção a igualdade (de oportunidades, de tratamento e de condições objetivas de participação na sociedade) e, portanto, a universalização (concreta) de direitos civis, políticos e sociais numa dada sociedade. Esses pressupostos remetem para a “(...) necessidade de conferir, a determinados grupos, uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade, significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para a promoção de direitos (...)” (Nascimento (2004, p.192).

7. Perfil dos sujeitos de intervenção percebido pelos/as profissionais da ação social territorializada

7.1. Produção de capital social cognitivo

O capital social cognitivo dos sujeitos de intervenção está intimamente ligado aos códigos e valores sociais compartilhados nas redes sociais, na sociedade e no território (Claridge, 2004). De modo que se conseguisse perceber se os profissionais da ação social conhecem o capital social cognitivo produzido pelos sujeitos de intervenção foram questionados acerca do seu nível socioeconómico, de adesão as regras, da confiança entre os vizinhos e informação útil sobre os seus direitos e deveres.

7.2. Nível socioeconómico dos sujeitos de intervenção territorializada

O nível socioeconómico dos sujeitos de intervenção territorializada é baixo (N=23) e está correlacionado com o nível de escolaridade baixo, onde a grande maioria dos sujeitos de intervenção tem trabalho precário auferindo o ordenado mínimo nacional, uma vez que são “(...) pessoas que mesmo tendo aqui algum, em termos laborais algumas condições, estamos a falar de pessoas que recebem em média o ordenado mínimo nacional (...) portanto, do ponto de vista socioeconómico, estamos a falar de famílias com algumas carências” (Entrevistado/a 23, 2021); “(...) famílias, (...) com baixos rendimentos, ao nível do salário mínimo, com baixas qualificações, habitam todos em habitação social muitas vezes sobrelotada, com algumas duas, três gerações no mesmo espaço e temos muitas pessoas em idade de reforma que sobrevivem com as suas pensões e que mesmo assim são bastante ativas na comunidade e temos pessoas que neste momento o único rendimento que tem ou é o subsídio de desemprego, ou rendimento social de inserção (...) apoios sociais, (...) mas não são a maioria, neste momento (...) identificamos muitas pessoas que trabalham e que no final do mês os rendimentos não são suficientes para garantir o nível de vida considerado bom, satisfatório e precisam do nosso apoio e pessoas reformadas que pelos mesmos motivos que vão precisar sempre do nosso apoio” (Entrevistado/a 8, 2021).

Todavia “(...) existem situações muito diferentes na verdade, vai desde pessoas que podem ser de uma classe média ou classe média baixa que sempre viveram naqueles sítios e que tem emprego estável há muitos anos e têm capacidade inclusivamente para despender financeiramente na educação dos filhos, no cuidado dos pais e uma série de coisas que tão associadas a uma classe média, até pessoas que vivem com o dinheiro contado todos os dias e se não fosse, se não fosse, se não conseguissem, que têm trabalhos permanentemente precários e muito espaçados no tempo, que se não fossem os apoios sociais existentes teriam muita, muita dificuldade em subsistir” (Entrevistado/a 6, 2021).

De realçar que noutra testemunha pode validar-se que no território de Marvila ocorre um fenómeno de mobilidade social fruto do aumento do nível de escolaridade sujeitos de intervenção territorializada, uma vez que apesar de:

“Maioritariamente de baixos rendimentos, (...) começamos a ter uma segunda geração ou terceira (...) a ter aqui uma diferenciação em termos de estratificação social. Se eu falar de projetos que englobam crianças, a disparidade dos estratos sociais já é grande, porque não podemos esquecer que Marvila no seu todo são 13 bairros e alguns dos bairros da freguesia de Marvila têm muitas cooperativas e também começa a haver fluxos geracionais em Marvila, portanto em que as primeiras gerações foram realojamentos, mas que os filhos ou os netos em alguns casos já tem cursos superiores e já têm carreiras técnicas (...)” (Entrevistado/a 15, 2021).

7.3. Nível de adesão as regras

O nível de adesão às regras por parte dos sujeitos de intervenção territorializada é bom (N=12) e razoável (N=12). 4 profissionais afirmam que depende e apenas 2 afirmam ser mau.

O valor acumulado de capital social depende do nível de adesão às regras e produz efeitos positivos ou negativos num determinado território quando tratado como variável independente na perspetiva comunitária ou de rede (Edward, 1999). Este pressuposto tem evidência no seguinte testemunho “(...) ao longo destes 17 anos de experiência profissional, denoto uma evolução no cumprimento e acatamento das regras porque também considero que a entidade tem procurado ser mais integradoras dos próprios sujeitos e isso gera maior aceitação” (Entrevistado/a 15, 2021).

Porém, destaca-se ainda um testemunho de um/a profissional que informa que os sujeitos de intervenção territorializada evocam a lei do bairro como uma espécie de normas e regras que estão circunscritas a determinado território e determinadas circunstâncias, corroborando com a ideia de que se trata de um “(...) conjunto de valores ou normas informais compartilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles (...)” Fukuyama (1995, p. 10) “(...) e/ou uma teia de relações de cooperação entre os cidadãos que facilitam a resolução de problemas de ação coletiva” (Brehm & Rahn, 1997, p. 999) que “pode transformar-se numa rede pessoal de um indivíduo e conexões formais elitistas” (Belliveau et al. 1996, p.1572):

“(...) quando o pessoal evoca: lei do bairro, (...), existe sim um conjunto de normas e valores que é partilhado pelas pessoas que ali vivem e muitas vezes essas normas e valores entram em conflito entre grupos pelas pessoas terem sido realojadas de sítios diferentes, então como tinham modos de vida e modos de relacionamento diferentes,

há coisas que entram em conflito ali. A mesma coisa se pode dizer muito claramente em relação às normas sociais que segue parte da comunidade cigana e que são perpetuamente alvo de atitudes racistas e xenófobas dentro daqueles bairros, portanto existe esse nível de problema também (...) a vivência do outro é sempre uma questão problemática, ainda mais quando se trata da comunidade cigana (...) em relação às normas institucionais, e... podemos dizer a nível estatal e municipal, efetivamente há algumas coisas que podem não ser cumpridas, o esforço que nós temos vindo a fazer tem sido nesse sentido muito relevante (...)" (Entrevistado/a 6, 2021).

7.4. Confiança nos vizinhos

Metade dos profissionais da ação social territorializada (N=15) asseguram que os sujeitos de intervenção territorializada têm confiança nos seus vizinhos para cuidar das crianças e/ou trocas de serviços e/ou favores tratando-se de uma fonte de capital social (Putman,1993) ou uma forma de capital social (Coleman, 1988), ou seja, um ativo coletivo resultante do capital social construído a partir do ativo relacional. Segundo os testemunhos a confiança entre os vizinhos desenvolve-se no nível básico e no nível mais profundo. O nível básico de confiança, designado por fiabilidade, ocorre nas relações sociais, considerando como premissa intrínseca à necessidade de acreditar no outro para que a vida consiga ter um significado. O nível de confiança mais profundo pronuncia-se no campo das relações morais, requer um compromisso de boa vontade entre pessoas (Patrícia Ketzer,2016):

"(...) na grande maioria que nós vemos e sentimos é que existe muito esta camaradagem, esta muito troca de experiências, se for necessário emprestar algum dinheiro para que o outro este mês está mais necessitado e é claro que existe outros casos...hoje em dia, eu costumo dizer estou um pouco preocupado neste parte pandemia, fala-se muito nesta parte de distanciamento, a mim o que me preocupa hoje em dia é a fome envergonhada, e esta fome envergonhada é no fundo se calhar, não nestas famílias que dei os exemplos que já estão habituados: Ah olha eu peço-te este mês porque preciso e próximo mês és tu que me pedes e ajudam-se mutuamente. Mas sim aquelas famílias nunca sentiram esta necessidade, estas carências e que agora tem se calhar esta vergonha de pedir ajuda, e, e um trabalho que associação está a tentar fazer observar onde é que podem existir estes focos, porque a fome envergonhada se calhar é aquela que é a mais complicada de resolver, não aqueles que já tem esta à vontade de pedir, de pedir apoio e de procurar, mas sim aqueles que nunca pediram e tem esta necessidade e não sabem como fazer" (Entrevistado/a 5, 2021).

O nível de confiança dos vizinhos depende da coesão e identidade territorial, na medida em que:

“(...) o território de Marvila, é muito diversificado (...), havendo grandes áreas bairros municipais, elas não são todas homogêneas, ou não têm todas características dominantes semelhantes porque (...), tem a ver com o próprio capital social de cada um dos bairros, se calhar há bairros que no seu capital social também está a história, e há uma história que é partilhada e comum a vários residentes de um determinado bairro, por exemplo, o processo de realojamento ocorreu na mesma altura e com a mesma proveniência de territórios anteriores, portanto vieram do bairro de barracas do bairro do relógio ou do bairro...enfim...e há outros bairros da freguesia de Marvila que não têm história e isso fazendo parte do capital social penso que pesa e pondera depois nos níveis de confiança e níveis de entreajuda que existem. Por exemplo, há um bairro em Marvila que é o bairro do Armador, em que não há história comum, que se encontraram ali, muitas vezes de etnias diferentes, bairros diferentes, proveniências diferentes e de fato, agora o trabalho e desafio para os técnicos é encontrar, para todos nós, é encontrar interesses comuns e isso é mais difícil quando não há uma história” (Entrevistado/a 27, 2021).

7.5. Informação útil sobre os seus direitos e deveres

Pouco mais de metade dos profissionais da ação social territorializada (N=19) declaram que os sujeitos de intervenção territorializada têm informação útil sobre os direitos e deveres. Contudo, surge uma preocupação para a necessidade de educar para a desinformação pois “(...) vão tendo alguma informação, mas eu acho que é uma área que se deve sempre continuar a trabalhar, porque e cada vez mais agora que temos tanta desinformação e desinformação que está também acessível na internet (...) E às vezes as pessoas chegam mais rapidamente e com mais facilidade à desinformação do que à informação, por isso eu acho que também temos esse papel de fazer chegar a informação e mais de...ajudar as pessoas, ou dar ferramentas que permitam às pessoas fazer essa descodificação e perceber e saber e como é que conseguem e onde e como aceder a essa informação mais fidedigna. (...) Capacitar as pessoas também para essa descodificação” (Entrevistado/a 19, 2021).

Todavia, permanece a dúvida se os sujeitos de intervenção territorializada sabem usufruir dos seus direitos e deveres apesar de estarem informados quando mencionam que “(...) informação tem, agora se a sabe utilizar ou não é que eu não sei responder a isso, porque eu próprio tenho as vezes esse problema. É que nos hoje temos tanta informação que eu acho que o problema deve ser no sentido de construir ferramentas que lhes permitam selecionar e organizar essa informação porque as pessoas só têm a informação que querem

(...)” (Entrevistado/a 3, 2021). Perante esta constatação, apenas dois/duas profissionais apontam que é um papel da ação social territorializada educar os cidadãos para o exercício da cidadania, reconhecendo que a sociedade, independentemente do nível socioeconómico tem direitos e deveres, e que ambos não estão dissociados, pelo que reconhecem que “(...) muitas pessoas (...) não têm consciência dos seus direitos nem dos seus deveres. Também não só direitos, nem deveres e acho que aqui a ação social local no território tem muita, tem aqui um papel muito, muito preponderante nessa consciencialização” (Entrevistado/a 14, 2021) “(...) É a nossa missão como técnicos que trabalham no território, (...) educar os sujeitos para viverem de uma forma pacífica sabendo que são cidadãos com direitos e deveres, independentemente do estrato social independentemente da sua condição social ou até mesmo da sua etnia, todos temos os mesmos direitos e os mesmos deveres. E esta informação não é passada da melhor forma, no meu ver, à população no geral” (Entrevistado/a 7, 2021) “(...) a pessoa fica um bocadinho a marinar e a tentar perceber o que é que isto é, porque nunca lhe foi devolvido desta forma apesar de ela saber que existe direitos e deveres” (Entrevistado/a 16, 2021).

8. Produção de capital social relacional

A produção de capital social relacional depende das redes de suporte dos sujeitos de intervenção territorializada, das relações de vizinhança e da capacidade de acionar essas redes e assumir uma participação ativa na sociedade.

Mais de metade dos profissionais da ação social territorializada entrevistados confirmam que as redes de suporte “(...)em alguns casos são a família, embora nem sempre porque geralmente estamos a falar de famílias, a família tem ela toda poucos recursos e portanto em termos de rede suporte, ele está bastante limitado (...) São os vizinhos, mas padecem da mesma questão, porque lá está estamos a falar de bairros sociais em que todas as pessoas têm muitas vulnerabilidades e portanto essa rede de suporte pode estar muito condicionada. E depois são as instituições, as associações locais, as entidades que estão a trabalhar localmente” (Entrevistado/a 19, 2021). Posto isto, podemos defender que as instituições, vizinhos e familiares se constituem como uma ajuda instrumental (empréstimo de bens materiais ou de tempo para assegurar alimentação ou manutenção da casa) (Saegert & Winkel, 1998) que permitem a melhoria da qualidade de vida (Coleman, 1988) através de uma maior rentabilização da economia doméstica (Grootaert & Woolcock et al, 2003) reduzindo a probabilidade de ser pobre (Grootaert & Woolcock et al, 2003).

Os resultados destes testemunhos tendem a direcionar para a ideia de que a produção de capital social no que concerne ativação das redes de suporte depende das relações de mercado não mercantil não monetárias (capital social estrutural). Foi evidente durante a

pandemia covid 19, as organizações controladas pelo estado ou a sociedade civil organizarem-se sob o princípio da redistribuição concentrando a produção num só local e, através de mecanismo e regras de controlo democraticamente definidas, redistribuem-na igualmente por todos (Polanyi, 2000):

“(...) a Junta de freguesia (...) também os fundos de emergência social por parte da Câmara Municipal e da Covid, no âmbito do programa Lisboa protege que dão resposta ao pagamento das outras despesas essenciais para sobreviverem (...) portanto esta rede de suporte básico tem funcionado (...) mas uma rede que dá uma resposta durante dois ou três meses não dá depois, e que desaparece não é verdadeiramente uma rede (...) nós tentamos fazer foi detetar através de influenciadores de bairro, pessoas nossas conhecidas em vários pontos estratégicos da freguesia, até através de funcionários da junta de freguesia, que moram aqui em Marvila, conseguir que através dessas várias pessoas (...) percebessem se havia uma rede de vizinhança, que existe, e potenciar também outras pessoas que nós não conhecíamos e que fizeram este trabalho de rede de vizinhança de uma maneira séria e responsável para apoiar e para identificarem e sinalizarem quem de fato tinha as várias necessidades (...)” (Entrevistado/a 29, 2021).

Desta forma, segundo os profissionais, sujeitos de intervenção territorializada da freguesia de Marvila operam sob os princípios de reciprocidade quando se organizam e executam trabalhos coletivos com vista o benefício do bem comum e quando gerem e compartilham os recursos coletivos de forma participada, participativa e responsável. Com base nos mesmos valores da solidariedade, respeito, ajuda mútua, autonomia, cooperação, doação e alienação (Namorado, 2014) “(...) observamos que há um conjunto de pessoas de uma forma individual em várias partes da freguesia que demonstraram uma enorme solidariedade com elas, (...) agora nós fomos muito beneficiados também porque os vários territórios nós temos um conjunto enorme de associação de moradores e essas associações de moradores, para além dos grupos comunitários também se organizaram para dar resposta a eles (...)” (Entrevistado/a 29, 2021). Em Marvila, durante a pandemia covid 19 esteve bem patente a ideia de que “economia do homem (...) está submersa nas relações sociais (...)” e que ele “age para salvaguardar a sua situação social, a sua exigência e património social” (Polanyi, 1977, p. 65).

8.1. Relações de vizinhança

A ações económicas inserem-se ao nível relacional (relações pessoais entre família, amigos, colegas de trabalho, etc.) e ao nível estrutural (relações mais afastadas que dependem de laços fortes e/ou laços fracos). Estão enraizadas nas redes pessoais que por sua vez formam

redes de solidariedade (Granovetter,1985), tal como evidencia o seguinte testemunho que refere que “(..) nos bairros nós vamos-nos apercebendo de relações e teias de relações entre pessoas que não recorrem aos serviços (...) mas que fazem parte daquele território, daquele capital social, e, portanto, fazem parte da história daquela comunidade por isso eu tenho a ideia que prevalecem ações de solidariedade. E muitas das vezes se nós formos descascar as situações percebemos que muitas delas, embora estando em fragilidade há muitos mais tempo, só recorrem aos serviços passado 3 ou 4 meses de estarem, porquê? Porque neste período houve alguém que suportou e que apoiou aquela situação (...)” (Entrevistado/a 27, 2021).

As relações sociais estabelecidas nas redes constituem-se como o capital social do território fonte de controlo social que evita, antecipa e/ou dissemina o conflito (Varshney,2000), que ajuda a manter a coesão social, a negociação em situação de conflito, a prevalência da cooperação – sociedade mais aberta e democrática (Coleman, 1990). Desta forma, 18 profissionais defendem que prevalecem as ações de solidariedade em relação às de violência, uma vez que “(..) apesar de ser uma freguesia com índices de desemprego, com índices de baixa escolaridade, com índices de muita fragilidade económica, eu diria que as pessoas são solidárias do que violentas. Eu nunca senti medo seja à hora que fosse nunca senti ameaçado (...)” (Entrevistado/a 13, 2021). E “(..) aquela sensação de que a freguesia é violenta é um mito, acho que prevalecem as ações de solidariedade e tenho sempre a sensação de que as pessoas nos tratam como nós as tratamos a elas. Se nós as tratarmos bem, se nós as tratarmos com respeito e com dignidade vamos receber em troca o mesmo respeito e a mesma dignidade (...)” (Entrevistado/a 29, 2021).

Contudo, 8 profissionais consideram que “(..) existe tanto situações de violência, mas também existe situações de solidariedade e também se vê, principalmente nesta atualidade de contexto pandémico que estamos a viver, vê-se muito mais pessoas mais alerta para alguém que possa necessitar, mas também a mesma situação de crise também nos torna menos tolerantes e conseqüentemente mais violentos (...) este contexto pandémico veio trazer algumas coisas muito boas e veio despertar aqui trazer ao de cima esta questão de solidariedade, mas também veio trazer esta parte menos boa (...)” (Entrevistado/a 16, 2021).

8.2. Participação em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias

A participação comunitária na freguesia de Marvila, segundo os profissionais da ação social territorializada, varia de bairro para bairro, pois “(..) estamos a falar de uma freguesia com 37 mil eleitores legais (...) são muitos bairros, depende dos bairros (...) este espírito comunitário está desenvolvido (...) na malha urbana que tem o bairro dos Alfinetes, Salgadas, Marquês de Abrantes esse é efetivamente o bairro em que as pessoas têm este sentimento mais

comunitário, também muito por o trabalho do grupo comunitário desta zona fez, e sentem que existe mesmo a participação dos moradores, são voz ativa, são eles que fazem este exercício de pensar do que querem para o bairro, de que forma é que querem que aconteça (...)" (Entrevistado/a 16, 2021).

Pese embora se verifique que 4 profissionais da ação social territorializada não sabem se os sujeitos de intervenção territorializada participam em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias, verifica-se que metade dos profissionais considera que eles participam em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias por via da participação nos encontros dos grupos comunitários ou do associativismo local sendo "(...) fruto de trabalho de todos os atores que intervêm em Marvila, (...) até diria que há bastante facilidade em ter o envolvimento das populações, que é uma coisa que às vezes me assusta, que é uma coisa relativamente ali à dinâmica do 4 Crescente é que as pessoas estão tão ávidas de se envolver e de participar (...)" (Entrevistado/a 19, 2021). Segundo estes profissionais o capital social do território de Marvila constitui-se como fonte de solidariedade comunitária que contribui para uma atividade económica bem-sucedida, na medida em que existe uma forte presença de organizações cívicas ativistas (DeFilippis, 2001, pp. 781-806) "(...) associações de autorepresentantes, coletividades, associações de moradores que têm aqui algum poder dentro da comunidade e que são importantes" (Entrevistado/a 22, 2021), por conseguinte um grau de associativismo elevado (Putnam, 1984). Contudo, reconhece-se que "(...) não se envolvem o quanto nós desejaríamos (...) noutras alturas isso já aconteceu, era mais fácil, mas não é só nestes territórios (...) é no geral (...) Hoje em dia as pessoas são mais individualistas, são mais viradas para si próprias, não acreditam muito em causas comuns, (...) é difícil despistar interesses comuns (...)" (Entrevistado/a 2, 2021). Assim, a participação comunitária e em movimentos sociais encontram-se em processo de reconfiguração espelhando o modelo de sociedade capitalista/individualista em que as pessoas só "(...) estão muito disponíveis e muito implicadas quando são coisas que realmente lhes faz sentido (...)"(Entrevistado/a 9,2021).

9. Produção de capital social estrutural - relações de mercado não mercantil e não monetária

Tal como já foi mencionado, Polanyi (1977) defende que as relações económicas estão invisivelmente enraizadas nas relações sociais e as sociedades e também se organizam sob os princípios da domesticidade e da reciprocidade contribuindo assim para o desenvolvimento dos territórios. Para tal, questionaram-se os profissionais se têm conhecimento que os sujeitos de intervenção territorializada produzem informalmente produtos/bens e serviços como forma

alterativa e complementar de sobrevivência (princípio da domesticidade) e se trocam tempo/bens/serviços entre si (princípio da reciprocidade).

9.1. Negócios informais de produtos/bens/serviços

Os profissionais da ação social territorializada revelam que têm conhecimento que os sujeitos de intervenção territorializada (N=25) pois afirmam que (...) *produzem e vendem informalmente bens, produtos e serviços (...) é a tal economia informal que também faz parte do capital social. Agora isto é revelador que há recursos endógenos, se calhar invisíveis, recursos humanos, e recursos...agora lá está cabe-nos também a nós, enquanto interventores, numa relação de proximidade com estas populações tentar canalizar essas capacidades e estas mais- valias que existem no território se calhar para outras áreas mais positivas e se calhar mais formais vendem informalmente produtos/bens/serviços* (Entrevistado/a 27, 2021). Para além desta venda ser individual ela também ocorre ao nível das Associações constituindo-se como fonte de receita para dar sustentabilidade às suas atividades/ações/projetos de intervenção comunitária como se pode validar a partir dos seguintes testemunhos:

“(...) o grupo G´IN que produz bolos, que apesar de serem autónomos nesta medida é um grupo que continua a ser capacitado pela equipa dos Loios, utilizam a nossa cozinha para fazê-lo (...) (Entrevistado/a 9, 2021); (...) A costura é que é um preço social, se levam dez euros para por um fecho nós levamos 5, e assim sucessivamente. Nas bainhas, as bainhas levam 5 a 7,5euros e agente leva a 2,5euros e meio, portanto, é um preço social já para as linhas para as agulhas para estas coisas, não é para ganhar dinheiro (Entrevistado/a 25, 2021); (...) a própria associação não tem esse cariz de venda (...) aquilo que produzimos é efetivamente de desenvolvimento de capacidades não com objetivo de vender, (...) não temos esta funcionalidade de venda, pode acontecer algumas situações temos necessidade de vender alguma coisa, (...) Associação, como não podemos investir nisso, é organizamos algumas situações ou alguns materiais que temos aqui ou produzir alguma coisa e vamos vender, mas é no objetivo que aquele dinheiro que vamos depois distribui por todos, para eles possam ter um dinheiro no bolso, para não haver estas desigualdades que depois possam acontecer no meio de tantos jovens” (Entrevistado/a 5, 2021).

Apenas um/a profissional da ação social territorializada admite que na sua intervenção incentiva o empreendedorismo potenciando as vendas informais que emergem naturalmente do território quando refere que (...) *queremos potenciar naquele novo espaço que ira ser, ainda este semestre esperamos, inaugurado para fomentar esse tipo de empreendedorismo,*

esse tipo de mentalidade, eu se não tenho alguém que me dê emprego, eu vou criar, eu vou gerar a minha riqueza. Sim, nós desejamos muito fazer isso (Entrevistado/a 13, 2021).

9.2. Trocam tempo/bens/serviços entre si

Os profissionais assumem que existe (N=20) “(...) troca de tempo, troca de recursos, troca de dinheiro entre eles, organizados entre eles (...)” (Entrevistado/a 1, 2021) “(...) que corresponde a (...) uma troca (...) num ponto de vista de rede de vizinhança de entreaajuda de solidariedade, (...)” (Entrevistado/a 23, 2021). Sublinham que a troca de tempo/dinheiro/produtos/ bens e serviços é “(...) uma coisa que nos bairros ainda existe essa cultura” (Entrevistado 13, 2021), “(...) a rede de vizinhança ainda constitui um grande suporte significativo (...)” (Entrevistado/a 18, 2021). Que as pessoas “(...) trocam entre elas tempo, experiências, (...) gastam muito do seu tempo neste trabalho comunitário, e que é muito enriquecedor e que é fundamentalmente gerador de muita confiança e esperança para eles e também evidentemente acho que não trocam o bem, o bem material, mas trocam outra coisa que é importante o que é a experiências e trocam bem espiritual” (Entrevistado/a 29, 2021); “(...) organizarem-se entre eles mesmo no apoio ao estudo, em que um é bom a inglês outro bom em matemáticas, então eles trocam o tempo uns com os outros neste sentido, tu ajudas-me nesta maneira, tu ajudas-me naquela maneira, é interessante ver (...)” (Entrevistado/a 5, 2021). Há quem aponte que “(...) trocam tempo por dinheiro, eu faço-te companhia ou venho aqui e fico aqui um bocadinho contigo em troco de (...)” (Entrevistado/a 16, 2021).

10. Consciencialização do papel ativo na produção de capital social

Pouco mais de metade profissionais evocam ter consciência do seu papel ativo na produção de capital social (N=19) por ser “(...) um privilégio e uma responsabilidade a mesmo tempo, aliás eu faço isto porque acredito que é exatamente isso que estamos a fazer” (Entrevistado/a 13, 2021). Assim, tendo “(...) consciência disso, daquilo que somos, mas temos a humildade de dizer que aquilo que faz a comunidade são as pessoas e são as pessoas que têm o desejo de se inovar, de progredir, de conhecer e deste trabalho em rede que isto acaba por ter resultados. (...) Eu acho que o grande sucesso do capital social em Marvila tem muito a ver com o trabalho em rede que temos incentivado, fomentado e das pessoas generosas, utentes, e muito dinâmicas, que temos ao serviço da comunidade” (Entrevistado/a 29, 2021).

Os/as 7 que assumem não ter essa consciência do seu papel ativo na produção de capital social explicam que não está relacionado com o fato de ser ou não importante ou prioritário para a sua intervenção, mas sim por nunca terem desenhado projetos de intervenção com essa intencionalidade, visto que consideram que “(...) nenhum de nós age de forma consciente, acho que agimos a pensar... nós estamos à procura de justiça social

e procurando a justiça social vamos fazer coisas...depois olhamos para trás e dizemos: Eh pá afinal fizemos isto?!Oh! mas acho que nenhuma age de uma forma consciente de vai dar isto(...)" (Entrevistado/a 4, 2021). E "(...) apesar de nunca ter pensado muito nele espero que o meu desempenho tenha tido isso como subjacente, (...) Ter a capacidade com os outros, e de trazer coisas e fazer coisas para o bem comum, eu acho que isso é muito essa e que essas relações sejam relações de confiança, que não seja fazer por fazer, mas coisas com significado humano e social, acho que é isso que me orienta" (Entrevistado/a 18, 2021).

11. Futuros desafios na produção de capital social

Na medida em que o capital social é produto da estrutural social (Coleman, 1990) todo o investimento social deve contribuir para a manutenção da coesão social e mobilidade social e constituir-se como fonte de controlo social, de apoio familiar e de solidariedade comunitária. Posto isto, os profissionais da ação social territorializada entrevistados manifestam que o futuro desafio na produção de capital social passa por investimento social nos modelos de recuperação pós covid19 (N=7); encetar processos de empowerment e participativos (N=6); efetuar um investimento financeiro no desenvolvimento comunitário (N=5); consciencialização técnica do capital social (N=5); valorização dos territórios (N=4); consciencialização política do capital social (N=4); aposta na capacitação para os direitos e deveres (N=3); aposta no trabalho em rede efetivo (N=2); investir na formação capacitando novas gerações de profissionais (N=2); proteção dos moradores derivada da pandemia covid 19 (N=2). E 13 profissionais referem cada 1 que os futuros desafios na produção de capital social passam pela aposta na capacitação geradora de capital social; no teletrabalho produtor de capital social; na construção de um lar e idosos na freguesia; na formação técnica para o desenvolvimento comunitário; em projetos de geração de emprego/dinheiro; no social digital; na desconstrução da desinformação; na afirmação da especificidade do território; no abandono de protagonismos institucionais; na definição de políticas integradas de base locais; em investir em programas culturais; na alteração das políticas e visão de família vulnerável; na promoção da coesão das comunidades.

CAPÍTULO 6 - Resultados da componente quantitativa

1. Resultados preliminares

Variáveis independentes

A idade dos 234 participantes variou entre os 18 e os 78 anos (Figura 6.1), com uma média de 38.1 anos ($DP = 13.1$ anos), e com cerca de 75% com idades até 49 anos.

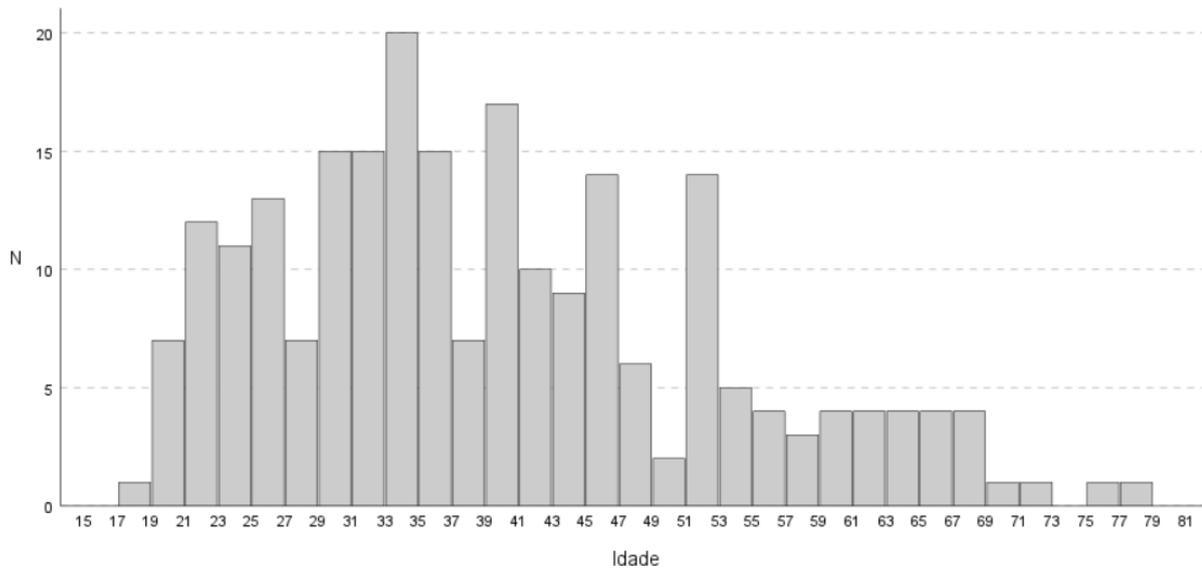


Figura 6.1 Distribuição da idade

Outra variável independente relevante nesta pesquisa foi o estatuto socioeconómico. Como foi explicado consideraram-se diversos indicadores – escolaridade, rendimento do agregado e condição perante o trabalho – e na base da inter-relação, suportada pela aplicação de um método de análise multivariada – análise de correspondências múltiplas – criou-se uma variável compósita para medir o estatuto socioeconómico. Como pode observar-se na Figura 6.2, os níveis mais elevados de rendimento estão associados a níveis também mais elevados na escolaridade, refletindo assim mais estatuto socioeconómico.

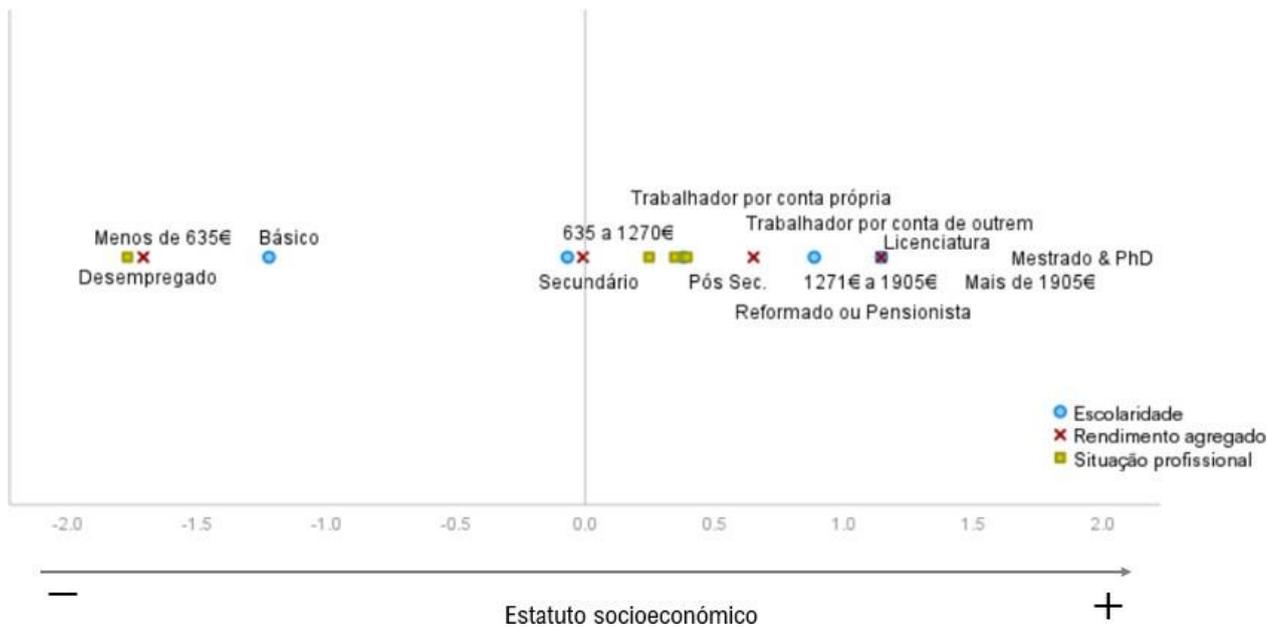


Figura 6.2 Configuração do estatuto socioeconómico

Na figura seguinte (Figura 6.3) pode observar-se a distribuição dos participantes segundo o seu o estatuto socioeconómico, verificando-se maior incidência em níveis mais elevados

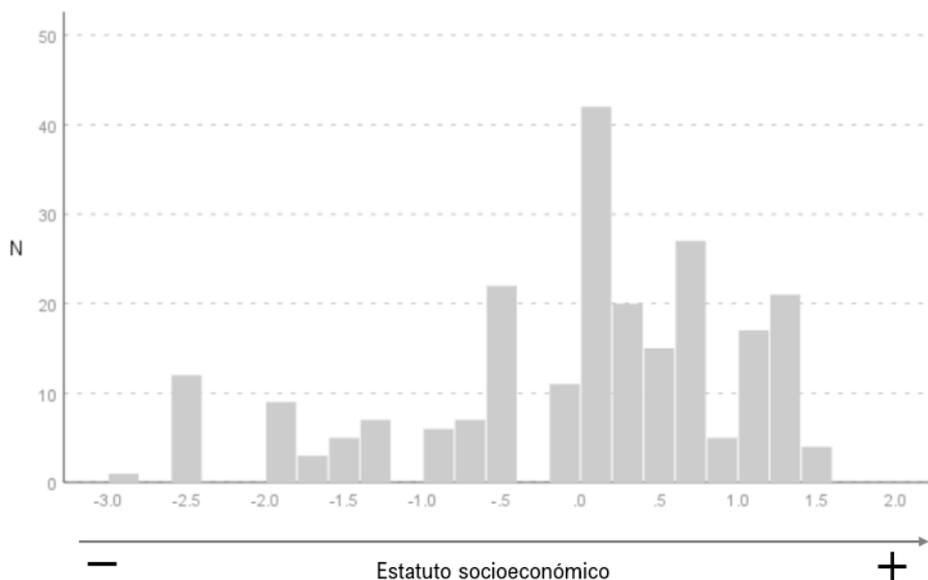


Figura 6.3 Distribuição segundo o estatuto socioeconómico

O Quadro 6.1 permite observar o tempo de permanência no bairro (também variável independente nesta pesquisa). Cerca de 51% habitava no bairro há mais de duas décadas.

Quadro 6.1 Distribuição do tempo de permanência no bairro

	N	%
< 1 ano	3	1.3
1 – 6 anos	27	11.5
7 – 12 anos	22	9.4
12 – 18 anos	25	10.7
19 – 24 anos	36	15.4
> 24 anos	118	50.4
Total	234	100.0

Variáveis dependentes

O Quadro 6.2 permite descrever a confiança nos profissionais e nos moradores e tipologia de acesso à informação. Destaca-se em média a concordância com a confiança nos profissionais (saúde, forças de segurança e educação) (M = 4.01). Na tipologia de acesso à informação os valores médios são tendencialmente inferiores. O acesso à informação através da rede social digital, informal e laboral apresentou, assim, a média mais elevada (M = 2.99).

Quadro 6.2 Medidas descritivas da confiança nos profissionais e nos moradores e tipologia de acesso à informação

Variável dependente	Componentes	Mínimo	Máximo	M	DP
<i>Confiança nos profissionais e nos moradores</i> ⁽¹⁾	Confiança nos profissionais (saúde, forças de segurança e educação)	1	5	4.01	0.88
	Confiança nos profissionais (Estado, Assistentes Sociais e Comerciantes)	1	5	3.57	0.85
	Confiança nos moradores e disponibilidade para ajudar	1	5	3.32	0.99
<i>Tipologia de acesso à informação</i> ⁽²⁾	Poder político, associativo e institucional local	1	5	1.87	0.87
	Rede social digital, informal e laboral	1	5	2.99	0.96
	Meios de comunicação tradicionais	1	5	2.50	0.93

Notas. M – Média. DP – Desvio-padrão.

⁽¹⁾ Score mínimo da escala 1 – discordo totalmente e score máximo 5 – concordo totalmente.

⁽²⁾ Score mínimo da escala 0 – nunca e score máximo 6 – sempre.

Na subdimensão *relações de mercado não mercantil não monetária* (capital social estrutural) um dos indicadores remetia para a tipologia da produção, armazenamento e autossustento. Foram apresentadas múltiplas opções relativas a negócios informais. Na perspetiva de redução de multidimensionalidade e de identificação das associações mais relevantes entre as práticas respeitantes a negócios informais foi aplicada uma análise de correspondências múltiplas (ACM). Foram definidos quatro perfis que podem ser visualizados na Figura 6.4. A ACM foi procedida de uma análise de clusters a fim de identificar o peso de cada grupo associado a cada um dos quatro perfis:

- Perfil 1 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores
- Perfil 2 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional e moderno; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores
- Perfil 3 – Negacionistas dos trabalhos informais
- = Perfil 4 – Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional, moderno e contemporâneo; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores; técnico de nível intermédio

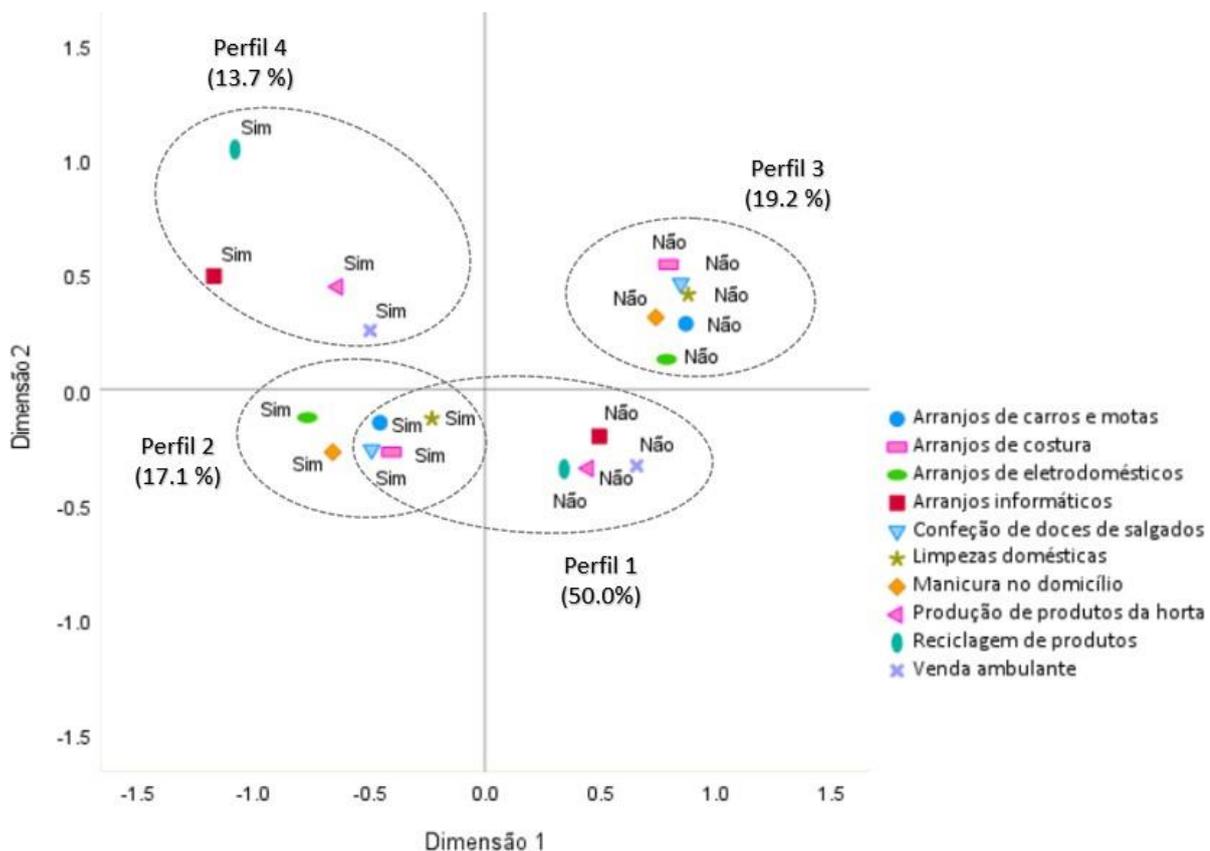


Figura 6.4 Configuração do espaço dos negócios informais

2. Teste das hipóteses

Para testar as três hipóteses de investigação relacionaram-se as variáveis independentes idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência no bairro com as três dimensões do capital social. Atendendo a que foi necessário analisar a relação entre cada uma das três variáveis independentes e cada uma das dimensões do capital social, optou-se por uma estratégia mais parcimoniosa de apresentação dos resultados. Assim, os resultados reportados apresentam a relação das três variáveis independentes por dimensão do capital social. Como pode observar-se na Figura 6.5, começou por se relacionar idade, estatuto socioeconómico, tempo permanência no bairro com o grau de adesão às normas e códigos de convivência e no nível de confiança (capital social cognitivo).

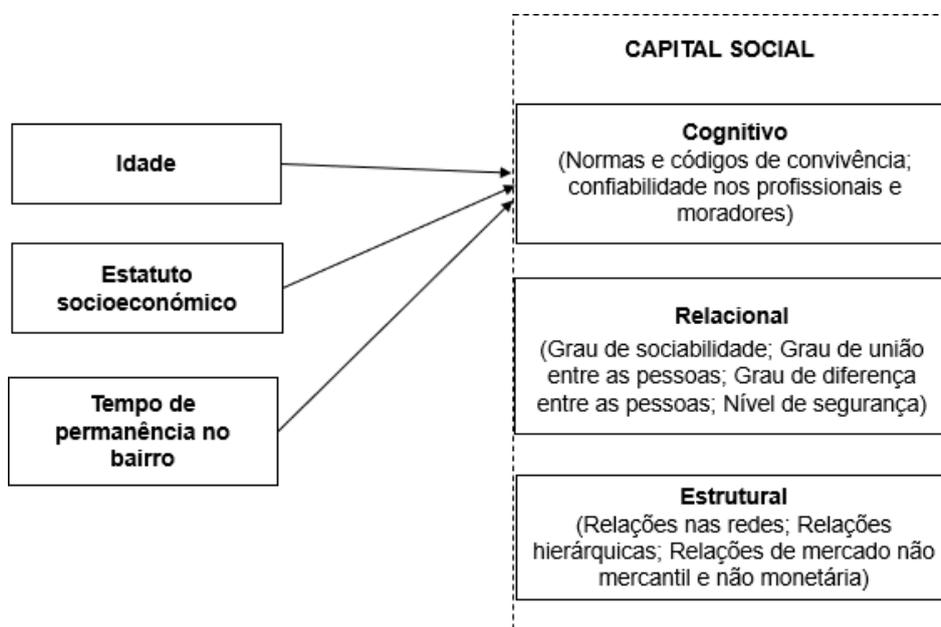


Figura 6.5 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social cognitivo

Relativamente aos indicadores adesão às regras de convivência da freguesia e adesão às regras de convivência do grupo, verificou-se uma correlação positiva e significativa entre o estatuto socioeconómico e a adesão às regras de convivência do grupo ($r = 0.216$, $p = 0.002$, Quadro 6.3), o que significa que quanto mais estatuto socioeconómico mais se tende a aderir às regras. As correlações entre a idade e o tempo de permanência no bairro e o grau de adesão às regras de convivência da freguesia não foram significativas ($p > 0.05$), pelo que não há evidência de que a idade e o tempo de permanência no bairro influenciem o grau de adesão às regras de convivência na freguesia (capital social cognitivo). Ainda que não tenha

sido detetada associação significativa, refira-se que a idade se apresentou negativamente correlacionada com os dois indicadores de capital social cognitivo.

Quadro 6.3 Associações com grau de adesão às normas e códigos de convivência

		Adesão às regras de convivência da freguesia ⁽¹⁾	Adesão às regras de convivência do grupo ⁽²⁾
Idade (Idade ²)	Correlação	-0.123 (-0.109)	-0.185 (-0.187)
	<i>p</i> -value	0.392 (0.526)	0.078 (0.082)
Estatuto socioeconómico	Correlação	-0.044	0.216
	<i>p</i> -value	0.284	0.002
Tempo permanência no bairro	Correlação	-0.040	0.056
	<i>p</i> -value	0.302	0.234

Notas. N = 172. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada (M \approx 0 e DP \approx 1). Está reportada a correlação Rho de Spearman.

(1) Score mínimo da escala 1 – nada provável e score máximo 10 - muito provável.

(2) Score mínimo da escala 1 – nenhuma e score máximo 5 – todas.

No quadro 6.4 pode ser observado a associação entre idade, estatuto socioeconómico, tempo permanência no bairro com a confiança nos profissionais (saúde, forças de segurança e educação e/ou estado, assistentes sociais e comerciantes) e confiança nos moradores e disponibilidade para ajudar). Apenas foi detetada associação significativa entre o tempo de permanência no bairro e a confiança nos profissionais (estado, assistentes sociais e comerciantes) ($r = -0.130$, $p = 0.028$). Dada a correlação negativa admite-se assim, uma tendência em concordar que se tem menos confiança nestes profissionais à medida que se vive mais anos no bairro.

Quadro 6.4 Associações com confiança nos profissionais e nos moradores

		Confiança nos profissionais (saúde, forças de segurança e educação) ⁽¹⁾	Confiança nos profissionais (Estado, Assistentes Sociais e Comerciantes) ⁽¹⁾	Confiança nos moradores e disponibilidade para ajudar ⁽¹⁾
Idade (Idade ²)	Correlação	0.060 (0.063)	0.049 (0.040)	0.090 (0.076)
	<i>p</i> -value	0.181 (0.171)	0.232 (0.275)	0.088 (0.127)
Estatuto socioeconómico	Correlação	0.013	0.029	0.048
	<i>p</i> -value	0.426	0.334	0.239
Tempo permanência no bairro	Correlação	0.025	-0.130	-0.044
	<i>p</i> -value	0.355	0.028	0.256

Notas. N = 219. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada (M≈0 e DP≈1). Está reportada a correlação Rho de Spearman.

⁽¹⁾ Escala a variar de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Prosseguiu-se a análise relacionando idade, estatuto socioeconómico e tempo permanência no bairro com o grau de sociabilidade, o grau de união entre as pessoas, o grau de diferença entre as pessoas e o nível de segurança (capital social relacional, Figura 6.6). Como pode ser observado no Quadro 6.5, a idade correlaciona-se negativa e significativamente com a frequência de saída do bairro para passear ($r = -0.170$, $p = 0.011$). Neste sentido os mais velhos tendem a ficar mais inclusos no bairro. Para o estatuto socioeconómico foi registada uma correlação positiva e significativa com a frequência de saída do bairro para estudar ($r = 0.341$, $p < 0.001$), sendo uma correlação moderada (Cohen, 2016). Os resultados sugerem assim, que mais estatuto socioeconómico propicia sair do bairro para estudar.

Foi ainda aferido se idade, estatuto socioeconómico e tempo permanência no bairro influenciam os diferentes tipos de sociabilidades (Quadro 6.6). O resultado do teste à diferença de médias permitiu aferir que só existem diferenças significativas entre o estatuto socioeconómico e estas duas sociabilidades: *as pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de um grupo religioso diferente* ($p = 0.001$) e *as pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de um grupo étnico diferente* ($p = .003$). A comparação das médias (destacadas no Quadro 6.6) evidencia que a posse de mais estatuto socioeconómico está mais associada a esses dois tipos de sociabilidades.

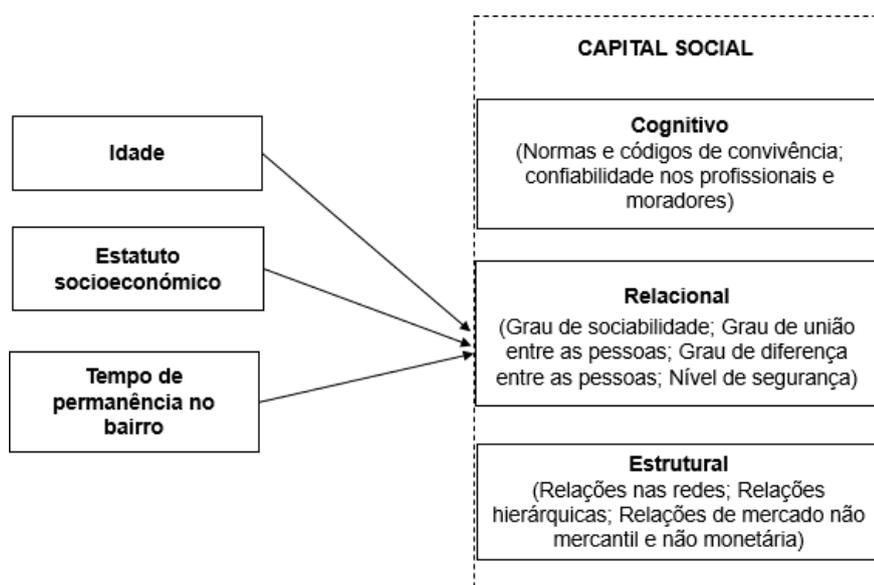


Figura 6.6 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social relacional

Quadro 6.5 Associações com sociabilidades (I)

		Frequência de convívio com amigos, familiares ou colegas de trabalho ⁽¹⁾	Frequência de saída do bairro para trabalhar ⁽¹⁾	Frequência de saída do bairro para estudar ⁽¹⁾	Frequência de saída do bairro para passear ⁽¹⁾
Idade (Idade ²)	Correlação	-0.041 (-0.033)	-0.096 (-0.108)	-0.005 (0.016)	-0.170 (-0.162)
	<i>p</i> -value	0.306 (0.343)	0.211 (0.182)	0.479 (0.439)	0.011 (0.014)
		(N=159)	(N=73)	(N=95)	(N=186)
Estatuto socioeconómico	Correlação	0.107	0.168	0.341	0.011
	<i>p</i> -value	0.090	0.078	0.000	0.440
		(N=159)	(N=73)	(N=95)	(N=186)
Tempo permanência no bairro	Correlação	0.027	-0.168	0.100	-0.102
	<i>p</i> -value	0.370	0.079	0.172	0.085
		(N=159)	(N=73)	(N=95)	(N=186)

Notas. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$). Está reportada a correlação Rho de Spearman.

⁽¹⁾ Escala de frequência com score mínimo 1 – nunca e score máximo 7 – todos os dias.

Quadro 6.6 Associações com sociabilidades (II)

		As pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de situação económica diferente				As pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de um grupo religioso diferente				As pessoas com quem se encontrou eram na grande maioria de um grupo étnico diferente			
		N	M	DP	p-value	N	M	DP	p-value	N	M	DP	p-value
Idade ⁽¹⁾	Sim	81	40.35	13.35	>.05	48	39.74	13.95	>.05	75	38.78	12.62	>.05
	Não	97	38.12	12.99		88	37.49	12.42		102	38.03	12.75	
Estatuto socioeconómico ⁽¹⁾	Sim	81	-0.06	1.13	>.05	48	-0.27	0.94	0.001	75	-0.22	1.05	0.003
	Não	97	0.12	0.92		88	0.22	0.87		102	0.23	0.91	
Tempo permanência no bairro ⁽²⁾	Sim	77	4.94	1.45	>.05	46	5.20	1.26	>.05	73	4.74	1.57	>.05
	Não	95	4.83	1.49		86	4.93	1.45		100	4.92	1.42	

Notas. M – Média. DP – Desvio-padrão. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$).

⁽¹⁾ Realizado o teste t com estimação *bootstrap* com 2000 amostras *bootstrap*. Não ocorreram resultados significativos com Idade².

⁽²⁾ Realizado o teste de Mann-Whitney.

No que se refere à relação entre a idade, o estatuto socioeconómico e a antiguidade no bairro e a *diversidade cultural existente na freguesia causa problemas de convivência* (capital social relacional) verificou-se que somente o estatuto socioeconómico apresentou associação significativa ($p = 0.005$). Os resultados evidenciaram que o estatuto socioeconómico era, em média, mais elevado para quem assumiu que a diversidade cultural existente na freguesia causa problemas de convivência ($M_{\text{Sim}} = 0.29$ e $M_{\text{Não}} = -0.09$).

Quadro 6.7 Associações com sociabilidades (III)

		Diversidade cultural existente na freguesia causa problemas de convivência			
		N	M	DP	p-value
Idade ⁽¹⁾	Sim	62	38.32	12.46	>.05
	Não	122	39.24	13.45	
Estatuto socioeconómico ⁽¹⁾	Sim	62	0.29	0.87	0.005
	Não	122	-0.09	1.11	
Tempo permanência no bairro ⁽²⁾	Sim	62	4.92	1.37	>.05
	Não	122	4.87	1.44	

Notas. M – Média. DP – Desvio-padrão. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$).

⁽¹⁾ Realizado o teste t com estimação *bootstrap* com 2000 amostras *bootstrap*. Não ocorreram resultados significativos com Idade².

⁽²⁾ Realizado o teste de Mann-Whitney.

Para analisar se a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro influenciam o *grau de união entre as pessoas* correlacionaram-se estas variáveis com os seguintes indicadores da dimensão relações sociais (capital social relacional): *grau de união do grupo de amigos, grau de união das pessoas que vivem na freguesia, diversidade cultural na freguesia, nível de segurança que sente quando anda sozinho(a) na sua freguesia depois de escurecer*. No Quadro 6.8 observam-se correlações negativas e significativas entre idade e estatuto socioeconómico com o grau de união do grupo de amigos ($r = -0.189$, $p = 0.002$, $r = -0.120$, $p = 0.034$, respetivamente). É também negativa a correlação entre estatuto socioeconómico e diversidade cultural na freguesia ($r = -0.200$, $p = 0.001$). No que respeita à antiguidade

no bairro foi registada uma correlação positiva e significativa com o grau de união do grupo de amigos ($r = 0.118$, $p = 0.038$). Os resultados apontam assim no sentido de que ter mais idade, e ter mais estatuto socioeconómico tendem para maior distanciamento no grupo de amigos. Por sua vez, os mais antigos no bairro tendem a considerar maior grau de união no grupo de amigos. Relativamente à perceção de diversidade cultural na freguesia verificou-se que níveis mais elevados de estatuto socioeconómico tendem a admitir maior diversidade.

Quadro 6.8 Associações com relações sociais

		Grau de união do grupo de amigos ⁽¹⁾	Grau de união das pessoas que vivem na Freguesia ⁽¹⁾	Diversidade cultural na freguesia ⁽²⁾	Nível de segurança que sente quando anda sozinho(a) na sua freguesia depois de escurecer ⁽³⁾
Idade (Idade ²)	Correlação	-0.189 (-0.197)	0.014 (0.027)	-0.011 (-0.020)	0.041 (0.020)
	<i>p</i> -value	0.002 (0.001)	0.416 (0.342)	0.436 (0.381)	0.268 (0.385)
		(N=232)	(N=232)	(N=221)	(N=228)
Estatuto socioeconómico	Correlação	-0.120	-0.096	-0.200	0.073
	<i>p</i> -value	0.034	0.073	0.001	0.135
		(N=232)	(N=232)	(N=221)	(N=228)
Tempo permanência no bairro	Correlação	0.118	-0.008	-0.099	0.060
	<i>p</i> -value	0.038	0.453	0.073	0.186
		(N=226)	(N=226)	(N=216)	(N=224)

Nota. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$). Está reportada a correlação Rho de Spearman.

⁽¹⁾ Escala a variar de 1 – extremamente distante a 10 – extremamente próximo.

⁽²⁾ Escala a variar de 1 – grande diversidade a 4 – nenhuma diversidade.

⁽³⁾ Escala a variar de 1 – muito seguro a 4 – muito inseguro.

O último bloco de resultados refere-se à relação entre a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro com as relações nas redes, as relações hierárquicas e as relações de mercado não mercantil não monetária (capital social estrutural, Figura 6.6). Foram correlacionadas as três variáveis independentes com os indicadores do grau de participação cívica (*capacidade para tomar decisões importantes que podem mudar o rumo da vida e a Junta de Freguesia e os líderes locais tomam em consideração as preocupações manifestadas por si e por outras pessoas*

quando tomam decisões que afetam a todos). Não foram registadas correlações significativas ($p > 0.05$, Quadro 6.9).

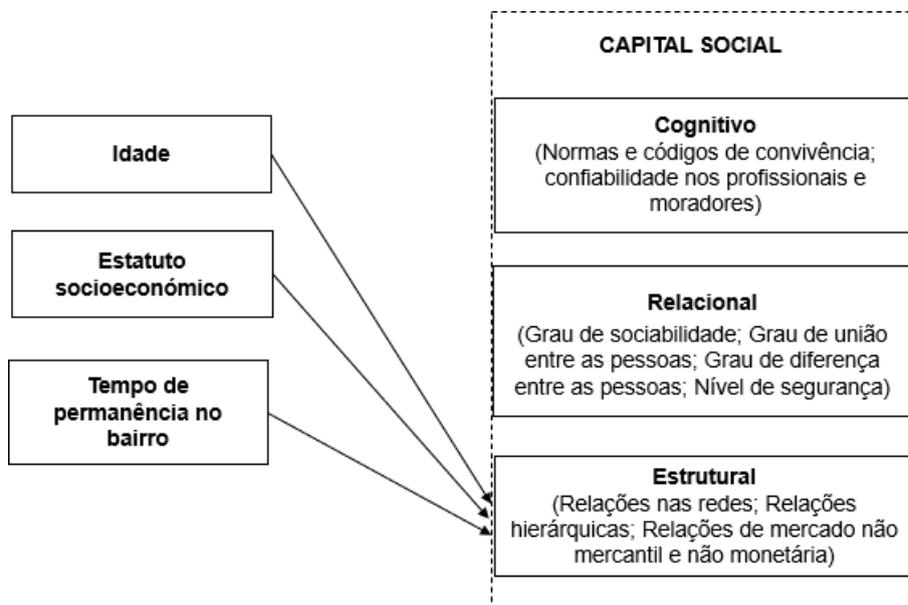


Figura 6.7 Modelo de análise – relação das variáveis independentes com o capital social estrutural

Quadro 6.9 Associações com grau de participação cívica

		Capacidade para tomar decisões importantes, que podem mudar o rumo da vida ⁽¹⁾	A Junta de Freguesia e os líderes locais tomam em consideração as preocupações manifestadas por si e por outras pessoas quando tomam decisões que afetam a todos ⁽²⁾
Idade	Correlação	-0.019	0.047
	<i>p</i> -value	0.389	0.277
		(N=231)	(N=165)
Estatuto socioeconómico	Correlação	0.091	-0.029
	<i>p</i> -value	0.084	0.357
		(N=231)	(N=165)
Tempo permanência no bairro	Correlação	0.013	0.080
	<i>p</i> -value	0.424	0.155
		(N=227)	(N=163)

Nota. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$). Está reportada a correlação Rho de Spearman. Não estão reportados os resultados com Idade² pois são iguais aos da Idade.

⁽¹⁾ Escala a variar de 1 – totalmente incapaz a 5 – totalmente capaz.

⁽²⁾ Escala a variar de 1 – nunca a 5 – sempre.

Na relação entre idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência no bairro e a manifestação de preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais só foi detetada relação significativa com o estatuto socioeconómico. Este registou ser, em média, mais elevado para quem afirmou manifestar preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais ($M_{\text{sim}} = 0.20$ versus $M_{\text{Não}} = -0.06$, $t(182) = 1.93$, $p = 0.028$).

Relativamente à tipologia de acesso à informação, verificou-se uma correlação negativa e significativa entre o estatuto socioeconómico e a frequência com que tem acesso a informação útil sobre i) os seus direitos e deveres na sociedade e ofertas de emprego através do poder político, associativo e institucional local e ii) os meios de comunicação tradicionais ($r = -0.128$, $p = 0.031$ e $r = -0.112$, $p = 0.052$, respetivamente, Quadro 6.10) Assim, a posse de mais estatuto socioeconómico tende a estar associado à perceção de menor acesso à informação útil por estas duas vias. Por sua vez, a idade está negativa e significativamente correlacionada com o acesso à informação útil através da rede social digital, informal e laboral ($r = -0.236$, $p < 0.001$).

Quadro 6.10 Associações com tipologia de acesso à informação

		Poder político, associativo e institucional local ⁽³⁾	Rede social digital, informal e laboral ⁽³⁾	Meios de comunicação tradicionais ⁽³⁾
Idade	Correlação ⁽¹⁾	-0.086 (-0.080)	-0.236 (-0.241)	-0.055 (-0.045)
	p -value	0.105 (0.123)	<0.001 (<0.001)	0.210 (0.257)
Estatuto socioeconómico	Correlação ⁽¹⁾	-0.128	0.053	-0.112
	p -value	0.031	0.221	0.052
Tempo permanência no bairro	Correlação ⁽²⁾	-0.009	-0.056	-0.008
	p -value	0.447	0.208	0.453

Nota. N = 215. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$).

⁽¹⁾ Correlação R de Pearson.

⁽²⁾ Correlação Rho de Spearman.

⁽³⁾ Escala a variar de 1 – nunca a 6 – sempre.

Foi analisada a relação entre idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência no bairro e os dois indicadores de *Capital Social* estrutural – *relações hierárquicas*: i) nível de confiança nas pessoas que trabalham nas instituições públicas e/ou privadas, associações, cooperativas e ii) probabilidade de as pessoas da sua freguesia participarem nas atividades das associações, cooperativas e instituições para obter benefícios. Como pode ser verificado no Quadro 6.11, apenas foi registada uma correlação significativa entre o estatuto socioeconómico e a probabilidade de as pessoas participarem nas atividades das associações, cooperativas e instituições para obter benefícios ($p = .041$). Dado ser uma correlação positiva ($r = 0.115$), conclui-se que ter mais estatuto socioeconómico tende a aumentar a probabilidade de se participar nas atividades para se obter benefícios.

Quadro 6.11 Associações com relações hierárquicas

		Nível confiança nas pessoas que trabalham nas instituições públicas e/ou privadas, associações, cooperativas ⁽¹⁾	Probabilidade de as pessoas da sua Freguesia participarem nas atividades das associações, cooperativas e instituições para obter benefícios ⁽²⁾
Idade	Correlação	0.077	-0.073
	p -value	0.126	0.135
		(N=226)	(N=228)
Estatuto socioeconómico	Correlação	0.081	0.115
	p -value	0.112	0.041
		(N=227)	(N=229)
Tempo permanência no bairro	Correlação	0.049	0.084
	p -value	0.232	0.105
		(N=222)	(N=224)

Nota. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$). Está reportada a correlação Rho de Spearman. Não estão reportados os resultados com Idade² pois são iguais aos da Idade.

⁽¹⁾ Escala de concordância a variar de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

⁽²⁾ Escala a variar de 1 (nada provável) a 10 (extremamente provável).

Foi também assumido que a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro influenciam produção de *capital social* estrutural ao nível das *relações de mercado não mercantil não monetária*. Começou por se analisar o indicador *quem redistribuiu produtos de forma gratuita às pessoas da freguesia*. Constatou-se que são as instituições particulares de solidariedade social (44.9%), as associações (40.6%),

as igrejas (38.5%) e os grupos comunitários (33.8%) que distribuem gratuitamente produtos às pessoas da Freguesia.

No Quadro 6.12 podem observar-se o sentido e a intensidade da correlação entre a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro e os indicadores *tipologia de redistribuição justa de produtos*. Verificou-se uma correlação positiva e significativa entre a idade e o estatuto socioeconómico e o número pessoas da freguesia com acesso gratuito a consultas e medicação ($r = 0.189$, $p = .019$ e $r = 0.193$, $p = .017$, respetivamente). Significa que quem tem mais idade e mais estatuto socioeconómico tende a considerar que as pessoas da Freguesia têm mais acesso gratuito a consultas e a medicação. Observam-se correlações negativas e significativas ($p < .05$) entre o tempo de permanência no bairro e todos os indicadores da *tipologia de redistribuição justa de produtos* (Quadro 6.12). Assim, para quem vive há mais anos no bairro existe a perspectiva de que existem menos pessoas com acesso a este tipo de bens, serviços e produtos.

Ainda para analisar a influência na produção de *capital social* estrutural ao nível das *relações de mercado não mercantil não monetária* recorreu-se ao indicador *tipologia da produção, armazenamento e autossustento*. Após a configuração do espaço dos negócios informais procedeu-se à caracterização dos perfis segundo a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro. A informação disponível no Quadro 6.13 permite descrever cada um dos quatro perfis. O perfil 1 – positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores – apresenta a média de idades mais elevada ($M = 40.32$ anos, $DP = 13.78$ anos). O perfil 3 – negacionistas dos trabalhos informais – caracterizado por estar (em média) associado aos mais jovens, e com menor estatuto socioeconómico. No perfil 4 – positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional, moderno e contemporâneo; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores; técnico de nível intermédio – destacam-se, em média, os indivíduos tendencialmente mais jovens. Do ponto de vista do estatuto socioeconómico estão numa situação similar à dos perfis 1 e 2 (média em redor do perfil médio). Não obstante, estas diferenças descritivas, os quatro perfis não registaram diferenças significativas no que respeita a idade, o estatuto socioeconómico ($p > .05$, Tabela 6.13). No que respeita à antiguidade na freguesia registaram-se diferenças significativas entre os perfis ($K-W(3) = 8.65$, $p = .034$). Os perfis 1 e 2 incluem os indivíduos há mais anos no bairro (56.5% e 53.3% vivem há mais de 24 anos a viverem no bairro).

Quadro 6.12 Associações com tipologia de redistribuição justa de produtos

		Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a consultas e medicação ⁽¹⁾	Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a produtos de higiene ⁽¹⁾	Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a vestuário ⁽¹⁾	Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a mobiliário de casa ⁽¹⁾	Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a produtos alimentares ⁽¹⁾	Número pessoas da Freguesia com acesso gratuito a produtos das hortas das hortas comunitárias ⁽¹⁾
Idade	Correlação	0.189	0.088	0.078	0.101	-0.044	-0.113
	<i>p</i> -value	0.019	0.197	0.282	0.173	0.308	0.127
		(N=120)	(N=96)	(N=58)	(N=90)	(N=130)	(N=104)
Estatuto socioeconómico	Correlação	0.193	-0.059	0.107	-0.090	-0.013	-0.080
	<i>p</i> -value	0.017	0.283	0.211	0.200	0.441	0.210
		(N=120)	(N=96)	(N=58)	(N=90)	(N=130)	(N=104)
Tempo permanência no bairro	Correlação	-0.163	-0.251	-0.373	-0.351	-0.158	-0.185
	<i>p</i> -value	0.039	0.007	0.002	0.000	0.036	0.031
		(N=120)	(N=96)	(N=58)	(N=90)	(N=130)	(N=104)

Nota. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$). Está reportada a correlação Rho de Spearman. Não estão reportados os resultados com Idade² pois são iguais aos da Idade.

⁽¹⁾ Escala a variar de 1 (nenhuma) a 5 (todas).

Quadro 6.13 Caracterização dos perfis de negócios informais

Perfis	Idade Média (DP)	Estatuto socioeconómico Média (DP)	Tempo permanência no bairro (Mediana)
Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores	40.32 (13.78)	0.056 (1.03)	56.5% estão no bairro há mais 24 anos
Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional e moderno; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores	38.73 (12.92)	0.054 (0.72)	53.3% estão no bairro há mais 24 anos
Negacionistas dos negócios informais	37.50 (12.94)	-0.239 (1.24)	62.8% estão no bairro há mais 18 anos
Positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional, moderno e contemporâneo; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores; técnico de nível intermédio	37.06 (10.94)	0.009 (1.09)	50.0% estão no bairro há mais 18 anos
	$p = 0.485^{(1)}$	$p = 0.423^{(1)}$	$p = 0.034^{(2)}$

Nota. O estatuto socioeconómico é uma variável estandardizada ($M \approx 0$ e $DP \approx 1$).

⁽¹⁾ O p -value reportado refere-se a uma análise de variância paramétrica (Oneway ANOVA).

⁽¹⁾ O p -value reportado refere-se ao teste de Kruskal-Wallis.

Com base em todos os resultados apurados conclui-se que as três hipóteses de investigação só foram parcialmente sustentadas.

3. Discussão

O capital social é um recurso social (bens materiais, simbólicos e educacionais) adquirido, através do processo de socialização e/ou instrumental que, por interesse, pode ser acionado em situações de sobrevivência humana (Bourdieu, 1986, Coleman, 1990, Putnam, 1995 & Woolcock, 1998). Este capital está incrementado no território nas dimensões cognitivas, relacionais e estruturais. Neste sentido, esta investigação procurou descrever e analisar as formas de produção de capital social dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada colocando como hipóteses que existe uma relação entre a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no território e o capital social, nas suas múltiplas dimensões.

O capital social cognitivo está ligado aos códigos, normas, valores sociais e nível de confiança que as pessoas compartilham num determinado território proporcionando a cooperação e facilitando a resolução de problemas de ação coletiva (Fukuyama, 1995; Brehm & Rahn, 1997; Putman, 1993, Coleman, 1988). Nesta investigação, os dados revelaram que existe uma relação positiva e significativa entre o estatuto socioeconómico e a *adesão às regras de convivência no grupo*, o que significa que os indivíduos com mais estatuto socioeconómico tendem a aderir mais às regras de convivência. Também indica que pessoas com mais vulnerabilidade social, menos estatuto socioeconómico têm mais riscos a nível da coesão e do desenvolvimento. Esta adesão às regras de convivência promove, ao nível da ação coletiva, a manutenção da coesão social e, ao nível educacional, contribui para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças e jovens (Coleman, 1988). As regras de convivência adotadas têm como finalidade organizar as relações sociais orientando o comportamento das pessoas num determinado grupo, segundo valores do bem e do mal (Aranha, 2002; Brasil, 1998). Todavia, o maior nível de adesão às regras de convivência dos indivíduos com mais estatuto socioeconómico pode ter o efeito inverso de exclusão de pessoas que não correspondam ao seu estatuto, pela força da união do grupo vedando o acesso ao domínio dos códigos culturais vigentes (Bauman, 2001). O capital social cognitivo desenvolve-se também a partir das relações sociais de *confiança* que reforçam a cooperação e a ação coletiva (Putnam, 1995). Os dados destacaram que existe uma associação negativa e significativa entre o tempo de permanência no bairro e a confiança nos profissionais (estado, assistentes sociais e comerciantes). Assim, os mais antigos confiam menos nestes profissionais. A confiança desenvolve-se ao nível básico e ao nível mais complexo (Ketzer, 2016). Ao nível básico, trata-se de uma premissa intrínseca à necessidade de acreditar no outro para que a vida consiga ter um significado. Ao nível mais complexo, requer um compromisso de boa vontade entre pessoas. Por conseguinte, os participantes deste estudo que vivem há mais anos no bairro tendem a não considerar os

profissionais do estado, assistentes sociais e comerciantes competentes e comprometidos com o que lhe é confiado (McLeod, 2011). As expectativas destes moradores face à atuação destes profissionais podem ter ficado aquém do esperado, comprometendo a percepção de eficácia da sua intervenção, podendo ser colocados em causa (Lopes, 2012). Perante este dado questiona-se se a intervenção destes profissionais é efetivamente participada e construída pelos moradores. Para saber se os resultados seriam semelhantes, recomenda-se questionar os moradores se são envolvidos no planeamento, organização, execução e avaliação de projetos/ações e se as suas opiniões são tomadas em consideração e influenciam os processos. Assim, a confiança em alguns profissionais que atuam no território não se constituiu como fonte de capital social cognitivo como defende Putman (1993). Seria exetável que as pessoas que vivem há mais anos no bairro confiassem mais nestes profissionais e comerciantes, na medida em que o tempo ajuda a construir identidade e confiança, elementos importantes na promoção da coesão social para reagir e agir em conjunto em situações de maior vulnerabilidade (Sayago et al., 2006). Os resultados deste estudo apresentaram dados significativos apenas na relação do estatuto socioeconómico e do tempo de permanência no bairro com o capital social cognitivo. A idade não se apresentou relacionada com o capital social cognitivo, o que contraria os estudos que indicam que há uma tendência das pessoas mais velhas confiarem mais nas outras pessoas (Glaeser et al. 2002; La Due Lake e Huckfeldt, 1998; Lancee, 2010; Seippel, 2006; Leyden, 2003) e darem mais valor a sentimentos de propósito e pertença (Wenger et al., 1996).

No que concerne à relação das variáveis independentes (idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência no bairro) com o *capital social relacional* os dados apresentam associações significativas ao nível do grau de sociabilidade, grau de união entre as pessoas e diversidade cultural. O capital social relacional está associado à confiança entre os membros do grupo e resulta da qualidade das relações sociais (Claridge, 2004). Os resultados indicaram que a idade está negativa e significativamente correlacionada com a *frequência de saída do bairro para passear*. Nesse sentido, foi detetada uma tendência para as pessoas mais velhas permanecerem no bairro. Estes resultados vão no mesmo sentido de outros estudos, que concluíram que ao longo da vida se comprova que há uma diminuição de redes pela perda de amigos e familiares (Volker, 2020). Os dados indicaram também que o estatuto socioeconómico está relacionado com alguns indicadores de sociabilidades, nomeadamente, *o grau de sociabilidade, o grau de união entre as pessoas e diversidade cultural*. Conclui-se que existe uma tendência para quem tem mais estatuto socioeconómico sair do bairro para estudar, estar mais distante do grupo de amigos, encontrar-se com pessoas na grande maioria de um grupo religioso e étnico diferente, identificar maior diversidade cultural e admitir que a diversidade existente

na freguesia causa problemas de convivência. Por conseguinte, ter mais estatuto socioeconómico tende a estar associado a ter capacidade para recorrer aos laços fracos para obter benefícios pessoais (Knoke, 1999; Portes, 1998; Coleman, 1988; Claro, Gonzales, & Neto, 2008) e aceder a novas ideias (Burt,1992; Granovetter,1983), privilegiando redes maiores e mais diversificadas (Brooks et al. 2014; Lin, 2001; Erickson, 2001; Granovetter, 2000). As relações sociais ocorrem em redes que dependem da frequência, intensidade, multiplicação e configuração de laços sociais e contribuem para a produção de capital social relacional (Putman, 1993; Ostrm, 1994; Evans,1996; Brahm & Rahn, 1997). Segundo a perspectiva dos teóricos das redes, o capital social requer uma análise da qualidade dos laços diretos e indiretos, segundo estruturas de rede fechada e/ou dispersa (Coleman, 1988; Burt, 1992). Estes indivíduos com mais estatuto socioeconómico revelaram, assim, manter relações numa estrutura de rede dispersa, com poucos vínculos, favorável para o custo da ação competitiva. Relacionam-se socialmente por forma a produzir novos valores, novas formas de pensar e novas atitudes (Bott, 1971) que se constituem como canais de circulação de recursos materiais e imateriais (Wasserman & Faust, 1999) e/ou de troca de capital financeiro e humano (Burt, 1997). Com efeito, a ausência de laços fortes ou permanência de laços fracos, a que chama buracos estruturais, pode ser fonte de novos conhecimentos e de recursos facilitando a mobilidade individual e social (Burt, 1997; Nan Lin, 2001). O resultado obtido acerca de os indivíduos, com mais estatuto socioeconómico, assumirem que a *diversidade cultural* existente na freguesia pode causar problemas de convivência, corrobora com a literatura que informa que a diversidade cultural pode provocar confrontação e problemas de convivência. Estes problemas podem derivar da coexistência de diferentes grupos étnicos, religiosos e culturais (Canclini, 2011) e/ou de tensões provenientes de imposições de modelos de sociedade hegemónicos (Barbosa, 1996). Não obstante, existem outras pesquisas, designadamente em Varshney (2000), que demonstram que a diversidade pode constituir-se como uma força na qual os laços sociais ultrapassam as diferentes fronteiras da comunidade. Outros estudos assinalam que o modelo de redes centrado no individual traz oportunidade e oferece ação individual, relações reciprocamente proveitosas e no valor acumulado de relações e de normas e valores coletivos. Tal como já foi abordado nesta tese, o valor acumulado aumenta mediante o aprofundamento e intensidade dessas relações, a multiplicação, reatualização e criação de redes de relação. E diminui quando se manifestam atitudes e comportamentos xenófobos, racistas, discriminatórios, intolerantes e falta de liberdade de expressão, organização e diminuição de espaços públicos democráticos (Milan,2004). Uma vez que os resultados revelaram a existências de problemas de convivência derivados da diversidade cultural que podem originar manifestações, atitudes e comportamentos que colocam em causa a paz social, seria

importante que futuras investigações colocassem questões que permitam vir a medir a externalidade negativa do capital social a este nível.

Relativamente à dimensão do *capital social estrutural* foram identificadas algumas associações significativas. A idade está relacionada com o capital social estrutural ao nível das *relações nas redes – acesso à informação útil*. Foi detetada uma tendência de as pessoas mais velhas terem menos acesso à informação útil através da rede social digital, informal e laboral. Por um lado, podem sentir maior dificuldade em adaptar-se à sociedade da informação ou sociedade do conhecimento, por não possuírem competências técnicas que lhes permitam filtrar o conhecimento verídico dentro do excesso de informação que são invadidos nas redes, pelo que optam por se excluir. Por outro, podem estar distantes dos grupos de amigos, vizinhos e colegas de trabalho e das associações, instituições e comércio local (Álvaro, 2011). O estatuto socioeconómico está relacionado com o capital social estrutural ao nível das *relações nas redes – grau de participação cívica e das relações hierárquicas*. Ao nível das redes os dados demonstram que quem tem um elevado estatuto socioeconómico tende a aumentar a probabilidade de manifestar preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais corroborando os resultados de Östh, et al. (2018) que nos informam que, quanto maior o estatuto socioeconómico, maior será o nível de participação política. Desta forma, estas pessoas conseguem ter voz e mais oportunidades através da relação próxima que têm com os decisores políticos das autarquias e/ou instituições privilegiando a produção de capital social de conexão (Woolcock, 1999). Com efeito, ao nível das relações hierárquicas estas pessoas têm maior probabilidade em participar nas atividades para se obter benefícios, ou seja, “criam e mobilizam as suas conexões de rede, dentro e entre as organizações, para obter acesso a outros recursos dos atores sociais” (Knoke, 1999, p.18), têm “capacidade de garantir benefícios em virtude da filiação em (...) outras estruturas sociais” (Portes, 1998, p.6). Ativam os recursos reais ou potenciais das redes formais ou informais duradouras, através de obrigações sociais («ligações») podendo converter o “capital económico” passível de ser considerado como “um título de nobreza” (Bourdieu, 1986, p. 210). Tendem a ter menos acesso à informação útil dos seus direitos e deveres na sociedade e ofertas de emprego através do poder político, associativo e institucional local e meios de comunicação tradicionais. Estes dados podem estar associados ao fato destas pessoas serem mais escolarizadas e com mais rendimentos, sendo expetável que privilegiem outras formas de acesso à informação, por estarem mais adaptadas à sociedade da informação ou sociedade do conhecimento (Álvaro, 2011) e por manifestarem maiores níveis de interajuda e associativismo (Lopes e Duarte, 2010).

Ao nível das *relações de mercado não mercantil não monetária* os dados salientaram associações positivas e significativas entre as variáveis independentes com os

indicadores tipologia de redistribuição justa de produtos e tipologia da produção, armazenamento e autossustento. Diversos estudos no âmbito da sociologia advogam que o comportamento económico se move através de relações sociais primárias, relações de poder, relações institucionais e convencionais, redes e papéis sociais (Granovetter, 1992). Numa sociedade desenvolvem-se simultaneamente ações da vida económica e socioeconómica que dependem das motivações e interesses materiais e imateriais estabelecidos entre cada pessoa ou grupo de pessoas. A ação económica traduz-se numa forma de ação social desenvolvida através das redes e relações sociais, onde operam simultaneamente interesses económicos, sociabilidade, reconhecimento, estatuto e poder (Granovetter, 1992). Os sistemas económicos foram institucionalizados e organizados socialmente sob os princípios da reciprocidade (padrões de simetria), da redistribuição (padrões de centralidade) e troca mercantil ou domesticidade (padrão fechado) (Polanyi, 2000, p.98). Por conseguinte, os resultados deste estudo só encontraram evidências significativas em relação aos princípios de redistribuição e domesticidade. No que diz respeito à relação entre as variáveis independentes e o indicador *tipologia de redistribuição justa de produtos* (princípio económico da redistribuição) verificou-se uma correlação positiva e significativa entre a idade e o estatuto socioeconómico e o número pessoas da freguesia com acesso gratuito a consultas e medicação. Significa que ter mais idade e ter mais estatuto socioeconómico surgiu associado a considerar que as pessoas da Freguesia têm mais acesso gratuito a estes serviços e produtos. Estes dados sustentam que existem incrementadas no território relações de mercado não mercantil e não monetária, sob o princípio da redistribuição (Polanyi, 2000) sendo as instituições particulares de solidariedade social e as associações que concentram num só espaço os produtos, bens e serviços. E através de mecanismo e regras de controlo, democraticamente definidas, redistribuem os produtos, bens e serviços gratuitamente e igualmente por todos (Polanyi, 2000, p.84). Em contrapartida, obteve-se uma correlação negativa e significativa entre o tempo de permanência e o capital social estrutural ao nível das relações de mercado não mercantil – tipologia de redistribuição justa, ou seja, quem vive há mais anos no bairro considera que existem menos pessoas com acesso a este tipo de bens, serviços e produtos. Esta evidência pode estar relacionada com o fato de no território as pessoas que vivem há mais anos tenderem a produzir efeitos sociais positivos (Allebeck, 2003) por outra via de relações de mercado não mercantil e não monetária, nomeadamente através da produção, armazenamento e auto-sustento. Por conseguinte, no que diz respeito à relação entre as variáveis independentes e o indicador *tipologia da produção, armazenamento e autossustento* (princípio económico da domesticidade) apenas foram encontradas diferenças significativas entre os quatro perfis relativamente ao tempo de permanência no bairro. Verificou-se que os moradores mais velhos, os moradores em média com mais

estatuto socioeconómico e os moradores que vivem há mais de 24 anos no bairro perceberam que no território existem negócios informais. Estes foram categorizados como positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores (perfil 1) e positivistas de trabalho informal: não qualificado tradicional e moderno; qualificado (indústria e artífices); serviços pessoais e vendedores (perfil 2). Neste âmbito, partido do pressuposto que o território se constrói a partir da relação espaço-tempo (Fernandes, 2005; Schneider, 2009; Abrão, 2010), estes resultados revelam que no processo de territorialização dos espaços físicos apropriados pelos participantes deste estudo, as relações económicas não mercantis e não monetárias (Haesbaert, 2005; Raffestin, 1993; Saquet, 2003) permanecem na freguesia de Marvila embutidas na vida social sob o princípio da domesticidade (Polanyi, 2000). Assim, os moradores com um elevado estatuto socioeconómico e os moradores a viver há mais de duas décadas no bairro identificam que no território existem outros moradores que desenvolvem ações económicas, sob “princípio de autossuficiência voltada para o uso e não para o lucro (Ambrosini e Filippi, 2008, p.134), como arranjos de carros e motas, confeção de doces de salgados, arranjos de costura e limpezas domésticas (perfil 1) arranjos de eletrodomésticos e manicura no domicílio (perfil 2), reciclagem de produtos, arranjos informáticos, produção de produtos da horta e venda ambulante (perfil 4). Estes moradores encontram estratégias de se autossustentarem produzindo e/ou armazenando produtos e bens caracterizando-se como empreendedores de negócios informais que procuram formas de ganhar dinheiro para sua subsistência e/ou para colmatar as necessidades que vão emergindo (Mingione, 1997). Na medida em que estes assumem um papel ativo na promoção da qualidade de vida individual e/ou comunitária são de fato um desafio para os profissionais da ação social territorializada que se vêm confrontados com um novo paradigma de intervenção aquando da implementação de processos de empowerment individual, coletivo e comunitário (Rappaport, 1987 & Zimmeran, 1995).

CAPÍTULO 7 - Conclusão

Os resultados da presente tese, “O Capital Social de um território – um debate em Serviço Social”, permitiram descrever e analisar as formas de produção de capital social de Marvila e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento da freguesia. Assim, por um lado, conseguiu-se analisar as relações entre idade, estatuto socioeconómico e tempo de permanência dos moradores no bairro e o capital social (cognitivo, relacional, estrutural) e identificar o perfil dos moradores que assumem que no território existem negócios informais. E por outro, sistematizar a perceção dos profissionais sobre a sua prática como produtora de capital social estrutural, identificar os fundamentos teóricos e/ou conceptuais que sustentam as práticas de ação social territorializada e analisar a perceção dos profissionais sobre os perfis dos sujeitos de intervenção e a sua participação nas dinâmicas de produção de capital social.

Ao longo da revisão da literatura conclui-se que o território e o capital social são indissociáveis. Ambos se constroem a partir das relações sociais formais e informais, como produto de uma apropriação social, económica, política e cultural do espaço. Territorializam-se num determinado local por via de relações de poder (dimensão política) (Saquet, 2003), de relações entre grupos e espaços de convivência através da troca de bens imateriais (dimensão cultural), de relações económicas mercantis e não mercantis imbuídas na dialética entre a classe social e o capital-trabalho (dimensão económica), relações primitivas inatas ao ser humano pela necessidade de demarcar o seu espaço físico para sentir segurança (dimensão naturalista) (Haesbaert, 2005). O capital social é um recurso social que se concretiza no território assumindo formas diferentes como capital social cognitivo (ideias e ideais compartilhados; nível de adesão às regras de convivência); capital social relacional (características e qualidades dos laços fortes e fracos estabelecidos as relações sociais); capital social estrutural (Bourdieu, 1986; Coleman, 1990; Putnam, 1995; Woolcock, 1998). Neste sentido, depreende-se que o capital social dá significado ao território. No mesmo espaço geográfico, podem coexistir diferentes territorializações (Haesbaert, 2005). Os resultados indicam que a freguesia de Marvila é multiterritorial (Haesbaert 2005), uma vez que admite a presença de territórios pluriculturais, político-flexíveis e multifuncionais. A literatura advoga que é neste tipo de territórios que ocorre o desenvolvimento integral por via da ação social territorializada materializando-se como um capital social estrutural. A ação social territorializada traduz-se em práticas de intervenção social territorializada e humanizada. Uma ação social que age ao nível local pensando de forma global, estimula sociabilidade e a solidariedade, promove a coesão social (Madeira, 1996) e assenta numa plataforma transversal do sistema de

proteção social, que congrega uma rede de parceiros locais que concertadamente promovem o desenvolvimento integral dos territórios (Júlia Cardoso, 2013).

Os profissionais da ação social territorializada que participaram nesta investigação associam um maior número de vezes a palavra “bairro” ao território e a palavra “social” à ação social territorializada. Para eles no território, reconfigurado como “bairro”, estabelecem-se relações sociais e relações de mercado não mercantil não monetária (Haesbaert, 2005) implicando uma ação “social” humanizada (Madeira, 1996). Os profissionais com formação académica superior em Serviço Social representaram aproximadamente um terço dos profissionais entrevistados assumindo diferentes funções, tais como, técnicos de terreno, direção de equipamento, direção geral. Pouco mais de metade dos profissionais referiram que estão envolvidos na construção, execução e avaliação de programas/projetos e que intervêm na área do desenvolvimento comunitário. A grande maioria afirmou que se identifica com o modelo de intervenção adotado pela instituição e menciona ter liberdade para adotar novos modelos. Todos asseguraram que promovem processos de empowerment e espaços de participação. A promoção do empowerment é veiculada pelo trabalho em rede, pela relação entre o profissional e o sujeito de intervenção através da intervenção territorializada, com ênfase na capacitação e participação ativa. Os espaços de participação ocorrem em fóruns comunitários; atividades diárias; grupos comunitários; associação de moradores; trabalho em rede; teatro fórum; atendimento mais individualizado. E dois terços afirmaram ter apoiado a constituição e/ou organização de associações de base local ativistas colaborando para uma atividade económica bem-sucedida (DeFilippis, 2001).

Os profissionais quando definem capital social enumeraram com mais frequência a palavra “social”, todos referiram que acreditam que tem influência no desenvolvimento do território e quase todos identificaram que as ações afirmativas de produção de capital social provém de projetos de desenvolvimento comunitário; projetos geradores de emprego e empreendedorismo; projetos de intervenção social; projetos culturais; apoio alimentar; hortas comunitárias; programa BIP ZIP; projeto RADAR; orçamento participativo e do envolvimento/participação nos grupos comunitários.

O *capital social cognitivo* (nível de adesão às regras de convivência e do nível de confiança nos profissionais e moradores) foi analisado segundo a perceção dos 30 profissionais da ação social territorializada entrevistados acerca dos sujeitos da sua intervenção e segundo a perceção dos 231 moradores/as da freguesia de Marvila que responderam ao questionário. Os sujeitos de intervenção da ação social foram percecionados como sendo sobretudo mais vulneráveis com baixo nível de escolaridade e rendimentos e os moradores, participantes neste estudo, demonstraram ser menos vulneráveis, com mais escolaridade e rendimentos. Estes dados fornecem um retrato mais

amplo de Marvila, visto que, apesar dos profissionais trabalharem sobretudo com os moradores com menos estatuto socioeconómico, os moradores com mais estatuto compõem o território e podem constituir-se como um recurso para a freguesia. Neste âmbito, os assistentes sociais devem envolver todos os moradores de diferentes estatutos socioeconómicos, diversificando e inovando as suas práticas de intervenção assumindo que nos bairros de uma freguesia existem multiterritórios com diferentes características e que a diversidade pode também constituir-se como um recurso para a resolução de problemas complexos. Os processos de advocacy, capacitação e empowerment devem ter como verdadeiros protagonistas os moradores de uma determinada freguesia. Assim, o assistente social deve assumir um papel de facilitador e construtor social de pontes segundo o princípio da justiça social.

No que diz respeito à adesão às normas e códigos de convivência, segundo os profissionais da ação social territorializada os sujeitos de intervenção têm um razoável e bom nível de adesão às regras de convivência, mencionando que pode estar associado ao fato de promoverem espaços de participação que lhes permitem conhecer quais os direitos e deveres dentro da instituição. Os moradores que participaram no estudo com mais estatuto socioeconómico tendem a aderir mais às regras de convivência. Concluiu-se que apenas o estatuto socioeconómico está relacionado positivamente com o capital social cognitivo (adesão às normas e códigos de convivência). Quanto à percepção de confiança, os profissionais mencionaram que os sujeitos da sua intervenção confiam nos seus vizinhos para cuidar das crianças e/ou trocas de serviços e/ou favores. Os moradores a viver há mais de 24 anos no bairro tendem a confiar menos nos profissionais do estado, assistentes sociais e comerciantes validando-se que apenas tempo de permanência no bairro está relacionado negativamente com o nível de confiança nestes profissionais e comerciantes. Por conseguinte, os assistentes sociais devem tomar consciência de que a confiança na sua prática profissional é colocada em causa pelos moradores de Marvila que vivem há mais anos na freguesia. É fundamental uma análise sobre os princípios ético, ontológicos e metodológicos subjacentes às práticas profissionais dos assistentes sociais sendo necessário desenvolver programas/projetos de investigação-ação que permitam compreender e avaliar as suas práticas, incluindo a participação dos sujeitos, assumindo uma dimensão reflexiva da intervenção.

O *capital social relacional* foi analisado segundo o grau de sociabilidade, o grau de união e o grau de diferenças entre os moradores de Marvila. Ao nível do grau de sociabilidade dos moradores concluiu-se que há uma tendência para quem tem mais estatuto socioeconómico sair do bairro para estudar e estar mais distante do grupo de amigos. E uma tendência para os mais velhos permanecerem dentro do bairro. Este é um indicador importante para os assistentes sociais, e para todos os profissionais da ação

social territorializada, na medida em que revela uma necessidade de orientar a intervenção para a promoção da qualidade de vida no bairro ativando respostas e recursos que vão ao encontro das necessidades e potencialidades individuais e coletivas. No que diz respeito ao grau de união e diferenças entre os moradores, pouco mais de metade dos profissionais da ação social territorializada, afirmaram que as ações de solidariedade prevalecem em relação às de violência. Em contrapartida, os moradores com mais estatuto socioeconómico, apesar de mencionarem encontrar-se com pessoas na grande maioria de um grupo religioso e étnico diferente e identificarem maior diversidade cultural, admitiram que a diversidade existente na freguesia causa problemas de convivência. Este indicador revela que os assistentes sociais devem também estar conscientes das externalidades negativas do capital social e da necessidade de implementar programas de desenvolvimento comunitário de promoção da interculturalidade de longo prazo, prevenindo ou diminuindo manifestações, atitudes e comportamentos que colocam em causa a paz social. Relativamente às hipóteses colocadas, concluiu-se que a idade está relacionada negativamente com o capital social relacional (grau de sociabilidade e o grau de união do grupo de amigos); o estatuto socioeconómico está relacionado positivamente com o capital social relacional (grau de sociabilidade, o grau de união entre as pessoas, o grau de diferença entre as pessoas); o tempo de permanência no bairro está relacionado positivamente com o capital social relacional (grau de união do grupo de amigos).

O *capital social estrutural* de Marvila desenvolve-se ao nível das relações na redes, relações hierárquicas e relações de mercado não mercantil não monetária. Ao nível das *relações nas redes – acesso à informação útil* há uma tendência de os moradores participantes com mais idade terem menos acesso à informação útil através da rede social digital, informal e laboral, e os com mais estatuto socioeconómico terem menos acesso à informação útil dos seus direitos e deveres na sociedade e ofertas de emprego através do poder político, associativo e institucional local e meios de comunicação tradicionais. Com efeito, recomenda-se que o interventor-investigador de Serviço Social se envolva na construção, implementação e avaliação de programas intergeracionais e inclusivos assumindo um papel ativo na mediação entre os conflitos geracionais, sociais e económicos emergentes. E que esteja consciente dos efeitos irreversíveis da transformação digital na sua vida enquanto interventor-investigador e na vida dos sujeitos da sua intervenção, visto que a inteligência artificial está a reconfigurar a transformação digital ao nível mundial refletindo-se ao nível local. Pouco mais de metade dos profissionais da ação social territorializada declararam que os moradores têm informação útil sobre os direitos e deveres. No entanto, duvidam se estes sabem usufruir dos seus direitos e deveres, apesar de estarem informados. Fato que permite indicar que é necessário que os profissionais da ação social, em particular os assistentes sociais, recorram a pedagogias

participativas e empoderadores que promovam a capacitação para o exercício da verdadeira cidadania. Ao nível das *relações nas redes – grau de participação* os dados demonstraram que os moradores, participantes neste estudo, com um elevado estatuto socioeconómico tendem a aumentar a probabilidade de manifestar preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais e ao nível das relações hierárquicas os mesmos têm maior probabilidade em participar nas atividades para se obter benefícios. Por um lado, é necessário que os assistentes sociais continuem a fazer advocacy, como estratégia de dar voz aos que menos estão mobilizados e capacitados para se manifestar. Por outro, é preciso reconhecer que os moradores com mais estatuto socioeconómico produzem capital social de conexão, visto que acreditam que só assim conseguem ter uma voz ativa que influencie os processos de mudança da sua própria vida. Teria sido interessante perceber o que os moradores com menos estatuto socioeconómico pensam sobre esta estratégia de sobrevivência. Para metade dos profissionais da ação social territorializada a participação em movimentos sociais e/ou iniciativas comunitárias, varia de bairro para bairro e desenvolve-se nos grupos comunitários ou do associativismo local. Os seus testemunhos forneceram um dado novo, nomeadamente a relação entre o capital social relacional e o capital estrutural ao nível das redes. Para estes, está intrinsecamente implícito a produção destes dois tipos de capital social alegando que o capital social relacional se materializa por via da ativação das redes de suporte como as instituições, vizinhos e familiares provenientes das relações de mercado não mercantil e não monetária. No que diz respeito às hipóteses colocadas, concluiu-se que apenas a idade está relacionada com o capital social estrutural ao nível das relações nas redes (acesso à informação útil) e das relações hierárquicas (tipologia de acesso à informação útil). E que o estatuto socioeconómico está associado com o capital social estrutural ao nível das relações nas redes (grau de participação cívica) e das relações hierárquicas (tipologia de acesso à informação útil).

Na freguesia de Marvila observa-se *capital social estrutural ao nível das relações de mercado não mercantil não monetária*, apresentando indicadores de tipologia de troca/bens/produtos (reciprocidade), tipologia de redistribuição justa de produtos (redistribuição) e tipologia da produção, armazenamento e autossustento (domesticidade). Grande parte dos profissionais da ação social territorializada mencionaram ter perceção de que os sujeitos da sua intervenção estabelecem relações económicas de base não mercantil não monetária sob o princípio da reciprocidade (Polanyi, 2000) através de ações individuais e/ou associativas e da troca tempo/dinheiro/produtos/bens e serviços. Mais de metade, revela que existem redes de solidariedade territoriais que se baseiam em trocas de tempo por dinheiro ou bens alimentares, troca de tempo para cuidar das crianças, auxiliar os mais velhos nas compras, transportar móveis, para dar explicações, empréstimo

comunitário de bens, oferta de excedentes de produtos hortícolas. Os moradores (participantes neste estudo) com mais idade e os com mais estatuto socioeconómico tendem a considerar que as pessoas da freguesia têm mais acesso gratuito a consultas e medicação, demonstrando que existem relações económicas sob o princípio da redistribuição (Polanyi, 2000). Quer os profissionais da ação social territorializada quer os moradores assumiram que existem relações económicas sob o princípio da domesticidade. Considerando as hipóteses colocada, concluiu-se que a idade está associada ao capital social estrutural ao nível das relações de mercado não mercantil não monetária - tipologia de acesso a produtos bens e serviços e tipologia da produção, armazenamento e autossustento; o estatuto socioeconómico está relacionado com estes indicadores; o tempo de permanência no bairro está relacionado positivamente os indicadores tipologia de redistribuição justa de produtos e tipologia da produção, armazenamento e autossustento. Pouco mais de metade dos profissionais da ação social territorializada que participaram neste estudo afirmaram convictamente que têm consciência do seu papel como agentes de produção de capital social acreditando que contribui para o desenvolvimento integral dos territórios. Todavia, não é evidente que os mesmos tenham a noção da importância do seu papel ao nível de todas as suas dimensões, a destacar as dimensões do capital social estrutural ao nível das relações de mercado não mercantil não monetárias sob o princípio de domesticidade. É frequente, quer na literatura quer no discurso dos profissionais, reduzir o capital social às relações sociais, relações nas redes, relações hierárquicas, relações económicas não monetárias sob o princípio da reciprocidade (economia social e solidária). Porém, sobretudo os profissionais, não sublinharam a importância que têm na produção de capital social através das relações económicas não monetárias, sob o princípio da redistribuição, que estabelecem com os sujeitos que beneficiam da sua intervenção e muito menos, valorizam a relevância para o processo de desenvolvimento integral, as relações económicas, sob o princípio da domesticidade, que os moradores estabelecem entre si dentro do território. Os profissionais nas entrevistas responderam timidamente que tinham conhecimento da existência de negócios informais, como se fosse “pouco ético” reconhecer a importância que estes negócios têm na melhoria da qualidade de vida destas pessoas ou de reconhecer o potencial deste recurso endógeno. Este recurso endógeno pode construir-se como ponto de partida para o desenvolvimento de programas de capacitação de literacia financeira ou programas de desenvolvimento de mentes empreendedoras que forneçam todas as ferramentas necessárias para que os moradores consigam dirigir ativamente as suas próprias vidas, tornando-se menos dependentes dos serviços. Em contrapartida, os moradores (participantes na pesquisa) assumiram que no território se desenvolvem ações económicas tradicionais de subsistência ou sobrevivência (princípio económico da domesticidade) que complementam os rendimentos dos agregados

familiares, sendo os com mais estatuto socioeconómico e os que vivem há mais de 24 anos no bairro que identificam a prevalência de arranjos de carros e motas, confeção de doces de salgados, arranjos de costura e limpezas domésticas, arranjos de eletrodomésticos e manicura no domicílio. Neste sentido, considera-se que esta reflexão fornece contributos para futuras investigações que tenham como eixos de análise a perspetiva dos profissionais da ação social territorializada e simultaneamente a dos moradores de um determinado território.

Em suma, a idade, o estatuto socioeconómico e o tempo de permanência no bairro estão associados ao capital social cognitivo, relacional e estrutural de Marvila que se desenvolve ao nível individual, grupal e comunitário apresentando externalidades positivas e negativas. Os profissionais da ação social territorializada entrevistados reconhecem que é por via do desenvolvimento comunitário que se produz capital social estrutural e alguns reconhecem-se como agentes ativos de produção, manutenção e ativação do capital social dos sujeitos da sua intervenção. Os moradores que participaram neste estudo e os profissionais identificaram que a produção de capital social se materializa também através das relações sociais nas redes, relações hierárquicas, relações de mercado não mercantil não monetária, sob o princípio da redistribuição e domesticidade, sendo que os profissionais salientaram que também se verificam ações económicas não monetárias, sob o princípio da reciprocidade.

Em termos de pesquisas futuras, considera-se interessante desenvolver um estudo comparativo aplicando o QIMCS aos profissionais da ação social e aos moradores. Na medida em que os resultados apontaram que a idade e o tempo de permanência no bairro influenciam a produção de capital social, propõe-se um estudo comparativo entre os moradores com mais idade e a viver há mais de 24 anos no bairro e os com menos idade a viver há menos de 12 anos no bairro. E visto que o tempo de permanência influencia o nível de confiança nos profissionais do estado, assistentes sociais e comerciantes seria interessante comparar a perceção de confiança dos moradores a viver há menos de 12 anos e os a viver há mais de 24 anos no bairro e os profissionais da ação social a intervir há menos de 12 anos e mais de 24 anos na freguesia. Por último, dado que neste estudo participaram sobretudo moradores jovens adultos e com elevado nível socioeconómico, um desafio futuro poderia assentar em aplicar o QIMCS de Marvila a moradores com menor estatuto socioeconómico e entrevistas de focus group aos moradores representantes nos grupos comunitários, de modo a realizar uma análise quantitativa e qualitativa das múltiplas dimensões do capital social das pessoas mais vulneráveis da freguesia.

Face ao exposto, sendo as formas de capital social características de um território sujeitas a mudanças temporais, a atuação do assistente social não pode estar apenas dependente dos normativos das políticas sociais, tem de ter liberdade para ajustar a sua

intervenção às potencialidades e fragilidades dos multiterritórios estabelecendo relações sociais de cogovernança com as comunidades e instituições (de Carvalho & Pinto, 2014). Advoga-se um perfil de interventor e investigador que consiga defender que as relações de mercado não mercantil e não monetária são o denominador comum entre o capital social e a economia. Ou seja, que consiga ampliar a dimensão substantiva da economia, alegando que as relações económicas ocorrem num contexto social e integram valores sociais, laços comunitários e identidade cultural. O capital social produzido tem um impacto sustentável nos multiterritórios, uma vez que qualquer investimento neste sentido produz riqueza social e colabora na tomada de consciência das pessoas (famílias, amigos, grupos étnicos, grupos religiosos, colegas de trabalho e empresas) para o seu papel ativo e preponderante na ativação das redes de solidariedade em momentos de necessidade e/ou catástrofes (de Carvalho & Pinto, 2014, p.189). Este capital corresponde também à rede de suporte social formal desenvolvida pelas instituições que garantem segurança, oportunidade, igualdade, equidade e justiça social (de Carvalho & Pinto, 2014). Com efeito, o assistente social deve ter como finalidade colaborar na promoção da igualdade entre os membros da comunidade através da troca simétrica dos seus excedentes, a autonomia em relação ao poder central, a responsabilidade na gestão dos recursos comunitários e o voluntarismo e a participação democrática (Polanyi, 2000). Neste âmbito, o assistente social também produz capital social quando assegura a distribuição de bens e serviços efetivada pelo estado e quando se envolve no desenho, na execução, na avaliação de programas sociais onde a produção e a distribuição se desenvolvem por via da reciprocidade e por via da domesticidade (economia não monetária) (França Filho & Laville, 2004). Trata-se de um novo paradigma de intervenção onde o profissional através da investigação-ação deve permanecer numa trilogia de relação de forças entre o capitalismo e a consciencialização das vulnerabilidades e o empoderamento individual e coletivo (Amaro, 2008). Assim, o assistente social como agente ativo de produção de capital social deve privilegiar a intervenção territorializada promovendo a capacitação, o empowerment, a coesão social, a diversidade, a sustentabilidade, o multiprotagonismo (Santos & Braga et al., 2012), a intergeracionalidade, interculturalismo e a cogovernança. E sobretudo deve ter como premissa a articulação entre a tradição e a modernidade, o endógeno e o exógeno, o local e o global e os métodos de investigação quantitativos e qualitativos (Amaro, R. 2003, p.20) e avaliação do processo e avaliação do impacto. Um interventor-investigador que tem como missão concorrer simultaneamente para uma alternativa económica de combate a pobreza a partir de uma mudança sistémica transformadora e sustentável que procura dar resposta ao nível local e que coloca as pessoas e o planeta no centro da sua atividade elevando indicadores de desenvolvimento e bem-estar, não de crescimento assumindo um papel ativo e preponderante na produção, manutenção e ativação de capital social cognitivo,

relacional e estrutural ao nível individual, grupal e comunitário, reconhecendo-o como contramovimentos (Polanyi, 2000) que emergem a favor da humanização do capital.

Fontes

E Segurança Social, Ministério do Trabalho, Solidariedade (2023).

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo/trabalho-solidariedade-e-seguranca-social>

Instituto Nacional de Estatística - *Censos 2021*. XVI Recenseamento Geral da População.

VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos. Lisboa:

INE. <https://www.ine.pt>

Rede Social (2019). <https://www.seg-social.pt/a-rede-social>

Susy Map – Mapping the Social & Solidarity Economy Initiatives All Over Europe (2017-

2023). <https://sdgwatcheurope.org/susy-map-mapping-the-social-solidarity-economy-initiatives-all-over-europe/>

Unidas, Organização das Nações (2015) Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS). <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Referências Bibliográficas

- Abramov, R. (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, pp.1-149.
- Abramovay, R. (2004). *Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais*. *Jornal Tempo Social*, vol. 16, pp. 35-64.
- Abrão, J. A. A. (2010). Concepções de Espaço Geográfico e Território. *Sociedade e Território*. Natal, v. 22, nº1, pp. 46-64.
- Adler, S. P. & Seok-Woo, K. (2002). *Social Capital: Prospect for a new concept*. *Academy of Management Beviewi*, Vol. 27(1), pp. 17- 40.
- Aguilar, JP e Sen, S. (2009). *Comparando conceituações de capital social*. *Jornal de Prática Comunitária*, 17 (4), 424-443. <https://doi.org/10.1080/10705420903299979>
- Akcomak, S. (2009). *Bridges in social capital: a review of the definitions and the social capital of social capital researchers*. Maastricht: UNU-MERIT, Maastricht Economic and Social Research and Training Centre on Innovation and Technology, pp.1-38.
- Allebeck, P. (2013). *Social capital: much discussed, somewhat controversial, but more to do*. *European Journal of Public Health*, Volume 23, Issue 1, P.1. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cks180>
- Amaro, R. (07/11/2016). *Semelhanças e Diferenças Conversas sobre Economia Social e Solidária*. <https://youtu.be/8tCeit6QBo?si=CR0TldX-ZdFiY7hw>
- Amaro, R. (12/10/2016). *Semelhanças e Diferenças Conversas sobre Economia Social e Solidária*. <https://youtu.be/ioHKKVYc6zA?si=Go-W20KVU-BeCYZ8>
- Amaro, R. (2003). *Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. *Cadernos de Estudos Africanos*, 35-70 <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amaro, R., Nunes, M., Serra, N., & Viana, A. (2017). *Intervenção Comunitária. Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Edições Santa Casa. Lisboa, pp.9-134.

- Ambrosini, L. B., & Filippi, E. E. (2008). *Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi*. *Redes*, 13(3), 121-139. <https://doi.org/10.17058/redes.v13i3.811>
- Araújo, P. (2016). *Notas Economia-Ensaio*. Uberlândia, 30 (2), pp. 151-184.
- Astier, I. & Duvoux, N. (2006). *L'institution de la dignité dans la société contemporaine: réflexions à partir du cas français*. in Astier, I. e Duvoux, I. (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction à vivre dignement*. P L'Harmattan, pp.15-31.
- Astier, I. (2003), *L'irruption de l'individu concret dans le service public: du travail sur autrui au travail avec autrui*. Comunicação apresentada nas IX Journées de Sociologie du Travail, p.27-28.
- Ávila, H. (2008). *Teoria da igualdade tributária*. São Paulo: Malheiros. pp.201-208
- Bailey, R. & Brake, M. (1975). *Radical social work*. Nova York:Pantheon.Books, pp.1-160
- Banco Mundial (2017). *Relatório Anual*. pp.3-87. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9e01ea4-bae6-5399-81fb-b410ad4812d5/content>
- Barbosa, J. (1996). *Currículos para a Diversidade Cultural*. Do Debate Teórico à Prática. in *Revista Inovação*, n. 9, pp. 21-34.
- Bardin, Laurence (2008), *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300032>
- Becker, H.S. (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hicitec. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. pp.17- 46
- Benjamin, B. A., & Podolny, J. M. (1999). *Status, Quality, and Social Order in the California Wine Industry*. *Administrative Science Quarterly*, 44(3), 563-589. <https://doi.org/10.2307/2666962>
- Blaikie, N. (2000), *Designing Social Research*, Polity Press. Cambridge, pp. 84 - 127.
- Bourdieu, P. (1963). *La société traditionnelle : Attitude à l'égard du temps et conduite économique*. In: *Sociologie du travail*, 5^e année n°1, Janvier-mars. pp. 24-44.

- Bourdieu, P. (1986). *The forms of capital*. In J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, pp.241-258.
- Bourdieu, P. (1996). *Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom*. Mana, 2(2), 7-20.
<https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200001>
- Bourdieu, P. (2000). *Os usos sociais da ciência*. Buenos Aires. Argentina..Coleção de chaves. .Edições New Vision. pp.1 - 140
- Branco, F. (2009). *Acção Social, Individuação e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social ativo*. Cidades • Comunidades e Territórios, n. ° 17, pp. 81 – 91.
- Brehm, J., & Rahn, W. (1997). *Individual-level evidence for causes and consequences of social capital*. American Journal of Political Science, Vol.41, pp.999 - 1023.
- Brose, M. (2000). *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: Edunisc/Gtz.
- Brum, A. J. (1999). *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis-JR: Editora Vozes/UNIJUÍ.
- Brundtland, G. H. (1987). *Nosso futuro comum*. Editora FGV. Rio de Janeiro-RJ, pp.46-71.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press
- Burt, R. S. (1992). *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Harvard University Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctv1kz4h78>
- Bzuneck, J. A. (2004). *A motivação do aluno: aspectos introdutórios*. Em: E. Boruchovitch e J. A. 3ª. Edição, pp. 9-36.
- Canclini, N. (coord.) (2011). *Conflictos interculturales*. Madrid: Gedisa, 2011. p.192
- Caraccio, A. (2013). *Capital Social, Recursos e o Desempenho de Empreendedores*, [Dissertação de Mestrado – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo].
Repósito do Insper. <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/758>
- Cardoso, M. (2012). *Acção Social nos Municípios portugueses – potencialidades e limitações*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa].
Repósito do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/6346>

- Carspecken, P. F. & Apple, M. (1992). *Critical qualitative research: Theory, methodology, and practice*. The handbook of qualitative research in education. pp. 507-553.
- Chaves, D. F. & Pinto, I. (2007). *Economia solidária como alternativa de desenvolvimento*. T&C Amazônia, Ano V, Número 10. pp.60-67. <https://mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/economia-solidaria-como-alternativa-de-desenvolvimento-regional-2.pdf>
- Claridge, T. (2004). *Social Capital and Natural Resource Management: An important role for social capital?* [Degree of Master of Natural Resource Studies, School of Natural and Rural Systems Management, University of Queensland]. <https://www.socialcapitalresearch.com/wp-content/uploads/2013/01/Social-Capital-and-NRM.pdf>
- Claridge, T. (2018). *Can social capital be measured? Is any measurement valid?* Social Capital Research & Training. Vol.19, pp. 1-5.
- Claridge, T. (2019). *Understanding the impact of your social capital social*. Capital Research & Training, pp. 1-5.
- Claro, D., Gonzalez, G., Laban Neto, S.A. (2008). *Increasing salesperson performance with social capital: the impact of centrality, tie strength and network diversity*. Insuper Working Paper, Insuper Instituto de Ensino e Pesquisa,
- Cohen, J. (1999). *Deliberation and democratic legitimacy*. in J. Bohman e W. Regh (orgs.), *Deliberative democracy. essays on reason and politics*, Cambridge, MA, MIT Press.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. Harvard University Press, Cambridge.
- Coleman, J. (2009). *Social Capital in the Creation of Human Capital*. The American Journal of Sociology, Vol. 94, p. 19-26.
- Corringan, P. & Leonard, P. (1978). *Social Work under capitalism: a marxist approach*. Londres: Macmillan.
- Coutinho, C. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra, 2 Edição, Almedina.

- Creswell, J. W. (2003). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*, Thousand Oaks, Sage.
- de Ávila, V. F. (2016). *Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)*. *Interações (Campo Grande)*, 8 (13).
<https://doi.org/10.20435/interações.v8i13.472>
- de Carvalho, M. I., & Pinto, C. (2014). *Serviço Social: teorias e práticas*. Factor.
- DeFilippis, J. (2001). *The myth of social capital in community development*, *Housing Policy Debate*, 12:4, 781-806.
https://www.researchgate.net/publication/240320762_The_myth_of_social_capital_in_community_development
- Denis, H. (1990). *História do pensamento económico*. Editora Livros Horizonte. Lisboa, pp. 15-764.
- Denzin, N.K., & Lincoln, Y.S. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage
- Dominelli, L. (2004). *Social Work: Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press.
- Douglas, D. P., Hughey, J. & Speer, P. W. (2002). *Community Psychology Perspectives on Social Capital Theory and Community Development Practice*. *Journal of the Community Development Society* Vol. 33 (1), pp. 34 - 52.
- Dreyfus, H.L. & Dreyfus, S.E. (1986). *Mind Over Machine: The Power of Human Intuition and Expertise in the Age of the Computer*. Oxford: Basil Blackwell
- Drukker, M., Kaplan, C., Feron, F. & Van Os, J.(2003). *Qualidade de vida relacionada com a saúde das crianças, privação socioeconómica do bairro e capital social. Uma análise contextual*. *Ciências Sociais e Medicina*, 57(5), 825-841.
[https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(02\)00453-7](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(02)00453-7)
- Dubar, C. (1996). *Socialisation et processus*. In L'exclusion Social-État des Savoirs, paugam, S. (ed.), Paris, Éditions La Découvert, pp. 111-119.

- Duque, E. (2013). *Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável*. Configurações. Revista de sociologia. Território e Desenvolvimento Vol.11, pp. 189-201.
- Durkheim, Ê. (1995). *As regras do método sociológico*. Trad. M. Isaura P. de Queiroz. 15 ed. São Paulo: Nacional.
- Durkheim, Ê. (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- Eduardo, M. (2008). *O conceito de território e o agroartesanato*. Revista Nera – Ano 11, N. 13. ISSN: 1806-6755 83-101.
- Eraut, M. (1994). *Developing Professional Knowledge and Competence*. London & New York: Routledge Falmer.
- Esping-Andersen (1999). *Social Foundations of Postindustrial Economies*. ISBN 0198742002, 9780198742005. Oxford University Press.
- Esteva, G. (2000). *Desenvolvimento*. In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, pp. 59-83.
- Europeu, Parlamento, Conselho e Comissão (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf
- Fabiola, G.B., Clério, P., Dirceu, B. & Valdir, S. J. (2019). *Contribuições de Karl Polanyi e Alexnader Chayanov para a Economia Solidária*. Revista Orbis Latina, vol.9, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil). ISSN: 2237-6976 <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>
- Faleiros, V. de P. (1999). *Estratégias em Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Faleiros, V. de P. (2009). *Metodologia e ideologia do trabalho social*. 11. ed. São Paulo: Cortez.
- Faleiros, V. de P. (2013). *Globalização, correlação de forças e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

- Fernandes, B. M. (2005). *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista NERA, ano 8, n.6.
- Ferreira, F. M., Alves, A.F.& Alair, F. (2017). *Análise das relações socioprodutivas na Resex Baixo Juruá a partir da sociologia económica*. Revista Espacios. ISSN 0798 1015 Vol. 38, Nº 38.
- Ferreira, J. (2014). *Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais*. Cuadernos de Trabajo Social, 27(2), 329-341. https://doi.org/10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n2.44782
- Forreste, R. & Kearns, A. (2001). *Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood*. Urban Studies, Vol.38 (12), pp.125-143.
- Fortuna, Carlos (2012). *(Micro) territorialidade: Metáfora dissidente do social*. Terra Plural, Ponta Grossa, UEPG, v. 6, n.2, pp. 199-214.
- Fragoso, A. (2005). *Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*. Revista Portuguesa de Educação, año/vol. 18, número 001 Universidade do Minho Braga, Portugal, pp. 23-51.
- França Filho, G. & Laville, C. (2004). *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Freire, P. (1979). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Acção Cultural para a Liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- Freitas, F. (2013). *Coding qualitative data using MAXQDA 11*. In Rosaline Barbour?s Introducing Qualitative Research: A Student's Guide. London: SAGE Publications.
- Fung, A. (2003). *Associations and democracy: between theories, hopes, and realities*. Annual Review of Sociology, 29. pp. 515-539.
- Furió blasco, E. (1994). *El desarrollo económico endógeno y local: reflexiones sobre su enfoque interpretativo*. Estudios Regionales, Madrid, n. 40, pp. 97-112.
- Gehlen, I. & Riella, A. (2004). *Dinâmicas territoriais e desenvolvimento*. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, pp. 20-26.

- Ginsburg, M. (1988). *Educators as workers and political actors in Britain and North America*. British Journal of Sociology of Education, v. 6, pp. 359-367.
- Granovetter, M. (1973). *The strength of weak ties*. American Journal of Sociology, 78 (6), pp.1360-1380.
- Granovetter, M. (1974). *Getting a job: a study of contacts and careers*. Cambridge: Harvard University Press,
- Granovetter, M. (1985). *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*. The American Journal of Sociology, v. 91, n. 3, pp. 481-510.
- Granovetter, M. (1992). *Economic institutions as social constructions: a framework for analysis*. Acta Sociologica, pp.3-11.
- Granovetter, M. (1995). *Getting a Job: A Study of contacts and careers*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Granovetter, M. (2007). *Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão*. RAE Eletrônica, v.6, n.1.
- Granovetter, Mark (1983). *The strength of weak ties: A network Theory Revisited*. Sociological Theory, v. 1, pp. 201-233
- Granovetter, Mark (2005). *Business groups and social organization*. In Smelser, N., E Swedberg, R. (Eds.). *The Handbook Of Economic Sociology*. (2nd. ed.). Princeton: Princeton University Press; New York: Russell Sage Foundation.
- Grootaert, C., Narayan, D., Jones, V. N., & Woolcock, M. (2003). *Integrated questionnaire for the measurement of social capital*. The World Bank Social Capital Thematic Group, 1-50. <http://hdl.handle.net/10986/15033>
- Gross, M. (2009). *Collaborative experiments: Jane Addams, Hull House and experimental social work*. Social Science Information, 48(1), 81-95. <https://doi.org/10.1177/0539018408099638>
- Groulx, L. (1994). *Liens recherche et pratique: les thèses en présence*. Nouvelles Pratiques Sociales, 7 (2). pp. 35-50.

- Haesbaert, R. (2003). *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo. <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 1 -396.
- Healy, K. & Hampshire, A. (2002). *Capital social: um conceito útil para o serviço social?* Serviço Social Australiano, 55 (3), pp. 227-238.
- Healy, K. (2001). *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Madrid e Corunha: Ediciones Morata e Fundación Paideia
- Hobsbawm, E. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. identidade cultural. Opera, n.7, Colombia, pp. 167-189.
- Hodgkin, S. (2012). *I'm older and more interested in my community': Older people's contributions to social capital*. Australasian Journal on Ageing, 31(1), 34-39. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6612.2011.00528.x>
- Iamamoto, M. V. (2008). *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, pp.13-471
- Iturra, R. (2008). *O Presente, Essa Grande Mentira Social. A Mais-Valia na Reciprocidade*. Editor:Edições Afrontamento, pp. 2- 124.
- Jing Han¹, Xiaoyuan Chu¹, Huicun Song² & Yuan Li³ (2014) Social Capital, Socioeconomic Status and Self-efficacy. <http://dx.doi.org/10.11114/aef.v2i1.607>
- Ketzer, P. (2016). *A irreducibilidade do conceito de confiança na epistemologia do testemunho* *The irreducibility of the concept of trust in the epistemology of testimony*. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 21, n. 3, pp. 496-513.
- Latouche, A (1994). *Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis, 1994.
- Laville, J.L. (2009). *A economia solidária: um movimento internacional*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, pp. 7-47
- Laville, J.L. (2010). *Grand résumé de Politique de l'association*. Paris, Éditions du Seuil. <https://doi.org/10.4000/sociologies.3588>

- Lévesque, B. (2007). *Contribuição da nova sociologia económica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável*. RAE Revista de Administração de Empresas, vol.47, pp. 49- 60.
- Lévesque, B. (2009). *Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia económica e de socioeconómica*. Jornal Política & Sociedade, vol.8, pp. 106-144.
- Lieury, A. & Fenouillet, F. (2000). *Motivação e aproveitamento escolar*. Tradução de Y. M. C. T. Silva. São Paulo: Loyola.
- Lima, S. M. V. & Machado, M. S. & Castro, A. M. G. (2002). *Confiança: modos de produção e principais determinantes no relacionamento entre equipas de parceiras*. RPOT, vol 2, Nº 1, pp. 93 -115.
- Lin, N. (2001). *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*. Cambridge, University Press, Vol.2, pp. 2 – 50.
- Lochner, K., Kawachia, I. & Kennedyb, B. P. (1999). *Social capital: a guide to its measurement*. Health & Place. Pergamon, Vol.5, pp. 529 - 570.
- Lopes, C. (2012). *Confiança. Dicionário das crises e das alternativas*. Edições Almedina p. 57
- Lubben, J. E. (1988). *Assessing social networks among elderly populations*. Family and Community Health 11(3), pp.42-52.
- Lüchmann, H. (2014). *Abordagens Teóricas sobre o Associativismo e os seus efeitos democráticos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.29, Nº85, pp.156 – 226.
- Machado, N (2012). *Karl Polanyi e o "Grande Debate" entre substantivistas e formalistas na antropologia económica*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), pp. 165-195.
- Madeira, M. (1996). *Coesão Social e Acção Social*. Direcção-Geral da Acção Social (Comunicação apresentada na comemoração do Dia da Segurança Social, em 8 de Maio).

- Malinowski, B. (1976). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. (Coleção Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural.
- Mance, E.A. (2005). *A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós- capitalista à globalização atual*. Petropolis: Vozes.
- Marques, A. P. S. (2010). *Da Construção do Espaço à Construção do Território*. Universidade de Évora Fluxos & Riscos n. °1, pp. 75 – 88.
- Martelo, R. M. (2004). *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. 41C i. Inf., Brasília, Vol. 33 (3), pp. 41 - 49.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. NewYork: Harper.
- Mauss, M. (2001). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, PT: Edições 70.
- Mcleod, C. T. (2023). *In: The Stanford encyclopedia of philosophy*. Edward N. Zalta e Uri Nodelman (orgs.). <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/trust/>
- Mcmyler, B. (2011). *Testimony, trust and authority*. Oxford: Oxford University Press.
- Midgley, J. & Livermore, M. (1998). *Capital social e desenvolvimento económico local: Implicações para a prática do serviço social comunitário*. *Jornal de Prática Comunitária*, 5 (1-2), 29-40. https://doi.org/10.1300/J125v05n01_03
- Milani, C. (2004). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. O&S. Edição Especial. Vol.11, pp.95 -111.
- Milgram, S. (1974). *Obedience to Authority. An Experimental View* ISBN0-06-131983-X.
- Mohnen, S.M., Volker, B., Flap, H. & Groenewegen, P. (2013). *You have to be there to enjoy it? Neighbourhood social capital and health*. *European Journal of Public Health*, Vol. 23 (1), pp. 33-39.
- Morrow, V. (1999). *The Editorial Board of The Sociological Review*. Published by Blackwell Publishers, Cowley Road, Oxford OX4 1JF, UK and 350 Main Street, Malden. Vol.108 pp.1 - 22.
- Nahapiet, J. & Ghoshal, S. (1997). *Social capital, intellectual capital and the creation of value infirms*. *Academy of Management Proceedings '97*. P.35-39.

<https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/ambpp.1997.4980592?journalCode=ampr>
oc

Namorado, R. (2014). *Economia Social em Ação*. Editora Almedina, Coimbra, pp.5-333.

Nunes, C., Silva, P. (2011). *Rumo a um novo mercado: uma abordagem sociológica do comércio justo e solidário*. O mercado de trabalho, 49, pp. 68-76.

Onyx, J. & Bullen, P. (2000). *Measuring Social Capital in Five Communities*. Journal of Applied Behavioral Science, vol. 36(1), pp. 23-42.

Ortigoza, S. A. G. (2014). *Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 6 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 241-257.

Osmond J. (2005). *The Knowledge Spectrum: A Framework for Teaching Knowledge and its Use in Social Work Practice*. The British Journal of Social Work, Volume 35, Issue 6, September, Pages 881–900. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch280>

Östh, J., Dolciotti, M., Reggiani, A. et al. (2018). *Capital Social, Resiliência e Acessibilidade em Sistemas Urbanos: um Estudo sobre a Suécia*. Netw Spat Econ, 18, 313–336. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch280>

Ostrom, E. & Ahn, TK. (2003). *Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva*. Instituto de Investigaciones Sociales. Revista Mexicana de Sociología, año 65, ISSN: 0188-2503/03/06501-03, Vol. 1, pp.155 - 233.

Pastor, J. (1996). *Empowerment: what it is and what it is not, Empowerment in Organizations*. Vol. 4 No. 2, pp. 5-7. <https://doi.org/10.1108/09684899610118028>

Pearson, K. W. (1976). *El debate secular sobre o primitivismo econômico*. In: Polanyi, K., Arensberg, C., Pearson, H. Comércio y mercado en los imperios antiguos. Barcelona: Labor universitária, pp. 51-59.

Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. [Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório Universidade de Lisboa:
<http://hdl.handle.net/10400.5/4230>

- Polanyi, K. (1944). *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. [https://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf_4/Great Transformation.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf_4/Great_Transformation.pdf)
- Polanyi, K. (1977). *The Economic Fallacy*. in Karl Polanyi; Harry Pearson (orgs.), *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press, 517.
- Polanyi, K. (1977). *The Two Meanings of Economic*. in Karl Polanyi; Harry Pearson (orgs.), *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Polanyi, K., Conrad, A., Harry & P. (1968). *The Place of Economies in Societies*. in George Dalton (org.), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, 116-138.
- Polanyi, Karl (1977). *The Economy Embedded in Society*. in Karl Polanyi; Harry Pearson (orgs.), *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press, 475-6.
- Polivanov, B. (2009). *Novos Rumos e Onda Livre: a construção de comunidades imaginadas através das radcom*. *ECO-Pós*, v.12, n.2, p.122-137.
- Popewitz, T. S. (1990). *Whose future? Whose past? Notes on critical theory and methodology*. In GUBA, E. G. (org.). *The paradigm dialogs*. Londres: Sage Publications.
- Popper, K. R. (1978). *Lógica das ciências sociais*. Tradução de Estevão de Rezende Martins, Apio Claudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Portes, A. (1998). *Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology*. *Annual Review of Sociology*, 01 Aug 1998, Vol. 24, Issue 1, pp.1 - 24
- Portes, A. (2000). *The Two Meanings of Social Capital*. *Sociological Forum*, Vol. 15 (1), pp.1 - 12.

- Putnam, R. (1995). *Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America*. PS: Political Science and Politics, Vol. 28, No. 4, American Political Science Association, 664-683. <http://www.jstor.org/stable/420517?origin=JSTOR-pdf>
- Putnam, R. et al (1983). *Explaining Institutional Success: The Case of Italian Regional Government*. The American Political Science Review, v. 77, n. 1, pp. 55-74.
- Raffestin, C. (1984). *Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione*. In: Turco A., Regione e regionalizzazione, Milano, Franco Angeli, pp.69-82.
- Raffestin, C. (1993). *Por Uma Geografia Do Poder*. Atica Editora; 1ª edição. pp. 270
- Rahnema, M. (1999). *Participation*. In Wolfgang Sachs (ed.), The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power. New York: Zed Books, pp. 116-131.
- Rappaport, J. (1987). *Terms of Empowerment/Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology 1*. American Journal of Community Psychology, Vol 15, No. 2.
- Raul-Mattedi, C. (2005). *Análise Crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação*. Política & sociedade, n. 6, 59-82.
- Ray, C. (2007). *The Eu Leader Programme: rural development laboratory*. The Netherlands, Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, s/ p.
- Reyes, G. (2001). *Four main theories of development: modernization, dependency, world-system and globalization*. Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas. n. 4. <http://www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas>
- Richmond, M. (1917). *Social Diagnostic*. New York: Russel Sage Foundation. Traduzido em português pelo Instituto Superior DE Higiene Dr. Ricardo Jorge.
- Robison, J. L., Schmid, A. A. & Siles, M. E. (2002). *Is Social Capital Really Capital?* Review of Social Economy, Vol.60(1), pp.1 - 21.

- Rodríguez, R. (2011). *La estructura temporal de la intervención en el Trabajo Social*. Un enfoque desde la fenomenología de Alfred Schütz. *Tabula Rasa* 14: 311- 322 enero-junio. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca (abril 2017). <http://www.revistatabularasa.org/numero-14/13rodriguez.pdf>
- Rosavallon, P. (1995). *La nueva cuestión social*. Repensar El Estado providencia. Buenos Aires:Manancial.
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2012). *Economia*. Eurobooks Editora, Lda| Grupo Portugal, Décima Nona Edição, Lisboa, pp. 3-710.
- Santo, E. L. & Braga, V., Santos et all (2012). *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*. Ano 2, n. 1, pp. 44 – 61.
- Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. SP/RJ: Record, pp. 1-176.
- Saquet, M. (2003). *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições.
- Saquet, M. A. (2007). *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade*. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, pp. 55-76.
- Schejtman, A. & Berdegué, J. (2003). *Desarrollo territorial rural*. Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, pp. 1-54.
- Schneider, S. (2009). *Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento*. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.4, n. 7, pp. 24-62.
- Schneider, S. (2009). *Território, Ruralidade e Desenvolvimento*. In: Velásquez Solano, Fabio; Medina, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones De Los Territorios Rurales Em El Siglo Xxi*. Bogotá\Colômbia: Editorial Pontifícia Universidad Javeriana, V.1, pp.67 -108.
- Schneider, S., & Escher, F. (2011). *A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural*. *Sociologias*, 13(27), 180-219. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819458008>

- Schumpeter, J. (2003). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Editora Routledge. P. 1 – 460. ISBN9781134841516.
- Seidman, S. (2004). *Contested Knowledge. Social Theory Today*. Malden, Blackwell.
- Sem, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. Editora Almediana, Coimbra, pp.10-569.
- Sem, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shaw, E. & Carter, S. (2007). *Social entrepreneurship: theoretical antecedents and empirical analysis of entrepreneurial processes and outcomes*. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, vol. 14, n. 3, 418-434. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14626000710773529/full/html>
- Sheppard, M., Newstead, S., Di Caccavo, A., & Ryan, K. (2000). Reflexivity and the development of process knowledge in social work: A classification and empirical study. *British Journal of Social Work*, 30(4), 465–488. <https://doi.org/10.1093/bjsw/30.4.465>
- Silva, A. & Breitenbach, R. (2013). *A sociologia económica e os mercados protegidos: um arcabouço teórico e analítico para o programa de aquisição de alimentos*. *Revista Extensão Rural, DEAER– CCR – UFSM*, vol.20 nº 2.
- Silva, A. V. (2010). *Economia Solidária: Uma estratégia Política de desenvolvimento*. [Tese doutoramento da UFPB/CCHLA]. Repósito do Intitucional do UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7339>
- Silva, C. A., Fialho, J. & Saragoça, J. (2013). *Análise de redes sociais e Social. Volume I: ogia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos», Revista Angolana de Sociologia [Online], 11. <http://journals.openedition.org/ras/361>*
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Singer, P. & Sousa, A.R. (2000). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Smith, A. A. (1996). *Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultura.
- Smith, A. (1983). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds.
- Sousa Santos, B. (2018). *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial*. Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, (Vol. I), pp. 13-687.
- Souza, M. (2008). *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Castro, Iná Elias De; Gomes, Paulo Da Costa; Correa, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos E Temas*. 11. Ed. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 77-116.
- Spencer, H. (1968). *Reasons for dissenting from the philosophy of M. Comte and other essays*. Berkeley: The Glendessary Press, 1968. Paginação irregular.
- Stein, E. (2005). *Sobre el problema de la empatía*. Vol. II. Traducción Constantino Ruiz Garrido e José Luis Caballero. Bono. Coeditores: Espiritualidad; Monte Carmelo; Ediciones El Carmen.
- Stürmer, A. B. & Pinós Da Costa, B. (2017). *Território: aproximações a um conceito-chave da geografia*. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21 (2017), n.3, 50-60. <https://doi.org/10.5902/2236499426693>
- Thompson, E. (1987). *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Volume II. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Tönnies, F. (1974). *Community and Association*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Valcarcel-resalt, J. F. (1992). *Desarrollo local en España: utopía y realidad*. In: *Desarrollo y Medio Ambiente en las zonas desfavorecidas*. Madrid: M.O.P.T.
- Vázquez Barquero, A. (1993). *Política Económica Local*. Madrid: Pirámide.
- Volker B. (2020). *Social capital across the life course: Accumulation, diminution, or segregation?* *Network Science*, volume 8 (3), 313-332. <https://doi.org/10.1017/nws.2020.26>

- Waldecy, R. & Nayara, S. S. (2013). *Karl Polanyi e o Substantivismo no desenvolvimento económico*. Journal of Chemical Information and Modeling, vol. 53, 1689- 1699.
<https://doi.org/10.1590/0101-31572020-2794>
- Weber, M. (1968). *História geral da economia*. São Paulo, Mestre Jou.
- Weber, M. (1991). *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da UnB.
- Weber, M. (2005). *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro Editora.
- Woolcock, M. & Deepa, N. (2000). Social capital: implications for development theory, research, and policy. *The World Bank Research Observer*, 15(2), pp.225-249.
- Woolcock, M. (1998). *Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework*. *Theory and Society* 27(2). pp.151-208.
- Zimmeran, M.A. (1995). *Psychological Empowerment: Issues and Illustrations*. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 23, No. 5
- Zukin, S. & DiMaggio, P. (1990). *Introduction to Structures of Capital*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bibliografia Consultada

- Afonso, C. S. dos S. (2022). Serviço social em academias de futebol: Contributos para a humanização no desporto [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/28863>
- Alliance, Social Welfare Action (1985). <https://www.socialwelfareactionalliance.org>
- Anile, L. H. dos S. S. (2023). A informalidade em contextos urbanos: Desafios para o crescimento e permanência local [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/29040>
- Belchior-Rocha, H. (2008), Serviço Social e Desenvolvimento Local. *Intervenção Social*, 34 (32), 256-278.
- Belchior-Rocha, H. (2016). Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis. [Tese de doutoramento em Serviço Social, Iscte Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/11964>
- Cardoso, M. J. F. (2012). Acção Social nos Municípios portugueses: potencialidades e limitações [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/6346>
- Costa, É. M. da F. C. (2022). Serviço social e espiritualidade na multideficiência [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/28657>
- Kuckartz, U. & Stefan R. (2019). *Analyzing Qualitative Data with MAXQDA*. Text, Audio, and Video; Springer, Berlin. Maxqda 12 Reference Manual, Verbi Software, Berlin (disponível online)
- Reynolds, B. (1934), *Entre cliente e comunidade*. Nova York: Oriole.
- Reynolds, B. (1939), *Repensando o trabalho de casos sociais*. Nova York: Serviço Social Hoje.
- Reynolds, B. (1942), *Aprendizagem e ensino na prática do serviço social*. Nova York: Farrar e Rinehart.

- Reynolds, B. (1951), *Serviço social e vida social: explorações em filosofia e prática*.
- Reynolds, B. (1963), *Uma jornada desconhecida: cinquenta anos de crescimento no serviço social*. Nova York: Citadel Press.
- Rocha, H. (2019). *Unidade Curricular Sociedade Civil. Doutoramento em Serviço Social*. 1º ano. Escola de Sociologia e Políticas Públicas. ISCTE.
- Teiga, S. A. M. (2012). *As relações intergeracionais e as sociedades envelhecidas. Envelhecer numa sociedade não stop - O Território Multigeracional de Lisboa Oriental*. [Dissertação mestrado Escola Superior de Educação de Lisboa]. Repósito do IPLL. <http://hdl.handle.net/10400.21/2270>

ANEXOS

Anexo A - Consentimento informado.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Inquérito por Entrevista aos Dirigentes e Técnicos Superiores da Ação Social Territorializada

O presente estudo surge no âmbito de uma **tese doutoral O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social** a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre o tema do Capital Social e Serviço Social e pretende: 1) Descrever e analisar as formas de produção de capital social dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada; 2) Analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território.

O estudo é realizado por Sara Armanda Mora Teiga (samta@iscte-iul.pt) sob orientação das Professoras Doutoradas Maria João Pena (maria_joao_pena@iscte-iul.pt) e Helena Carvalho (helena.carvalho@iscte-iul.pt) que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder as questões que são levantadas e poderá durar cerca de 40 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, **as suas respostas vão contribuir para saber se os profissionais da ação social territorializada se reconhecem como agentes de produção de capital social.**

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. Os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Como investigadora, comprometo-me a utilizar os dados, somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos, em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no

estudo: ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____ Data: _____

Assinatura:

[ou, caso a participação seja através de contacto telefónico ou através de zoom, os campos "Aceito ou Não aceito/Nome/Data" terão de ser transmitidos verbalmente. O preenchimento do questionário presume que compreendeu e que aceita as condições do presente estudo, consentindo participar]

Anexo B – Termo de consentimento e livre esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Acredito ter sido suficiente informado/a a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo **o estudo de investigação no âmbito do Doutoramento em Serviço Social**, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL) intitulado ***O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social***.

Ficou claro também que a **minha participação é isenta de despesas** e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo.

Concordo voluntariamente em participar neste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Data _____ / _____ / _____

(Assinatura do participante ou responsável no caso de menores de 18 anos)

Data _____ / _____ / _____

Nome: Sara Armanda Mora Teiga

Email: samta@iscte-iul.pt

Assinatura do(a) pesquisador(a) _____

Anexo C – Pedido de autorização para recolha de dados quantitativos.

Exmo. Diretor/a...

Eu **Sara Armanda Mora Teiga**, estudante do 3º ano do **Doutoramento em Serviço Social**, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL), estou a desenvolver um projeto de **tese doutoral O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social** orientado pelas Professoras Doutoras Maria João Pena e Helena Carvalho. Importa a esta investigação saber como se concretiza a produção de capital social de um território e saber se os profissionais da ação social territorializada se reconhecem como agentes de produção de capital social.

Neste sentido, esta pesquisa tem como **objetivos gerais**: 1) Descrever e analisar as formas de produção de capital social dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada; 2) Analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território.

O projeto de tese propõe como **campo empírico** a freguesia de Marvila e como **objeto de estudo**, o capital social dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada. O **universo de trabalho** é composto pelos habitantes da freguesia de Marvila e pelos dirigentes e técnicos superiores de projetos, programas e/ou respostas sociais da ação social territorializada.

Como técnica de **recolha de dados quantitativa** sugere-se a realização de um **inquérito por questionário integrado de medição do Capital Social (I-QMCS)**, que permita simultaneamente descrever e analisar as formas de produção de *Capital Social* dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada.

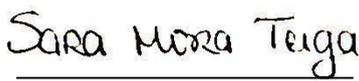
Posto isto, solicita-se a vossa **colaboração para a realização da recolha de dados que será efetuada por mim através do contato online/telefónico/presencial aos habitantes, dos 20 aos 69 anos, dos Bairros Chinês (Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas e Quinta do Chalé), Condado e Lóios.**

Todos os procedimentos éticos e deontológicos serão assegurados, nomeadamente a confidencialidade dos dados obtidos mediante consentimento informado de todos os participantes. No final do estudo, uma cópia do trabalho será entregue.

Anexo a carta de consentimento informado e o termo de consentimento livre e esclarecido que será apresentada, bem como o instrumento de recolha de dados que será aplicado: **Inquérito por Questionário Integrado de Medição do Capital Social (I-QMCS).**

Agradecendo desde já a vossa atenção para o solicitado, despeço-me com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 19 de setembro de 2021


(Sara Armanda Mora Teiga)

Anexo D - Guião de Entrevista.

Guião de entrevista

Dirigentes e técnicos superiores da ação social territorializada

Apresentação

Título do projeto de tese: O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social

Tema: Capital Social, Território, Ação Social Territorializada, Desenvolvimento e Serviço Social

Perguntas de Partida:

1. Como se concretiza a produção de capital social de um território?
2. Os profissionais da ação social territorializada reconhecem-se como agentes de produção de capital social?

Objetivos gerais:

3. Descrever e analisar as formas de produção de capital social dos sujeitos de intervenção da ação social territorializada;
4. Analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território.

Entrevista semiestruturada: dirigida a dirigentes e técnicos superiores da ação social territorializada parte da pergunta: *Os profissionais da ação social territorializada reconhecem-se como agentes de produção de capital social?* e tem como objetivo geral: *analisar e interpretar as práticas da ação social territorializada produtoras de capital social, no processo de desenvolvimento de um território.*

Identificação

1. Código
2. Sexo (Identificar sem questionar)
3. Qual a sua Licenciatura?
4. Tem um Mestrado? Em que área?
5. Tem um Doutoramento? Em que área?
6. Qual a sua categoria profissional?
7. Qual o cargo que ocupa na instituição?
8. Há quanto tempo que ocupa o cargo?
9. Há quanto tempo trabalha na instituição?
10. Há quanto tempo trabalha na freguesia de Marvila?

Questões Orientadoras

1. Como define território?
2. Como define ação social territorializada?
3. Como define capital social?
4. Quais as funções que desempenha das Respostas Sociais/Associação/Cooperativa?
5. Em que área da ação social territorializada intervém?

6. Quais são os modelos e metodologias de intervenção aplicados na sua instituição? Identifica-se com esses modelos e metodologias? Tem liberdade para adotar outros modelos e metodologias que acredita?
7. Qual o seu papel na construção de programas/projetos de intervenção onde está inserido?
8. Como é que é promovido o processo de empowerment junto dos sujeitos de intervenção?
9. Como é que promove espaços de participação onde o sujeito de intervenção tem uma voz ativa no desenho de projetos individuais e/ou coletivos?
10. Já apoiou a organização de movimentos sociais e/ou associativos?
11. Identifique ações afirmativas de produção de capital social na freguesia de Marvila.
12. Tem consciência do seu papel enquanto agente ativo de produção de capital social?
13. Considera que o capital social tem influência no processo de desenvolvimento da freguesia de Marvila?
14. Quais são os futuros desafios profissionais na produção de capital social?
15. Qual o nível socioeconómico dos sujeitos de intervenção?
16. Os sujeitos de intervenção com quem trabalha produzem e vendem informalmente bens/produtos/serviços? Qual o seu envolvimento?
17. Os sujeitos de intervenção trocam tempo/dinheiros/bens/serviços entre si?
18. Quem são as redes de suporte dos sujeitos de intervenção com quem trabalha?
19. Qual o nível de adesão dos sujeitos de intervenção às regras e/ou procedimentos estabelecidos pela instituição e/ou comunidade?
20. Considera que os sujeitos de intervenção têm confiança nos seus vizinhos para cuidar das crianças e/ou emprestar dinheiro e/ou trocas de serviços e/ou favores?
21. Considera que na freguesia prevalecem ações de violência ou ações de solidariedade?
22. Considera que os sujeitos de intervenção têm informação útil sobre os seus direitos e deveres na sociedade?
23. Os sujeitos de intervenção com quem trabalha envolvem-se em movimentos sociais e iniciativas comunitárias?

Anexo E – Authorization to apply QI MCS| Phd Social Work: The Social Capital of a territory| ISCTE-IUL | Portugal

De: Sara Armanda Teiga <Sara_Armanda_Teiga@iscte-iul.pt>
Enviado: 25 de maio de 2020 13:58
Para: dnarayan@worldbank.org; vnyhan@worldbank.org;
mwoolcock@worldbank.org
Cc: Maria João Pena
Assunto: Authorization to apply QI MCS| Phd Social Work: The Social Capital of a territory| ISCTE-IUL | Portugal

Dear Deepa Narayan & Veronica Nyhan Jones & Michael Woolcock,

I have a degree in Social Education, a Master's Degree in Social Education and Community Intervention and currently I am a 2nd year PhD student in Social Work at ISCTE- University Institute of Lisbon – Portugal. My thesis subject is the Social Capital of a territory: a Discussion on Social Work.

The thesis will have as empirical field the largest parish of Lisbon - Marvila, which is located in the eastern most suburban zone of Lisbon. Marvila is composed by 10 neighborhoods of mostly social housing and contains a variety of inhabitants from low socio-economic levels and a rich cultural, ethnic and religious background.

The doctoral thesis will seek to assess how the production of social capital in Marvila is composed and whether the social workers who intervene in the territory recognize themselves as agents of production of social capital.

My general aim is to describe and examine the ways that the subjects of localized social intervention have of producing social capital and analyze and interpret localized social action practices that produce social capital in the development process of a territory.

The epistemological position that I intend to adopt is hypothetical-deductive, using mixed research methods (quantitative and qualitative).

After a thorough analysis of your paper *Measuring Social Capital an Integrated Questionnaire*, I was eager to use your MSC- IQ as a technique for collecting quantitative data, since from my professional experience intervening in the parish of Marvila for the past 19 years, it seemed interesting and adjustable to our context.

However, in addition to requesting your authorization to apply your MSC- IQ to the subjects of intervention, I would like to have your opinion on the following issues:

- Has the MSC- IQ been scientifically validated in Portugal?
- Can the MSC- IQ be applied in Portugal, in the parish of Marvila?
- In case the MSC- IQ hasn't been scientifically validated in Portugal, may I be the first doctoral student to apply it and promote its validation in Portugal?

In your paper, you recommend that the MSC- IQ should be adjusted to each context and mention that you are receptive to the feedback from researchers who apply it, so it would be my pleasure to collaborate with you in the reporting of the findings, if that is in your interest.

I await feedback as soon as possible.

Sara Teiga

Doutoranda em Serviço Social/PhD student in Social Work

ESPP – Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Edifício Sedas Nunes (Edifício I), sala 1W6

(+351) 210 464 015

www.iscte-iul.pt | [Facebook](#) | [Twitter](#) | [IULtv](#) | [Flickr](#)

De: Michael Woolcock <mwoolcock@worldbank.org>

Enviada: 25 de maio de 2020 14:32

Para: Sara Armanda Teiga <Sara_Armanda_Teiga@iscte-iul.pt>

Assunto: RE: Authorization to apply QI MCS | Phd Social Work: The Social Capital of a territory | ISCTE-IUL | Portugal

Hi Sara,

Thanks for your note. I'm not aware of specific studies in Portugal that have used at the SCIQ but I strongly suspect someone has done so... Either way, we'd be very pleased for you to adopt and adapt it for your PhD research; no formal 'authorization' is required on our part, since the document was placed in the public domain precisely to encourage as many people as possible to use it. In terms of helping 'adapt' it for your purposes, I'm also attaching a companion qualitative instrument, which you are also free to use as you see fit.

Best wishes for your research,

Michael

Anexo F – Guião do Questionário Integrado de Medição do Capital Social de Marvila (QI-MCS Marvila)

QUESTIONÁRIO INTEGRADO DE MEDIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE MARVILA

(QI MCS – MARVILA)

QI MCS – MARVILA ONLINE <https://forms.gle/1eVUoFvbqmp7NwYA>

Este questionário faz parte de um trabalho de investigação sobre o capital social de um território tendo como objetivo recolher dados conducentes à elaboração de uma tese de doutoramento em Serviço Social.

O capital social é um recurso social que está disponível por via das relações sociais que temos no grupo de amigos, vizinhos, colegas de trabalho, familiares, entre outros. Tal como outras formas de capital ele produz valor económico e contribui para o desenvolvimento do território.

O tempo de preenchimento estimado ronda os 15 a 20 minutos. A sua sincera contribuição vai ser extremamente útil para compreender como se concretiza a produção de capital social na freguesia de Marvila.

O anonimato será sempre garantido.

Grata pela sua disponibilidade e colaboração prestada.

Registar a hora do início do inquérito: _____

A. CAPITAL SOCIAL COGNITIVO

A1

Conhece as **regras de convivência** da sua freguesia?

Sim	
Não	
(Recusa)	
(Não sabe)	

		Discorda totalmente	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda totalmente	(Recusa)	(Não sabe)
A4.1	Pode-se confiar na maiorias das pessoas que moram na sua freguesia							
A4.2	A maioria das pessoas da sua freguesia está disposta a ajudar os outros caso precise							

A4.4	Pode-se confiar na maioria dos profissionais de saúde							
A4.5	Pode-se confiar na maioria dos profissionais das forças de segurança							
		Discorda totalmente	Discorda em parte	Não concorda nem discorda	Concorda em parte	Concorda totalmente	(Recusa)	(Não sabe)
A4.6	Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Educação							
A4.7	Pode-se confiar na maioria dos profissionais do Estado							
A4.8	Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Junta de Freguesia							
A4.9	Pode-se confiar na maioria dos assistentes sociais							
A4.10	Pode-se confiar na maioria dos comerciantes							

A2

Os seus vizinhos seguem as **regras de convivência** da sua freguesia? Responda, por favor, numa escala de 0 a 10 qual o grau de probabilidade disso acontecer, em que 0 significa *nada provável* e 10 *muito provável*:

Nada Provável					Muito Provável				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

A3

Quantas pessoas da sua rede social **aderem às regras de convivência do grupo a que pertencem?**

Nenhuma	
Quase nenhuma	
Algumas	
Quase todas	
Todas	
(recusa)	
(não sabe)	

A4

Numa **escala de 5 pontos**, em que 1 *discorda totalmente* e 5 *concorda totalmente*, diga se **concorda com as seguintes afirmações**:

		Discorda totalmente	Discorda em parte	Nãoconcorda Nem discorda	Concorda em parte	Concorda totalmente	(Recusa)	(Não sabe)
A4.1	Pode-se confiar na maiorias pessoas que moram na sua freguesia							
A4.2	A maioria das pessoas da sua freguesia está disposta a ajudar os outros caso precise							
A4.4	Pode-se confiar na maiorias profissionais de saúde							
A4.5	Pode-se confiar na maioria dos profissionais das forças de segurança							
A4.6	Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Educação							
A4.7	Pode-se confiar na maioria dos profissionais do Estado							

A4.8	Pode-se confiar na maioria dos profissionais da Junta de Freguesia							
A4.9	Pode-se confiar na maioria dos assistentes sociais							
A4.10	Pode-se confiar na maioria dos comerciantes							

B. CAPITAL SOCIAL RELACIONAL

B1

Com que frequência **convive com amigos, familiares ou colegas de trabalho?**

Nunca	
Menos de uma vez por mês	
Uma vez por mês	
Várias vezes por mês	
Uma vez por semana	
Várias vezes por semana	
Todos os dias	
(recusa)	
(não sabe)	

B2

As pessoas com quem se encontrou **eram na grande maioria de:**

		Sim	Não	NA	(recusa)	(não sabe)
B2.1	situação económica diferente					
B2.2	um grupo religioso diferente					
B2.3	um grupo étnico diferente					

B3

Com que frequência **sai do seu bairro** para:

		Nunca	Menos de uma vez por semana	Uma vez por semana	Algumas vezes por semana	Todos os dias	NA	(Recusa)	(Não sabe)
B3.1	Trabalhar								
B3.2	Estudar								
B3.3	Passear								

B4

Como descreve o **grau de união do seu grupo de amigos** numa escala de 1 a 10, em que 1 significa *extremamente distante* e 10 *extremamente próximas*:

Extremamente Distante					Extremamente próximas				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

B5

Como descreve o **grau de união das pessoas que vivem na sua Freguesia**? Responda, por favor, numa escala de 1 a 10, em que 1 significa *extremamente distante* e 10 *extremamente próximas*.

Extremamente Distante					Extremamente próximas				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

B6

Considera que **na sua freguesia existe**:

Grande diversidade cultural		Saltar para B9
Alguma diversidade cultural		
Pouca diversidade cultural		
Nenhuma diversidade cultural		
(Recusa)		
(Não sabe)		

B7

Considera que **a diversidade cultural** que existe na sua freguesia **causa problemas de convivência**?

Sim		Saltar para a questão B9
Não		
(Recusa)		
(Não sabe)		

B8

Estes problemas de convivência estão relacionados com diferenças:

		Sim	Não	(Recusa)	(Não sabe)
B8.1	de escolaridade				
B8.2	de económicas				
B8.3	de Bens Materiais				
B8.4	entre homens e mulheres				
B8.5	entre gerações mais jovens e gerações mais velhas				
B8.6	entre antigos e novos moradores				
B8.7	de filiação política				
B8.8	de crenças religiosas				
B8.9	de origem étnica, cultural				

B9

Qual o **nível de segurança** que sente quando anda sozinho(a) **na sua freguesia** depois de escurecer? Sente-se...

Muito seguro	
Seguro	
Inseguro	
Muito inseguro	
(recusa)	
(não sabe)	

C. CAPITAL SOCIAL ESTRUTURAL – REDES

C1

Diga se pertence ou não a um destes grupos e em caso afirmativo:

		Sim	Não	(Recusa)	(Não sabe)
C1.1	Grupo Étnico				
C1.2	Grupo Cultural				
C1.3	Grupo Religioso				
C1.4	Grupo do trabalho				

C2

Se respondeu que pertence a um destes grupos diga há quantos anos colocando uma cruz: N cruzar resposta residuais

		menos de 1 ano	mais de 1 ano	mais de 6 anos	mais de 12 anos	mais de 18 anos	mais de 24 anos	Não se aplica	(Recusa)	(Não sabe)
C2.1	Grupo Étnico									
C2.2	Grupo Cultural									
C2.3	Grupo Religioso									
C2.4	Grupo do trabalho									

C3

Sente que tem **capacidade para tomar decisões importantes**, que **podem mudar o rumo da sua vida**? Faça uma avaliação de si próprio através de uma escala de 5 pontos, em que 1 significa *totalmente incapaz* e 5 *totalmente capaz*:

Totalmente incapaz	
Geralmente incapaz	
Nem capaz, nem incapaz	
Geralmente capaz	
Totalmente capaz	
(recusa)	
(não sabe)	

C4

Tem manifestado preocupações na Junta de Freguesia e/ou nos líderes locais?

Sim	
Não	Saltar para C5
(Recusa)	
(Não sabe)	

C5

A **Junta de Freguesia e os líderes locais tomam em consideração as preocupações manifestadas por si** e por outras pessoas quando tomam decisões que afetam a todos. Responda, por favor, numa escala de 5 pontos, onde 1 significa *nunca* e 5 *a maioria das vezes*.

Nunca	
Pouca vezes	
As vezes	
A maioria das vezes	
Sempre	
(recusa)	
(não sabe)	

C6

Com que frequência **tem acesso a informação útil sobre os seus direitos e deveres na sociedade e ofertas de emprego** através do/dos:

		Nunca	Quase nunca	Algumas vezes	Frequente mente	Muito frequentemente	Sempre	(Recusa)	(Não sabe)
C6.1	Parentes, amigos e vizinhos								
C6.2	Mercado local								
C6.3	Jornal da Junta de freguesia								
C6.4	Jornais nacionais								
C6.5	Rádio								
C6.6	TV								
C6.7	Grupos informais								
C6.8	Associações								
C6.9	Colegas de trabalho								
C6.10	Grupos políticos								
C6.11	Líderes comunitários								
C6.12	Um membro do Governo								
C6.13	Instituições locais								
C6.14	Internet								

D. CAPITAL SOCIAL ESTRUTURAL – RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

D1

De uma forma geral, tem confiança nas pessoas que trabalham nas instituições públicas e/ou privadas, associações, cooperativas? Responda, por favor, utilizando uma escala de 1 a 10, em que 1 significa que *desconfiança total* e 10 significa que *confiança total*.

<i>desconfiança total</i>					<i>confiança total</i>				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

D2

Quantas instituições existem na sua Freguesia para:

		Nenhuma	Uma	Duas	Três ou mais	(recusa)	(Não Sabe)
D2.1	crianças						
D2.2	jovens						
D2.3	peessoas idosas						
D2.4	peessoas adultas em idade ativa						

D3

Diga-nos numa escala de 10 pontos qual a **probabilidade das pessoas da sua Freguesia participarem nas atividades** das associações, cooperativas e instituições **para obter benefícios**, em que 1 *significa nada provável* e 10 *extremamente provável*?

Nada Provável										Extremamente Provável	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

D4

Envolve-se na organização das atividades das associações, cooperativas e instituições?

Sim		Saltar para E1
Não		
(recusa)		
(não sabe)		

D5

O que é que **procura obter como benefício** quando se **envolve na organização das atividades** das seguintes instituições?

		Associações	Associações de Base Local	Cooperativas	Atendimento social	(recusa)	(nãosabe)
D5.1	Segurança social						
D5.2	Segurança espiritual						
D5.3	Segurança financeira						
D5.4	Controlo social						
D5.5	Acesso informação e emprego						
D5.6	Acesso ao poder						
D5.7	Mobilidade social						

E. CAPITAL SOCIAL ESTRUTURAL – RELAÇÕES DE MERCADO NÃO MERCANTIL E NÃO MONETÁRIO**E1**

Quantas pessoas da sua Freguesia têm acesso gratuito a:

		Nenhuma	Quase nenhuma	Algumas	Quase todas	Todas	(Recusa)	(Não Sabe)
E1.1	Consultas e medicação							
E1.2	Produtos de higiene							
E1.3	Vestuário							
E1.4	Mobiliário de casa							
E1.5	Produtos alimentares							

E1.6	Produtos das hortas das hortas comunitárias							
------	---	--	--	--	--	--	--	--

E2

Quem **redistribui esses produtos de forma gratuita** às pessoas da sua **Freguesia**?

	Sim	Não	(recusa)	(não sabe)
E2.1	Associações			
E2.2	Associações de Moradores			
E2.3	Cooperativas			
E2.4	Instituições Particulares de Solidariedade Social			
E2.5	Grupos Comunitários			
E2.6	Igrejas			
E2.7	(recusa)			
E2.8	(não sabe)			
E2.9	Outras (especifique)			

E3

Tipo de negócios informais as pessoas da sua **Freguesia** fazem **para sobreviver**?

Arranjos de carros e motas	
Arranjos de eletrodomésticos	
Arranjos de costura	
Manicura no domicílio	
Confeção de doces de salgados	
Arranjos informáticos	
Limpezas domésticas	
Venda ambulante	
Produção de produtos da horta	
Reciclagem de produtos	
Todas as anteriores	
Nenhuma das anteriores	
Outro (especifique)	
(recusa)	
(não sabe)	

E4

Quantas pessoas na sua **Freguesia** trocam bens e/ou **produtos**?

Nenhuma	
Quase nenhuma	
Algumas	
Quase todas	
Todas	
(recusa)	
(não sabe)	

E5

As **pessoas da sua Freguesia organizam-se** para encontrar **formas de ajudar financeiramente ou materialmente os vizinhos** que maisprecisam?

Sim	
Não	
(recusa)	
(não sabe)	

E6

Na **sua Freguesia** existe uma **feira comunitária de venda de produtos da horta, de roupas e de diferentes materiais** produzidos por si ou poroutras pessoas ou venda de produtos que já não precisa, organizada pela comunidade?

Sim	
Não	Saltar para F1
(recusa)	
(não sabe)	

E7

Qual o seu **papel na feira comunitária? Participa:**

		Nunca	Quase nunca	Algumas vezes por ano	Uma vez por mês	Mais de umavez por mês	Uma vez por semana	Mais de uma vez por semana	Todos os dias	(Recusa)	(Não sabe)
E7.1	ativamente na organização										
E7.2	como comerciante informal										
E7.3	como cliente										
E7.4	como Visitante										

E8

Quem apoia a organização da comunidade?

Associações	
Associações de Base Local	
Cooperativas	
Atendimento social	
Grupos Comunitários	
Outros (especifique)	
(recusa)	
(não sabe)	

F. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

F1

Em que **ano nasceu?** _____(Recusa=7777; Não sabe=8888)

F2

Sexo:

Feminino	01
Masculino	02
(recusa)	77
(não sabe)	88

F3

Escolaridade:

Sem nível de escolaridade completo	
Ensino Básico	
Ensino Secundário	
Ensino Pós Secundário	
Ensino Superior (bacharelato)	
Ensino Superior (licenciatura)	
Ensino Superior (doutoramento)	
(recusa)	
(não sabe)	

F4Diga-me qual a sua **situação profissional**:

Trabalhador por conta de outrem	
Trabalhador por conta própria	
Trabalhador no negócio de família	
Desempregado	
Reformado ou Pensionista	
Outra (especifique)	
(recusa)	
(não sabe)	

F5

Identifique os tipos de rendimento que as pessoas que vivem consigo recebem por mês?

Salários e vencimentos do trabalho	
Rendimento de trabalho por conta-própria (excluindo a agricultura)	
Rendimento de trabalho agrícola	
Subsídio de desemprego	
Rendimento Social de Reinserção	
Prestação Social para a Inclusão	
Pensão de Invalidez	
Pensão por Velhice	
Abonos de família	
Outro (especifique)	
(recusa)	
(não sabe)	

F6

Contando consigo, identifique a soma total de rendimentos de todos os elementos que vivem na sua habitação?

Menos de 635€	
635 a 1270€	
1271€ a 1905€	
Mais de 1905€	
(recusa)	
(não sabe)	

F7

Há quantos anos vive no seu Bairro:

Menos de 1 ano	
mais de 1 ano	
mais de 6 anos	
mais de 12 anos	
mais de 18 anos	
mais de 24 anos	
(recusa)	
(não sabe)	

Declaro que preenchi uma única vez este questionário (colocar uma cruz)

Registrar a hora do fim do inquérito: _____

Anexo G – Tradução do IQMCS para língua portuguesa

Questionário Integrado de Medição de Capital Social (QIMCS)

Teiga, S.A.M. (2020). Tradução para português a partir da versão inglesa de Grootaert, C., Narayan, D., Jones, V. N., & Woolcock, M. (2003). Integrated questionnaire for the measurement of social capital. The World Bank Social Capital Thematic Group, 1-50. <http://hdl.handle.net/10986/15033>

1. GRUPOS E REDES

1.1 Gostaria de começar por lhe perguntar se você ou o seu agregado familiar pertencem a grupos ou organizações, redes, associações. Estes grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente para fazer uma actividade ou conversar. Ao ler a seguinte lista de grupos, por favor diga-me se alguém do seu agregado pertence a um grupo deste tipo. Se sim, diga-me qual é o membro do agregado familiar mais activo neste grupo, e se participa activamente na tomada de decisões do grupo.

[NOTA: SE UM QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO PARA A LOCALIDADE TIVER SIDO COMPLETADO ANTES DO QUESTIONÁRIO DOMICILIAR, O ENTREVISTADOR PODE UTILIZAR A LISTA DOS GRUPOS LOCAIS PARA FAZER A SONDAGEM]

Tipo de Organização ou grupo	Nome da organização ou grupo	Membros do agregado familiar que participam activamente (enumerar o tipo de relação do agregado familiar e o grupo a que pertence)	Qual o grau de envolvimento nas tomadas de decisão das pessoas que participam no grupo? 1 = Líder 2 = Muito ativo 3 = Pouco ativo 4 = Não participam nas tomadas de decisão
A. Grupo de agricultores/pescadores ou Cooperativa			
B. Outras grupos de produção			
C. Associação de comerciantes ou negócios			
D. Associação de profissionais (professores, médicos, etc...)			

E. Sindicato dos Trabalhadores			
F. Grupo Comunitário			
G. Grupo religioso ou espiritual (igreja, mesquita, templo, grupos religiosos informais, grupo de estudo religioso)			
H. Grupo ou movimento político			
I. Associação ou grupo cultural (artes, música, teatro, cinema)			
J. Sociedade Recreativa			
K. Grupo financeiro, créditos ou poupanças			
L. Associação de pais e professores ou comité escolar			
M. Grupo de Saúde			
N. Grupo de gestão de águas e resíduos			
O. Grupo desportivo			
P. Grupo de Jovens			
Q. ONG ou grupo cívico (por exemplo, Rotary Club, Cruz Vermelha)			
R. Grupo étnico comunitário			
S. Outros grupos			

1.2 Em comparação com cinco anos atrás*, os membros do seu agregado familiar participam em mais ou menos em grupos ou organizações?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 - Mais
- 2 - O mesmo número
- 3 - Menos

1.3 De todos os grupos a que pertencem os membros do seu agregado familiar, quais são os dois mais importantes para o seu agregado familiar?

[ENUMERADOR: ANOTAR NOMES DE GRUPOS]

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.4 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, alguém deste agregado familiar participou nas atividades desses grupos, por exemplo, participando em reuniões ou realizando trabalho de grupo?

[ENTREVISTADOR: ANOTAR SIM OU NÃO E TIPO DE ATIVIDADES]

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.5 Como é que alguém se torna membro deste grupo?

1 Nascendo dentro do grupo

2 Pedido de adesão

3 Convite

4 Escolha voluntária

5 Outros(especificar) _____

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.6 Quanto dinheiro ou bens o seu agregado familiar contribuiu para este grupo, nos últimos 12 meses?

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.7 Quantos dias de trabalho o seu agregado familiar deu a este grupo, nos últimos 12 meses?

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.8 Qual é o principal benefício de pertencer a um grupo?

1 – Contribui para a melhoria da qualidade de vida e para o acesso a serviços

2 – Apoio em tempos de emergência ou necessidades futuras

3 – Tem vantagens para a comunidade

4 – Diversão / Lazer

5 – Estatuto espiritual, social e auto-estima

6 – Outros (especifique): _____

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.9 – O grupo ajuda o seu agregado familiar a ter acesso a alguns dos seguintes serviços:

	Grupo 1 1 – sim 2 – não	Grupo 2 1 – sim 2 – não
A. Educação ou Formação		
B. Serviços de saúde		
C. Abastecimento de água ou saneamento		
D. Crédito ou Poupança		
E. Introdução da tecnologia na agricultura		
F. Irrigação		
G. Outros (especifique)		

1.10 Se pensar nos membros do grupo, a grande maioria é do mesmo?

	Grupo 1 1 – Sim 2 – Não	Grupo 2 1 – Sim 2 – Não
A. Bairro/Vila		
B. Família ou parentes		
C. Religião		
D. Género		
E. Idade		
F. Etnia, grupo linguístico/cultural/casta/tribo		

1.11 A maioria dos membros tem o mesmo...

	Grupo 1 1 sim 2 não	Grupo 2 1 sim 2 não
A. Ocupação		
B. Formação ou nível escolar		

1.12 Os membros do grupo são maioritariamente do mesmo ponto de vista político ou pertencem ao mesmo partido político?

1 sim

2 não

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.13 Alguns membros são mais ricos ou mais pobres do que outros, ou têm todos a mesmo nível de rendimentos? 1 Nível de rendimento mais ou menos igual 2 Mistura de ricos e pobres

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.14 Nos últimos cinco anos*, a adesão ao grupo diminuiu, permaneceu a mesma ou aumentou?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 – Diminuiu
- 2 – Permaneceu igual
- 3 – Aumentou

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.15 Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, como é que isso geralmente acontece?

- 1 A decisão é imposta por forças exteriores ao grupo
- 2 O líder decide e informa os outros membros do grupo
- 3 O líder pergunta aos membros do grupo o que eles pensam e depois decide
- 4 Os membros do grupo discutem e decidem em conjunto
- 5 outros (especifique) _____

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.16 Como são seleccionados os líderes deste grupo?

- 1 Por uma pessoa ou entidade externa
- 2 Cada líder escolhe o seu sucessor
- 3 Por decisão de um pequeno grupo de membros
- 4 Por decisão/votação de todos os membros
- 5 outros (especifique) _____

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.17 Em geral, até que ponto é eficaz a liderança do grupo?

- 1 Muito eficaz
- 2 Por vezes eficaz
- 3 Nada eficaz

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.18 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objectivos semelhantes, dentro da aldeia/bairro?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, frequentemente

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.19 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos com objectivos semelhantes fora da aldeia/bairro?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, frequentemente

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.20 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objectivos diferentes, no aldeia/bairro?

- 1 não
- 2 sim, ocasionalmente
- 3 sim, frequentemente

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.21 Esse grupo trabalha ou interage, com outros grupos com objectivos diferentes, fora da aldeia/bairro?

- 1 Não
- 2 Sim, ocasionalmente
- 3 Sim, frequentemente

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.22 Qual é a fonte de financiamento mais importante deste grupo?

- 1 A partir das quotas dos membros
- 2 Outras fontes dentro da comunidade
- 3 Fontes fora da comunidade

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.23 As pessoas mais importantes que aconselham, supervisionam ou orientam o grupo são:

- 1 Membros do grupo
- 2 Membros fora do grupo mas que pertencem à comunidade
- 3 Membros fora do grupo mas não pertencem à comunidade

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

1.24 Quem foi o verdadeiro fundador do grupo?

- 1 Governo
- 2 Município
- 3 Líder Local
- 4 Membros da Comunidade

Grupo 1 _____

Grupo 2 _____

Redes

1.25 Quantos amigos próximos têm hoje em dia? Ou seja, pessoas com quem se sente à vontade para falar sobre assuntos privados ou pedir ajuda _____

1.26 Se de repente precisar de uma pequena quantia de dinheiro [RURAL: suficiente para pagar as despesas do seu agregado familiar durante uma semana; URBANO: igual a cerca de uma semana de salário], quantas pessoas, para além do seu agregado familiar, podia recorrer de imediato e estariam disponíveis para lhe emprestar dinheiro, caso lhes pedisse?

- 1 Ninguém
- 2 Uma ou duas pessoas
- 3 Três ou quatro pessoas
- 4 Cinco ou mais pessoas

1.27 [Responder em caso afirmativo] Dessas pessoas, quantas acha que são actualmente capazes de fornecer isto dinheiro? _____

1.28 [Responder em caso afirmativo] A maioria destas pessoas é de estatuto económico e social semelhante/superior/inferior?

- 1 Semelhante
- 2 Superior
- 3 Inferior

1.29 Se de repente tivesse de se ausentar por um dia ou dois, poderia contar com os seus vizinhos para tomar conta dos seus filhos?

- 1 Certamente sim
- 2 Provavelmente sim
- 3 Provavelmente não
- 4 Certamente não

1.30 Se de repente enfrentar uma emergência a longo prazo, como a morte de um elemento do agregado familiar que era o sustento da casa [RURAL: fracasso da colheita; URBANO: perda de emprego], quantas pessoas, para além do seu agregado familiar, estavam imediatamente disponíveis a ajuda-lo/a?

- 1 Ninguém
- 2 Uma ou duas pessoas
- 3 Três ou quatro pessoas
- 4 Cinco ou mais pessoas

1.31 [Responder em caso afirmativo] Dessas pessoas, quantas é que pensa que têm atualmente condições para o/a ajudar? _____

1.32 Nos últimos 12 meses, quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?

1.33[Responder em caso afirmativo] A maioria destas pessoas é de estatuto económico e social semelhante/superior/inferior?

- 1 Semelhante
- 2 Superior
- 3 Inferior

2.CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

Em todas as comunidades existem pessoas que se dão bem e confiam umas nas outras e pessoas que não se dão bem e não confiam umas nas outras. Agora, gostaria de vos perguntar sobre a confiança e a solidariedade que existe dentro da vossa comunidade.

2.1 Em termos gerais, diria que a maioria das pessoas é de confiança, ou tem de se ter demasiado cuidado nas suas relações com outras pessoas?

- 1 A maioria das pessoas é de confiança
- 2 Tem de se ter demasiado cuidado

2.2 Em geral, concorda ou discorda com as seguintes afirmações?

	1. Concordar totalmente 2. Concordo em parte 3. Não concordar nem discordar 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente
A. A maioria das pessoas que vivem nesta aldeia/bairro é de confiança.	
B. Nesta aldeia/bairro, tem de se estar alerta ou é provável que alguém se aproveite de si.	
C. A maioria das pessoas nesta aldeia/bairro está disposta a ajudar se precisarem delas.	
D. Nesta aldeia/bairro, as pessoas geralmente não confiam uns nos outros quer para emprestar ou pedir dinheiro emprestado.	

2.3 Agora quero perguntar-lhe o quanto confia em diferentes tipos de pessoas. Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa *confio muito pouco* e 5 significa *confio totalmente*, quanto é que acha que pode confiar nas seguintes pessoas?

	1. Confio muito pouco 2. Confio pouco 3. não confio nem pouco nem muito 4. Confio muito 5. Confio totalmente
A. Pessoas da sua etnia ou língua grupo/cultura/casta/tribo	
B. Pessoas de outra etnia ou língua grupo/cultura/casta/tribo	
C. Comerciantes	
D. Funcionários da Câmara Municipal	
E. Funcionários Públicos	
F. Polícia	
G. Professores	
H. Médicos e Enfermeiros	
I. Estranhos	

2.4 Pensa que, nos últimos cinco anos*, o nível de confiança nesta aldeia/bairro melhorou, piorou ou permaneceu praticamente na mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
- 2 Piorou
- 3 Permaneceu praticamente na mesma

2.5 Até que ponto as pessoas da sua aldeia/vizinhança se ajudam umas às outras nos dias de hoje? Use um escala de cinco pontos, onde 1 significa ajudam sempre e 5 significa nunca ajudam.

- 1 Ajudam sempre
- 2 Quase sempre ajudam
- 3 Algumas vezes ajudam
- 4 Raramente ajudam
- 5 Nunca ajudam

2.6 Contribuía com tempo ou dinheiro num projeto comunitário que beneficiasse directamente a comunidade da sua aldeia/bairro, mesmo que não trouxesse benefícios diretos para si?

- 1 Contribuía com tempo
- 2 Não contribuía com tempo
- 3 Contribuía com dinheiro
- 4 Não contribuía com dinheiro
- 5 Contribuía com tempo e dinheiro

3. ACÇÃO COLECTIVA E COOPERAÇÃO

3.1 Nos últimos 12 meses, trabalhou com outras pessoas residentes na sua aldeia/bairro para fazer algo para o benefício da comunidade?

- 1 Sim
- 2 Não → pular para a pergunta 3.4

3.2 Quais foram as três principais actividades nos últimos 12 meses? Foi a participação voluntária ou a participação solicitada?

	Voluntária	Solicitada

3.3 Nos últimos 12 meses, quantos dias, você ou outra pessoa do seu agregado familiar participaram em conjunto em actividades comunitárias? _____

3.4 Qual a probabilidade das pessoas que não participam em actividades comunitárias serem criticadas ou sancionadas?

- 1 Muito provavelmente
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

3.5 Quantas pessoas desta aldeia/bairro contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como (RURAL: construção de uma taxa ou reparação de um estrada; URBAN: reparação de uma estrada ou manutenção de um centro comunitário)?

- 1 Todos
- 2 Mais de metade
- 3 Cerca de metade
- 4 Menos de metade
- 5 Ninguém

3.6 Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual a probabilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

3.7 Suponha que algo de infeliz aconteceu a alguém na aldeia/bairro, tal como uma doença grave, ou a morte de um dos pais. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se reunirem para os ajudar?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

4. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.1 Quanto tempo demora a chegar à estação de correios mais próxima?

- 1 Menos de 15 minutos
- 2 15-30 minutos
- 3 31-60 minutos
- 4 Mais de uma hora

4.2 Quantas vezes no último mês você ou alguém do seu agregado familiar leu um jornal ou alguém leu o jornal para si? _____

4.3 Quantas vezes ouvem rádio?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana
- 5 Nunca

4.4 Com que frequência vê televisão?

- 1 Todos os dias
- 2 Algumas vezes por semana
- 3 Uma vez por semana
- 4 Menos de uma vez por semana
- 5 Nunca

4.5 Quanto tempo leva a chegar ao telefone mais próximo da sua residência?

- 1 Tenho telefone em casa
- 2 menos de 15 minutos
- 3 15 a 30 minutos
- 4 31 a 60 minutos
- 5 mais de 1 hora

4.6 Diga-me quantas vezes, no último mês, fez ou recebeu uma chamada telefónica?

4.7 Quais são as três fontes de informação mais importantes sobre o que o governo

está a implementar no país (tais como extensão agrícola, trabalho, planeamento familiar, etc.)?

- 1 Familiares, amigos e vizinhos
- 2 Quadro de boletim comunitário
- 3 Mercado local
- 4 Jornal comunitário ou local
- 5 Jornal Nacional
- 6 Rádio
- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Associações de comércio ou de trabalho
- 10 Associações políticas
- 11 Líderes comunitários
- 12 Um agente do governo
- 13 ONGs
- 14 Internet

4.8 Quais são as três fontes mais importantes de informação sobre mercado (tais como empregos, preços de bens ou culturas)?

- 1 Familiares, amigos e vizinhos
- 2 Quadro de boletim comunitário
- 3 Mercado local
- 4 Jornal comunitário ou local
- 5 Jornal Nacional
- 6 Rádio
- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Associações de comércio ou de trabalho
- 10 Associações políticas
- 11 Líderes comunitários
- 12 Um agente do governo
- 13 ONG
- 14 Internet

4.9 Em geral, em comparação com cinco anos atrás*, o acesso à informação melhorou, piorou, ou ficou mais ou menos na mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
- 2 Piorou
- 3 Ficou mais ou menos na mesma

4.10 Em que parte do ano a sua casa está acessível pela estrada?

- 1 Durante o ano todo
- 2 Apenas durante algumas estações
- 3 Nunca está facilmente acessível

4.11 Quantas vezes já viajou para [RURAL: uma aldeia ou vila vizinha; URBAN: outra parte da cidade] nos últimos 12 meses? _____

5. COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO

5.1 Qual o grau de união ou de proximidade das pessoas da sua aldeia/bairro? Use uma escala de cinco pontos onde 1 significa que as pessoas são muito distantes e 5 significa que as pessoas são muito próximas.

- 1 Muito distantes
- 2 Relativamente distantes
- 3 Nem distantes nem próximas
- 4 Relativamente próximas
- 5 Muito próximas

5.2 Existem diferenças nas características entre as pessoas que vivem na mesma aldeia/bairro. Por exemplo, diferenças na riqueza, rendimento, estatuto social, etnia

antecedentes, cultura, casta, ou tribo. Também podem existir diferenças religiosas ou políticas, diferentes crenças, ou diferenças devido à idade ou sexo. Até que ponto considera que existem diferenças na sua aldeia/bairro? Use uma escala de cinco pontos onde 1 significa extremamente diferentes e 5 muito pouco diferentes.

- 1 Extremamente diferentes
- 2 Muito diferentes
- 3 Relativamente diferentes
- 4 Pouco diferentes
- 5 Muito pouco diferentes

5.3 Alguma destas diferenças causa problemas?

- 1 Sim
- 2 Não → ir para a pergunta 5.6

5.4 Quais são as duas diferenças que mais frequentemente causam problemas?

- 1 Diferenças na educação
- 2 Diferenças na propriedade da terra
- 3 Diferenças em riqueza/posses materiais
- 4 Diferenças no estatuto social
- 5 Diferenças entre homens e mulheres
- 6 Diferenças entre as gerações mais novas e mais velhas
- 7 Diferenças entre residentes de longa duração e residentes recentes
- 8 Diferenças nas filiações dos partidos políticos
- 9 Diferenças nas crenças religiosas
- 10 Diferenças na origem étnica/ cultura/casta/ tribo
- 11 Outras diferenças

5.5 Acha que estes problemas alguma vez levaram à violência?

1 Sim

2 Não

5.6 Existem grupos de pessoas na aldeia/bairro não têm acesso a alguns destes serviços?

	1 Sim 2 Não	Quantas estão excluídas? 1 Apenas algumas pessoas Muitas pessoas, mas menos de de a aldeia/bairro Mais de metade da aldeia/
A. Educação/ escolas		
B. Serviços/clínicas de saúde		
C. Água		
D. Justiça		
E. Transporte		

5.7 Existe alguma actividade comunitária em que não esteja autorizado a participar?

1 Sim

2 Não, eu posso participar em todos
actividades → saltar para a pergunta 5.10

5.8 Em que actividades não tem permissão para participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERAR ATÉ 3 ACTIVIDADES]

5.9 Porque é que não está autorizado a participar?

[ENTREVISTADOR: ENUMERAR ATÉ 2 RAZÕES]

1 Pobreza

2 Ocupação

3 Falta de escolaridade

4 Por ser homem ou por ser mulher

5 Idade

6 Religião

7 Filiação política

8 Etnia ou língua falada/cultura/casta/tribo

9 Outros (especificar _____)

Sociabilidade

Vou agora fazer algumas perguntas sobre as vossas relações sociais quotidianas.

5.10 No último mês, quantas vezes se encontrou com pessoas num local público, quer para falar ou comer ou beber? _____

5.11 No último mês, quantas vezes é que as pessoas o visitaram na sua casa? _____

5.12 No último mês, quantas vezes foi visitar pessoas na casa delas? _____

5.13 Quem foram as pessoas com quem se encontrou e visitou na sua maioria...

	1 sim 2 não
A. De diferentes etnias ou grupos linguísticos/culturais/casta/tribo	
B. De estatuto económico diferente	
C. De estatuto social diferente	
D. De diferentes grupos religiosos	

5.14 Nos últimos três meses, quantas vezes se juntou com pessoas para jogar, praticar desporto ou outras actividades recreativas? _____

5.15 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, participou numa cerimónia familiar ou festival dentro da sua aldeia/ bairro? (festa ou cerimónia (casamento, funeral, festa religiosa, etc.)?)

Conflito e Violência

5.16 Na sua opinião, esta aldeia/bairro é geralmente pacífica ou marcada pela violência?

- 1 Muito pacífica
- 2 Moderadamente pacífico
- 3 Nem pacífica nem violenta
- 4 Moderadamente violento
- 5 Muito violento

5.17 Em comparação com cinco anos atrás*, o nível de violência nesta aldeia/bairro aumentou, diminuiu, ou permaneceu na mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Aumentou muito
- 2 Aumentou um pouco
- 3 Permaneceu mais ou menos na mesma
- 4 Diminuiu um pouco
- 5 Diminuiu muito

5.18 Em geral, sente-se seguro quando está sozinho em casa em relação ao crime e à violência que existe na sua aldeia/bairro?

- 1 Muito seguro
- 2 Moderadamente seguro
- 3 Nem seguro nem inseguro
- 4 Moderadamente inseguro
- 5 Muito inseguro

5.19 Como se sente quando anda sozinho na sua rua depois de escurecer:

- 1 Muito seguro
- 2 Moderadamente seguro
- 3 Nem seguro nem inseguro
- 4 Moderadamente inseguro
- 5 Muito inseguro

5.20 Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu agregado familiar foi vítima de um crime violento, tal como agressão ou assalto?

- 1 Sim
- 2 Não → ir para a pergunta 5.22

5.21 Quantas vezes? _____

5.22 Nos últimos 12 meses, a sua casa foi assaltada?

- 1 Sim
- 2 Não → ir para a pergunta 6.1

5.23 Quantas vezes? _____

6. EMPOWERMENT E AÇÃO POLÍTICA

6.1 Em geral, até que ponto se considera feliz?

- 1 Muito feliz
- 2 Moderadamente feliz
- 3 Nem feliz nem infeliz
- 4 Moderadamente infeliz
- 5 Muito infeliz

6.2 Tem o controlo sobre as tomadas de decisão que afectam as suas actividades diárias?

- 1 Nenhum controlo
- 2 Controlo sobre muito poucas decisões
- 3 Controlo sobre algumas decisões
- 4 Controlo sobre a maioria das decisões
- 5 Controlo sobre todas as decisões

6.3 Sente que tem o poder de tomar decisões importantes que mudam o rumo

da sua vida? Classifique-se numa escala de 1 a 5, onde 1 significa ser *totalmente incapaz de mudar a minha vida*, e 5 significa *totalmente capaz de mudar a minha vida*.

- 1 Totalmente incapaz de mudar a minha vida
- 2 Geralmente incapaz de mudar a minha vida
- 3 Nem capaz nem incapaz
- 4 Geralmente capaz de mudar a minha vida
- 5 Totalmente capaz de mudar a vida

6.4 Em geral, qual o impacto pensa que tem em tornar esta aldeia/bairro uma melhor lugar para se viver?

- 1 Um grande impacto
- 2 Um pequeno impacto
- 3 Nenhum impacto

6.5 Nos últimos 12 meses, com que frequência as pessoas desta aldeia/bairro se juntaram para entregar uma petição ao governo sobre algo que beneficie a comunidade?

- 1 Nunca → saltar para a pergunta 6.7
- 2 Uma vez
- 3 Algumas vezes (≤ 5)
- 4 Muitas vezes (> 5)

6.6 Alguma destas petições foi bem-sucedida?

- 1 Sim, todas foram bem-sucedidas
- 2 A maioria foi bem-sucedida
- 3 A maioria não foi bem-sucedida
- 4 Nenhum foi bem-sucedido

6.7 Nos últimos 12 meses, fez alguma das seguintes acções?

	1 sim 2 não
A. Participou numa reunião do conselho da aldeia/bairro, pública audição, ou grupo de discussão pública?	
B. Encontrou-se com um político, chamou-o, ou enviou uma carta?	
C. Participou num protesto ou manifestação?	
D. Participou numa campanha informativa ou eleitoral?	
E. Alertou algum jornal, rádio ou televisão para um problema local?	
G. Notificou a policia ou a justiça sobre um problema local?	

6.8 Muita gente tem dificuldade em sair para votar. Votou nas últimas eleições locais?

- 1 Sim
- 2 Não

6.9 Votou nas últimas eleições presidências/legislativas/autárquicas/europeias?

- 1 Sim
- 2 Não

6.10 Votaria alguma vez num candidato que não fosse da sua etnia ou língua grupo/cultura/casta/tribo?

- 1 Sim
- 2 Não

6.11 Em que medida o governo local e os líderes locais têm em conta as preocupações manifestadas por si e por pessoas quando tomam decisões que o afectam todos os membros da comunidade?

- 1 Muito
- 2 Um pouco
- 3 Não levam em conta

6.12 Na sua opinião, qual o nível de honestidade dos funcionários e o pessoal das seguintes instituições/grupos/associações? Por favor classificá-los numa escala de 1 a 5, onde 1 é muito desonesto e 5 é muito honesto.

	1 Muito desonesto 2 A maior parte desonesta 3 Nem honesto nem desonesto 4 Muito honestos 5 Muito honesto 9 Não aplicável (agência não em aldeia/bairro)
A. Funcionários do governo local	
B. Líderes tradicionais da aldeia	
C. Médicos e enfermeiros na clínica de saúde	
D. Professores e funcionários da escola	
E. Pessoal dos correios	
F. Polícia	
G. Juízes e funcionários dos tribunais	
H. Pessoal das ONG	

6.13 Em geral, em comparação com cinco anos atrás*, a honestidade do governo local piorou, melhorou ou ficou mais ou menos na mesma?

[* ENTREVISTADOR: O PERÍODO DE TEMPO PODE SER CLARIFICADO SITUANDO-O ANTES/DEPOIS DE ALGUM EVENTO IMPORTANTE]

- 1 Melhorou
- 2 Piorou

3 Ficou mais ou menos na mesma

6.14 Nos últimos 12 meses, o seu agregado familiar teve de pagar algum dinheiro adicional ao funcionário público para conseguir que as coisas fossem feitas mais rapidamente?

1 Sim, frequentemente

2 Sim, ocasionalmente

3 Não → final da entrevista

6.15 Esses pagamentos são eficazes para obter a prestação de um serviço ou a resolução de um problema?

1 Sim, geralmente

2 Sim, mas apenas ocasionalmente

3 Normalmente não

Anexo H – Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ)

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/515261468740392133/pdf/281100PAPER0Measuring0social0capital.pdf>

QUESTIONNAIRE

1. Groups and Networks

1.1 I'd like to start by asking you about the groups or organizations, networks, associations to which you or any member of your household belong. These could be formally organized groups or just groups of people who get together regularly to do an activity or talk about things. As I read the following list of groups, please tell me if anyone in this household belongs to such a group. If yes, tell me which household member is most active in this group, and whether he/she participates actively in the group's decision making.

[NOTE: IF A VILLAGE QUESTIONNAIRE HAS BEEN COMPLETED PRIOR TO THE HOUSEHOLD QUESTIONNAIRE, THE ENUMERATOR CAN USE THE VILLAGE LIST OF GROUPS TO PROBE.]

Type of Organization or Group	Name of Organization or Group	Code of Most Active Household Member [ENUMERATOR: USE CODE NUMBERS FROM HOUSEHOLD ROSTER]	How actively does this person participate in the group's decision making? 1 = Leader 2 = Very Active 3 = Somewhat Active 4 = Does not participate in decision making
A.			
Farmer/Fisherma			
ngroup or			
cooperative			

B. Other production group			
C. Traders or Business Association			
D. Professional Association (doctors, teachers, veterans)			
E. Trade Union or Labor Union			
F. Neighborhood/Village committee			
G. Religious or spiritual group (e.g. church, mosque, temple, informal religious group, religious study group)			
H. Political group or movement			
I. Cultural group or association (e.g. arts, music, theater, film)			
J. Burial society or festival society			
K. Finance, credit or savings group			

L. Education group (e.g. parent-teacher association, school committee)			
M. Health group			
N. Water and waste management group			
O. Sports group			
P. Youth group			
Q. NGO or civic group (e.g. Rotary Club, Red Cross)			
R. Ethnic-based community group			
S. Other groups			

1.2 Compared to five years ago*, do members of your household participate in more or fewer groups or organizations?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 More
- 2 Same number
- 3 Fewer

1.3 Of all the groups to which members of your household belong, which two are the most important to your household?

[ENUMERATOR: WRITE DOWN NAMES OF GROUPS]

Group 1 _____

Group 2 _____

1.4 How many times in the past 12 months did anyone in this household participate in this group's activities, e.g. by attending meetings or doing group work?

Group 1 Group 2

1.5 How does one become a member of this group?

- 1 Born into the group
- 2 Required to join
- 3 Invited
- 4 Voluntary choice
- 5 Other (specify) _____

Group 1

Group 2

1.6 How much money or goods did your household contribute to this group in the past 12 months?

Group 1 Group 2

1.7 How many days of work did your household give to this group in the past 12 months?

Group 1 Group 2

1.8 What is the main benefit from joining this group?

- 1 Improves my household's current livelihood or access to services
- 2 Important in times of emergency/in future
- 3 Benefits the community
- 4 Enjoyment/Recreation
- 5 Spiritual, social status, self-esteem
- 6 Other (specify) _____

Group 1

Group 2

1.9 Does the group help your household get access to any of the following services?

- 1 Yes
- 2 No

	Group 1	Group 2
A. Education or Training		
B. Health services		
C. Water supply or sanitation		
D. Credit or Savings		
E. Agricultural input or technology		
F. Irrigation		
G. Other (specify)		

1.10 Thinking about the members of this group, are most of them of the same...

- 1 Yes
- 2 No

	Group 1	Group 2
A. Neighborhood/Village		
B. Family or Kin group		
C. Religion		
D. Gender		
E. Age		
F. Ethnic or linguistic group/race/ caste/tribe		

1.11 Do members mostly have the same...

- 1 Yes
- 2 No

	Group 1	Group 2
A. Occupation		
B. Educational background or level		

1.12 Are members mostly of the same political viewpoint or belong to the same political party?

- 1 Yes
- 2 No

Group 1 Group 2

1.13 Are some members richer or poorer than others, or do they all have mostly the same income level?

- 1 Mostly same income level
- 2 Mixed rich/poor

Group 1 Group 2

1.14 In the past five years*, has membership in the group declined, remained the same, or increased?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 Declined
- 2 Remained same
- 3 Increased

Group 1

Group 2

1.15 When there is a decision to be made in the group, how does this usually come about?

- 1 Decision is imposed from outside
- 2 The leader decides and informs the other group members
- 3 The leader asks group members what they think and then decides
- 4 The group members hold a discussion and decide together
- 5 Other (specify _____)

Group 1

Group 2

1.16 How are leaders in this group selected?

- 1 By an outside person or entity
- 2 Each leader chooses his/her successor
- 3 By a small group of members
- 4 By decision/vote of all members
- 5 Other (specify _____)

Group 1

Group 2

1.17 Overall, how effective is the group's leadership?

- 1 Very effective
- 2 Somewhat effective
- 3 Not effective

Group 1

Group 2

1.18 Does this group work or interact with other groups with similar goals *in* the village/neighborhood?

- 1 No
- 2 Yes, occasionally
- 3 Yes, frequently

Group 1

Group 2

1.19 Does this group work or interact with other groups with similar goals *outside* the village/neighborhood?

- 1 No
- 2 Yes, occasionally
- 3 Yes, frequently

Group 1

Group 2

1.20 Does this group work or interact with other groups with different goals *in* the village/neighborhood?

- 1 No
- 2 Yes, occasionally
- 3 Yes, frequently

Group 1

Group 2

1.21 Does this group work or interact with other groups with different goals *outside* the village/neighborhood?

- 1 No
- 2 Yes, occasionally
- 3 Yes, frequently

Group 1

Group 2

1.22 What is the most important source of funding of this group?

- 1 From members' dues
- 2 Other sources within the community
- 3 Sources outside the community

Group 1

Group 2

1.23 What is the most important source of expertise or advice which this group receives?

- 1 From within the membership
- 2 From other sources within the community
- 3 From sources outside the community

Group 1

Group 2

1.24 Who originally founded the group?

- 1 Central government
- 2 Local government
- 3 Local leader
- 4 Community members

Group 1

Group 2

Networks

1.25 About how many *close* friends do you have these days? These are people you feel at ease with, can talk to about private matters, or call on for help.

- 1 If you suddenly needed a small amount of money [RURAL: enough to pay for expenses for your household for one week; URBAN: equal to about one week's wages], how many people beyond your immediate household could you turn to who would be *willing* to provide this money?

- 2 No one
- 3 One or two people
- 4 Three or four people
- 5 Five or more people

1.26 [IF NOT ZERO] Of those people, how many do you think are currently *able* to provide this money?

1.27 [IF NOT ZERO] Are most of these people of similar/higher/lower economic status?

- 1 Similar
- 2 Higher
- 3 Lower

1.28 If you suddenly had to go away for a day or two, could you count on your neighbors to take care of your children?

- 1 Definitely
- 2 Probably
- 3 Probably not
- 4 Definitely not

1.29 If you suddenly faced a long-term emergency such as the death of a breadwinner or [RURAL: harvest failure; URBAN: job loss], how many people beyond your immediate household could you turn to who would be *willing* to assist you?

- 1 No one
- 2 One or two people
- 3 Three or four people
- 4 Five or more people

1.30 [IF NOT ZERO] Of those people, how many do you think are currently *able* to assist you?

1.31 In the past 12 months, how many people with a personal problem have turned to you for assistance?

1.32 [IF NOT ZERO] Are most of these people of similar/higher/lower economic status?

- 1 Similar
- 2 Higher
- 3 Lower

2. Trust and Solidarity

In every community, some people get along with others and trust each other, while other people do not. Now, I would like to talk to you about trust and solidarity in your community.

2.1 Generally speaking, would you say that most people can be trusted, or that you can't be too careful in your dealings with other people?

- 1 Most people can be trusted
- 2 You can't be too careful

2.2 In general, do you agree or disagree with the following statements?

	1. Agree strongly 2. Agree somewhat 3. Neither agree nor disagree 4. Disagree somewhat 5. Disagree strongly
A. Most people who live in this village/neighborhood can be trusted.	
B. In this village/neighborhood, one has to be alert or someone is likely to take advantage of you.	
C. Most people in this village/neighborhood are willing to help if you need it.	
D. In this village/neighborhood, people generally do not trust each other in matters of lending and borrowing money.	

2.3 Now I want to ask you how much you trust different types of people. On a scale of 1 to 5, where 1 means a very small extent and 5 means a very great extent, how much do you trust the people in that category?

	1. To a very small extent 2. To a small extent 3. Neither small nor great extent 4. To a great extent 5. To a very great extent
A. People from your ethnic or linguistic group/race/caste/tribe	
B. People from other ethnic or linguistic groups/race/caste/tribe	
C. Shopkeepers	
D. Local government officials	
E. Central government officials	
F. Police	
G. Teachers	
H. Nurses and doctors	
I. Strangers	

2.4 Do you think that over the last five years*, the level of trust in this village/neighborhood has gotten better, worse, or stayed about the same?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 Gotten better
- 2 Gotten worse
- 3 Stayed about the same

2.5 How well do people in your village/neighborhood help each other out these days? Use a five point scale, where 1 means always helping and 5 means never helping.

- 1 Always helping
- 2 Helping most of the time
- 3 Helping sometimes
- 4 Rarely helping
- 5 Never helping

2.6 If a community project does not directly benefit you, but has benefits for many others in the village/neighborhood, would you contribute time or money to the project?

A. Time

B. Money

- 1 Will not contribute time
- 2 Will contribute time

- 1 Will not contribute money
- 2 Will contribute money

3. Collective Action and Cooperation

3.1 In the past 12 months, have you worked with others in your village/neighborhood to do something for the benefit of the community?

- 1 Yes
- 2 No → skip to question 3.4

3.2 What were the three main such activities in the past 12 months? Was participation in these voluntary or required?

Voluntary

Required

	Voluntary	Required

3.3 All together, how many days in the past 12 months did you or anyone else in your household participate in community activities?

3.4 How likely is it that people who do not participate in community activities will be criticized or sanctioned?

- 1 Very likely
- 2 Somewhat likely
- 3 Neither likely nor unlikely
- 4 Somewhat unlikely
- 5 Very unlikely

3.5 What proportion of people in this village/neighborhood contribute time or money toward common development goals, such as (RURAL: building a levy or repairing a road; URBAN: repairing a road or maintaining a community center)?

- 1 Everyone
- 2 More than half
- 3 About half
- 4 Less than half
- 5 No one

3.6 If there was a water supply problem in this community, how likely is it that people will cooperate to try to solve the problem?

- 1 Very likely
- 2 Somewhat likely
- 3 Neither likely or unlikely
- 4 Somewhat unlikely
- 5 Very unlikely

3.7 Suppose something unfortunate happened to someone in the village/neighborhood, such as a serious illness, or the death of a parent. How likely is it that some people in the community would get together to help them?

- 1 Very likely
- 2 Somewhat likely
- 3 Neither likely or unlikely
- 4 Somewhat unlikely
- 5 Very unlikely

4. Information and Communication

4.1 How long does it take you to reach the nearest working post office?

- 1 Less than 15 minutes
- 2 15-30 minutes
- 3 31-60 minutes
- 4 More than one hour

4.2 How many times in the last month have you or anyone in your household read a newspaper or had one read to you?

4.3 How often do you listen to the radio?

- 1 Every day
- 2 A few times a week
- 3 Once a week
- 4 Less than once a week
- 5 Never

4.4 How often do you watch television?

- 1 Every day
- 2 A few times a week
- 3 Once a week
- 4 Less than once a week
- 5 Never

4.5 How long does it take you to get to the nearest working telephone?

- 1 Telephone in the house
- 2 Less than 15 minutes
- 3 15-30 minutes
- 4 31-60 minutes
- 5 More than 1 hour

4.6 In the past month, how many times have you made or received a phone call?

4.7 What are the three most important sources of information about what the government is doing (such as agricultural extension, workfare, family planning, etc.)?

- 1 Relatives, friends and neighbors
- 2 Community bulletin board
- 3 Local market
- 4 Community or local newspaper
- 5 National newspaper
- 6 Radio
- 7 Television
- 8 Groups or associations
- 9 Business or work associates
- 10 Political associates
- 11 Community leaders
- 12 An agent of the government
- 13 NGOs
- 14 Internet

--	--	--

4.8 What are the three most important sources of market information (such as jobs, prices of goods or crops)?

- 1 Relatives, friends and neighbors
- 2 Community bulletin board
- 3 Local market
- 4 Community or local newspaper
- 5 National newspaper
- 6 Radio
- 7 Television
- 8 Groups or associations
- 9 Business or work associates
- 10 Political associates
- 11 Community leaders
- 12 An agent of the government
- 13 NGOs
- 14 Internet

--	--	--

4.9 In general, compared to five years ago*, has access to information improved, deteriorated, or stayed about the same?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 Improved
- 2 Deteriorated
- 3 Stayed about the same

4.10 What part of the year is your house easily accessible by road?

- 1 All year long
- 2 Only during certain seasons
- 3 Never easily accessible

4.11 How many times have you traveled to [RURAL: a neighboring village or town; URBAN: another part of the city] in the past 12 months?

5. Social Cohesion and Inclusion

5.1 How strong is the feeling of togetherness or closeness in your village/neighborhood? Use a five point scale where 1 means feeling very distant and 5 means feeling very close.

- 1 Very distant
- 2 Somewhat distant
- 3 Neither distant nor close
- 4 Somewhat close
- 5 Very close

5.2 There are often differences in characteristics between people living in the same village/neighborhood. For example, differences in wealth, income, social status, ethnic background, race, caste, or tribe. There can also be differences in religious or political beliefs, or there can be differences due to age or sex. To what extent do any such differences characterize your village/neighborhood? Use a five point scale where 1 means to a very great extent and 5 means to a very small extent.

- 1 To a very great extent
- 2 To a great extent
- 3 Neither great nor small extent
- 4 To a small extent
- 5 To a very small extent

5.3 Do any of these differences cause problems?

- 1 Yes
- 2 No → go to question 5.6

5.4 Which two differences most often cause problems?

- 1 Differences in education
- 2 Differences in landholding
- 3 Differences in wealth/material possessions
- 4 Differences in social status
- 5 Differences between men and women
- 6 Differences between younger and older generations
- 7 Differences between long-term and recent residents
- 8 Differences in political party affiliations
- 9 Differences in religious beliefs
- 10 Differences in ethnic background/
race/caste/tribe
- 11 Other differences

--	--

5.5 Have these problems ever led to violence?

- 1 Yes
- 2 No

--

5.6 Are there groups of people in the village/neighborhood who are prevented from or do not have access to any of the following?

	1 Yes 2 No	How many are excluded? 1 Only a few people 2 Many people, but less than half of the village/neighborhood 3 More than half the village/neighborhood
A. Education/schools		
B. Health services/clinics		
C. Water		
D. Justice		
E. Transportation		

5.7 Are there any community activities in which you are not allowed to participate?

- 1 Yes
- 2 No, I can participate in all activities
→ skip to question 5.10

--

5.8 In which activities are you not allowed to participate?

[ENUMERATOR: LIST UP TO 3 ACTIVITIES]

5.9 Why are you not allowed to participate?

[ENUMERATOR: LIST UP TO 2 REASONS]

- 1 Poverty
- 2 Occupation
- 3 Lack of education
- 4 Gender
- 5 Age
- 6 Religion
- 7 Political affiliation
- 8 Ethnicity or language spoken/race/caste/tribe
- 9 Other (specify _____)

Sociability

I am now going to ask a few questions about your everyday social interactions.

5.10 In the last month, how many times have you met with people in a public place either to talk or to have food or drinks?

5.11 In the last month, how many times have people visited you in your home?

5.12 In the last month, how many times have you visited people in their home?

5.13 Were the people you met and visited with mostly...

	1 Yes	2 No
A. Of different ethnic or linguistic group/race/caste/tribe		
B. Of different economic status		
C. Of different social status		
D. Of different religious group		

5.14 In the last three months, how many times have you gotten together with people to play games, sports, or other recreational activities?

5.15 How many times in the past 12 months did you participate in a family/village/ neighborhood festival or ceremony (wedding, funeral, religious festival, etc.)?

Conflict and Violence

5.16 In your opinion, is this village/neighborhood generally peaceful or marked by violence?

- 1 Very peaceful
- 2 Moderately peaceful
- 3 Neither peaceful nor violent
- 4 Moderately violent
- 5 Very violent

5.17 Compared to five years ago*, has the level of violence in this village/neighborhood increased, decreased, or stayed the same?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 Increased a lot
- 2 Increased a little
- 3 Stayed about the same
- 4 Decreased a little
- 5 Decreased a lot

5.18 In general, how safe from crime and violence do you feel when you are alone at home?

- 1 Very safe
- 2 Moderately safe
- 3 Neither safe nor unsafe
- 4 Moderately unsafe
- 5 Very unsafe

5.19 How safe do you feel when walking down your street alone after dark?

- 1 Very safe
- 2 Moderately safe
- 3 Neither safe nor unsafe
- 4 Moderately unsafe
- 5 Very unsafe

5.20 In the past 12 months, have you or anyone in your household been the victim of a violent crime, such as assault or mugging?

- 1 Yes
- 2 No → go to question 5.22

5.21 How many times?

5.22 In the past 12 months, has your house been burglarized or vandalized?

- 1 Yes
- 2 No → go to question 6.1

5.23 How many times?

6. Empowerment and Political Action

6.1 In general, how happy do you consider yourself to be?

- 1 Very happy
- 2 Moderately happy
- 3 Neither happy nor unhappy
- 4 Moderately unhappy
- 5 Very unhappy

6.2 How much control do you feel you have in making decisions that affect your everyday activities? Do you have...

- 1 No control
- 2 Control over very few decisions
- 3 Control over some decisions
- 4 Control over most decisions
- 5 Control over all decisions

6.3 Do you feel that you have the power to make important decisions that change the course of your life? Rate yourself on a 1 to 5 scale, where 1 means being totally unable to change your life, and five means having full control over your life.

- 1 Totally unable to change life
- 2 Mostly unable to change life
- 3 Neither able nor unable
- 4 Mostly able to change life
- 5 Totally able to change life

6.4 Overall, how much impact do you think you have in making this village/neighborhood a better place to live?

- 1 A big impact
- 2 A small impact
- 3 No impact

6.5 In the past 12 months, how often have people in this village/neighborhood gotten together to jointly petition government officials or political leaders for something benefiting the community?

- 1 Never → skip to question 6.7
- 2 Once
- 3 A few times (≤ 5)
- 4 Many times (> 5)

6.6 Were any of these petitions successful?

- 1 Yes, all were successful
- 2 Most were successful
- 3 Most were unsuccessful
- 4 None were successful

6.7 In the past 12 months, have you done any of the following?

	1 Yes 2 No
A. Attend a village/neighborhood council meeting, public hearing, or public discussion group	
B. Met with a politician, called him/her, or sent a letter	
C. Participated in a protest or demonstration	
D. Participated in an information or election campaign	
E. Alerted newspaper, radio or TV to a local problem	
F. Notified police or court about a local problem	

6.8 Lots of people find it difficult to get out and vote. Did you vote in the last local election?

- 1 Yes
- 2 No

6.9 Did you vote in the last state/national/presidential election?

- 1 Yes
- 2 No

6.10 Would you ever vote for a candidate who was not from your ethnic or linguistic group/race/caste/tribe?

- 1 Yes
- 2 No

6.11 To what extent do local government and local leaders take into account concerns voiced by you and people like you when they make decisions that affect you?

- 1 A lot
- 2 A little
- 3 Not at all

6.12 In your opinion, how honest are the officials and staff of the following agencies? Please rate them on a 1 to 5 scale, where 1 is very dishonest and 5 is very honest.

	1 Very dishonest 2 Mostly dishonest 3 Neither honest nor dishonest 4 Mostly honest 5 Very honest 9 Not applicable (agency not in village/neighborhood)
A. Local government officials	
B. Traditional village leaders	
C. Doctors and nurses in health clinic	
D. Teachers and school officials	
E. Staff of post office	
F. Police	
G. Judges and staff of courts	
H. Staff of NGOs	

6.13 In general, compared to five years ago*, has the honesty of local government improved, deteriorated, or stayed about the same?

[* ENUMERATOR: TIME PERIOD CAN BE CLARIFIED BY SITUATING IT BEFORE/AFTER MAJOR EVENT]

- 1 Improved
 - 2 Deteriorated
 - 3 Stayed about the same
-

6.14 In the past 12 months, did your household have to pay some additional money to government officials to get things done?

- 1 Yes, often
 - 2 Yes, occasionally
 - 3 No → end interview
-

6.15 Are such payments effective in getting a service delivered or a problem solved?

- 1 Yes, usually
 - 2 Yes, but only occasionally
 - 3 Usually not
-

ANNEX B

Groups and Networks

1. I would like to start by asking you about the groups or organizations, networks, associations to which you or any member of your household belong. These could be formally organized groups or just groups of people who get together *regularly* to do an activity or talk about things. Of how many such groups are you or any one in your household a member?

2. Of all these groups to which you or members of your household belong, which one is the most important to your household?

_____ [Name of group]

3. Thinking about the members of this group, are most of them of the same....

	1 Yes 2 No
A. Religion	
B. Gender	
C. Ethnic or linguistic background/ race/caste/tribe	

16. For a more limited range of questionnaire items to be included in a shorter survey, the following 27 questions, drawn from the longer list above, are those we deem to be most essential.

4. Do members mostly have the same...

	1 Yes 2 No
A. Occupation	
B. Educational background or level	

5. Does this group work with or interact with groups *outside* the village/neighborhood?

1. No
2. Yes, occasionally
3. Yes, frequently

6. About how many *close friends* do you have these days? These are people you feel at ease with, can talk to about private matters, or call on for help.

7. If you suddenly needed to borrow a small amount of money [RURAL: enough to pay for expenses for your household for one week; URBAN: equal to about one week's wages], are there people beyond your immediate household and close relatives to whom you could turn and who would be willing and able to provide this money?

1. Definitely
2. Probably
3. Unsure
4. Probably not
5. Definitely not

Trust and Solidarity

8. Generally speaking, would you say that most people can be trusted or that you can't be too careful in dealing with people?

- 1. People can be trusted
 - 2. You can't be too careful
-

9. In general, do you agree or disagree with the following statements?

	1 Agree strongly 2 Agree somewhat 3 Neither agree or disagree 4 Disagree somewhat 5 Disagree strongly
A. Most people in this village/neighborhood are willing to help if you need it.	
B. In this village/neighborhood, one has to be alert or someone is likely to take advantage of you.	

	1 To a very great extent 2 To a great extent 3 Neither great nor small extent 4 To a small extent 5 To a very small extent
A. Local government officials	
B. Central government officials	

11. If a community project does not directly benefit you but has benefits for many others in the village/neighborhood, would you contribute time or money to the project?

- | | |
|---|--|
| A. Time <input style="width: 100px; height: 20px; margin-left: 10px;" type="text"/> | B. Money <input style="width: 100px; height: 20px; margin-left: 10px;" type="text"/> |
| 1 Will not contribute time
2 Will contribute time | 1 Will not contribute money
2 Will contribute money |

Collective Action and Cooperation

12. In the past 12 months did you or any one in your household participate in any communal activities, in which people came together to do some work for the benefit of the community?

- 1. Yes
 - 2. No (skip to question 14)
-

13. How many times in the past 12 months?

14. If there was a water supply problem in this community, how likely is it that people will cooperate to try to solve the problem?

- 1. Very likely
 - 2. Somewhat likely
 - 3. Neither likely or unlikely
 - 4. Somewhat unlikely
 - 5. Very unlikely
-

Information and Communication

15. In the past month, how many times have you made or received a phone call?

16. What are your three main sources of information about what the government is doing (such as agricultural extension, workfare, family planning, etc.)?

1. Relatives, friends and neighbors
2. Community bulletin board
3. Local market
4. Community or local newspaper
5. National newspaper
6. Radio
7. Television

8. Groups or associations
9. Business or work associates
10. Political associates
11. Community leaders
12. An agent of the government
13. NGOs
14. Internet

Social Cohesion and Inclusion

17. There are often differences in characteristics between people living in the same village/neighborhood. For example, differences in wealth, income, social status, ethnic or linguistic background/race/caste/tribe. There can also be differences in religious or political beliefs, or there can be differences due to age or sex. To what extent do any such differences characterize your village/neighborhood? Use a five point scale where 1 means to a very great extent and 5 means to a very small extent.

1. To a very great extent
2. To a great extent
3. Neither great nor small extent
4. To a small extent
5. To a very small extent

18. Do any of these differences cause problems?

1. Yes
2. No → go to question 21.

19. Which two differences most often cause problems?

1. Differences in education
2. Differences in landholding
3. Differences in wealth/material possessions
4. Differences in social status
5. Differences between men and women
6. Differences between younger and older generations
7. Differences between long-term and recent residents
8. Differences in political party affiliations
9. Differences in religious beliefs
10. Differences in ethnic or linguistic background/race/caste/tribe

11. Other differences

20. Have these problems ever led to violence?

- 1. Yes
- 2. No

21. How many times in the past month have you got together with people to have food or drinks, either in their home or in a public place?

	1 Yes
	2 No
A. Of different ethnic or linguistic background/ race/caste/tribe?	<input style="width: 100%;" type="text"/>
B. Of different economic status?	<input style="width: 100%;" type="text"/>
C. Of different social status?	<input style="width: 100%;" type="text"/>
D. Of different religious groups?	<input style="width: 100%;" type="text"/>

23. In general, how safe from crime and violence do you feel when you are alone at home?

- 1. Very safe
- 2. Moderately safe
- 3. Neither safe nor unsafe
- 4. Moderately unsafe
- 5. Very unsafe

Empowerment and Political Action

24. In general, how happy do you consider yourself to be?

- 1. Very happy
- 2. Moderately happy
- 3. Neither happy nor unhappy
- 4. Moderately unhappy
- 5. Very unhappy

25. Do you feel that you have the power to make important decisions that change the course of your life? Rate yourself on a 1 to 5 scale, were 1 means being totally unable to change your life, and 5 means having full control over your life.

- 1. Totally unable to change life
- 2. Mostly unable to change life
- 3. Neither able nor unable
- 4. Mostly able to change life
- 5. Totally able to change life

26. In the past 12 months, how often have people in this village/neighborhood got together to jointly petition government officials or political leaders for something benefiting the community?

- 1. Never
- 2. Once

- 3. A few times (<5)
- 4. Many times (>5)

27. Lots of people find it difficult to get out and vote. Did you vote on the last state/national/presidential election?

- 1. Yes
- 2. No